

PPGCOM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO

FIC
FACULDADE DE
INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

KEYLA ROSA DE FARIA

**TECNOLOGIAS INCLUSIVAS E LEITURA ENTRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A
REALIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

**GOIÂNIA
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFMG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFMG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFMG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Keyla Rosa de Faria

3. Título do trabalho

"TECNOLOGIAS INCLUSIVAS E LEITURA ENTRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A REALIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA"

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Keyla Rosa De Faria, Usuário Externo**, em 19/10/2023, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suely Henrique De Aquino Gomes, Usuário Externo**, em 20/10/2023, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4123861** e o código CRC **65C890EC**.

KEYLA ROSA DE FARIA

TECNOLOGIAS INCLUSIVAS E LEITURA ENTRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A
REALIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação, nível Doutorado, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania

Linha de pesquisa: Mídia e Informação

Orientadora: Prof.^a Dra. Suely Henrique Gomes de Aquino

GOIÂNIA
2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Faria, Keyla Rosa de.

F224t Tecnologias inclusivas e leitura entre pessoas com deficiência:
a realidade das bibliotecas públicas da região metropolitana de
Goiânia [manuscrito] / Keyla Rosa de Faria. – 2023.
236 p.: il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes.
Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de
Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Programa
de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2023.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.

I. Gomes, Suely Henrique de Aquino. II. Título.

CDU: 027

Elaborada pela Bibliotecária Keyla de Faria – CRB-1/3227.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 39/2023 da sessão de Defesa de Tese de **Keyla Rosa de Faria** que confere o título de Doutora em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos vinte e oito dias de setembro de dois mil e vinte e três, a partir das catorze horas, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **"TECNOLOGIAS INCLUSIVAS E LEITURA ENTRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: A REALIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA"**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Suely Henrique de Aquino Gomes (PPGCOM/FIC/UFMG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Andréa Pereira dos Santos (PPGCOM/FIC/UFMG)**, avaliadora titular interna; Professora Doutora **Vanessa Helena Santana Dalla Déa (PPGPC/UFMG)**, avaliadora titular externa ao Programa; Professor Doutor **Erinaldo Dias Valério (PPGB/UFCA)**, avaliador titular externo, e Professora Doutora **Lígia Maria Moreira Dumont (PPGCI/UFMG)**, avaliadora titular externa, com a participação de todos por **videoconferência**. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Suely Henrique de Aquino Gomes**, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e oito dias de setembro de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Suely Henrique De Aquino Gomes, Usuário Externo**, em 20/10/2023, às 08:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Pereira Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 20/10/2023, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lígia Maria Moreira Dumont, Usuário Externo**, em 20/10/2023, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Helena Santana Dalla Dea, Professor do Magistério Superior**, em 20/10/2023, às 20:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erinaldo Dias Valerio, Usuário Externo**, em 24/10/2023, às 08:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4079297** e o código CRC **1F398AC4**.

Referência: Processo nº 23070.049717/2023-26

SEI nº 4079297

*Dedico às pessoas com deficiência que
moldaram em mim um novo jeito de
ver a vida à minha volta.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me dá o fôlego da vida. Sem a presença do Senhor seria impossível chegar no estágio final da tese. Obrigada Deus por seu amor incondicional, mesmo sem eu merecer.

Agradeço a Prof.^a Suely, que foi muito mais do que orientadora – amiga e conselheira. Agradeço por sua paciência, dedicação e profissionalismo. Sinceramente a senhora foi um anjo que Deus colocou no meu caminho, para me ajudar nessa jornada tão difícil. Está difícil expressar em palavras minha gratidão. Obrigada pelo consolo nos momentos de angústia e tristeza.

Agradeço aos membros da banca examinadora Prof.^a Dra. Andréia Pereira dos Santos, Prof.^a Lígia Maria Moreira Dumont, Prof.^a Dra. Vanessa Santana Dalla Déa, e Prof. Dr. Erinaldo Dias Valério, que gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta tese.

Agradeço a minha família, Tatiane Silva, Victória Pollyana e Sara Raquel. Sem vocês não sei como conseguiria suportar tantos desafios que apareceram durante o processo de doutoramento. Tatiane os seus conselhos, a sua mão estendida quando precisei me ajudou a ficar firme e não desistir. Victória, a tia te ama. Quão valorosas foram as suas orações.

Agradeço a Sara Raquel, minha filha querida e tão amada! Quão importante é a sua presença na minha vida. Te amo para além de mim. Você é o melhor presente que Deus me deu. Mesmo distante a sua presença estava nos meus pensamentos e me fortaleceram.

Agradeço a minha avó Juliêta (*in memoriam*), meu avô Protásio (*in memoriam*), e a mãe Judite (*in memoriam*). Deixo um agradecimento especial, por todas as lições de amor, companheirismo, amizade, dedicação, abnegação, compreensão e perdão que vocês me concederam. Sinto saudades e muito orgulhoso de ser neta, e de ser filha de pessoas tão especiais. Vocês foram os meus pilares, a minha base. Amo vocês.

Agradeço às pessoas com deficiência visual e intelectual que fazem parte da minha vida cotidiana, seja na biblioteca ou fora dela. Meu amigo Adelson, Maria Eunice, Romeu e Ana Luiza da Biblioteca Braille de Goiás. As e Os jovens que participam da Biblioteca AsDown e estão comigo no Projeto Cidadania para Autonomia: Victória Pollyana, Pedro Rattes, Roselito Logan, Ana Beatriz, Barbarah,

Eduardo, Rafael, Walter Júnior, Maria Thereza, Gustavo, Thiago, Paulo, Davi, Andrei, Igor, Bruno, e tantas outras pessoas com síndrome de Down. Estar com vocês é algo que me faz muito bem.

Agradeço a Ana Maria Motta Fernandes, Presidenta da Associação Down de Goiás, por seu apoio, por acreditar no trabalho que desenvolvemos junto às pessoas com síndrome de Down. És uma pessoa guardo no meu coração. Minha gratidão eterna a você e sua família na pessoa do Sr. Genserico, Maria Thereza e Pedro Rattes.

Agradeço a todas as mães e pais que compartilham comigo os desafios de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Um agradecimento especial às mães: Tatiane, Ana, Joana, Ivone, Vanessa, Adaiana, Elizabeth, Alessandra, Walkiria, Marleny, Joyce, e aos pais: Armando, Vicente, Genserico, Roselito, Artur, Silvano, a minha admiração por ter vocês conosco.

Agradeço a Vagna Antunes, Assistente Social da Associação Down de Goiás, por sua amizade e mão estendida quando precisei do seu apoio.

Agradeço a minha querida Prof.^a Fátima Garbelini. A senhora é uma daquelas pessoas iluminadas. Sinto privilegiada por tê-la como amiga. Que a vida retribua infinitamente mais o que a senhora fez por mim.

Agradeço o apoio concedido durante nove meses, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Discute o uso da Tecnologia inclusiva nas bibliotecas públicas da Região Metropolitana da cidade de Goiânia/Goiás na formação de leitores e promoção das práticas de leitura de pessoas com deficiência. Dentre as tecnologias inclusivas, prioriza-se as tecnologias sociais e as assistivas. A Tecnologia Social produz, de forma dialógica com a comunidade, métodos e técnicas que visam mudar uma dada realidade social na busca de qualidade de vida. Esses movimentos potencializam e valorizam o saber de cada indivíduo em prol do coletivo. No decorrer do tempo, e com as mudanças na sociedade, às pessoas com deficiência conseguiram ocupar espaços e territórios antes inacessíveis, visto que, incluir o outro é um processo que nos estimula a aceitar que somos diferentes. A arte, a cultura e o conhecimento acolhem essas diferenças ao desenvolver atividades inclusivas, por meio dos equipamentos culturais, a exemplo da biblioteca pública. Sendo assim, as tecnologias inclusivas são parte importante no fomento de atividades culturais inclusivas. Diante disso, esta pesquisa buscou responder a seguinte problemática: As bibliotecas públicas localizadas na Região Metropolitana de Goiânia dispõem de algum tipo de Tecnologia Social para formação de leitores e promoção de práticas de leitura de pessoas com deficiência? Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. O instrumento aplicado na coleta de dados foi o questionário, porém, ao dar continuidade na pesquisa a entrevista por meio de telefonemas e a observação simples auxiliaram a compreender as respostas do questionário. A Região Metropolitana de Goiânia possui 20 municípios, mas somente 11 municípios possuem bibliotecas públicas, as outras 9 cidades não dispõem de bibliotecas ou foram fechadas recentemente sem previsão para reabertura. Os onze municípios perfazem juntos um total de 17 bibliotecas, ou seja, em alguns municípios há mais de uma biblioteca. O convite foi enviado às 17 bibliotecas, dessas, 11 responderam ao questionário. Os resultados demonstram que as pessoas com deficiência frequentam os espaços, mas sem assiduidade, tal fator pode estar conectada a sensação de não pertencimento. Conclui-se que, as bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia caminham sem estrutura e suporte. Em outros momentos acredita-se que o fator que as paralisa no tempo é a falta de motivação e conhecimento das inovações que surgem dentro da área biblioteconômica, a exemplo das Tecnologias Inclusivas, já que essas técnicas podem auxiliar a biblioteca pública a sair da inércia com métodos e técnicas de baixo custo para a formação de leitores e a promoção de práticas de leitura para as pessoas com deficiência. Envolver a comunidade é, portanto, essencial para o início de práticas exitosas nesses empreendimentos inovadores de transformação social.

Palavras-chave: Biblioteca inclusiva; Leitura inclusiva; Atividades culturais.

ABSTRACT

Discusses the use of inclusive technology in public libraries in the Metropolitan Region of the city of Goiânia/Goiás in training readers and promoting reading practices for people with disabilities. Among inclusive technologies, social and assistive technologies are prioritized. Social Technology produces, in a dialogical way with the community, methods and techniques that aim to change a given social reality in the search for quality of life. These movements enhance and value the knowledge of each individual for the benefit of the collective. Over time, and with changes in society, people with disabilities have managed to occupy previously inaccessible spaces and territories, since including others is a process that encourages us to accept that we are different. Art, culture and knowledge embrace these differences by developing inclusive activities, through cultural facilities, such as the public library. Therefore, inclusive technologies are an important part of promoting inclusive cultural activities. Given this, this research sought to answer the following problem: Do public libraries located in the Metropolitan Region of Goiânia have some type of Social Technology to train readers and promote reading practices for people with disabilities? This is exploratory research, with a qualitative approach. The instrument applied in data collection was the questionnaire, however, when continuing the research, interviews through telephone calls and simple observation helped to understand the answers to the questionnaire. The Metropolitan Region of Goiânia has 20 municipalities, but only 11 municipalities have public libraries, the other 9 cities do not have libraries or were recently closed with no plans for reopening. The eleven municipalities together make up a total of 17 libraries, that is, in some municipalities there is more than one library. The invitation was sent to 17 libraries, of which 11 responded to the questionnaire. The results demonstrate that people with disabilities frequent the spaces, but without attendance, this factor may be linked to the feeling of not belonging. It is concluded that public libraries in the Metropolitan Region of Goiânia are without structure and support. At other times it is believed that the factor that paralyzes them in time is the lack of motivation and knowledge of the innovations that emerge within the library area, such as Inclusive Technologies, as these techniques can help the public library to get out of inertia with low-cost methods and techniques for training readers and promoting reading practices for people with disabilities. Involving the community is, therefore, essential for the initiation of successful practices in these innovative social transformation ventures.

Keywords: Inclusive library; Inclusive reading; Cultural activities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Visões sobre a tecnologia	55
Figura 2 - Oficina de invenção	68
Figura 3 - Projeto Comunidades de Aprendizagem	69
Figura 4 - Circular do Instituto Nacional do Livro sobre auxílio às bibliotecas municipais do Rio de Janeiro.....	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados populacionais da Região Metropolitana de Goiânia – 2022	33
Quadro 2 - Dimensões e Princípios da TS	63
Quadro 3 - Experiências da TS na Educação.....	65
Quadro 4 - Resultado do diálogo estabelecido com a comunidade	69
Quadro 5 - TA – Classificação ISO 9999:2016.....	77
Quadro 6 - Áreas de formação da Classificação HEART	79
Quadro 7 - Classificação de TA redefinida por categorias	81
Quadro 8 - Tecnologia Assistiva como Tecnologia Social	86
Quadro 9 - Tecnologia Assistiva como Tecnologia Convencional	87
Quadro 10 - Histórico da implantação de Bibliotecas no Estado de Goiás	120
Quadro 11 - Promoção de leitura para pessoa com deficiência	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de usuários na biblioteca diariamente.....	136
Gráfico 2 - Classe econômica dos usuários das bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia.....	138
Gráfico 3 - Faixa etária dos usuários das bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia.....	139
Gráfico 4 - Tipos de Pessoas com Deficiência que usam a biblioteca pública na Região Metropolitana de Goiânia	141
Gráfico 5 - Formato de divulgação das ações	155
Gráfico 6 - Tipos de ações promovidas nas bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia.....	158
Gráfico 7 - Participação das pessoas com deficiência nas ações das bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia.....	160

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACESA	Associação Cultural Educacional Social e Assistencial Capuava
ADA	<i>American with Disabilities</i>
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASL	Língua Americana de Sinais
AVD	Atividades de Vida Diária
BE	Biblioteca Escolar
BEPV	Biblioteca Pública Pio Vargas
BPs	Bibliotecas Públicas
BPT	Biblioteca Pública Temática
BU	Biblioteca Universitária
C&T	Ciência e Tecnologia
CAA	Comunicação Aumentativa e Alternativa
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CBBI	Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CBBP	Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares (CBBE); Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CBDA	Comissão Brasileira de Direitos Autorais e Acesso Aberto
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde
CNAT	Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CREA	Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdade
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
DU	Desenho Universal
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
ESCT	Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia
<i>EUSTAT</i>	<i>Empowering USers Through Assistive Technology ()</i>

FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
Go	Goiás
GT	Grupos de Trabalho
GT-Acess	Acessibilidade em Bibliotecas
GT-BDEG	Bibliotecas pela Diversidade e Enfoque em Gênero
GT-BP	Bibliotecas Públicas
GT-BPA	Bibliotecas Parlamentares
GT-CAT	Catálogo
GT-RERAD	Relações Étnico-Raciais e Decolonidades
<i>IBGE</i>	<i>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística</i>
<i>IFLA</i>	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IMC	Instituto dos Meninos Cegos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional da Educação dos Surdos
IPL	Instituto Pró-Livro
IS	Inclusão Social
ITS	Instituto de Tecnologia Social
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
<i>MPT</i>	<i>Matching Persons and Technology</i>
NIASE	Núcleo de Investigação Social e Educativa
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoas com Deficiência
<i>PIRLS</i>	<i>Progress in International Reading Literacy Study</i>
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNE	Plano Nacional de Educação

PNIPPD	Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
RMG	Região Metropolitana de Goiânia
RNBC	Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
SEBP	Sistema Estadual Bibliotecas Públicas
SECULT	Secretaria de Cultura
<i>SNBP</i>	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNRIPDP	Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência de Portugal
TA	Tecnologia Assistiva
TC	Tecnologia Convencional
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TI	Tecnologias Inclusivas
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TS	Tecnologia Social
TTI	Tratamento Técnico da Informação
TTY	Telefones com Teclado-Teletipo
TV	Tecnologias Verdes
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UI	Unidade de Informação

SUMÁRIO

PRÓLOGO – ERA UMA VEZ...	18
1 INTRODUÇÃO	24
1.1 JUSTIFICATIVA	27
2 METODOLOGIA	32
3 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	37
3.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O SEU PROCESSO HISTÓRICO NA SOCIEDADE	41
4 TECNOLOGIAS INCLUSIVAS	49
4.1 O QUE É TECNOLOGIA?	49
4.1.1 Relação Tecnologia e Sociedade	51
4.2 TECNOLOGIA SOCIAL	60
4.2.1 Atividades e Experiências com o uso das Tecnologias Sociais no campo da Educação	64
4.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA	72
4.3.1 Quando a Tecnologia Assistiva é considerada Tecnologia Social?	83
5 LEITURA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS	89
5.1 AS PRÁTICAS DE LEITURA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	95
6 BIBLIOTECAS	101
6.1 BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA	105
6.1.1 Bibliotecas públicas no Estado de Goiás-Brasil	117
6.2 BIBLIOTECA PÚBLICA E FORMAÇÃO DE LEITORES	121
6.3 O USO DE TECNOLOGIAS INCLUSIVAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES	125
7 ANÁLISE DOS RESULTADOS	133
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS	177
APÊNDICE A – Questionário aplicado pós pré-teste	194
APÊNDICE B – Questionário aplicado no pré-teste	204
ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP	221
ANEXO B - Tecnologia assistiva de baixo custo para pessoas com deficiência	226

PRÓLOGO – ERA UMA VEZ...

Os relatos nesta parte do trabalho revelam as questões que perpassam a minha vida pessoal e a trajetória profissional como livreira, professora, bibliotecária e pesquisadora. Os livros foram a bússola que me direcionou ao caminho que escolhi trilhar. Sinceramente me senti desafiada quando disseram para escrever um prólogo sobre a minha trajetória de vida, como mulher e pesquisadora.

Desde a infância sonhava em trabalhar e conquistar meu espaço. Na adolescência tive meu primeiro emprego como menor aprendiz, e logo em seguida, aos 16 anos saí da casa dos meus pais com a intenção de conquistar o mundo. Aos 17 anos iniciei a minha carreira profissional dentro do mercado livreiro. A Editora Vozes foi onde me formei livreira, com um dos melhores livreiros da época, Gabriel Salinas. Dentro de pouco tempo Gabriel saiu da Editora Vozes e montou a sua Livraria, a Livraria Alternativa, que foi referência no Estado de Goiás, em meados da década 1990 até sua morte em 2008. Iniciei no estoque e ao longo do tempo cheguei à Gerência da Distribuidora. Fiquei na Livraria Alternativa por 18 anos, onde conheci muitos professores das principais universidades da época UFG e UCG (atualmente Pontifícia Universidade Católica de Goiás).

No ano de 2011 montei uma livraria itinerante. Realizava exposições em eventos na área da Sociologia, Serviço Social, Ciência Política, Economia, Educação, Filosofia, História e Letras, e por ter relacionamento próximo com as/os professoras(es) dos cursos de Pós-Graduação das referidas universidades não encontrei barreiras no início do processo. Depois de algum tempo consegui abrir uma livraria física, mas o mercado livreiro em Goiânia passou por momentos difíceis e no ano de 2015 resolvi encerrar os trabalhos.

Quando iniciei no ramo livreiro não consegui ir adiante com estudos, estacionei no ensino médio. Ficou difícil conciliar trabalho e estudo. Estava dentro das universidades, trabalhava com Educação, mas não conseguia entrar naquele mundo como personagem estudante, somente uma trabalhadora que estava ali dentro defendendo seu pão de cada dia.

Após longos 19 anos decidi retornar aos estudos. Muitas barreiras e dificuldades me impediram de prosseguir no tempo certo. Escolhi o curso de Biblioteconomia quando trabalhava na distribuidora de livros em Goiânia. Já estava nesse ramo há 18 anos quando tomei a decisão, conciliar trabalho e estudo, e essa

decisão foi algo difícil. No ano de 2010, refiz o terceiro ano do ensino médio, como forma de relembrar os conteúdos que havia estudado. Fiz o processo seletivo do vestibular no final do mesmo ano e fui aprovada em sexto lugar. Esse resultado teve um significado muito forte; os anos passaram, porém, a sede de estudar e conseguir uma profissão que me realizasse estava vivo dentro de mim.

Com esse resultado, ingressei no ensino superior, um sonho que começava a tomar forma, no Curso de Biblioteconomia/UFG. Nos dois primeiros períodos da graduação tive que enfrentar doença na família, e preferi trancar o curso - minha irmã estava com câncer em seis lugares diferentes do seu corpo, uma filha com dez anos e síndrome de Down, e eu com minha filha de nove anos - assim, foi impossível continuar, no aspecto psicológico, emocional e econômico.

Depois de três anos retornei, em 2015, com muita determinação e foco em terminar a graduação e me transformar numa profissional atuante na minha área. Por isso me envolvi em diversas atividades extracurriculares que auxiliaram e abriram os meus olhos para a carreira docente. Ser monitora foi crucial para essa decisão. Fui monitora nas disciplinas – Pesquisa e Normalização Documentária e a de Usos e Usuários da Informação – estagiei no Projeto de extensão Biblio(CRI)Ativa (biblioteca para catadores de materiais recicláveis), onde conheci o *Koha*, *software* livre para gestão de acervo da biblioteca, e comecei a estudá-lo para implantar na referida biblioteca.

Após o estágio continuei estudando o *software* e procurei conhecer outros *softwares* livres, já que havia o interesse em adquirir conhecimentos nesta área, para auxiliar as comunidades em situação de vulnerabilidade que tem o sonho de ter uma biblioteca e não disponibilizam de recursos para a adquirir *software* de gestão do acervo.

Particpei como professora no Projeto de extensão DigiDown, na Faculdade de Educação/UFG, com a Prof.^a Dra. Vanessa Dalla Déa e Prof.^a Ana Flávia Teodoro Oliveira. As atividades desenvolvidas no projeto contribuíram na construção do meu TCC, além de aprimorar meu olhar e a escuta sensível para esse público. Particpei como membro da Comissão de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia em 2016. Apresentei trabalhos em eventos científicos. Comecei a desenvolver pesquisa sobre a inclusão de pessoas com deficiência na biblioteca. Todo esse movimento direcionou a minha pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso que teve como tema a biblioteca escolar e a pessoa com síndrome de Down.

Como estava decidida à docência do ensino superior, me inscrevi para o processo de seleção do mestrado em Comunicação/UFG. Passei no processo, e novamente fiquei em sexto lugar. Continuei a linha de pesquisa da graduação, inclusão de pessoas com deficiência, sob a orientação da Prof.^a Dra. Andréia Pereira dos Santos.

Por estar no campo da Ciência da Comunicação precisava conciliar biblioteca, pessoa com deficiência e comunicação. Então desenvolvi minha pesquisa sobre: processo comunicacional das pessoas com síndrome de Down por meio da fotografia. Todavia, quando fui a campo realizar os primeiros levantamentos para delimitar o campo de pesquisa e coleta de dados, me deparei com um fato que interrompeu a pesquisa inicial, ao menos dentro da biblioteca escolar, porque a quantidade de bibliotecas escolares com leitores com síndrome de Down era insuficiente para sustentar minha pesquisa.

Fiquei diante de um dilema, já que não tinha a menor ideia de um novo tema. Ao conversar com minha irmã, mãe da minha sobrinha com síndrome de Down, ela disse assim: “abre uma biblioteca dentro da AsDown”. De imediato achei um desafio em conciliar tempo e força para empreender algo tão desafiador. Amadureci a ideia, continuei conversando com ela e comecei a idealizar essa biblioteca dentro da Associação Down de Goiás. Conversei com a Presidenta Ana Maria Motta, que recebeu com muita alegria a ideia, e compartilhou comigo que era um sonho que ela tinha em seu coração, implantar uma biblioteca dentro da AsDown. Essa instituição atende mais de setecentas famílias que possuem no seio familiar uma pessoa com síndrome de Down.

Apesar das dificuldades para estruturar a biblioteca, com os recursos básicos para seu funcionamento, consegui ganhar mais de cinco mil livros (todos por meio de campanha nas redes sociais - *Facebook* e *Instagram*), estantes, impressora e alguns móveis doados pela equipe docente do curso de Biblioteconomia/UFG. Muitos livros doados foram repassados para outras bibliotecas, tendo em vista que o acervo deve servir ao usuário, que são: pessoas com deficiência, familiares, profissionais da saúde que desenvolvem atendimentos dentro da instituição, e a biblioteca tem meta o trabalho em conjunto com esses profissionais, para fornecer atividades que desenvolvam uma funcionalidade na vida dessas pessoas.

Foi um período de amadurecer e envolver com grupos de pesquisas e extensão. Durante o mestrado participei da organização de eventos científicos,

apresentei trabalhos e publiquei artigos. Particpei de dois estágios docência, nas disciplinas: “Linguagens de Classificação II” e “Tópicos Especiais em TI”, essas atividades desenvolvidas no cotidiano contribuía na minha atuação profissional, à docência. A dissertação foi defendida no ano de 2019, e o título da dissertação é: “Ações culturais no processo comunicativo das pessoas com síndrome de Down”.

Antes mesmo de inaugurar a biblioteca foram desenvolvidas três ações culturais: I Oficina de fotografia, II Oficina de fotografia, e a Oficina de Leitura Cora Coralina: histórias dentro de histórias. Na Oficina de Fotografia II teve por produto final a elaboração de um livro personalizado para cada participante (onde o/a autor(a)/participante contou sua história por meio das fotografias).

A Oficina literária teve a participação das/os estudantes de pedagogia/UFG. Planejamos o conteúdo da oficina, mas no decorrer do processo tive a ideia de irmos à cidade de Goiás para ampliar a experiência das crianças, jovens e das mães que participaram. Fizemos a viagem e visitamos a casa de Cora Coralina, por fim, antes de irmos embora fomos visitar o Rio Vermelho, e ao avistarem a beleza da natureza foram contagiados e pularam dentro do Rio com a roupa que estavam no corpo (não estava nos planos irmos ao Rio Vermelho, por isso ninguém levou roupas de banho, mas a natureza contagiou e não teve outro jeito a não ser abraçar o momento e vive-lo).

No meio desses processos de formação, atuei como professora substituta do Curso de Biblioteconomia/UFG. Ali tive a certeza que estava no caminho certo. Aproveitei a oportunidade e elaborei um projeto de extensão para a Biblioteca AsDown, por meio do qual recebi estudantes de Biblioteconomia, os quais contribuíram na implantação da biblioteca. Atuei também, como professora no Curso de Biblioteconomia EaD da Unicesumar. Foi uma experiência incrível, muito diferente do que estava acostumada no curso presencial, desafiador. O tempo de duração das disciplinas é bem mais curto e isso nos faz ter outra dinâmica na elaboração das aulas, das atividades, uma vez que a universidade prima pelo protagonismo das/dos estudantes.

Após me encontrar na docência e me realizar profissionalmente, o próximo passo foi continuar a busca por formação, com isso fiz o processo seletivo para ingressar no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFG. A Prof.^a Dra. Suely Henrique de Aquino Gomes esteve comigo nesta jornada como orientadora e pesquisadora de excelência, mas principalmente como uma amiga que

me estendeu a mão, e ofereceu seu ombro nos momentos de angústia e sofrimento oriundos do processo de doutoramento.

As experiências como livreira contribuíram para minha atuação dentro da biblioteca pública. Atuei como bibliotecária e gestora da Biblioteca Pública Pio Vargas, em alguns dos momentos mais desafiadores como profissional da área. Todavia, o pouco tempo que estive na Secretaria de Estado de Cultura de Goiás desenvolvi habilidades, construí relacionamentos e percebi o quão desafiador é atuar dentro de uma biblioteca pública, isso de certa forma direcionou a minha pesquisa de doutorado.

Continuo a pesquisar a biblioteca e as pessoas com deficiência. O projeto aprovado no processo seletivo foi: Leitura inclusiva no Brasil: o uso da tecnologia assistiva nas bibliotecas públicas das capitais brasileiras e sua influência na interação social e cultural. Este foi reformulado após discussão sobre o tema com a orientadora, e a pesquisa se desenvolveu num campo mais restrito, as bibliotecas públicas da região metropolitana de Goiânia e o uso das Tecnologias Inclusivas para leitura entre pessoas com deficiência. Essa pesquisa de doutorado me auxiliou a pensar sobre a inclusão das/dos leitoras(es) com deficiência ao acessar o ambiente da biblioteca e às vezes se sentirem excluídos.

No momento estou coordenando o Projeto Cidadania para Autonomia, na Associação Down de Goiás, com jovens e adultos com síndrome de Down. São treze jovens com idade de 18 a 46 anos. Trabalhamos os afazeres do cotidiano para explicar o que é cidadania, os seus direitos e deveres como cidadã e cidadão, e por vezes surge assuntos relacionados a vida afetiva e discutimos sobre namoro, como construir relacionamentos. Tudo isso com objetivo de direcionar para uma vida com autonomia, diante da sociedade que os trata com comportamentos capacitista.

Toda essa trajetória profissional e acadêmica de certa forma está expressa nesta tese de doutorado. Os resultados apresentados nesta pesquisa corroboram com o que vivenciei dentro da biblioteca pública. A diferença está em como lidar com essas situações cotidianas de maneira que as/os leitoras(es), pesquisadoras(es) e usuárias(os) da biblioteca pública não sejam prejudicados pela atuação, em muitos casos, desinteressada das(os) gestoras(es). Vivenciei que é desafiador administrar uma biblioteca pública, porém o tempo que fiquei na gestão consegui fazer algumas modificações no ambiente interno daquela biblioteca, implantei laboratório de informática, reservei espaço para um miniauditório, e também espaço para estudo individual e coletivo. Isso sem buscar recursos financeiros, apenas criei redes de

relacionamentos, ou seja, construí pontes com pessoas que poderiam agregar ao meu objetivo naquele momento – transformar o ambiente da biblioteca.

Quando vi os resultados coletados para essa tese percebi que as gestoras faziam aquilo que estava ao seu alcance, mas acredito que poderiam ir além. Percebo a ausência das chefias imediatas dessas mulheres que por vezes se sentem sozinhas diante de desafios gigantesco, e conseqüentemente não conseguem cumprir o que está na lei, como direito adquirido pelas pessoas com deficiência – o lazer, a cultura, a educação, e o entretenimento.

Mas todo esse processo me moldou. Hoje vejo a biblioteconomia com outros olhos. E seguirei na luta junto com as pessoas com deficiência, pois acredito que o conhecimento transforma vidas e quero ser essa ponte entre o conhecimento e a pessoa com deficiência por meio da biblioteca. Promover interlocuções entre os saberes, dialogar com a comunidade e juntas buscar soluções no uso da Tecnologia Social para promover bibliotecas inclusivas e efetivas na sua missão de facilitadoras da informação.

Tenho orgulho imenso de ser professora, bibliotecária e pesquisadora. Cheguei muito além do lugar que imaginava. Consegui recuperar o tempo perdido que fiquei longe dos estudos. Retornei aos estudos com 38 anos, e hoje aos 49 anos me sinto uma mulher realizada, e com muitos sonhos para colocar em prática.

1 INTRODUÇÃO

Unidade de Informação é o espaço físico arquitetado e construído para abrigar a biblioteca, o museu e o arquivo. Nesses espaços se processa, armazena e dissemina a informação. Esta pesquisa se volta para a Biblioteca Pública como unidade informacional e comunicacional, com a profissional que atua como agente cultural, responsável por elaborar, organizar, e administrar a unidade de informação, sendo que cada tipo de biblioteca exige práticas diferenciadas, conforme o seu público.

Este profissional, segundo a *International Federation of Library Associations and Institutions* “é um intermediário ativo entre os utilizadores e os recursos disponíveis. A formação profissional contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados” (IFLA, 1994, p. 3). Os recursos mencionados podem ser: materiais, tecnológicos, financeiros e humanos.

No que se refere aos recursos materiais, tem, por exemplo, o acervo físico, e o acervo digital adaptado, o qual atende às necessidades das pessoas com e sem deficiência, e permite assim inserir um ambiente inclusivo na biblioteca. Porém, o acervo, por si só, é insuficiente. O seu valor está agregado às ações promovidas pelas(os) gestoras(es) no uso deste acervo. Os recursos tecnológicos estão para além dos equipamentos, *softwares* e periféricos, a sua contribuição se amplia a partir dos novos conceitos de tecnologia, a saber, as Tecnologias Inclusivas.

De acordo com Lunardi, Marcelino e Borges (2013) as Tecnologias Inclusivas buscam se diferenciar das tecnologias que têm por ideal o capital, o ganho, a lucratividade, e a produção em larga escala. As Tecnologias Inclusivas se classificam em cinco tipos, tais como: Tecnologia Social, Tecnologia Convencional, Tecnologia Assistiva/Interativa, Tecnologias Sustentáveis ou Tecnologias Verdes e as Tecnologias Educacionais. A presente pesquisa analisa a aplicabilidade da Tecnologia Social e a Tecnologia Assistiva nas Bibliotecas Públicas da Região Metropolitana de Goiânia.

Entende-se por Tecnologia Social o “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p. 26). A Tecnologia Assistiva abarca o desenvolvimento de instrumentos que visam promover a integralização das funções

humanas, de forma que promova a autonomia de pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida, nas suas atividades cotidianas, seja no ambiente profissional, escolar, doméstico, lazer ou cultura (Lunardi; Marcelino; Borges, 2013).

Diante disso, percebe-se a importância da Tecnologia Inclusiva no espaço da biblioteca pública para a promoção de ambientes e atividades culturais inclusivas. Sendo assim, a partir do exposto, essa pesquisa busca responder a seguinte **problemática**: De que forma as bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia têm utilizado a Tecnologia Inclusiva para a formação de leitoras(es) com deficiência?

Nessa conjuntura, o **objetivo geral** desta pesquisa é verificar as Tecnologias Inclusivas em bibliotecas públicas localizadas na Região Metropolitana de Goiânia, capital do Estado de Goiás, e se, e como, estão promovendo a formação de pessoas leitoras(es) com deficiência. Elegem-se como **objetivos específicos**: 1) averiguar os componentes técnicos existentes nas bibliotecas que auxiliam a comunicação, e a leitura das pessoas com deficiência; 2) verificar adequabilidade da estrutura de funcionamento para o atendimento das(os) usuários com deficiência; 3) analisar a aplicabilidade das atividades, ações, procedimentos e processos presentes nas bibliotecas públicas para pessoas com deficiência.

Na Resolução nº 466/12 e na Resolução n. 510/16, do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, “toda pesquisa envolvendo seres humanos deve ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)”, já que “a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos” (Brasil, 2016). Tendo por critério o respeito às normas e regulamentos estabelecidos dentro dos princípios éticos da pesquisa científica, a presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, no mês de setembro/2021, aprovado em 16 de novembro 2022, conforme Anexo A. O Termo de Consentimento Livre Esclarecido está inserido na primeira parte do formulário elaborado no Google, conforme Apêndices A e B, assinados pelas participantes da pesquisa no próprio formulário de pesquisa.

Sendo assim, o trabalho está dividido em oito capítulos. No primeiro a introdução. No segundo aborda a inclusão das pessoas com deficiência e os desafios enfrentados na sociedade, bem como, as conquistas adquiridas no campo dos Direitos Humanos.

O terceiro capítulo discorre sobre Tecnologia, e a sua relação com a sociedade na produção de métodos e técnicas que auxiliem a inclusão da Pessoa com Deficiência. Essas pessoas ao interagir com o seu entorno se utilizam de algum tipo de tecnologia para auxiliá-las tanto na leitura dos meios de comunicação quanto para estabelecer diálogo com o outro. Ao trazer para discussão Tecnologia Inclusiva é possível apreender o seu potencial para a pesquisa ora desenhada, uma vez que, essa tecnologia se apoia no trabalho coletivo, em busca de soluções para problemas vivenciados por determinada comunidade. O aprimoramento da Tecnologia Social em produtos de baixo custo fornece às pessoas com deficiência inovações dentro da Tecnologia Assistiva. O foco deste capítulo é compreender de que forma a Tecnologia Social e Tecnologia Assistiva de baixo custo pode ser aplicadas dentro da BP.

No quarto capítulo, desenvolvem-se os conceitos sobre leitura e pessoa com deficiência e os principais marcos legais que amparam os direitos dessas pessoas, com relação às barreiras encontradas na sociedade, as quais impedem o acesso aos bens públicos de forma a garantir a equidade. Ao compreender as discussões que envolvem as pessoas com deficiência entende-se a necessidade de se aperfeiçoar no atendimento e no acolhimento a essas pessoas nas bibliotecas.

O capítulo cinco busca delinear os conceitos introdutórios presentes na literatura científica especializada sobre a Biblioteca Pública brasileira, bem como o processo histórico desta instituição e seu valor social e cultural. Aborda também as iniciativas de implantação das bibliotecas públicas no Estado de Goiás. Outro ponto importante que este capítulo discute é o comportamento dos profissionais responsáveis pela gestão dessas unidades informacionais frente à crescente mobilização em prol da acessibilidade informacional, principalmente no que se refere ao uso da Tecnologia Social e da Tecnologia Assistiva às pessoas com deficiência.

O sexto capítulo detalha a metodologia escolhida para desenvolver esta pesquisa, que se caracteriza como pesquisa de campo exploratória. Na pesquisa de campo a pesquisadora analisou o objeto no seu próprio ambiente, assim sendo, utilizou a pesquisa de campo exploratória nas Bibliotecas Públicas da Região Metropolitana de Goiânia, com o intuito de averiguar o uso da Tecnologia Inclusiva na formação de leitores e a promoção da prática da leitura para pessoas com deficiência. O sétimo capítulo traz a análise realizada a partir dos dados coletados na aplicação do questionário.

E, por fim, no oitavo capítulo as considerações sobre o que foi discutido no capítulo anterior a partir dos dados coletados. Ainda não é possível traçar um perfil das BP no Estado de Goiás, mesmo porque somente uma pequena parcela conseguiu responder ao questionário. Mas, é possível identificar algumas lacunas na formação continuada das coordenadoras, para que o espaço se torne de fato inclusivo e promova por meio da TS a formação de leitores e a prática de leitura entre as pessoas com deficiência.

1.1 JUSTIFICATIVA

Incluir o outro nem sempre é fácil, ainda mais se esse outro é um indivíduo com deficiência. Entretanto, a arte, a cultura e o conhecimento aproximam o diferente, e isso estimula o desenvolvimento de atividades inclusivas no ambiente da BP, além de potencializar a interação com os diversos tipos de mídias disponibilizados nesses equipamentos culturais para a formação de leitores e a promoção da leitura.

É nessa perspectiva que a presente pesquisa procura relacionar os estudos de mídia, cultura e acessibilidade, com a Teoria Interacional da Mídia descrita por Thompson (2014, p. 9), a qual vincula o desenvolvimento da vida social e afirma que a “mídia é fundamentalmente cultural”. O livro é considerado uma mídia, sendo assim, a pesquisa se relaciona com a teoria de Thompson por desenvolver os estudos sobre a interação entre o meio (livro) e o leitor. E no caso da pessoa com deficiência, o acesso ao livro, e o seu desenvolvimento social com a leitura depende da cultura que essa pessoa está inserida, já que o autor afirma que a mídia é fundamentalmente cultural, isso vem de encontro à formação de leitores que se discute ao longo desta pesquisa.

A formação de leitores é considerada fundamental para que as pessoas tenham acesso à informação sobre os seus direitos e deveres, e possam exercer criticamente a sua cidadania. Segundo autoridades no assunto, a leitura possibilita ao indivíduo “compreender o significado das inúmeras vozes que se manifestam no debate social e de se pronunciar com sua própria voz, tomando consciência de todos os seus direitos e sabendo lutar por eles.” (Brito, 2010, p.1-2). Também já foram evidenciadas associações entre competência leitora e desempenho acadêmico, ou seja, quanto maior a proficiência em leitura melhor o desempenho acadêmico em todas as áreas e vice-versa (INEP, 2023, p. 12)

Diante da missão das bibliotecas de formar leitores e promover a leitura, a sua atuação deve ser condizente com as inúmeras demandas sociais, principalmente aquelas voltadas para a inclusão que permitiram que indivíduos e grupos outrora invisibilizados passassem a ter voz e conquistassem o seu lugar na sociedade. Promover a inclusão leitora é um desafio não somente para educadoras(es), mas também para bibliotecárias(os).

Sales diz que “nenhum povo se desenvolverá qualitativamente sem o apoio de uma política bibliotecária que efetivamente promova a democratização da leitura e do conhecimento, como fatores de progresso pessoal e bem-estar social” (Sales, 1980, p. 9). A partir desse pressuposto, os equipamentos, tais como: bibliotecas, museus, e arquivos têm por função não somente armazenar e disseminar a informação, mas, sobretudo, desenvolver procedimentos que promovam acesso à mídia, à informação, à leitura e à cultura. Esses processos precisam estar voltados para a estruturação de ambientes acessíveis, onde as pessoas com deficiência participem de forma plena e sem barreiras em prol da democratização do acesso ao livro, à leitura e à informação.

Assim sendo, esta pesquisa se **justifica** a partir do crescente movimento em prol da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Frente à exclusão histórica das pessoas com deficiência, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) surge como meio de assegurar os direitos e o lugar dessas pessoas na sociedade, além de amparar o acesso à cultura e ao lazer. Desta forma, esta pesquisa busca colaborar com a produção científica sobre o uso de Tecnologia Inclusiva como recurso para integrar a pessoa com deficiência - da criança ao idoso - na prática da leitura e contribuir para um espaço inclusivo nas bibliotecas públicas.

Justifica-se também pelo envolvimento pessoal com o tema da pesquisa. Convivo com minha sobrinha Victória Pollyana, uma jovem com síndrome de Down, atualmente com 22 anos, a qual me possibilitou aprender com as coisas simples da vida. A Victória me inspira por seu amor, aquele que não quer nada em troca, apenas doar. Mas vivenciei também, momentos de profunda tristeza e revolta juntamente com ela.

Quando ela era criança andávamos de ônibus e as pessoas a olhavam de forma diferente. Ao colocá-la sentada no banco algumas passageiras(os) levantavam para não ficar próximo a ela, como se tivesse doença contagiosa. Isso se repetia na escola com as(os) coleguinhas que não brincavam por influência das mães que pediam à direção a retirada dela da escola para evitar a proximidade com seus filhos e filhas,

pois ela poderia “passar doença às crianças”. Enfim, foram várias as situações de preconceito que vivenciei ao seu lado, e isso machuca, e ao mesmo tempo causa revolta. Foram essas situações que me levaram na graduação a se interessar pela temática da pessoa com deficiência no campo da Biblioteconomia.

O Trabalho de Conclusão de Curso se propôs a analisar a atuação das(os) bibliotecárias(os) nas Bibliotecas Escolares do município de Aparecida de Goiânia, o qual está integralizado a RMG, na inclusão de crianças e jovens com síndrome de Down. A partir desse trabalho me envolvi ainda mais com as pessoas com Síndrome de Down.

Na pesquisa de mestrado, devido a atuação e convivência na Associação Down de Goiás, como tia e associada há mais de 15 anos, fez com que desenvolvesse as pesquisas dentro da instituição, onde propomos implantar uma biblioteca, para assim, analisar a comunicabilidade das pessoas com síndrome de Down por meio da fotografia.

O envolvimento da comunidade nesta pesquisa nos surpreendeu, pois o que tínhamos para implantar a biblioteca era somente o local, ou seja, uma sala disponibilizada pela Presidente da Associação. Os livros, as estantes, o computador, a impressora, tudo isso foi conquistado por meio de doações. Foi postado nas redes sociais (*Instagram* e *Facebook*) o projeto de implantação da biblioteca e a sua finalidade em trabalhar a leitura com as pessoas com síndrome de Down e suas famílias, nesse *post* solicitou a comunidade virtual que apoiasse o projeto com doações de livros, com isso arrecadamos mais de cinco mil livros.

Foram realizadas na biblioteca desde o princípio diversas oficinas, tanto para a pesquisa do mestrado, relacionadas com a fotografia, como oficinas de leitura, de introdução a Libras, tendo por público-alvo crianças e jovens com síndrome de Down. Teve a oficina de Leitura Cora Coralina, onde trabalhei o livro “Os meninos verdes” e o “O prato azul pombinho”, mais dois livros da autora com as mães. Essa oficina terminou com a visita na cidade de Goiás, as e os participantes puderam materializar o que ouviram nas histórias impressas nos livros ao visitar a Casa de Cora Coralina.

A partir dessa oficina houve o interesse de pesquisar a leitura inclusiva nas bibliotecas comunitárias do Estado de Goiás. Essa proposta foi o projeto inicial no processo seletivo de doutorado. Mas com as pesquisas iniciais sobre as bibliotecas comunitárias verificou a impossibilidade de desenvolvê-la no espaço de tempo de doutoramento. É uma pesquisa que exige maior disponibilidade de recursos

financeiros e tempo. Diante disso, preferi analisar as Bibliotecas Públicas por saber da sua relevância na inclusão de todas as pessoas, sem distinção.

Outro fator que contribui para escolher as Bibliotecas Públicas foi à atuação como coordenadora de uma BP, na cidade de Goiânia. O cenário encontrado quando assumi o cargo era desafiador. Tive a oportunidade de conhecer de perto as dificuldades de gestão, mas também percebi que para realizar mudanças dentro da BP é preciso buscar parcerias, e diálogo. Essa última é uma ferramenta preciosa na infraestrutura pública, mas pouco empregada em prol do desenvolvimento na qualidade dos serviços públicos.

Diante desses fatores, percebe-se a relevância desta pesquisa para a área da Comunicação e Informação, uma vez que dialoga com as investigações entre mídia e a vida cotidiana das pessoas com deficiência, bem como as transformações ocorridas pelas práticas sociais, a partir dos referenciais culturais e das tecnologias inclusivas nos equipamentos de cultura, as bibliotecas públicas. Esta pesquisa está vinculada a linha de Mídia e Informação, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Outro fator importante que vale a pena ressaltar é o ineditismo dessa pesquisa. Foi realizado levantamento sobre a publicação de pesquisas que tinham por temática a biblioteca pública e a pessoa com deficiência no Estado de Goiás, e não foi recuperado nenhuma dissertação ou tese com essa envergadura. Percebe-se assim a relevância dessa pesquisa dentro da área da Biblioteconomia e também para os governos municipais da região metropolitana de Goiânia, e do Governo do Estado de Goiás.

O seu impacto social está diretamente ligado às discussões sobre a inclusão das pessoas com deficiência nas práticas de leitura dentro das bibliotecas públicas. Uma vez que a presente pesquisa analisou as possibilidades de uso das Tecnologias Inclusivas, na formação de leitores, e nas práticas de leitura dentro desses ambientes entre pessoas com deficiência. Os recursos para empregar as TI são de baixo custo, e as exigências para se implementar os projetos se pautam na mão de obra especializada, e a própria disposição da equipe em construir bibliotecas públicas inclusivas a partir da acessibilidade atitudinal.

Sabe-se o quão importante é o cumprimento de uma normativa, mas nesta pesquisa não houve o interesse de evidenciar a atuação do profissional bibliotecária(o), segundo o Art. 29, Lei 9.674/1998. Inúmeras são as discussões na

literatura biblioteconômica sobre a atuação dessa(e) profissional no ambiente das bibliotecas, porém nas bibliotecas públicas o descaso com a profissão está explícito, e o não cumprimento é algo normalizado, já que nem a profissão está regulamentada em grande parte dos municípios goianos. Diante disso, considerou gestor(a) da biblioteca pública aquela(e) profissional designada(o) por meio de decreto, seja pedagoga(o), historiador(a), ou indicação de profissional que possua qualquer outra formação acadêmica.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo é abordado o caminho utilizado para a busca de informações sobre a problemática que norteia a presente pesquisa. De acordo com Minayo (2021, p. 14) a metodologia é o “caminho do pensamento e da prática exercida na abordagem da realidade”. Isto quer dizer que ao se propor realizar uma investigação social é preciso estabelecer a priori os procedimentos, ou os métodos de trabalho que estruturam a pesquisa. Isso inclui a “teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade crítica e sua sensibilidade)” (Minayo, 2021, p. 14).

Desta forma, a metodologia exige decisões sobre métodos e técnicas para a construção do saber científico. Porém a escolha desses varia em conformidade com a investigação a ser realizada. A vivência da pesquisadora em seu cotidiano profissional e pessoal com pessoa com deficiência foi um ponto positivo para a escolha do tema a ser pesquisado, o que, de certa forma, auxilia na capacidade crítica, como mencionado por Minayo (2021).

Em termos de seus objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 187) a pesquisa exploratória proporciona maior “familiaridade do pesquisador com um ambiente”. Ela também se configura como uma pesquisa de campo. Severino (2007, p. 123) afirma que na pesquisa de campo a pesquisadora analisará o objeto no seu próprio ambiente. Assim sendo, o campo a ser explorado foi composto pelas Bibliotecas Públicas da região Metropolitana de Goiânia que compreende os municípios de: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturaí, Goianápolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade, com o intuito de averiguar adoção de Tecnologias Inclusivas para a formação de leitores e práticas de leitura entre pessoas com deficiência.

Os municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), a “Grande Goiânia”, foram institucionalizados pela Lei Complementar nº 27/1999, integrada por onze municípios. No ano de 2010 a Lei Complementar nº 78, alterou o quantitativo de municípios e a Grande Goiânia passou a ter 20 municípios integrados (Goiás, 1999, 2010). A Região Metropolitana de Goiânia possui 7.174.53 km² de área total e 2.584.255 habitantes, distribuídos em 20 municípios, de acordo com os dados

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Para conhecer um pouco da região, foi elaborado o Quadro 1, com dados quantitativos da população e a extensão territorial dos municípios da Grande Goiânia.

Quadro 1 - Dados populacionais da Região Metropolitana de Goiânia – 2022

(continua)

Municípios	Área (km ²) (2022)	População (2022)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	População (2010)	Crescimento populacional (2010-2022) ≅%
Abadia de Goiás	143,357	19.128	133,43	6.868	177.6%
Aparecida de Goiânia	140,43	527.550	1.884,42	455.735	15.7%
Aragoiânia	218,125	11.890	54,51	8.375	42%
Bela Vista de Goiás	1.274,034	34.445	27,04	24.539	40%
Bonfinópolis	121,915	10.296	84,45	7.536	36.5%
Brazabrantes	125,326	3.992	31,85	3.240	23%
Caldazinha	251,720	4.507	17,90	3.322	35%
Caturai	205,065	5.184	25,28	4.670	11%
Goianápolis	166,642	13.697	83,81	10.681	28%
Goiânia	729,296	1.437.237	1.970,72	1.301.892	10%
Goianira	213,772	71.916	336,41	34.061	111,2%
Guapó	514,178	19.545	38,01	14.002	39.5%
Hidrolândia	926,592	17.855	19,27	17.398	2.5%
Inhumas	614,887	52.204	84,90	48.212	8.3%
Nova Veneza	122,354	9.481	77,49	8.129	16.5%
Nerópolis	204,713	31.932	155,98	24.189	32%
Santo Antônio de Goiás	135,022	7.386	54,70	4.690	57%

Quadro 1 - Dados populacionais da Região Metropolitana de Goiânia – 2022

(conclusão)

Municípios	Área (km ²) (2022)	População (2022)	Densidade Demográfica (hab/km ²)	População (2010)	Crescimento populacional (2010-2022) ≅%
Senador Canedo	247,005	155.635	630,09	84.399	84.4%
Terezópolis de Goiás	107,407	7.944	73,96	6.562	21%
Trindade	712,690	142.431	199,85	104.506	36.3%
Região Metropolitana de Goiânia	7.174.53	2.584.255	5.984,07	2.173.006	828,2%

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados do IBGE/2022 (IBGE, 2023, grifo nosso).

De acordo com os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022) a Região Metropolitana de Goiás possui uma média de crescimento de 1,49%. Dez desses municípios tiveram desenvolvimento populacional acima de 30%, porém duas cidades surpreenderam na média de crescimento nos últimos 12 anos, que são: Abadia de Goiás com 177,6% e Goianira com 111,2% no progresso populacional da região.

Dos 20 (vinte) municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Goiás, somente 11 (onze) possuem bibliotecas públicas, as outras 9 (nove) cidades não dispõem de bibliotecas ou foram fechadas recentemente sem previsão para reabertura. Os onze municípios perfazem juntos um total de 17 (dezessete) bibliotecas, ou seja, há cidades que possuem mais de uma biblioteca. Esse quantitativo está distribuído da seguinte forma: Goiânia (5), Hidrolândia (1), Inhumas (3), Senador Canedo (1), Trindade (1). Das bibliotecas públicas citadas, somente 6 (seis) tem no seu quadro funcional a presença da profissional Bibliotecária.

Para coleta de dados, utilizaram-se questionários e observação espontânea, pela qual a pesquisadora complementa os dados coletados pelo segundo instrumento com visitas *in lócus*, e em algumas situações foi necessário conversar com as gestoras das bibliotecas por telefone. A observação espontânea, segundo Gil (2010, p. 121) permite ao observador ficar “alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa os fatos que aí ocorrem. É adequada aos estudos exploratórios, já que favorece a aproximação do pesquisador com o fenômeno pesquisado”, proporciona espontaneidade nos atos. O questionário foi elaborado na ferramenta

Google Formulários contendo 21 (vinte uma) questões - 12 (doze) sobre as características da biblioteca e 9 (nove) questionando as ações desenvolvidas na biblioteca para a inclusão das pessoas com deficiência, ver Apêndice A. O *link* foi encaminhado por e-mail ou, quando solicitado pelo (as) gestor (as) da biblioteca, pelo *WhatsApp*.

Quanto a abordagem é qualitativa, pois “responde a questões muito particulares [...] em um nível em que a realidade não pode, ou não deveria ser quantificado” (Minayo, 2021, p. 21). Esta pesquisa analisa os dados subjetivos com dimensão simbólica, desta forma, a abordagem qualitativa possibilita evidenciar os significados, os valores e as crenças, relacionadas à cultura do ambiente pesquisado.

O pré-teste foi realizado no primeiro semestre do ano de 2022. Para a aplicação do pré-teste foi escolhida uma pequena amostra das bibliotecas públicas fixadas no Estado de Goiás¹. O critério de escolha das unidades informacionais se deu em consideração a localidade e facilidade de comunicação com as/os gestoras (es), assim, foram escolhidas seis bibliotecas - três estaduais e três municipais - a identidade, ou seja, o nome das instituições e dos respectivos profissionais serão mantidos em sigilo, em consideração a ética na pesquisa.

O questionário do pré-teste, ver Apêndice B, foi estruturado com quarenta e cinco questões que visavam conhecer o perfil dos/das profissionais que atuavam na gestão dessas bibliotecas, bem como, constatar se na estrutura predial e espaço interno possuíam acessibilidade, e também, estimar as ações desenvolvidas na promoção da leitura inclusiva. Os resultados do pré-teste nos auxiliaram a compreender o quão exaustivo foi o questionário, já que era composto por 45 (quarenta e cinco) questões, após essa fase o quantitativo de questões reduziu para 21 (vinte uma) perguntas específicas sobre a “Caracterização das bibliotecas” e as “Ações na Biblioteca para pessoas com deficiência”.

Os resultados apresentados no pré-teste permitiram compreender parte da realidade das bibliotecas públicas no Estado de Goiás, tais como, bibliotecas com estruturas fragilizadas, baixo índice de frequência de pessoas com deficiência nos ambientes das bibliotecas, as bibliotecas apresentam potencial para a utilização das Tecnologia Social, mas sem entender a sua completude conceitual. Esse movimento,

¹ A pesquisa inicial pretendia pesquisar o Estado de Goiás em sua extensão total, ou seja, os 246 municípios. Na banca de qualificação foi pontuada pela banca avaliadora a pesquisa poderia trabalhar somente com a Região Metropolitana de Goiânia.

naquele momento, nos fez perceber que era essencial modificar o questionário e coletar mais dados por meio de outros instrumentos - entrevistas e observação - que permitam visualizar a realidade de cada ambiente com mais proximidade, para estreitar laços e promover diálogos entre a pesquisadora e as gestoras das bibliotecas.

3 INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O mundo externo influencia no mundo interno da criança, ou seja, “tudo aquilo que era pertencente ao mundo exterior, tais como: normas, comportamentos, éticas, ideias, convicções e interesses passam a ser interno por meio do processo da mediação semiótica” (Tada; Souza, 2009, p. 3), mas essa influência não se restringe apenas às crianças, qualquer indivíduo está sujeito a essa dinâmica. De acordo com Faria (2019, p. 64), “Esse mundo nos é apresentado através da linguagem, a qual ocorre em primeira instância com a interação com a mãe, o que, para Vygotsky (1993), representa a relação social mais importante no desenvolvimento” do indivíduo. Mas, este é apenas o princípio de uma teia de interações que terá durante toda a vida. Vale ressaltar que não é somente a criança que está em interação com o mundo, mas todo o ciclo humano envolve estar em interação, seja adolescente, adulto, pessoa idosa, pessoa com deficiência ou não.

Weschenfelder (1996, p. 16) diz que essa interação da criança deve ocorrer “com os diferentes grupos de que participa: familiar, vizinhança e escola, onde vai tecendo uma rede marcada pela multiplicidade de significados simbólicos”. Daí a importância de se investir na formação leitora desde a primeira infância, nesses grupos, os quais vem carregados de significados simbólico, devido à diversidade de pensamentos e comportamentos. A iniciação de leituras que falem sobre inclusão e diversidade torna-se imprescindível, para que a criança compreenda o que é inclusão social.

Kleiman (2012, p. 12) contribui com essa linha de raciocínio ao afirmar que “ao lermos um texto, qualquer texto, colocamos em ação todo nosso sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que se deu nossa socialização primária”, ou seja, os estímulos advindos da família como sociedade primária de convivência nos repassam valores, crenças, os quais influenciam no processo de leitura e sua interpretação. Essas influências por vezes inexistem com relação a pessoa com deficiência, devido ao capacitismo dentro da própria família, a qual descredita do potencial da sua filha ou filho, ou seja, não acreditam que ela ou ele tenha condições de ter seus próprios valores, crenças, criticidade e cidadania.

A presente pesquisa não tem por intenção analisar somente a fase infantil, mas é preciso evidenciar a relevância da família no processo da prática leitora, a qual também deve estimular a autonomia dessa criança para vivência em sociedade. O

conhecimento liberta e pode contribuir para a construção das teias sociais que essa criança irá tecer ao participar de grupos diversos com culturas, valores e crenças diferentes do seu habitat inicial, mas essas vivências auxiliam a perceber um mundo diverso, e incluir as diferenças é algo normal. Assim como a leitura, a inclusão das pessoas com deficiência, o respeito a diversidade deve ser ensinado às crianças desde a tenra idade, para que aprendam a conviver com as diferenças.

A inclusão social é um processo que se estende ao longo de décadas e, ainda hoje, é possível identificar dificuldades na sociedade em aceitar o diferente. Segundo Boneti (1997, p. 1) “esta inclusão social se promoverá pela criação das condições que favoreçam ao máximo a autonomia dessas pessoas na comunidade”. Incluir as pessoas com deficiência à sociedade é promover o construto da identidade sócio cultural e afirmação do sentimento de pertencimento. A dificuldade de se incluir pessoas com deficiência se dá pelo fato do seu corpo não corresponder aos padrões de normalidade impostos pela sociedade. Entretanto, os conceitos biomédicos em relação ao corpo não podem restringir oprimir e delimitar o espaço a ser ocupado por essas pessoas (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, 65).

A inclusão é estabelecida como “igualdade de oportunidade”. Os espaços, as atividades, os serviços, todos, sem exceção devem garantir a acessibilidades das PcD. No Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei nº 13.146/2015, em seu Art. 42 diz:

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I- a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos (Brasil, 2015, Art. 42).

A Inclusão Social tem por princípio as medidas estabelecidas aos indivíduos excluídos socialmente, seja pela deficiência, questões de gênero, cor da pele, orientação sexual, ou condições socioeconômicas. No Brasil ações que envolvem o tema inclusão social acontecem por meio dos movimentos organizados pela sociedade civil, o qual desenvolve diálogos com as instâncias governamentais para a elaboração de políticas públicas. Essas ações promovem às pessoas o direito de

acessar bens e serviços, tais como: educação, cultura, lazer, saúde, trabalho, moradia, entre outros.

Os ativistas com deficiência e as organizações sociais lutaram por longos anos na busca de garantia de direitos para atuação e pertencimento aos espaços da sociedade, seja no âmbito da educação, cultura, lazer, trabalho, moradia, saúde entre tantos outros espaços. Assim, temos a Constituição Federal (1988), a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2009a) e a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Essas leis expressam as conquistas desses movimentos na busca de qualidade de vida às pessoas com deficiência. A efetivação desses marcos legal se dá a partir da implementação dos direitos ali estabelecidos, uma dessas garantias é a acessibilidade.

A sociedade acessível deve considerar oito itens básicos de acessibilidade, a saber: arquitetura, mobiliário e equipamentos, comunicação, informação, metodologia, instrumento, programa e atitude (Sasaki, 2009). Cabe ao Estado a estruturação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade e da equidade. Medidas dessa natureza estão em consonância com os “valores mais caros da humanidade” e promovem melhorias na “vida em sociedade em todos os campos, a despeito das barreiras e óbices próprios do capitalismo (dos capitalistas) para a efetivação de políticas igualitárias” (Azevedo, 2013, p. 144).

Essas políticas buscam promover a justiça social via redistribuição dos bens públicos em uma “sociedade em que há diversidade e diferenças e que é formada por indivíduos desiguais. Assim, não se pode usar o ‘direito igual’ para todos, ou seja, não se pode tratar igualmente os desiguais, pois, assim, a desigualdade é perpetuada” (Azevedo, 2013, p. 138) e a inclusão e justiça social são vilipendiadas.

Dentre os bens públicos estão a cultura, a saúde, o lazer, o transporte coletivo, as habitações, o trabalho e a educação. Sobre a Educação, apesar de ainda estar pautada em modelos ultrapassados, não se verificou transformações significativas, mesmo frente às mudanças consideráveis ocorridas na sociedade midiática, principalmente no que se refere à inclusão digital. Esse novo contexto, uma educação voltada para a informação está “no cerne de uma nova e desejada sociedade ‘incluída’, que seja amparada na consideração ‘cuidadosa’ de uma educação que envolva novas e ousadas abordagens relacionadas ao acesso à informação por meio das TICs” (Silva *et. al.* 2005, p. 35).

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação devem ser utilizadas a favor da educação no processo de ensino-aprendizagem e da inclusão social. Ao se apropriar desses novos meios midiáticos, almeja-se a superação de “uma sociedade com sistema educativo para uma sociedade educativa” (Martín-Barbero, 2014, p. 10). O autor afirma que a escola precisa se reinventar diante das tecnologias, e esses instrumentos podem ser aliados para novas formas de ensino, ser espaço onde se permite a construção de novos saberes e narrativas, por meio da oralidade, da visualidade e literalidade.

Todavia, esse reinventar não se restringe somente ao espaço da escola, mas as bibliotecas públicas precisam também se apropriar das Tecnologias da Informação e Comunicação em prol das pessoas com deficiência. Para alguns tipos de deficiência o uso do audiovisual auxilia na compreensão do que está sendo apresentado, como é o caso das pessoas com deficiência intelectual. No contexto atual muitos se esforçam para a derrubada de paredes e construção de pontes entre os saberes, isso permite aos indivíduos ampliar os horizontes, e o acesso aos bens culturais de forma inclusiva, como previsto na lei, corrobora com a formação do pensamento crítico da(o) cidadã(o). A construção dessas pontes se daria por meio de três tipos de interações: “a interação face a face’, a ‘interação mediada’ e a ‘quase mediada’” (Thompson, 2014, p. 120).

A interação face a face ocorre quando os indivíduos situam e partilham o mesmo espaço-tempo. Já a interação mediada se utiliza de algum meio técnico para efetivar a comunicação, tais como carta, conversas por telefone e, atualmente, plataformas sociais. Neste tipo de comunicação os indivíduos se encontram em contextos espaciais e temporais diferentes. Já na interação quase mediada o autor se refere às relações construídas por meios de comunicação de massa, isto é, os livros, os jornais, o rádio, e a televisão.

Em alguns casos, a pessoa com deficiência necessita da mediação de algum tipo de tecnologia para auxiliá-la no processo de leitura desses meios de comunicação, ou para estabelecer diálogo com o outro. Com isso, percebe-se a relevância das Tecnologias Inclusivas, em prol da inclusão social, cultural e educacional das pessoas com deficiência.

3.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O SEU PROCESSO HISTÓRICO NA SOCIEDADE

As sociedades se transformaram ao longo do tempo, segundo suas necessidades políticas, econômicas, culturais e educacionais. Acredita-se que a educação é pilar para o desenvolvimento social dos indivíduos que dela participam. Isso pode ser percebido com relação à luta pela Educação Inclusiva, para os educandos com deficiência na rede pública e privada de ensino.

Todavia para se compreender os avanços sociais vinculados à pessoa com deficiência, primeiramente precisa entender o significado de deficiência, e as lutas que foram traçadas na trajetória histórica de sobrevivência dessas pessoas. Segundo Diniz (2007, p. 5) a deficiência “é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente”. Essa opressão perdura ainda nos dias atuais, uma vez que ela esteve presente ao longo dos séculos.

Na Antiguidade as crianças que nasciam com deficiência eram sacrificadas, pois fugiam ao conceito de beleza e estética do povo grego e romano, além do povo Hebreu que acreditavam ser castigo Divino a deficiência física, visual, auditiva ou intelectual - essas terminologias estão dentro das novas normas estabelecidas no contexto de inclusão social, porém, no tempo histórico as deficiências eram conhecidas por cego, aleijado, mudo, surdo, e não há referência histórica, no caso do povo Hebreu sobre a deficiência intelectual.

Na Idade Média houve o início de uma mudança no comportamento com relação à pessoa com deficiência. As crianças deixaram de ser sacrificadas, porém as famílias escondiam suas filhas e seus filhos que nasciam com deficiência da sociedade, devido a rejeição social. Portanto, passou de uma fase de extermínio, para a de exclusão/reclusão social.

Com a Segunda Guerra Mundial a deficiência teve dois momentos históricos: 1. Milhares de pessoas que não atendiam aos padrões da raça ariana foram dizimadas; 2. No pós-guerra milhares de soldados retornaram aos lares com algum tipo de deficiência, seja física, auditiva ou intelectual (Siécola; Schneider, 2017). Diante do caos instalado as autoridades internacionais da época desenvolveram pesquisas no âmbito da área médica, psicológica e educativa. Este percurso histórico

nos auxilia a refletir sobre as inúmeras injustiças que essas pessoas vivenciaram dentro das sociedades que estavam inseridas.

No Brasil, a partir de 1808, com a vinda da Coroa Portuguesa, as transformações sociais e culturais impactaram a sociedade brasileira. Dois projetos inovadores foram implantados no solo brasileiro, com o apoio de D. Pedro II, nos anos de 1854 e 1857, que tinham por objetivo principal e específico, o atendimento à pessoa com deficiência visual e auditiva. O primeiro foi o Instituto Imperial dos Meninos Cegos - hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant, e logo em seguida, o Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926 instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (Brasil, 2008).

Outras instituições foram fundamentais no processo de valorização das pessoas com deficiência, implementadas no Brasil-República - Instituto Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - esses espaços desenvolveram e desenvolvem até os dias atuais atendimentos especializados às pessoas com deficiência intelectual ou deficiência múltipla - atendem outras deficiências, mas a especialidade dos profissionais se pauta nas questões intelectuais.

A deficiência permaneceu por longo tempo adotando a concepção do modelo médico, ou seja, a deficiência era de responsabilidade da pessoa, o esforço para se restabelecer e integrar a sociedade era da pessoa com deficiência. Gadelha, Crespo e Ribeiro (2011, p. 35) dizem que, “Para o modelo médico, a deficiência é um ‘problema’ do indivíduo. O atendimento dos profissionais da área de reabilitação tem por objetivo obter a cura ou a adaptação”. A pessoa com deficiência deve se adaptar aos ambientes, a responsabilidade de se tornar adequada ao convívio social é da pessoa. Os autores afirmam que “pelo modelo médico, cabe à pessoa a tarefa de tornar-se apta a participar da sociedade tal qual existe” (Gadelha; Crespo; Ribeiro, 2011, p. 35).

Vale lembrar que a deficiência não está dentro de uma caixa, ou seja, de um pensamento único e exclusivo emitido pelos profissionais da saúde, onde o médico a classifica como doença. Mesmo que haja a possibilidade de alguma deficiência ser procedente de uma doença, ela não se caracteriza doença.

Por conseguinte, a partir da década de 1960 surgiram na Europa estudos do modelo social da deficiência desenvolvido por Colin Barnes. Ele defendia que as pessoas são de alguma forma deficientes, já que o ser humano possui limitações dentro da sua condição natural. A partir desse pensamento verifica-se que as pessoas nascem com deficiência, ou às adquire ao longo da sua trajetória de vida, como foi o caso dos soldados na Segunda Guerra Mundial.

A autora Lígia Amaral expõe que

por um lado tenho um certo esclarecimento, teórico-conceitual, da questão da deficiência pois a ela venho me dedicando profissionalmente há quase vinte anos, estudando, pesquisando, escrevendo, dando palestras e assessorias; por outro tenho também esse conhecimento num âmbito 'prático', por viver a condição de deficiência, pessoalmente, há cinquenta e poucos anos, uma vez que tenho seqüela da pólio que contraí recém-caminhante, aos quinze meses de idade (Amaral, 1998, p.12).

No seu relato a autora diz ser uma pessoa com deficiência, a qual foi adquirida da poliomielite, e essa condição a fez estudar e pesquisar sobre o assunto e defender a causa das pessoas com deficiência, os estigmas e as limitações impostas pela sociedade a essas pessoas. Na época, meados da década de 1990, Amaral sentiu que as e os leitoras(es) poderiam pensar que ela estava lutando em causa própria e até pede desculpas, mas nos dias atuais é o que se diz de lugar de fala. Amaral discute e discursa a partir das suas vivências os conceitos patológicos da deficiência.

Amaral (1998) diz que a deficiência é a

própria encarnação da assimetria, do desequilíbrio, das des-funções. Assim, sua desfiguração, sua mutilação, ameaça intrinsecamente as bases da existência do outro. Seu existir põe em movimento uma gigantesca pá de moinho que, descontrolada, subitamente, ameaça transformar a energia costumeiramente gerada com tranqüilidade numa torrente quase incontrolável, num caudal de águas turbulentas. O outro, o diferente, o deficiente, representa muitas e muitas coisas. Representa a consciência da própria imperfeição daquele que vê, espelha suas limitações, suas castrações (...) Representa ainda uma ferida narcísica em cada profissional, em cada comunidade. Representa um conflito não camuflável, não escamoteável – explícito

– em cada dinâmica de inter-relações. De qualquer lado que se olhe, representa uma chaga em pele idealizadamente de alabastro. Representa ameaça, perigo (Amaral, 1988, p.10-11)

Percebe-se a partir das reflexões da autora que a sociedade vê a pessoa com deficiência como algo imperfeito e fora dos padrões estéticos determinados. E essa forma de pensar advém do modelo médico que caracteriza a pessoa com deficiência com alguém improdutivo, inútil, e que causa prejuízos ao meio no qual está inserido. Mas o movimento de luta das pessoas com deficiência se opôs e buscou incansavelmente meios de classificar a deficiência sem pautar nas doenças, ou seja, o CID-10, e sim nas funcionalidades e limitações do corpo.

No contexto da saúde, segundo a Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde, as “deficiências são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda” (OMS, 2008, p. 14). O exemplo disso, quando um indivíduo perde uma perna é deficiência na estrutura do corpo, todavia não se caracteriza como perturbação ou doença.

Esse modelo biopsicossocial foi aceito em 191 países, em 2001, incluindo o Brasil, que aderiu a norma internacional para especificar e avaliar a saúde e a deficiência. Segundo Biz (2015) o modelo substitui o

enfoque negativo da deficiência e da incapacidade por uma perspectiva positiva. Os conceitos apresentados na classificação introduzem um novo paradigma para pensar e trabalhar a saúde e a doença, a deficiência e a incapacidade. Este modelo de entendimento da funcionalidade é mais dinâmico e compatível com a complexidade do conceito de saúde (Biz, 2015, p. 42).

Outro ponto importante abordado pelo autor é que a Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde não é um instrumento avaliativo, e sim de classificação. Sendo assim, não se pode medir ou determinar os limites da pessoa com deficiência. A multidirecionalidade da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde auxilia os professores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado, as escolas, ou mesmo profissionais que trabalham no atendimento direto ao público, uma vez que podem utilizar as normas para verificar a funcionalidade e as condições de vida, dado que esse instrumento é neutro e pode ser empregado em pessoa sem déficit algum, pois a presença da deficiência não representa incapacidade. Por isso, a compreensão da Classificação

Internacional de Funcionalidades auxilia na elaboração de atividades e ações adaptadas a partir da análise e descrição contidas na Classificação. Percebe-se que houve progresso no que tange a classificação, o que de fato auxiliou na construção da definição do que seja deficiência a partir do viés biopsicossocial.

Na década de 1970 a jovem Izabel Maior, se tornou uma pessoa com deficiência, naquele ano ela cursava o quarto período de Medicina e sofreu uma lesão na coluna. Atualmente a Prof.^a Dra. Izabel Maior, é militante na causa da pessoa com deficiência, e ex-secretária nacional da promoção dos direitos da pessoa com deficiência e uma das pioneiras do movimento político do segmento no Brasil. Ela salienta a relevância do modelo biopsicossocial, e os instrumentos de avaliação elaborados a partir da Classificação Internacional de Funcionalidades, tais como Índice de Funcionalidade Brasileiro. Izabel Maior diz que a “Avaliação unificada da deficiência por equipe multiprofissional e interdisciplinar – analisa a pessoa em sua integralidade, é mais justa e menos sujeita a erro de avaliação, com melhor custo-efetividade” (Maior, 2020, p.30).

O século XX registrou inúmeros avanços para as pessoas com deficiência, os quais foram conquistados por meio de lutas na garantia de direitos, no que tange a inclusão social, educacional e cultural. A Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (Brasil, 1980) revela a emergência histórica em promover o protagonismo dessas pessoas na participação política, a qual era restrita, de onde advém o lema “Nada sobre Nós sem Nós”.

O marco regulatório foi de suma importância, tais como: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e Adolescente (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999), e no século XXI conquistaram o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (2015) (Brasil, 1988, 1990, 1996, 1999, 2015).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, no Art. 2º e Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Art. 1º considera-se pessoa com deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2009a; 2015). Este conceito tem por base o modelo biopsicossocial, ou seja, a deficiência não se encerra no corpo, ela não pode ser limitadora.

Com relação à terminologia, por que deve se usar o termo “pessoa com deficiência”, ao contrário de outros mais populares/conhecidos pela sociedade? Primeiramente porque antes de se ter a deficiência, existe um “ser”, que precisa de ser reconhecido como indivíduo detentor de direitos e, por ser algo afirmativo, as pessoas com deficiência querem ser reconhecidas como pessoas, sem a necessidade de esconder sua deficiência por trás de termos pouco representativos, tais como: pessoas especiais, portadoras de deficiência, portadores de necessidades especiais, inválidos, incapazes, excepcionais, mongolóides ou anjinhos.

Outro fator é com relação ao termo “portador”, a pessoa com deficiência não porta a deficiência, ou seja, não carrega como se fosse utensílio - carteira, guarda-chuva, garrafa entre outros tantos exemplos - onde em um momento leva algum desses materiais e em determinado tempo o deixa, ou esquece de levar consigo. Diferente disso, a deficiência pertence ao corpo da pessoa, está com ela, por isso que as Pessoas com Deficiência preferem ser reconhecidas pelo termo “Pessoa com Deficiência”.

Apesar de todos esses marcos, as pessoas com deficiência ainda travam lutas diárias para garantir seu lugar na sociedade e sair da invisibilidade, o que nos leva a constatar que a Lei, isoladamente, não garante o respeito à diversidade e às diferenças, o ponto central está no comportamento e consciência de cada indivíduo que faz parte do meio social.

De acordo com Vital (2008) “apesar dos diversos tratados, pactos e convenções internacionais em vigência que protegem os direitos humanos das pessoas, as deficiências estão mais vulneráveis a todo tipo de violência doméstica, bem como qualquer outra ordem” (Vital, 2008, p. 21). A violência apontada pela autora possui algumas nuances, e as mais comuns são: negligência, maus tratos, maus tratos psicológicos e abusos. O primeiro se refere à ausência de alimentação e medicamentos indicados, a falta de cuidados com a higiene pessoal, não respeitar as prescrições médicas. Com relação aos maus tratos pode ser a fala agressiva, agressões físicas, excesso de restrições, e reclusão. Os de ordem psicológica pode ser a intimidação, isolamento social, impedir a tomada de decisões próprias, e ameaças. E os abusos podem ser a exploração sexual, a recusa de informações, a esterilização sem consentimento (Maio; Gugel, 2009).

Ao tocar nesse ponto, a intenção é mostrar que muitas dessas atitudes de violência familiar se configuram como capacitismo, ou seja, o preconceito enraizado

de que as pessoas com deficiência não possuem competência para terem uma vida com autonomia, sendo responsáveis por suas escolhas. Essas ações revelam violência contra essas pessoas, e isso acontece no seio familiar, e também na sociedade de forma geral. A visão capacitista tem por base crenças errôneas, tais como:

- somos imaculados, crianças, com passaporte garantido para o céu para nos compensar. Como sexualidade é vista como suja por algumas pessoas, somos também assexuados;
- a deficiência é uma tragédia, um castigo, por causa dela, todos nós somos infelizes;
- não somos capazes, não poderemos nos desenvolver ou ter autonomia, não sairemos de casa, nem trabalharemos ou teremos nossa família. Sempre precisaremos de cuidados;
- não temos capacidade de ser responsáveis por nada;
- não somos parte da sociedade. O estado não precisa tomar medidas para nos incluir. Devemos ficar em instituições. Estas e as nossas famílias que cuidem de nós;
- a única forma de tudo isso mudar é se não tivermos mais a deficiência (IFPB, 2021, n./p.).

Diante disso, é preciso mudar atitudes e pensamentos. As pessoas com deficiência não precisam: que sintam pena delas; que fiquem chateado, caso recusem sua ajuda; de superproteção; que tomem decisões por elas; do olhar de infantilização; da divinização; e superestima, enfim, precisam que as enxergue como pessoas que possuem limitações, mas podem desfrutar da vida com liberdade e autonomia (IFPB, 2021). Para isso, a sociedade precisa aplicar o que está na Lei e desenvolver ambientes e serviços que garantam o acesso aos bens culturais nos formatos acessíveis.

No que incumbe usufruir da cultura, do esporte, do turismo e do lazer, as garantias estão expressas nos Art. 42 ao 45, da Lei Brasileira de Inclusão de 2015, portanto, aqui pretende ressaltar somente o Art. 42 e 43:

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à **cultura**, ao esporte, ao turismo e ao **lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas**, sendo-lhe garantido o acesso:
I - a bens culturais em formato acessível;
II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e
III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

Art. 43. O poder público deve **promover a participação da pessoa com deficiência** em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

- I - incentivar a **provisão de instrução**, de treinamento e de **recursos adequados**, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;
- II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e
- III - **assegurar** a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, **culturais e artísticas**, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, Art. 42-43, grifos da autora).

Esses artigos da Lei Brasileira de Inclusão revelam que os equipamentos e espaços culturais precisam buscar formação ao desenvolver serviços para as pessoas com deficiência, de forma que, as barreiras sejam eliminadas em sua completude ou ao menos em sua maioria. Principalmente a barreira atitudinal. Ao pensar nos serviços disponibilizados nas bibliotecas públicas, nas barreiras atitudinais, e nas propostas descritas na Lei Brasileira de Inclusão, percebe-se que é necessário investir na formação dos servidores que fazem parte do ambiente da biblioteca. Sendo assim, a equipe da biblioteca pública precisa estar preparada para atender este público, e garantir o direito de acesso à cultura para pessoas com deficiência, e estabelecer um novo desempenho nos ambientes informacionais.

Tais barreiras devem ser erradicadas e as Tecnologias Inclusivas podem auxiliar as bibliotecas públicas para a construção de um espaço diferenciado. A participação efetiva da comunidade, neste caso das pessoas com deficiência, na resolução de possíveis barreiras é uma variável que não pode ser desconsiderada. A interação social propiciada pela busca de intervenções para transformação de uma dada realidade, para Logan (2012), o aprender a aprender pode ser estimulado, pois propicia a troca de experiência entre diferentes atores com histórias e saberes diversos agrega valor à solução encontrada.

4 TECNOLOGIAS INCLUSIVAS

Apesar de todas as tipologias interacionais serem de fundamental importância no desenvolvimento sociocultural dos indivíduos na sociedade, o trabalho ora desenvolvido tem por foco principal a interação quase mediada pelas tecnologias, que denominamos inclusivas, para a formação de leitores e a promoção da leitura entre pessoa com deficiência nos ambientes das bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia no Estado de Goiás.

Para discutir as Tecnologias Inclusivas, estruturamos a temática nos tópicos: O que é tecnologia? Quais suas relações com a sociedade? Em seguida, adentrar na discussão das Tecnologias Sociais e Assistivas.

4.1 O QUE É TECNOLOGIA?

As técnicas são produtos das capacidades que o ser humano possui de desenvolver métodos e processos para otimizar a execução de alguma atividade. Imagine o que uma pessoa pode executar com agulha e linha, no uso das técnicas artesanais do crochê, do bordado, do tricô, da costura, ou seja, a linha se transforma em vestuários, ou peças artesanais. Por isso que, na técnica, o foco principal está no como modificar, produzir e transformar.

Essas transformações são possíveis no uso da técnica e da tecnologia - ambas “têm origem comum na palavra grega *techné* que consistia muito mais em se alterar o mundo de forma prática do que compreendê-lo, o verbo *teuchô* ou *tictein* [...]; e *teuchos* significa ferramenta, instrumento”. A palavra tecnologia, por sua vez, “provém de uma junção do termo *tecno*, do grego *techné*, que é saber fazer, e *logia*, do grego *logus*, razão. Portanto, tecnologia significa a razão do saber fazer”. (Veraszto *et al.*, 2009, p. 21).

Quando o ser humano, ainda no período Pré-Histórico, se deparou com as dificuldades e desafios para realizar suas atividades cotidianas elaboraram ferramentas para facilitar, na época, o processo de caça e garantir a sua alimentação e da *prole*. Nesse processo evolutivo de uso cognitivo, o homo *sapiens* criou meios para se vestir e armas para se proteger do ataque de animais selvagens. Esses instrumentos fazem parte das técnicas elaboradas pelo ser humano, e tais ferramentas não podem ser caracterizadas como tecnologia, por esta ainda não ser

parte da vivência humana. O “desenvolvimento da técnica e tecnologia atravessa todas as etapas da evolução humana” (Técnica, 2017, p. 3).

Na Grécia antiga o termo *techne* tinha por definição conhecimento e se relacionava à *poiésis*, ou seja, à praticidade de se executar algo, de fazer o indivíduo preencher seu tempo na produção de algum produto (Feenberg, 2005). As *technes* eram produzidas e apropriadas em diversas áreas, tais como: medicina, carpintaria, arquitetura, mecânica, matemática, e no comércio. Na medicina tinha por princípio curar os doentes, na mecânica aplicava as técnicas para fabricar máquinas e armas, na carpintaria empregava as técnicas na construção de embarcações com uso de madeiras. Desta forma,

Na visão grega das coisas, cada *techne* inclui um propósito e um significado para os artefatos cuja produção ela orienta. Note-se que, para os gregos, as *technai* mostram a ‘maneira correta’ de fazer coisas de maneira muito forte, até mesmo em um sentido objetivo. Embora os artefatos dependam da atividade humana, o conhecimento contido nas *technai* não é matéria de opinião ou intenção subjetiva. Até mesmo os propósitos das coisas que são feitas compartilham dessa objetividade na medida em que estão definidas pelas *technai*. A palavra *techne* está na origem das palavras modernas ‘técnica’ e ‘tecnologia’ nas línguas ocidentais, embora tenha um significado um pouco diferente (Feenberg, 2005, p. 2).

A complexidade que envolve esses significados na maneira de saber-fazer não se pautou somente na construção de máquinas, armas ou na medicina, se aplicou também na habitação, no processo técnico de tratar o solo para plantio, sendo que a descoberta do fogo e a sua finalidade na vida cotidiana mostra a relevância para o progresso cultural. Diante disso, apesar dos conceitos diferenciados, a técnica, a *techné* e a tecnologia se “complementam na medida em que uma é resultante do desenvolvimento histórico da outra” (Oliveira, 2008, p. 2).

Ao se complementarem, pode-se dizer que as descobertas correspondiam às exigências dos hábitos e costumes inseridos em determinada sociedade. Por isso, a “tecnologia é concebida em função de novas demandas e exigências sociais e acaba modificando todo um conjunto de costumes e valores e, por fim, agrega-se à cultura” (Veraszto *et al.*, 2009, p. 37). São essas demandas que levam o ser humano a desenvolver instrumentos para uso pessoal e coletivo.

O machado de mão feito com pedra lascada foi o primeiro desses meios e, ao perceberem que podiam alterar a natureza em seu favor, fabricaram outras

ferramentas que otimizou a caça, a pesca, o cultivo e a defesa. Nos dias atuais, ao pensar e falar em tecnologia vem à mente todas as facilidades dos produtos eletroeletrônicos disponíveis no mercado, ou seja, os *smartphones*, computadores, *notebooks*, carros a energia, *smart TV*, entre outras inovações tecnológicas, porém a tecnologia não se resume somente a esses aparatos, uma vez que, a “história tecnológica começou junto com o primeiro homem quando ele descobriu que era possível modificar a natureza para melhorar as condições de vida de seu grupo” (Veraszto *et al.*, 2009, p. 26). Essas modificações visam a elaboração de produtos que satisfaçam os interesses de determinados grupos ou comunidades.

Ao vislumbrar essas finalidades, tem-se que a Tecnologia advém da uma ação do “ator social sobre um processo de trabalho que ele controla [...] e é capaz [de] provocar uma alteração deste processo no sentido de reduzir o tempo necessário à fabricação de um dado produto e de fazer [...] de acordo com seu interesse” (Dagnino, 2011, p. 6). O interesse desses atores se modifica conforme as dinâmicas sociais, uma vez que, essa mudança social suscita novas necessidades e faz com que os indivíduos reflitam sobre formas de reduzir tempo na fabricação e também métodos para facilitar o uso. Daí a tecnologia ser uma prática social de cunho político, econômico, social e cultural. O próximo tópico discute a relação da tecnologia com a sociedade, dentro dessas perspectivas.

4.1.1 Relação Tecnologia e Sociedade

Define-se sociedade, como o agrupamento de indivíduos que se interligam um ao outro na busca de executarem suas funções dentro do grupo, o qual possui organização por meio de normas e regras. As normas e as regras auxiliam a conduzir o comportamento humano, uma vez que, na sociedade os indivíduos compartilham saberes, experiências e vivências, por isso que Bauman afirma que a “sociedade é outro nome para concordar e compartilhar, mas também o poder que faz aquilo que foi concordado, e compartilhado seja dignificado” (Bauman, 2008, p. 8).

Quando Bauman diz sobre honrar o que foi dito, conversado ou mesmo compartilhado ele se refere às convenções, às normas e às regras que estruturam a sociedade, com vista a evitar o caos e a desorganização social. Norbert Elias corrobora com este pensamento ao elucidar sobre o convívio em sociedade, e a sua influência no delineamento comportamental do ser humano. O exemplo disso é

quando se insere o recém-nascido em grupos de indivíduos que “já existiam antes dele. E não é só: todo indivíduo constitui-se de tal maneira, por natureza, que precisa de outras pessoas que existam antes dele para poder crescer” (Elias, 1994, p. 23). Este crescimento é de ordem física, mental, psicológica e afetiva.

O autor afirma ainda que

Não há dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele; sem dúvida, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social — seja este qual for. Mas isso não significa nem que o indivíduo seja menos importante do que a sociedade, nem que ele seja um ‘meio’ e a sociedade, o ‘fim’. A relação entre a parte e o todo é uma certa forma de relacionamento, nada mais (Elias, 1994, p. 17).

Essa inserção na sociedade envolve o processo de humanização. E como reitera o Norbert Elias, o aglomerado de pessoas constitui um todo social, os significados surgem a partir da relação do indivíduo com a sociedade, visto que este relacionamento se dá entre a parte e o todo, o qual pode surgir complexidades. Quando a criança vem ao mundo, naturalmente possui diferenciações, advindas da sua individualização.

De acordo com Elias (1994, p. 23) é “apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo”. Sendo que, esse ser apesar da sua maleabilidade é dotado de cinco tipos de emoções básicas, tais como: afeto, alegria, tristeza, medo, raiva, e a depender da forma que é conduzido o processo educacional dessa criança ela pode ter as suas emoções reprimidas, e a complexidade do ser se potencializa. Daí a magnitude de se viver em sociedade, pois somente o convívio com outras pessoas faz com que a “criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto” (Ibid, p. 23).

A ausência dessa convivência com outras pessoas, a falta de elos sociais faz com que o indivíduo se isole das relações, e isso pode ocasionar na “melhor das hipóteses, para a condição de um animal humano semi-selvagem” (Elias, 1994, p. 23). E o comportamento semi-selvagem está a cada dia mais presente na sociedade atual, onde as emoções e os sentimentos afetam de alguma forma a saúde mental dos

indivíduos, que cada vez mais possuem dificuldades de filtrar suas emoções, de aparar as suas arestas para a construção de um indivíduo em interação com o social.

Bauman (2008, p.180) diz que “a natureza humana’ na qual cada um nasceu foi substituída pela ‘identidade’, que cada pessoa precisa podar e adaptar”. O ato de podar e adaptar a identidade auxilia esse indivíduo a se perceber como parte daquela sociedade, daí começa a desenvolver a fala, os instintos e as percepções, o convívio com as pessoas mais velhas no dia a dia estimula essa autoanálise, e conforme vai crescendo a criança tem a possibilidade de tornar-se adulto maduro e colaborativo em sociedade. Bauman afirma ainda que “Todas as sociedades são fábricas de significados. Até mais do que isso: são sementeiras da *vida com sentido*” (Bauman, 2008, p. 8).

Vigotsky (1997) afirma que “Em contraposição a Piaget, pensamos que o desenvolvimento segue não no sentido da socialização, mas no da conversão das relações sociais em funções mentais” (Surgardo, 2000, p. 52-53). Assim, ao se inserir no mundo o ser humano é transformado a partir das interferências das ideias advindas da sua convivência religiosa, social e política.

Seguindo essa linha de pensamento de Bauman, Norbert Elias e Vigotsky, sobre indivíduo e sociedade, é possível afirmar que a interferência dos indivíduos na construção desta sociedade, e até mesmo os significados que esses dão aos movimentos ocorridos nela, auxiliam a definir quais necessidades ou demandas que determinado grupo precisa para, se não eliminar, ao menos atenuar as desigualdades sociais, culturais e educacionais instauradas no seio de qualquer sociedade.

E a tecnologia, como discutido no tópico 4.1, é posta como a interferência do ser humano na natureza por meio de técnicas, conforme a necessidade desta sociedade. Ao desenvolver essas técnicas e empregar a tecnologia, em prol da resolução de demandas suscitadas pela sociedade, estabelece-se uma dinâmica pelas quais ambas (tecnologia e sociedade) podem sofrer mudanças.

Desta forma, foge-se da perspectiva do determinismo tecnológico que prega que a tecnologia leva, inequivocamente, às mudanças de ordem social, cultural, econômica e política. Já há consenso de que “a tecnologia em si não provoca impactos pré-determinados. Apenas abre possibilidades para a sociedade, que pode ou não adotá-la” (Adrião, 2008, p.1).

Também há um afastamento da visão que considera os artefatos tecnológicos como “neutros, intrinsecamente bons, produzidos tão somente para resolver

problemas práticos” (Novaes; Dagnino, 2004, p.189). Ao conceber a tecnologia como inexoravelmente neutra e boa, obscurece-se o fato de que ela é produto das relações sociais/poder, portanto, historicamente determinadas.

Tem-se, por exemplo, as transformações ocorridas nas formas de escrita. Da escrita cuneiforme aos escritos digitais inúmeros foram as intervenções humanas que ocorreram ao longo da história dos registros. A escrita cuneiforme era utilizada para documentar os atos políticos e econômicos dos Sumérios, e seu acesso era restrito, já que naquela época poucas pessoas sabiam ler e escrever.

Por sua vez, a escrita digital popularizou a escrita e estreitou a distância por meio dos avanços tecnológicos. Essas interações entre sociedade e tecnologia tornou possível a apresentação das dificuldades dos indivíduos que viveram em tempos diferentes, mas ao explicitar suas demandas provocam a possibilidade de pesquisas e conseqüentemente a busca de soluções, seja por meio da técnica, ou da tecnologia, em consonância com a sociedade.

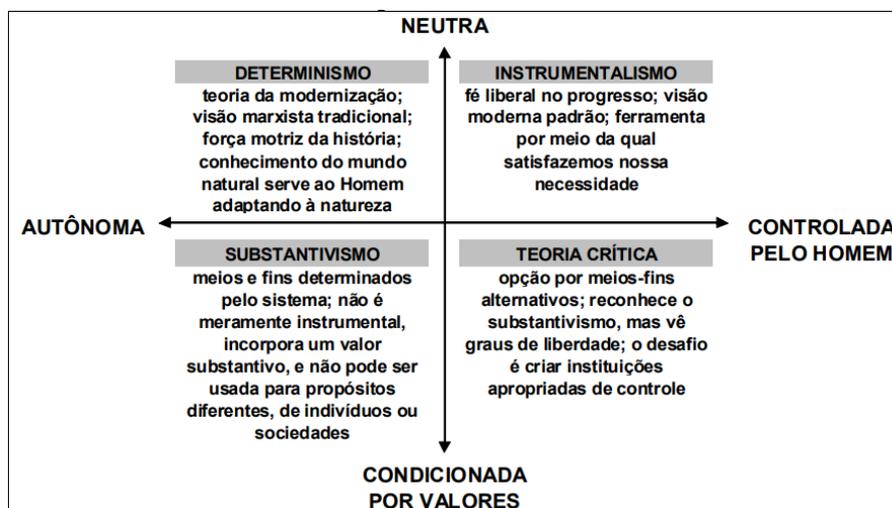
Com base na análise do conceito de tecnologia, Dagnino (2002) e Dagnino, Brandão e Novaes (2004), recorreram aos estudos sobre a relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade, onde os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia, no que se refere à especificidade da Ciência, Tecnologia e Sociedade, se divide em duas categorias: a primeira tem por objetivo principal de análise, a Ciência e Tecnologia; e a segunda, a Sociedade.

A abordagem com foco na Ciência e Tecnologia segue um caminho peculiar, sendo que pode ou não influenciar a sociedade, assim, a tecnologia se desvincula de sua conjuntura, isto é, um elemento neutro, o qual tem por distinção básica entre as tecnologias ser mais ou menos evoluída. Enquanto a outra abordagem que tem por objetivo a sociedade, a atribuição da Ciência e Tecnologia, e “não apenas o uso que dela se faz, é socialmente determinada e, devido a essa funcionalidade entre a Ciência e Tecnologia e a sociedade na qual foi gerada, ela tende a reproduzir as relações sociais prevaletentes e, até mesmo a inibir a mudança social” (Dagnino, 2002, p. 2).

Dagnino, Brandão e Novaes (2004), se pautam nos estudos de Andrew Feenberg (2005, p. 6), o qual explica que a tecnologia se define por dois eixos que expõem sua “relação aos valores e aos poderes humanos”. No eixo vertical ele explica que “oferece duas alternativas, ou a tecnologia é neutra de valor, como assumido pelo Iluminismo, ou está carregado de valor, como os gregos acreditavam”, elaboraram um

quadro com as quatro visões: determinismo, instrumentalismo, substantivismo e teoria crítica. Veja na Figura 1.

Figura 1 - Visões sobre a tecnologia



Fonte: Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p. 48).

Quando os autores expõem no quadro que a tecnologia é neutra, significa a imparcialidade no uso dos meios, para determinados fins, ou seja, há uma separação absoluta entre meios e fins. Dentro desta perspectiva neutra, "o resultado material da tecnologia, um dispositivo técnico qualquer, é simplesmente uma concatenação de mecanismos causais que pode ser usado para o bem ou para o mal" (Dagnino, 2007, p. 172-173). Quem define o uso final do instrumento tecnológico é a pessoa, e o valor também, é de competência do sujeito, seja para o bem ou para o mal.

Essa visão da neutralidade da tecnologia deve ser confrontada. A manipulação de algoritmos é o exemplo da não neutralidade tecnológica e essa interferência altera a dinâmica social e cultural. As redes sociais criam bolhas informacionais e tornam as pessoas viciadas em necessidade que antes não sentiam, sendo assim, como a tecnologia pode ser neutra?

As grandes corporações, *Facebook*, *Instagram* e *Google* modulam os "comportamentos por meio da coleta massiva de dados e da criação de algoritmos para identificação e classificação de pessoas em perfis específicos que servem para impulsionar comportamentos, criando valor e capital" (O Mito, 2021, n./p.). Percebe-se que o ponto crucial nesta questão de neutralidade e não neutralidade está para

além do uso da tecnologia, para o bem ou mal, já que esta tem por objetivo seduzir e controlar aqueles que fazem uso diário da internet.

Na parte superior do quadrante, à esquerda, tem-se a visão determinista da tecnologia, a qual associa autonomia e neutralidade, onde a tecnologia é um fim em si mesmo, já que “a tecnologia na visão determinista utiliza o avanço do conhecimento do mundo natural para servir à humanidade, sendo que cada descoberta se orienta em direção a algum aspecto de nossa natureza” (Dagnino; Brandão; Novaes, 2004, p. 49) esses aspectos estão ligados às necessidades humanas de ordem física ou mental. O determinismo tecnológico influencia nos valores culturais, nos comportamentos e nas condições sociais dos indivíduos. Pode-se dizer que é uma teoria simplista, a qual estabelece relação entre tecnologia e sociedade.

Na parte superior à direita, tem-se a visão instrumental, que interliga os aspectos de neutralidade e controle pelo ser humano. A tecnologia está isenta de valores ou interesses, e subordinada ao arbítrio humano. De acordo com Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p. 48) a visão instrumental é de padrão moderno e “concebe a tecnologia como uma ferramenta ou instrumento da espécie humana mediante a qual satisfazemos nossas necessidades, determinando a direção do desenvolvimento tecnológico de acordo com nossa vontade”.

Isso quer dizer que a tecnologia é um meio para determinado fim, sem valor e propósito próprio. O exemplo mais comum na atualidade são as redes sociais, este instrumento de comunicação por si mesmo não causa prejuízo ou gera desinformação, mas o seu manuseio por uma pessoa com intenções duvidosas determinará seu valor, ou seja, gerar desinformação sobre determinado assunto pode propiciar uma avalanche de *Fake News* e envolver o nome de pessoas inocentes e com isso ocasionar em certos casos, mortes.

No eixo vertical representa a liberdade da tecnologia, livre de interesses econômicos, políticos, sociais, normas ou regras, ou seja, ela é neutra. Essa visão da tecnologia não subsiste já que a tecnologia sofre interferências políticas e sociais, a exemplo disso são as câmeras de reconhecimento facial. Segundo a pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania realizada em cinco Estados brasileiros diz que esse tipo de tecnologia propicia o encarceramento em alta escala de jovens negros residentes nas periferias, onde 90,5% das pessoas presas identificadas pelas câmeras eram negras (Nunes, 2019). Diante desses dados percebe-se que os algoritmos de alguma forma fortalecem o racismo.

Já o eixo horizontal representa os extremos da autonomia e do controle humano. Sendo que a autonomia se dá a partir da tecnologia “apoiada na ciência e no método científico e em busca da eficiência crescente, teria suas próprias leis imanentes, seguindo uma trajetória linear e inexorável, governada por esse impulso endógeno” (Dagnino, 2007, p. 173). Nessa perspectiva a tecnologia segue livremente e tem seu desenvolvimento em si mesmo, sem qualquer interferência social, compete à sociedade usufruir das suas vantagens. No eixo oposto se localiza a condição por valores, na qual o indivíduo tem total controle sobre a tecnologia, e a ele compete decidir a sua orientação e desenvolvimento.

No terceiro quadrante, na parte inferior à esquerda, expõe os pontos chave da visão substantivista da tecnologia, a qual se alinha com o eixo autônomo e o condicionada por valores. A tecnologia substantivista, ao contrário da instrumentalista e determinista, agrega valores, assume o compromisso de se desenvolver para elaborar uma vida boa à sociedade e aos indivíduos que dela participam. O seu uso possui definição específica para um fim, ou seja, se determinada sociedade “assumir o caminho do desenvolvimento tecnológico, ela será inexoravelmente transformada em uma sociedade tecnológica, um tipo específico de sociedade dedicada a valores tais como a eficiência e o poder” (Feenberg, 2005, p. 8). Sendo assim, os valores tradicionais não sobrevivem ao desafio tecnológico.

Por fim, no quarto quadrante inferior, à direita, evidencia a visão da Teoria Crítica, na qual se concebe os aspectos de controle pelo ser humano e condicionada por valores, foi organizada por Feenberg (2005), em sua Teoria Crítica da Tecnologia. O autor afirma que a teoria crítica “sustenta que os seres humanos não precisam esperar um Deus para mudar a sua sociedade tecnológica em um lugar melhor para viver”, uma vez que é controlada pelo ser humano e subordinada aos seus interesses, o que a caracteriza, é a não neutralidade, isto porque é dotada de valores (Feenberg, 2005, p. 9).

A visão da teoria crítica tem por foco a sociedade, e o desenvolvimento da C&T, a qual possui influência direta sobre esta e traz consigo a concepção da não neutralidade. Esta visão é otimista em relação à tecnologia, principalmente nas perspectivas de promover progresso que venha de encontro às necessidades da sociedade, tendo em vista os valores que esta escolheu para viver (Freitas; Segatto, 2014). Assim, as tecnologias não são contempladas como ferramentas, e sim, como arranjos para estilos de vida. Ao vislumbrar esse olhar promissor da tecnologia e o

foco voltado às necessidades da sociedade tem-se o desafio de escolher uma forma de desenvolvimento tecnológico que evidencie o contexto social dos seus usuários e os faça partícipes do processo de construção social.

É preciso trazer ao controle do Estado as decisões sobre que tipo de desenvolvimento se deseja e colocar em prática ações que levem a um desenvolvimento que seja sustentável. Para isso, é preciso compreender que o papel da ciência e tecnologia (C&T), diferentemente de exercer uma orientação técnica e científica, deve ser baseado em uma decisão política, por meio de uma visão crítica sobre a forma adequada de se conceber a relação entre homem e natureza (Freitas; Segatto, 2014, p. 304).

Daí surge às oportunidades de uso dos novos modelos tecnológicos, que se volta para objetivo essencial da Inclusão Social. As tecnologias pensadas para esta finalidade devem, necessariamente, contar com a participação efetiva da sociedade no processo de decisão, produção e escolha dessas tecnologias, conforme defendido por Dagnino ao discutir sobre a Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Ao levar em consideração os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da realidade a ser transformada, essas tecnologias se mostram mais apropriadas para romper com as barreiras que impedem, no caso específico tratado nesta tese, a plena participação da pessoa com deficiência na sociedade. Elas podem conferir graus de autonomia e emancipação nos espaços sociais às pessoas com deficiência. No entanto, há de se reconhecer que a barreira atitudinal é a mais complexa.

Nestes casos, o comportamento e as atitudes dos profissionais, e aqui se refere aos profissionais que atuam na gestão das bibliotecas, os quais precisam desenvolver atividades no atendimento ao público, de forma a construir estruturas acolhedoras e receptivas para as pessoas com deficiência. Atitudes proativas das(os) profissionais podem levá-las(os) a acompanhar a existência e, até mesmo, fazê-las(os) estruturar tecnologias que facilitem a vida e, por que não, eliminar totalmente, ou, ao menos minimizar as inúmeras barreiras (arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, mobiliário e equipamentos, metodológica, instrumental e programática) enfrentadas pela pessoa com deficiência.

Entende-se por Tecnologias Inclusivas aquelas

que de alguma forma, tentam, na sua origem, diferenciar-se daquelas tecnologias consideradas de uso intensivo de capital e poupadoras de mão-de-obra, objetando-se ao processo de transferência massiva de

tecnologia de grande escala, característico dos países desenvolvidos, para os países em desenvolvimento, que podem criar mais problemas do que resolvê-los (Lunardi; Marcelino; Borges, 2013, p. 736).

De forma mais simples, as tecnologias inclusivas seriam “todas as tecnologias que possuem como finalidade prioritária a inovação social voltadas para a inclusão” (Lunardi, 2016, p. 110). Sob o rótulo de tecnologias inclusivas estão agregadas as tecnologias sociais; as tecnologias assistivas/interativas; tecnologias sustentáveis/verdes; tecnologias educacionais; tecnologias em saúde; tecnologias multiculturalismos (Lunardi, 2016). Destas, priorizamos as tecnologias sociais e tecnologias assistivas como aquelas mais pertinentes para os propósitos estabelecidos na presente pesquisa.

Constatamos que as pesquisas científicas e o desenvolvimento de soluções tecnológicas inclusivas para bibliotecas voltadas para melhorias da acessibilidade informacional e promoção de leitura entre pessoas com deficiência ainda são escassos. Quando se trata dessa temática nos espaços das bibliotecas, observamos que os trabalhos publicados dão maior ênfase às Tecnologias Assistivas. Pouco se fala sobre Tecnologias Sociais na formação de leitor e promoção da leitura entre pessoas com deficiência.

Segundo Costa e Dias (2013, p. 242) a Política de Ciência e Tecnologia “tende a ser mais aderente ao contexto social brasileiro e a seus desafios de superar a miséria e a desigualdade na medida em que passa a incluir mais atores no processo de sua elaboração”, ao incluir a diversidade de pensamentos e situações adversas, possibilita ampliar os problemas inseridos nas agendas decisórias. Ainda de acordo com os autores a “democratização no acesso a recursos de Ciência e Tecnologia e sua destinação para programas de desenvolvimento de tecnologia social é um ponto central para o necessário avanço da coalizão pela tecnologia social” (Costa; Dias, 2013, p. 242).

Os autores dizem que quando essas instituições contribuem com investimentos, as pesquisas podem

atenuar um segundo problema que, igualmente, se coloca como um obstáculo a ser superado: a pouca atenção que o tema da tecnologia social desperta entre pesquisadores no ambiente acadêmico. Uma boa forma de induzir um processo de geração de interesse, nesse sentido, seria a ampliação de recursos para a pesquisa, por meio de editais específicos. A agenda de pesquisa da academia, como se

sabe, responde de forma bastante clara a incentivos dessa natureza (Costa; Dias, 2013, p. 242-243).

A TS pode potencializar a formação de leitores, e incluir as pessoas com deficiência nas práticas de leitura, mas para isso necessita de investimentos para as pesquisas na área Biblioteconômica. As agências de fomento como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Financiadora de Estudos e Projetos e o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social possuem condições de inserir essa pauta nas agendas (Costa; Dias, 2013)

Nos subtópicos a seguir, trabalham-se as definições de Tecnologia Social e Tecnologia Assistiva, bem como as possibilidades de utilizá-las no ambiente da biblioteca em prol da inclusão social, cultural e educacional da pessoa com deficiência.

4.2 TECNOLOGIA SOCIAL

Os avanços tecnológicos têm proporcionado métodos, técnicas e produtos que auxiliam os leitores com deficiência a realizarem atividades de forma autônoma. O uso da TS auxilia no processo de construção de uma sociedade inclusiva, mesmo porque, esta surge com base nos problemas sociais, e busca soluções para essas adversidades por meio do diálogo entre os saberes populares e científicos.

Por isso, a Tecnologia Social pode ser compreendida como o “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p. 130). O conceito apresentado possui dimensões amplas no que se refere a IS, e à interação, uma vez que, esses princípios norteadores evidenciam a prática participativa no desenvolvimento da Tecnologia Social. A autora ressalta a partir das experiências pesquisadas, os elementos centrais atribuídos ao caráter da Tecnologia Social, que são:

- **quanto à sua razão de ser:** a TS visa à solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população;
- **em relação aos processos de tomada de decisão:** formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população;

- **quanto ao papel da população:** há participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos;
- **em relação à sistemática:** há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;
- **em relação à construção de conhecimentos:** há produção de novos conhecimentos a partir da prática;
- **quanto à sustentabilidade:** visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- **em relação à ampliação de escala:** gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências. Gera, permanentemente, as condições favoráveis que deram origem às soluções, de forma a aperfeiçoá-las e multiplicá-las (ITS, 2004, p. 130, grifos da autora).

Fica evidente que este método possibilita a participação do usuário final do produto em todo processo, ou seja, da identificação das demandas e necessidades, até a estruturação das ideias e elaboração de soluções para os problemas identificados, sem deixar de salientar também, a multiplicação de novas aprendizagens a partir das vivências coletivas. Cada item sublinhado revela o quanto à atuação da comunidade é defendido como essencial no aprimoramento da ação, somente assim, as questões sociais conseguem ser identificadas e resolvidas.

Segundo Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p. 43,) a Tecnologia Social “é um processo de inovação interativo em que o ator diretamente envolvido com essa função inovativa contém (ou conhece) ao mesmo tempo, por assim dizer, tanto a ‘oferta’ quanto a ‘demanda’ da tecnologia”. Por isso que os autores afirmam que a inovação social, e conseqüentemente a Tecnologia Social, só pode ser pensada e seu processo efetivado em lugares onde os atores comunitários irão utilizar essa tecnologia. Os atores devem estar envolvidos na sua produção do princípio ao fim para que não se descaracterize a finalidade e a aplicabilidade da Tecnologia Social.

De acordo com Lunardi (2016)

Esta modalidade de Tecnologia (produtos ou processos) pode ser caracterizada por pelo menos três formas de melhoria, de maneira isolada ou combinada, seguida de algumas formas de ação coletiva: 1) ajuda a promover a satisfação das necessidades humanas de populações em condições de exclusão social; 2) facilita o acesso aos direitos sociais nas áreas de educação, saúde, assistência técnica para produção, assistência social, comunicação, energia entre outras; 3) contribui para potencializar as capacidades humanas pelo fortalecimento e empoderamento de grupos sociais, crescimento do capital social (Lunardi, 2016, p. 107),

De acordo com Gushiken, discutir Tecnologia Social é “abordar processos que, ao mesmo tempo, se inserem na mais moderna agenda do conhecimento e na mais antiga das intenções – a superação da pobreza” (Gushiken, 2004, p. 13). O diálogo que se estabelece entre saberes populares em consonância com os pesquisadores científicos resulta em resolução de problemas sociais. Além de promover a economia solidária e valorizar os produtos gerados por essas comunidades organizadas (Gushiken, 2004).

Apesar de a Tecnologia Social atuar mais fortemente nas áreas da Economia Solidária, ou seja, voltada para o trabalho e renda, moradia, e agricultura, ela também pode ser aplicada nos campos da educação e da cultura. A análise das quatro dimensões e dos doze princípios da Tecnologia Social, expostos no quadro abaixo, dá sustentação a essa extrapolação.

Quadro 2 - Dimensões e Princípios da TS

Dimensões	Finalidade	Princípios
1. CONHECIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA	A TS tem como ponto de partida os problemas sociais; A TS é feita com organização e sistematização; <i>A TS introduz ou gera inovação nas comunidades</i>	Compromisso com a transformação social; Criação de um espaço de descoberta e escuta de demandas e necessidades sociais; Relevância e eficácia social; Sustentabilidade socioambiental e econômica;
2. PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA E DEMOCRACIA	A TS enfatiza a cidadania e a participação democrática; A TS adota a metodologia participativa nos processos de trabalho; A TS impulsiona sua disseminação e reaplicação;	Compromisso com a transformação social; Criação de um espaço de descoberta e escuta de demandas e necessidades sociais; Relevância e eficácia social; Sustentabilidade socioambiental e econômica;
2. PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA E DEMOCRACIA	A TS se desenvolve num diálogo entre saberes populares e científicos.	Inovação; Organização e sistematização dos conhecimentos; Acessibilidade e apropriação das tecnologias
3. EDUCAÇÃO	A TS é apropriada pelas comunidades, que ganham autonomia.	Um processo pedagógico para todos os envolvidos; O diálogo entre diferentes saberes; Difusão e ação educativa; Processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação; A construção cidadã do processo democrático.
4. RELEVÂNCIA SOCIAL	A TS é eficaz na solução de problemas sociais; A TS tem sustentabilidade ambiental; A TS provoca a transformação social.	Um processo pedagógico para todos os envolvidos; O diálogo entre diferentes saberes; Difusão e ação educativa; Processos participativos de planejamento, acompanhamento e avaliação; A construção cidadã do processo democrático.

Fonte: (ITS, [202-?], p. 4-10, grifos da autora).

Nota: Quadro adaptado para acesso das pessoas com deficiência visual ou baixa visão, que utilizam leitor de tela.

Os dados expostos sobre Tecnologia Social possuem relevância no construto da sociedade inclusiva. Os itens acima grifados nos auxiliam a refletir sobre a possibilidade do desenvolvimento da Tecnologia Social nas bibliotecas, com o intuito de sanar os desafios na formação de leitores e promoção da leitura entre pessoas com deficiência e de criar um ambiente mais inclusivo. A dimensão que envolve a

Educação traz consigo princípios que podem ser desenvolvidos dentro da comunidade, uma vez que, o saber popular é valorizado, isso estimula o processo de autonomia local, e a construção cidadã do processo democrático. Nesse sentido, a produção de Tecnologia Social é um processo pedagógico onde todos e todas que estão envolvidos aprendem ao promoverem diálogos entre diferentes saberes e realidades.

O próximo tópico traz algumas experiências realizadas com o uso da Tecnologia Social no âmbito da Educação. Essas vivências culturais aplicadas nas comunidades a partir da aplicabilidade da Tecnologia Social nos auxiliam a compreender de que forma essa técnica pode ser implementada dentro da Biblioteca Pública, já que uma das missões é dar apoio na educação formal em todos os níveis, assim como na formação individual. Sendo assim, não é possível dissociar a Educação das atribuições da biblioteca pública.

4.2.1 Atividades e Experiências com o uso das Tecnologias Sociais no campo da Educação

Resgatamos aqui as experiências e atividades com as TSs no campo da educação considerando a falta de bibliografia especializada sobre esse assunto no campo da biblioteconomia e levando em conta a função educativa desempenhada pelas bibliotecas públicas.

O Instituto de Tecnologia Social diz que as Tecnologias Sociais configuram meios e/ou alternativas que visam elucidar os resultados provenientes das soluções idealizadas na “interação com a população, como resposta aos problemas que ela enfrenta, levando em conta suas tradições, seus arranjos organizacionais, os saberes locais, o potencial natural da região [...] sua realidade histórica, econômica, social e cultural” (ITS, 2004, p. 27).

As experiências descritas no Quadro 3 notabilizam que a TS promove a educação, a cidadania, a inclusão, a acessibilidade, a sustentabilidade, a participação e a cultura. Ela pode ser um caminho para se lidar com as discrepâncias, disparidades e idiossincrasias das realidades brasileiras (ITS, 2004). Desta forma, pode-se vislumbrar a possibilidade de se desenvolver Tecnologia Social para a promoção da leitura e formação leitora da pessoa com deficiência contando com sua plena participação no processo.

Quadro 3 - Experiências da TS na Educação

Instituição	Objetivo	Avaliação	Data
Universalização e Municipalização do Ensino, promovida pela Prefeitura de Icapuí-CE.	Construção de uma Metodologia de Educação Rural adequada às necessidades do semi-árido, conduzida pelo Movimento de Organização Comunitária, Feira de Santana-BA.	Avaliação Participativa, contratada pela Fundação Vitae e conduzida pelo Instituto Fonte, São Paulo- SP.	2004
Assessoria à organização de cooperativas e empreendimentos coletivos, da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil	Pedagogia da Alternância em Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais, iniciativa da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB) e pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará.	Capacitação de agricultores-experimentadores, desenvolvida pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Rio de Janeiro-RJ.	2004
Associação Grão de Luz e <i>Griô</i>	Programa Pedagogia <i>Griô</i> Ação <i>Griô</i> Nacional – institucionalização da formação em educação contextualizada, tendo a cultura e a comunidades como estruturante, em escolas e universidades públicas da Chapada Diamantina e do Brasil na perspectiva da pedagogia <i>griô</i> para o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro.	Iniciação pedagógica da escola e de <i>griôs</i> aprendizes para integrar mito, arte, ciência, história de vida e todos os saberes e fazeres tradicionais da comunidade. Coloca como centro do saber a vida, a identidade e a ancestralidade dos estudantes. Comunidade de Lençóis, BA, e Chapada Diamantina.	2008
Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Comunidades de Aprendizagem - A transformação da escola, nesta proposta, acompanha as reflexões a respeito da necessidade de ampliar o diálogo e a comunicação entre profissionais e coletivos, que permitam o estabelecimento de instituições e espaços sociais melhores para todas as pessoas.	Transformação social e cultural de escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio ou educação de jovens e adultos e de seu entorno. Três escolas localizadas na cidade de São Carlos fazem parte deste projeto.	2008

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ITS (2004, 2008).

Passoni (2008, p. 5) relata que, quando organizaram os seminários em 2004 para discutirem sobre o conceito de Tecnologia Social, foram mais de oitenta organizações participantes que apresentaram suas experiências no campo da educação, compreendendo que a educação “não é apenas um campo de conhecimento ou área de atividade, mas uma dimensão transversal não só à tecnologia social, mas à vida de cada pessoa, de cada cidadão”. As experiências no desenvolvimento de Tecnologia Social consideram que a vivência que o indivíduo

adquire ao longo da vida auxilia na transformação do ambiente em que se vive e também do mundo à sua volta.

A educação dentro da Tecnologia Social está para além da aquisição de conhecimento determinados por currículos formais, pronto e definidos, e sim pela “invenção e reelaboração constante do mundo e de si mesmo que cada um empreende durante toda a sua vida”. Isso sim, “é a mais ativa e mais presente das dimensões que constituem a tecnologia social” (Passoni, 2008, p. 5). Fundamentado nessa visão ampla que é a dimensão “educação” na TS, verifica-se que o conhecimento e a aprendizagem terão sentido ao se inserirem num contexto de enfrentamento, ou seja, os espaços educacionais em articulação com a comunidade.

Esses enfrentamentos e reflexões críticas propostas por esses espaços se pautam na pedagogia libertadora de Paulo Freire, porque de acordo com o autor a educação é um “ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa. Como aprender a discutir e a debater com uma educação que impõe?” (Freire, 1967, p. 97).

Esse movimento permite que a escola, e tantos outros espaços que promovem o ensino, deixem de ser lugar de exclusão e submissão para ser referencial dentro da comunidade, ou melhor, seja parte da comunidade. Além da escola tem-se a biblioteca das escolas, bem como, as bibliotecas públicas, que podem ser portas na geração de esperanças e liberdades ao processo de aquisição do conhecimento, para assim transformar o contexto de onde estão inseridos. A Biblioteca Pública pode se utilizar da Tecnologia Social para implantar projetos de alfabetização nas comunidades atendidas, já que isso constitui missão da biblioteca pública, erradicar o analfabetismo, de acordo com a IFLA (2010).

Para ampliar a compreensão de como a Tecnologia Social pode ser aplicada dentro da biblioteca pública, no âmbito da educação e cultura, com vista a promover a formação de leitores e a prática de leitura para pessoas com deficiência, expõe dois exemplos de projetos desenvolvidos no interior do Brasil: em São Carlos, São Paulo e na Chapada Diamantina, Bahia. No ano de 2008, professores da Universidade de São Carlos, implantaram a metodologia “Comunidades de Aprendizagem”, e lá, na Chapada Diamantina, desenvolveram a metodologia que envolveu os saberes da cultura oral, com os saberes da cultura escrita.

A primeira experiência é da “Pedagogia Griô: associação e ponto de cultura Grãos de Luz e Griô”, localizada na Chapada Diamantina, no Estado da Bahia. Utiliza-se da tradição oral para reinventar a educação - aqui se registra o termo educação, mas é preciso esclarecer que a cultura está inserida nesses métodos, pois, ao descrever as ações, é possível compreender que não há como separar educação-cultura, já que em inúmeros momentos a música, e a cantoria estão presentes, e isso vem de um processo de construção cultural. Sendo que a educação é uma ação humana, a qual se volta para a socialização, ou seja, para as relações sociais, e de acordo com Vigotsky “tudo o que é cultural é social” (Sigardo, 2000, p. 53).

O objetivo dessa experiência foi o de aprofundar a relação entre conhecimentos populares e a escola, e assim, valorizar a tradição oral, meio pelo qual se preserva a cultura. Percebe-se a partir deste objetivo a perspectiva freiriana. O movimento se inicia com a chegada de um homem na escola com roupas coloridas, toca violão, canta e brinca, e gera curiosidade nas crianças para saber quem é esse homem. Ele é o *griô*, o qual conduz as atividades que envolvem toda a comunidade, pois os participantes não se restringem somente aos personagens dentro da escola. Ele chama para formar a roda, todas as pessoas que fazem parte da escola, e as que estão para além dos muros, onde participam das brincadeiras e canções, além de ouvirem as histórias dos mais velhos, e aprenderem com as vivências dos antepassados. Para assimilar a riqueza dessa atividade, é necessário entender o significado do termo “*Griô*”². Assim, se tem a conexão entre o termo dito e a sua influência nas atividades de tradição oral.

² O *Griô*, um sábio da tradição oral, é conhecido pelo seu reconhecimento na comunidade. E o termo *Griô* é universalizante, porque ele em si já é extraído do termo *Griot*, que por sua vez define um arcabouço imenso do universo da tradição oral africana. É uma corruptela da palavra “Creole”, ou seja, Criolo, a língua geral dos negros na diáspora africana. Foi uma recriação do termo gritadores, reinventado pelos portugueses quando viam os *griôs* gritando em praça pública. Foi utilizado pelos estudantes afrodescendentes franceses para sintetizar milhares de definições que abarcam. O termo *griô* tem origem nos genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, **bibliotecas vivas** de todos os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país. (Termo, [21?], grifo da autora).

Figura 2 - Oficina de invenção



Fonte: ITS (2008, p. 20-28). Associação e Ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô.

Nota: Figura com texto alternativo contendo a descrição das imagens.

No que tange as unidades de informação, nada mais comunitário que a Biblioteca Viva, onde os saberes, os conhecimentos são compartilhados a partir das vivências com o outro, um que se dispõe a contar e o outro a ouvir as experiências de uma comunidade, do povo ali inserido, sua identidade cultural. Esses métodos que envolvem a Tecnologia Social fazem com que as pessoas, integrantes da comunidade, se reconheçam como parte deste processo histórico. Isto favorece a minimização do preconceito e da exclusão, pois os saberes que cada um carrega em si são valorizados.

A segunda experiência diz respeito ao projeto criado pelo Núcleo de Investigação Social e Educativa, da Universidade Federal de São Carlos, em 2002, com base na proposta de transformação em uma Comunidade de Aprendizagem elaborada pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdade, da Universidade de Barcelona, desde a década de 1980 (ITS, 2008).

Esse projeto – Comunidade de Aprendizagem – tem por base a transformação social e cultural de escolas, da educação infantil ao ensino médio, ou educação de jovens e adultos e das comunidades de seu entorno. O projeto não é definido como metodologia, e sim, um “caminho metódico para favorecer o estabelecimento de

relações dialógicas e comunicativas na escola” (ITS, 2008, p. 36). Depois de buscar referências nas bases empíricas de projetos bem sucedidos em diversos lugares do mundo, os pesquisadores definiram quatro princípios comuns, para as práticas bem sucedidas, que são: 1) a presença das famílias e da comunidade na escola é imprescindível; 2) práticas cooperativas e solidárias dentro e fora da sala de aula: ampliação e diversificação de interações; 3) fomento das expectativas positivas de aprendizado de todos; 4) dedicação à aprendizagem escolar sem discriminação de gênero, cultura ou classe social.

Figura 3 - Projeto Comunidades de Aprendizagem



Fonte: ITS (2008, p. 38-39). “EMEB Prof.^a Dália Gali” convida “Venham sonhar a escola que queremos.”

Nota: Figura com texto alternativo contendo a descrição das imagens.

O diálogo igualitário, a inteligência cultural, a transformação, a dimensão instrumental, a construção de sentido, a solidariedade, a igualdade de diferenças, compõem os princípios norteadores da aprendizagem dialógica. Tendo isso em mente o projeto estabelece interlocuções com os estudantes, e um desses momentos é denominado **fase dos sonhos**, que tem por pergunta direcionadora: que escola desejo para meus filhos e filhas e que esteja ao alcance de todas as crianças e jovens? Nenhum limite foi imposto aos sonhos desta comunidade. No quadro estão alguns dos relatos dos sonhos expostos pela comunidade que participou do projeto e as propostas elaboradas.

Quadro 4 - Resultado do diálogo estabelecido com a comunidade

Fase dos Sonhos			Fase de priorização
Sonhos dos Estudantes	Sonhos de professoras e professores	Sonhos dos familiares	Proposta elaboradas
Mais pessoas ajudando em sala de aula.	Espaço de formação para familiares dos estudantes.	Aulas de inglês e de espanhol também para familiares.	Grupos interativos em sala de aula (participação de familiares e voluntários em atividades de sala de aula, uma vez por semana).
Dormir na escola uma noite e fazer excursões.	Melhoria na convivência entre estudantes e também entre professoras e professores.	Aulas de computação para familiares.	Biblioteca tutorada (aberta à noite, com a presença de familiares e voluntários para ler com as crianças, contar-lhes histórias, acompanhar suas tarefas).
Piscina.	Mais voluntários na escola.	Ampliação do horário da escola.	Aulas de informática para estudantes e para familiares.
Mais computadores.	Maior participação de familiares na vida escolar.	Abertura da biblioteca escolar todas as noites.	Aulas de inglês e de espanhol para estudantes e para familiares.
Quadra coberta para esportes.	Reforço escolar.	Oferta das séries finais na mesma escola.	Aulas de reforço de matemática e de português com estudantes das universidades.
Menos brigas entre os estudantes.	Abertura da biblioteca escolar todas as noites etc.	Cursinho pré-vestibular na escola.	Tertúlia literária dialógica, tertúlia musical dialógica e tertúlias plásticas dialógicas em sala de aula e em oficinas extracurriculares.
Mais livros na biblioteca.	Abertura da biblioteca escolar todas as noites etc.	Aulas de reforço escolar.	Tertúlia literária dialógica, tertúlia musical dialógica e tertúlias plásticas dialógicas em sala de aula e em oficinas extracurriculares.
Aulas de inglês e de espanhol etc.	Abertura da biblioteca escolar todas as noites etc.	Aulas de alfabetização para familiares nos horários de aula de suas crianças; etc.	Tertúlia literária dialógica, tertúlia musical dialógica e tertúlias plásticas dialógicas em sala de aula e em oficinas extracurriculares.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do ITS (2008, grifos da autora).

Nota: Quadro adaptado para acesso das pessoas com deficiência visual ou baixa visão, que utilizam leitor de tela.

Ao ouvir a comunidade foi possível verificar algumas similaridades nos sonhos explicitados, mas o que chama a atenção é que a biblioteca está nas três instâncias ouvidas, ou seja, estudantes, corpo docente, e familiar. E a proposta definida pelo grupo expõe um tipo de biblioteca, a comunitária. A presente pesquisa se propõe a analisar, a biblioteca pública, mas percebe similaridade nas atuações de ambas dentro da comunidade. Os relatos deixam transparecer que a biblioteca é vista como um importante suporte no processo de ensino e aprendizagem e de participação da comunidade no ambiente escolar.

Para a biblioteca pública, o envolvimento do coletivo é essencial para a estruturação de ambientes funcionais na busca pela excelência nos serviços prestados, uma vez que, surge para satisfazer as necessidades da comunidade. Todavia, é sabido da dificuldade de se estabelecer esse vínculo com o grupo social, e o que se lê na literatura científica da área sobre os estudos de usuários, se pauta na elaboração de pesquisas para saber a satisfação dos serviços, e solicitar opinião na perspectiva de melhorar os serviços.

Passoni (2008) diz que Tecnologia Social como as desenvolvidas nos projetos Pedagogia *Griô* e Comunidade de Aprendizagem são de alta densidade, uma vez que,

elas tocam no cerne da questão, no núcleo forte do qual decorrem todas as características da tecnologia social, que é a transformação das pessoas para a sua autonomia, seus destinos e na visão clara da busca de solução de problemas efetivamente enfrentados (Passoni, 2008, p. 9).

Sendo assim, a Tecnologia Social, seja por seus métodos, técnicas, ou produtos devem ter por foco a transformação social, já que esses quesitos são essenciais no desenvolvimento dos projetos com a comunidade para resolução de questões locais. A construção das soluções para os problemas locais exige como já mencionada anteriormente, a formação de indivíduos autônomos, com mente reflexiva e crítica. Somente assim, terão a possibilidade de se transformar, e transformar o mundo em que vivem.

Ao pensar nessa mola que move o saber e as oportunidades oferecidas dentro da diversidade, é preciso lembrar que “para as pessoas sem deficiência a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis” (Radabaugh, 1993, n./p.). Esse princípio deve estar gravado na mente dos profissionais que trabalham direta ou indiretamente com as PcD, pois a afirmação de Radabaugh é uma bússola para a compreensão do que é a tecnologia para as pessoas que possuem algum tipo de limitação. A tecnologia aqui é algo essencial, para que as barreiras sejam eliminadas e torne possível, o que antes era limitador.

Cabe especialmente à escola e à biblioteca (independentemente de sua tipologia) enfrentar o desafio de propiciar aos grupos populares o acesso equitativo à leitura, à escrita, às disciplinas curriculares, o aprendizado de outras línguas, às tecnologias da informação e comunicação, os quais são instrumentos eficazes no

processo de aprendizagem emancipatório, continuado e criativo - tão demandado atualmente.

A biblioteca pública emerge como local, em interação com a comunidade, favorável à formação de leitores e a promoção da leitura ao desenvolver ações e dispor de tecnologias adequadas para esse fim, potencializando, assim, suas funções educacionais, culturais e sociais. Também contribuem para isso as iniciativas voltadas para propiciar a seus usuários uma educação voltada para a produção e o uso ético e crítico de informações e das Tecnologias da Informação e Comunicação e todas as tecnologias que promovam inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, e das pessoas com deficiência.

No que tange ao segundo público, a Tecnologia Assistiva tem importante papel a desempenhar. Enquanto a Tecnologia Social busca soluções para as demandas sociais da população, sem distinção, a Tecnologia Assistiva visa atender às mesmas solicitações, mas a um público específico que são as pessoas com deficiência, devido às particularidades das suas limitações.

4.3 TECNOLOGIA ASSISTIVA

A expressão Tecnologia Assistiva no Brasil é relativamente nova. No ano 2000 elaborou-se a Lei nº 10.098, que visa proporcionar condições de equidade às pessoas com deficiência, e a partir deste movimento foi regulamentado o Comitê de Ajudas Técnicas por meio do Decreto nº 5.296/2004, que tinha por objetivo principal desenvolver políticas públicas no uso da tecnologia. Essa discussão no solo brasileiro teve por origem, segundo Bersch (2005) do termo

Assistive Technology, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva, foi criado oficialmente em 1988, como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana, conhecida como *Public Law 100-407*, que compõe, com outras leis, o ADA - *American with Disabilities Act*. Este conjunto de leis regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam. Houve a necessidade de regulamentação legal deste tipo de tecnologia, a TA, e, a partir desta definição e do suporte legal, a população norte americana, de pessoas com deficiência, passa a ter garantido pelo seu governo o benefício de serviços especializados e o acesso a todo o arsenal de recursos que necessitam e que venham favorecer uma vida mais independente, produtiva e incluída no contexto social geral (Galvão Filho, 2009, p. 209).

A partir deste regulamento norte americano percebe-se que a Tecnologia Assistiva está para além dos dispositivos, ela é resultado de processos, métodos e estratégias, tendo por princípio satisfazer as necessidades das pessoas com deficiência, a qual deve ser analisada na individualidade, com vista a ter garantia de serviços especializados e recursos específicos. Veja o que diz a *Public Law 108-364/2004*

- (5) SERVIÇO DE TECNOLOGIA ASSISTENTE. — O termo 'assistência serviço de tecnologia', qualquer serviço que auxilie diretamente uma pessoa com deficiência na seleção, aquisição ou uso de um dispositivo de tecnologia assistiva. Tal termo inclui
- (A) a avaliação das necessidades de tecnologia assistiva de uma pessoa com deficiência, incluindo uma deficiência funcional avaliação do impacto do fornecimento de tecnologia assistiva e serviços **adequados ao indivíduo** no ambiente habitual do indivíduo;
 - (B) um serviço que consiste na compra, locação ou de outra forma prever a aquisição de dispositivos de tecnologia assistiva por pessoas com deficiência;
 - (C) um serviço que consiste na seleção, concepção, montagem, **personalizar, adaptar**, aplicar, manter, reparar, substituição ou doação de dispositivos de tecnologia assistiva;
 - (D) coordenação e uso de terapias, intervenções ou serviços necessários com dispositivos de tecnologia assistiva, como terapias, intervenções ou serviços associados a planos e programas de educação e reabilitação;
 - (E) treinamento ou assistência técnica para um indivíduo com deficiência ou, quando apropriado, os membros da família, tutores, advogados ou representantes autorizados de tal indivíduo;
 - (F) **formação** ou assistência técnica para profissionais (incluindo **indivíduos que prestam serviços de educação** e reabilitação e entidades que fabricam ou vendem dispositivos de tecnologia), empregadores, provedores de emprego e serviços de treinamento, ou outros indivíduos que fornecem serviços para empregar, ou estão substancialmente envolvidos nas principais funções de vida das pessoas com deficiência;
 - (G) um serviço que consiste em expandir a disponibilidade de acesso à tecnologia, incluindo eletrônica e informação tecnologia, para pessoas com deficiência (USA, 2004, grifos e tradução nossa).

Com relação ao contexto europeu, o *Empowering USers Through Assistive Technology*, no âmbito do Programa de Aplicações Telemáticas da Comissão Europeia, desenvolveu trabalho interdisciplinar com foco educacional para auxiliar na formação dos profissionais e usuários finais da Tecnologia de Apoio. Conceituam os termos de forma individualizada; sendo assim, a tecnologia

não indica apenas objectos físicos, como dispositivos ou equipamento, mas antes se refere mais genericamente a produtos, contextos organizacionais ou '**modos de agir**' que encerram uma série de princípios e componentes técnicos [...] é aplicado a uma tecnologia, quando a mesma é utilizada para compensar uma limitação funcional, facilitar um modo de vida independente e ajudar os idosos e pessoas com deficiência a concretizarem todas as suas potencialidades [...] Algumas destas tecnologias, se bem que não especificamente concebidas para pessoas com deficiência, podem ser ajustadas por forma a preencherem a função de apoio, quando necessário. Em qualquer dos casos, falamos de Tecnologias de Apoio (TA). [...] TA refere-se ainda ao ajustamento individual entre a pessoa e o meio e, como tal, às tecnologias que permitem ultrapassar obstáculos aos serviços normais ou compensar limitações funcionais específicas, de modo a facilitar ou possibilitar as actividades da vida quotidiana (EUSTAT, 1999, p. 15-16, grifo da autora).

O viés utilizado no contexto norte americano se assemelha ao do europeu no que tange às questões de formação dos profissionais mediadores no uso da Tecnologia Assistiva. Este olhar potencializa a acessibilidade atitudinal. De acordo com o Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência de Portugal a Tecnologia Assistiva é definida como “qualquer produto, instrumento, estratégia, serviço e prática utilizado por pessoas com deficiência e pessoas idosas, especialmente produzido ou geralmente disponível para prevenir, compensar, aliviar ou neutralizar uma deficiência, incapacidade ou desvantagem” (Bersch, 2017, p. 3), e isso tendo em vista a promoção da autonomia, e consequentemente proporcionar melhorias na qualidade de vida da pessoas com deficiência e/ou pessoa idosa.

No Brasil, em 2004, foi instituído o Comitê de Ajudas Técnicas, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, por meio do Decreto nº 5.296/2004, com o objetivo de reunir especialistas brasileiros e representantes governamentais e elaborar um “conceito de tecnologia assistiva que pudesse subsidiar as políticas públicas brasileiras”, para isso foi realizada revisão no referencial teórico internacional - *American with Disabilities Act, Empowering USers Through Assistive Technology* e Catálogo Nacional de Ajudas Técnicas - com base nos termos “*Ayudas Tecnicas, Ajudas Técnicas, Assistive Technology, Tecnologia Assistiva e Tecnologia de Apoio*” (Bersch, 2017, p. 3).

Após revisão teórica a Comitê de Ajudas Técnicas define Tecnologia Assistiva, como uma área da ciência de “característica interdisciplinar, que engloba produtos,

recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência” (Brasil, 2009b, p. 9). Todavia esse tipo de tecnologia não se restringe às pessoas com deficiência, mas inclui as pessoas com mobilidade reduzida e incapacitadas, no intuito de promover autonomia e qualidade de vida, e fortalecer a inclusão social. A Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Art. 3º, inciso III, ao definir Tecnologia Assistiva ou Ajuda Técnica, adota o conceito formulado pelo Comitê de Ajudas Técnicas (Brasil, 2015).

Para Hazard, Galvão Filho e Rezende (2007, p. 29) a TA é “toda e qualquer ferramenta, recurso ou estratégia e processo desenvolvido e utilizado com a finalidade de proporcionar maior independência e autonomia à pessoa com deficiência”. Segundo os autores, a Tecnologia Assistiva não se resume aos equipamentos tecnológicos.

De acordo com Comitê de Ajudas Técnicas, a Tecnologia Assistiva “é fruto da aplicação dos avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas. É uma disciplina de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana”. Desta forma, a Tecnologia Assistiva “diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência” (Brasil, 2009b, p. 11). Estabelece-se que o foco principal da Tecnologia Assistiva, na perspectiva da Comitê de Ajudas Técnicas, é promover a autonomia das pessoas com deficiência a partir da familiarização com o uso dos equipamentos, recursos tecnológicos e também o modo de agir com relação às pessoas com deficiência.

Apesar de intensificada nos últimos anos, no entanto, “A utilização de recursos de Tecnologia Assistiva, entretanto, remonta aos primórdios da história da humanidade ou até mesmo da pré-história” (Galvão Filho, 2009, p. 207). Esta afirmação se dá ao pensar que um simples pedaço de madeira pode ser utilizado como bengala para apoiar, e facilitar o deslocamento das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida ou idosos.

Para Manzini “os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos”. Como forma de exemplificar, o autor diz que é possível denominar Tecnologia Assistiva “uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um

aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência” (Manzini, 2005, p. 82).

Os recursos de Tecnologia Assistiva possuem objetivos funcionais de acordo com sua aplicabilidade. A partir disso, os produtos podem ser classificados e os dispositivos organizados. A norma ISO 9999:2016, possui foco para os produtos e serviços, tanto que o conceito de Tecnologia Assistiva foi alterado em 2007, sendo assim, o Produto Assistivo³ pode ser “qualquer produto (incluindo dispositivos, equipamentos, instrumentos e software), especialmente produzido ou geralmente disponível, usado por ou para pessoas com deficiência”, o que auxilia na plena “participação, para proteger, apoiar, treinar, medir ou substituir funções do corpo/estruturas e atividades, ou para evitar deficiências, limitações de atividade ou restrições de participação” (ISO, 2016, p. 1).

Bersch (2017) explica que foram desenvolvidos diversos tipos de classificação de TA com organizações diferentes, entre elas a ISO 9999:2016, a qual se divide em 12 classes, e se subdivide em mais duas subclasses, ou seja, nível dois e três. Outras classificações apresentadas são a da Classificação HEART, Classificação MPT, Classificação orientada para o contexto de aplicação, as quais têm por alvo o conhecimento. No Quadro 5 apresenta a classificação elaborada pela ISO 9999:2016. Conforme os dados descritos, as classes que se relacionam ao tema da pesquisa são: 05, 22 e 30, as quais estão interligadas com as áreas da Educação, Comunicação, Informação e Lazer.

³ Essa classificação é orientada para produto, a 4ª edição da ISO 9999 publicada em 2007, alterou a terminologia, e trocou a expressão “Ajudas Técnicas”, empregada até a versão de 2002, por “Produtos Assistivos” (ISO, 2016).

Quadro 5 - TA – Classificação ISO 9999:2016

(continua)

Classificação de nível 1	
Classe	Definição
04	Produtos assistivos para medir, apoiar, treinar ou substituir as funções do corpo.
05	Produtos assistivos para educação e treinamento em habilidades.
06	Produtos de assistência ligados ao corpo para apoiar funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas ao movimento (órteses) e substituir estruturas anatômicas (próteses).
09	Produtos assistivos para atividades de autocuidado e participação no autocuidado
12	Produtos assistivos para atividades e participação relacionadas à mobilidade pessoal e transporte.
15	Produtos auxiliares para atividades domésticas e participação na vida doméstica
18	Mobiliário, acessórios e outros produtos de apoio para atividades de apoio em ambientes internos e externos feitos pelo homem.
22	Produtos assistivos para gestão de comunicação e informação.
24	Produtos assistivos para controlar, transportar, mover e manusear objetos e dispositivos.
27	Produtos assistivos para controlar, adaptar ou medir elementos de ambientes físicos.
28	Produtos assistivos para atividades de trabalho e participação no emprego
30	Produtos assistivos para recreação e lazer

Fonte: Adaptação de ISO 9999 (2016).

EUSTART (1999) indica outras classificações que não se orientam apenas nas questões de produtos e serviços, mas valorizam o conhecimento, tais como:

- **Classificação HEART** – orientada para os conhecimentos e que organiza esses conhecimentos sobre TA em componentes técnicos, componentes humanos e componentes sociais.
- **Classificação MPT** (*Matching Persons and Technology*) – menos sistemática, orientada para a atividade; atividades domésticas, manutenção de saúde, lazer, cuidados pessoais, emprego, comunicação, mobilidade, visão, audição, cognição, leitura/escrita e aprendizagem.
- **Classificação orientada para o contexto de aplicação**, também menos sistemática que a HEART: TA para substituir uma função (prótese), ou para apoiar uma função (órtese), ou para aumentar

capacidades de Atividades de Vida Diária (AVD), ou para aumentar acessibilidade ambiental, ou, ainda, para facilitar a tarefa dos assistentes pessoais.

O modelo de classificação HEART considera três áreas de formação em Tecnologia Assistiva, que são de suma importância para esta pesquisa, principalmente ao delimitar as nuances técnicas, humanas e socioeconômicas. Assim, é possível mensurar o impacto que a Tecnologia Assistiva tem dentro das unidades de informação no uso dessas técnicas pelo usuário final. Esta pesquisa aborda parte (itens sublinhados) dos componentes técnicos de Comunicação, a qual se divide na seguinte estrutura apresentada no Quadro 6. Diante do exposto entende-se que a Tecnologia Assistiva pode auxiliar no processo comunicacional da pessoa com deficiência e promover a inclusão e interação por meio da leitura, da escrita e do acesso aos diversos meios de comunicação físico ou virtual. O uso das mídias culturais abre novo horizonte para a alfabetização dos iletrados, e o aperfeiçoamento da leitura crítica, onde o leitor passa a produzir seu próprio texto no uso da Tecnologia Assistiva.

Segundo Bersch (2017, p. 4), “ao apresentar uma classificação de Tecnologia Assistiva, seguida de redefinições por categorias, destaca-se que a sua importância está no fato de organizar a utilização, prescrição, estudo e pesquisa de recursos e serviços em TA”. Sendo assim, torna-se necessário conhecer a descrição das categorias para assim, verificar qual a Tecnologia Assistiva que suprirá a necessidade do usuário final.

Quadro 6 - Áreas de formação da Classificação HEART

(continua)

Áreas de formação	Sub-áreas	Específicas	Atuação
Componentes técnicos - que consideram os recursos técnicos para o exercício de diferentes atividades.	Comunicação	Comunicação interpessoal	<ul style="list-style-type: none"> o <u>sistemas de comunicação com e sem ajuda</u> o <u>dispositivos de baixa tecnologia, tais como quadros de comunicação</u> o quadros de comunicação dinâmicos, alta tecnologia o saída de voz: fala gravada e fala sintetizada o técnicas de selecção: 1. directa, 2. varrimento, 3. codificada o técnicas de aumento de velocidade de comunicação e de predição o <u>técnicas de leitura e de escrita</u>
Componentes técnicos - que consideram os recursos técnicos para o exercício de diferentes atividades.	Comunicação	Acesso a computador/interfaces do utilizador	<ul style="list-style-type: none"> o interfaces de controlo (manípulos, <i>joystick</i>, <i>trackball</i>) o teclados alternativos (expandidos, reduzidos) o teclados e emuladores de teclados o ratos e emuladores de rato o écrans tácteis o ponteiros de cabeça e de boca
Componentes humanos – que consideram os impactos causados no ser humano pela deficiência.	Comunicação	Telecomunicações	<ul style="list-style-type: none"> o rádios, telefones (portátil, texto, vídeo), <i>beepers</i> o sistemas de e-mail o Internet e www
Componentes humanos – que consideram os impactos causados no ser humano pela deficiência.	Comunicação	Leitura/ Escrita	<ul style="list-style-type: none"> o <u>livros adaptados</u> (com símbolos gráficos) o computadores com leitores de écran e <u>fala sintetizada</u> o dispositivos com saída em Braille o <u>software específico</u> o <u>dispositivos de amplificação óptica</u> o máquinas de leitura por reconhecimento de caracteres o displays tácteis o máquinas e impressoras Braille

Fonte: Adaptado de EUSTAT (1999).

Nota: Quadro adaptado, conforme as normas de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual ou baixa visão que utilizam leitores de tela.

Quadro 6 - Áreas de formação da Classificação HEART

(conclusão)

Áreas de formação	Sub-áreas	Específicas	Atuação
Componentes humanos – que consideram os impactos causados no ser humano pela deficiência.	Mobilidade Manipulação Orientação Tópicos sobre a deficiência Aceitação da Ajuda Técnica Seleção da Ajuda Técnica Aconselhamento sobre as Ajudas Técnicas Assistência Pessoal Noções básicas de Ajudas Técnicas Noções básicas do Desenho Universal Emprego Prestação de Serviços Normalização/Qualidade Legislação/Economia Recursos de Informação		

Fonte: Adaptado de EUSTAT (1999).

Nota: Quadro adaptado, conforme as normas de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual ou baixa visão que utilizam leitores de tela.

Desta forma, com base neste referencial, elaborou-se um quadro com as categorias descritas por José Tonolli e Rita Bersch, e seus respectivos exemplos. Esta organização nos auxiliou a definir as categorias que exemplificam o tipo de Tecnologia Assistiva que pode ser empregada nos componentes técnicos de comunicação a ser analisados nesta pesquisa, tais como: Comunicação Aumentativa e Alternativa; Recursos de acessibilidade para computador; Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas.

Quadro 7 - Classificação de TA redefinida por categorias

CATEGORIA	EXEMPLOS
Auxílios para a vida diária e vida prática	Talheres adaptados, suportes para utensílios domésticos, roupas desenhadas para facilitar o vestir e despir, abotoadores, equipamentos que possibilitam tarefas diárias, etc.
CAA - Comunicação Aumentativa e Alternativa	Pranchas de comunicação impressas; vocalizadores de mensagens gravadas, etc.
Recursos de acessibilidade para computador	Teclados modificados, os teclados virtuais com mouses adaptados, software sintetizador de voz, órteses e ponteiras para digitação, softwares leitores de tela, entre outros.
Sistemas de controle de ambiente	Casas inteligentes com controle de ambientes, controle de ambiente a partir do controle remoto.
Projetos arquitetônicos para acessibilidade	Projetos adaptados em casas e/ou ambiente de trabalho Rampas, elevadores, adaptações em banheiros e mobiliário.
Órteses e próteses	Próteses de membros superiores e órtese de membro inferior, que permitem digitar, manter a postura correta, comer, ler, etc.
Adequação Postural	Sistemas especiais de assentos e encostos em cadeiras de rodas, estabilizadores ortostáticos, entre outros.
Auxílios de mobilidade	Bengalas, muletas, andadores, carrinhos, cadeiras de rodas manuais ou elétricas, <i>scooters</i> , etc.
Auxílios para qualificação da habilidade visual e recursos que ampliam a informação a pessoas com baixa visão ou cegas	Auxílios ópticos, lentes, lupas manuais e lupas eletrônicas; softwares, ampliadores de tela, lupa eletrônica, aplicativos com retorno de voz, etc.
Auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo	Equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado-teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, celular com mensagens escritas e chamadas por vibração, etc.
Mobilidade em veículos	Carros e elevadores adaptados, rampas, entre outros.
Esporte e Lazer	Cadeira de rodas/basquete, bola sonora, auxílio para segurar cartas, etc.

Fonte: Adaptação de Bersch (2017, p. 5-11).

Com base nos pensamentos expostos, tem-se que o foco da Tecnologia Assistiva é promover a autonomia da pessoa com deficiência, com vista a incluir no âmbito social, educacional e cultura por meio “da ampliação de sua comunicação,

mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho” (Bersch, 2017, p. 2).

Um exemplo de como a Tecnologia Assistiva pode nortear a construção de bibliotecas acessíveis está no livro “Fortalecimento das bibliotecas acessíveis e inclusivas”, utilizado em prol da inclusão. Este livro norteia a elaboração de bibliotecas acessíveis. Neste ponto as organizadoras apontam algumas observações que a profissional gestora deve buscar conhecer, para que a tecnologia, como recurso de acessibilidade, venha atender de forma efetiva os usuários da biblioteca. Conhecer o público ajuda a escolher as Tecnologia Assistiva mais utilizadas, já que as bibliotecas públicas carecem de investimentos, e a compra precisa ser pontual.

O relato é o seguinte: Pense numa situação fictícia, porém cotidiana nos espaços das bibliotecas. Imaginem um usuário com síndrome de Down adentrar a biblioteca e para compreensão de como realizar atendimento de uma pessoa que tem comprometimento cognitivo necessita entender, ou se perguntar uma sequência sugestiva de treze pontos a serem entendidos, que estão acima da deficiência intelectual.

Ele é criança, jovem ou adulto? Ele veio sozinho, com a família ou com a escola? Ele já frequenta bibliotecas ou é a primeira vez que chega a este espaço? Quais são seus interesses? Os interesses dele são coerentes com sua faixa etária ou estão pautados na visão que as pessoas têm sobre o que é uma pessoa com deficiência intelectual? Ele sabe ler? Ele precisa de ajuda para conhecer o funcionamento e a lógica da biblioteca ou necessita de auxílio? Ele veio para alguma programação ou está interessado em algum tema específico? A biblioteca conta com acervos acessíveis em áudio, Leitura Fácil para disponibilizar para este usuário? Ele já conhece estes tipos de acervos? Ele usa computador? Ele conhece alguma Tecnologia Assistiva que possa auxiliá-lo? Tem algum profissional disponível para fazer uma leitura conjunta com ele? Tem alguma atividade de mediação de leitura prevista para o período em que a pessoa está na biblioteca e que pode participar? (Fortalecimento, 2016, p. 124).

Observa-se a relevância do conceito de Tecnologia Assistiva e suas respectivas categorias no cotidiano das bibliotecas, com o intuito de que essas abordagens fiquem restritas a uma parcela mínima de pessoas. Por isso, dar voz aos leitores ou usuários que desfrutam do ambiente e dos serviços da biblioteca tem um significado ímpar na elaboração dos produtos e atividades que venham atender as

necessidades deste público em específico. Esse olhar sensível é capaz de produzir um ambiente inclusivo e promover a autonomia das pessoas com deficiência.

4.3.1 Quando a Tecnologia Assistiva é considerada Tecnologia Social?

Outro ponto importante a se discutir é definir em que condições a Tecnologia Assistiva venha a ser considerada Tecnologia Social. Para isso, retomam-se os conceitos apresentados sobre as duas formas de tecnologia. Sendo assim, a Tecnologia Assistiva é a “área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência” (Brasil, 2009b, p. 9), com vistas a promover o processo de autonomia e qualidade de vida, além de essa independência promove a inclusão social das pessoas com deficiência.

A Tecnologia Social, por sua vez, se apresenta como “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p. 130). Observa-se a partir das ocorrências, que os objetivos das duas se assemelham no que se refere a promover a inclusão, a autonomia, e a busca na melhoria da qualidade de vida. A diferença está na especificidade da Tecnologia Assistiva, ou seja, ela trabalha para um público afim - as pessoas com deficiência. Enquanto a Tecnologia Social, visa à solução de problemas de forma coletiva, para o todo.

Veja que os conceitos de Tecnologia Social apresentados por Dagnino, Brandão e Novaes (2004), Gushiken (2004), ITS (2004) dizem que os métodos e técnicas empregados na elaboração de produtos visam satisfazer as necessidades da comunidade, a partir da participação desta na busca de soluções para os problemas identificados. Essa comunidade representa todos que dela fazem parte, sem especificar.

Dagnino (2014) questiona o porquê de elaborar tecnologias para a inclusão social, e menciona também a necessidade de se conceber Tecnologia Social. Desses tencionamentos o autor explica que o primeiro aspecto se pauta na ineficácia da Tecnologia Convencional - compreendida como a tecnologia enviesada por motivos mercadológicos, capitalistas, que visam somente o lucro-para a promoção da inclusão

social, ou seja, é inadequada para esse fim. E o segundo aspecto se refere à falta de interesse das instituições públicas envolvidas com a geração de conhecimento científico e tecnológico, tais como: universidades, centros de pesquisa, entre outros. “não parecem estar ainda plenamente capacitadas para desenvolver uma tecnologia capaz de viabilizar a IS e tornar autossustentáveis os empreendimentos auto gerenciais que ela deverá alavancar” (Dagnino, 2014, p. 19).

Desta forma, para que a Tecnologia Assistiva seja considerada Tecnologia Social é preciso estar voltada para atender uma demanda social específica, afastando-se do aspecto mercadológico que visa meramente o lucro. “Isto implica não somente o público-alvo a que se destina, mas a forma como é estabelecida a relação ciência, tecnologia e sociedade”, ou seja, o conhecimento produzido precisa ser compartilhado com todos, que neste caso, aqui discutido enfatiza a pessoa com deficiência e seus familiares (Rosa; Freitas; Rosa, 2020, p. 9).

Outro fator que precisa ser pensado sobre a Tecnologia Assistiva ser uma Tecnologia Social, está na questão das patentes e os registros dessas práticas. Esses registros restringem o acesso, ou melhor, a democratização desse acesso, uma vez que, os valores mercadológicos expressos nesses equipamentos inviabilizam sua aquisição por parte do indivíduo com deficiência que necessita da Tecnologia Assistiva, porém não possui condições socioeconômicas para adquiri-la. Neste aspecto, a Tecnologia Assistiva não pode ser considerada Tecnologia Social, e sim, uma Tecnologia Convencional para a inclusão social.

Rosa, Freitas e Rosa (2020) afirmam que

A busca por romper o controle do conhecimento tecnológico, característico da Tecnologia Convencional ou Capitalista é um dos obstáculos que Dagnino (2009) destaca na iniciativa de orientar a trajetória tecnológica capitalista para outra que busque privilegiar valores de um desenvolvimento alternativo. Como destacado, o não acesso ao conhecimento tecnológico impede a TA de ser caracterizada como uma TS (Rosa; Freitas; Rosa, 2020, p. 9).

Isso pode ser observado nos investimentos empreendidos nas pesquisas para a produção de Tecnologia Assistiva, dentro do viés da Tecnologia Convencional, já que esse mercado visa à lucratividade dos resultados, sem se preocupar com os benefícios que esta poderá ocasionar ao público final. Isto posto, para que a Tecnologia Assistiva seja considerada uma Tecnologia Social deve ter o

direcionamento, focado na necessidade social da pessoa com deficiência sem a perspectiva de lucro. O indivíduo precisa se apropriar deste meio, apoderar desta tecnologia, e tendo o domínio do conhecimento tecnológico. Por isso, que a Tecnologia Social acontece com base na aprendizagem coletiva, esse processo é de suma importância na concepção desta tecnologia. A educação permite que o indivíduo se aproprie da tecnologia, a partir da transferência do conhecimento em prol da comunidade, do coletivo.

É possível, que a Tecnologia Assistiva se caracterize como Tecnologia Social, portanto,

Para que a TA possa ser uma TS, ela deve também envolver um processo de ensino e aprendizagem que efetive a apropriação tecnológica por parte dos indivíduos interessados (PcD, familiares e outros envolvidos). Nem sempre é possível que as PcD consigam se envolver diretamente no processo de desenvolvimento ou aplicação da tecnologia por limitações intelectuais, contudo, seus familiares ou pessoas que o auxiliam podem fazê-lo em seu lugar; esta é uma condição básica para que haja uma efetiva apropriação do recurso tecnológico (Rosa; Freitas; Rosa, 2020, p. 10).

Assim, ao projetar produtos com baixo custo e de execução simplificada, com envolvimento das pessoas e/ou comunidades interessadas, a Tecnologia Assistiva pode, então, ser considerada uma Tecnologia Social. Os produtos e serviços podem ser comercializados, desde que sejam de baixo custo e acessível para todas as camadas socioeconômicas. Desta forma, deixa de ser um produto com foco na massa, e passa a valorizar a comunidade e as suas necessidades.

Como discutido no tópico 4.1, a tecnologia não é neutra, isto quer dizer que a produção de toda e qualquer tecnologia envolve escolhas e valores. As questões centrais, são quem escolhe, como escolhe e por que essa escolha e não outra. Sendo assim, considerando que a tecnologia é uma produção social, “não será o artefato tecnológico que irá ‘dizer’ sua classificação (Tecnologia Assistiva ou Tecnologia Social), mas sim o caminho escolhido para fazê-lo. Para ser uma Tecnologia Social, a criação de uma Tecnologia Assistiva deve estar orientada pela demanda social, pela preocupação com a emancipação”, com a valorização e a participação da comunidade ou daqueles que dela irá usufruir. O envolvimento “nas decisões, com a transferência da tecnologia, o reconhecimento dos valores de seu contexto” (Rosa; Freitas; Rosa,

2020, p. 10) é fator primordial para classificar uma Tecnologia Assistiva como Tecnologia Social.

Os aspectos básicos distintivos descritos no Quadro 8 e 9 revelam as nuances que separam a Tecnologia Assistiva como Tecnologia Social ou como Tecnologia Convencional.

Quadro 8 - Tecnologia Assistiva como Tecnologia Social

Aspectos básicos distintivos	Tecnologia Assistiva como Tecnologia Social
Público-alvo	peessoa com deficiência
Propósito específico	promover funcionalidade
Razão de ser	demandas sociais
Enfoque	necessidade da população
Apropriação	posse e domínio do bem
Aprendizagem	é essencial
Emancipação	permite autonomia
Relação Ciência, Tecnologia e Sociedade	democratização do conhecimento e ampliação de acesso
Participação PcD	ocorre
Tomada de decisão	democrática
Abordagem	produto personalizado e adequado a contextos específicos
Desenvolvimento ou aplicação	participativo
Contexto	reconhecimento dos valores
Interesses por trás da tecnologia	conhecidos

Fonte: Elaborado pela autora com base em Rosa, Freitas e Rosa (2020).

Nota: Quadro dividido para facilitar a leitura de pessoas com deficiência visual ou baixa visão que utiliza leitor de tela.

Quadro 9 - Tecnologia Assistiva como Tecnologia Convencional

Aspectos básicos distintivos	Tecnologia Assistiva como Tecnologia Convencional
Público-alvo	pessoa com deficiência
Propósito específico	promover funcionalidade
Razão de ser	demandas de mercado
Enfoque	lucratividade
Apropriação	posse do bem
Aprendizagem	não necessária
Emancipação	mantêm relação de dependência
Relação Ciência, Tecnologia e Sociedade	conhecimentos restritos
Participação PcD	não necessária
Tomada de decisão	autoritária
Abordagem	produto de massa
Desenvolvimento ou aplicação	realizado a parte
Contexto	desconhecimento dos valores
Interesses por trás da tecnologia	desconhecidos

Fonte: Elaborado pela autora com base em Rosa, Freitas e Rosa (2020).

Nota: Quadro dividido para facilitar a leitura de pessoas com deficiência visual ou baixa visão que utiliza leitor de tela.

Nota-se que quando a pessoa com deficiência é ativamente envolvida em todo o processo de produção tecnológica, a Tecnologia Assistiva pode ser considerada uma Tecnologia Social. Há de se garantir também para que a Tecnologia Assistiva, assim seja classificada, que não haja vieses capitalistas e mercadológicos, e as necessidades deste público fiquem em segundo plano. Sendo assim, o que define a Tecnologia Assistiva como Tecnologia Social é o seu objetivo fim, a importância da participação do indivíduo em todo o processo, o reconhecimento das suas necessidades e a busca por soluções dialógicas para que se tenha a IS de fato estabelecida. Esse processo é eminentemente pedagógico.

Então, após definir a necessidade, o próximo passo é encontrar a solução para o problema, em seguida com as possíveis ideias estruturadas estabelecer os métodos e técnicas para a construção da tecnologia que auxiliará na inclusão da pessoa com deficiência, isso com a participação efetiva deste público para o qual a tecnologia está sendo elaborada. Os produtos e serviços resultantes do processo precisam ser de

baixo custo, de forma que familiares, professores, ou profissionais que atendem direta e/ou indiretamente essa comunidade consigam pôr em prática as soluções apontadas.

A exemplo disso tem-se: o suporte para a leitura de texto ou livros feito a partir de uma prancheta, apoiada em canos de PVC e dois prendedores para segurar a folha. Outro artefato é o engrossador de lápis ou caneta, a partir do uso de esponjas enroladas e amarradas. Foi realizado levantamento sobre Tecnologia Assistiva de baixo custo que estão disponibilizadas no Anexo B. As propostas foram elaboradas pela Associação Cultural Educacional Social e Assistencial Capuava (Fundação Banco do Brasil, 2017).

Os recursos desenvolvidos pela Associação Cultural Educacional Social e Assistencial Capuava se mostram potenciais alternativas para a inclusão da pessoa com deficiência e, aqui, ressalta-se a Tecnologia Assistiva que auxilia no processo de leitura e escrita da criança, uma vez que, a promoção para a prática da leitura se inicia na infância, motivo esse que nos leva a refletir a importância desses recursos na biblioteca pública, que tem missão essencial promover o acesso à leitura.

Para que essas ferramentas funcionem na sua completude intencional, torna-se necessário profissional (bibliotecária(o), pedagoga(o), dentre outros que atuam na biblioteca) adequadamente qualificado, bem como, toda a equipe voltada para o atendimento ao público, conhecer o que é deficiência, quais os direitos conquistados por essas pessoas, quais os procedimentos para formar leitores, promover a leitura e identificar a real necessidade deste leitor que busca informações e/ou serviços da biblioteca pública, esses questionamentos se desenvolvem no próximo capítulo, o qual busca discutir sobre a pessoa com deficiência e as nuances que envolve seus direitos, garantidos na Constituição e no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

5 LEITURA: CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

Os jesuítas chegaram ao Brasil, mais precisamente na Bahia, em 1549, tendo por chefe Manuel da Nóbrega. Trouxeram nas suas bagagens livros, porém não foram suficientes para suprir a demanda da primeira escola elementar instalada no Arraial do Pereira que ensinava a ler, escrever, contar e cantar. Dada essa realidade, solicitaram o envio de mais livros para aprimorar o saber dos mestres, bem como o ensino dos educandos (Moraes, 2006, p. 7). Pode-se dizer que este foi o primeiro momento do livro no Brasil, enquanto objeto de uso. Quanto às publicações, segundo Hallewell (2005, p. 5), “no Brasil, colônia de produção agrícola, a tipografia inexistiu durante quase todo período colonial”; sendo assim, os livros disponíveis no território brasileiro neste período eram importados da Europa e ficavam nas renomadas bibliotecas dos colégios jesuítas. Historicamente a ideia primária de instalação da tipografia no Brasil advém dos holandeses e não dos portugueses, localizada na cidade de Recife (Hallewell, 2005, p. 12).

A identidade nacional e cultural da nação brasileira, bem como o acesso ao livro, às artes e à cultura se inicia com a chegada da família real em 1808, e a leitura começa a traçar novos rumos no solo brasileiro. Max Weber diz que a cultura parte do princípio de que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; [...] não como uma ciência experimental em busca de lei, mas como uma ciência interpretativa” (Geertz, 1978, p. 15), ou seja, o acesso aos ambientes culturais contribui na construção dessas teias, uma vez que, promovem a interação do leitor com o livro e a leitura, a qual vem amarrada de significados gerados pela fruição do leitor e sua análise do objeto.

Para definir quando surgiu o papel do leitor, primeiro torna-se necessário dizer que a sua história começa com “a expansão da imprensa e desenvolveu-se graças à ampliação do mercado livreiro, à difusão da escola, à alfabetização em massa das populações urbanas, à valorização da família e da privacidade doméstica e à emergência da ideia de lazer” (Lajolo; Zilberman, 2009, p. 14). As autoras afirmam ainda que ser leitor é um papel social, e sua história iniciou na Europa no século XVIII. É nesta reorganização social que as famílias burguesas solidificam o gosto pela leitura e o papel social do leitor se intensifica com as exigências do “saber ler” na construção formativa do indivíduo, sendo que as leituras religiosas, de ordem cristã, se

intensificaram, e as facilidades de acesso pela ampliação do mercado editorial e das livrarias proporcionam ao leitor formas de aquisição de livros literários.

No Brasil essa prática de leitura acontece por volta de 1840, com a transformação do Rio de Janeiro em sede da Coroa Portuguesa ampliaram-se os espaços de leitura como bibliotecas e livrarias, onde circulavam as criações literárias daquele período. A prática de leitura estimula o acesso à arte e à cultura por meio das atividades desenvolvidas dentro dos espaços destinados à promoção do livro e da leitura, tais como: a família, a escola, e a biblioteca (Lajolo; Zilberman, 2009).

Diante dessa exposição inicial surge a pergunta, que não quer calar, para quem ler? Se sairmos às ruas de qualquer cidade brasileira e questionar às pessoas que por ali passam, as respostas do senso comum em grande parte, é para se manter informado, ou para realizar determinada atividade escolar, ou para saber a dosagem de algum remédio que foi comprado sem receita médica, ou para ficar por dentro das vagas no mercado de trabalho, entre outras opções do cotidiano. Farias (2014) diz que não é necessário ler para se manter informado, já que é possível manter-se atualizado das notícias pelos telejornais, ou por programas radiofônicos.

A Equipe de Atenção à Saúde Unimed-Belo Horizonte desenvolveu uma ação dentro do Mercado Central denominado Espaço de Convivência Instituto Unimed-BH, por acreditar nos benefícios da leitura para o corpo e a mente. Relatam que a “leitura é importante para a criatividade, a memória, a escrita e a imaginação” (Unimed-BH, 2021, n/p.), esse tipo de ação reafirma o compromisso das práticas de incentivo a leitura, como forma de estimular o desenvolvimento cognitivo.

Além do impacto na imaginação e na comunicação, ler com frequência exercita partes importantes do cérebro, e o resultado disso é a manutenção de diversas funções cruciais para uma vida saudável. Confira os principais motivos que reforçam a importância da leitura:

- Ajuda a exercitar a imaginação e criatividade.
- Amplia o vocabulário e melhora a escrita.
- Contribui para a redução da ansiedade e do estresse.
- Exercita a memória e ativa regiões do cérebro responsáveis por funções cognitivas, ajudando a prevenir doenças neurodegenerativas.
- Promove o relaxamento e melhora a qualidade do sono (Unimed-BH, 2021, n/p.).

Com base nas afirmações da Equipe de Atenção à Saúde Unimed-Belo Horizonte, compreende-se que ler está para além de se manter informado, mas o

hábito da leitura, a frequência com que se lê interfere na saúde física e mental da pessoa. Por isso que ler é algo significativo, pois promove mudanças, transformações, para a pessoa com e se deficiência. A interação entre o leitor, texto e autor promove diálogos que nasce no campo das ideias, mas pode se materializar a depender do que a pessoa está lendo.

Solé (2008, p. 22) define a leitura como a interação entre o “leitor e o texto” e a partir dessa interação o “leitor constrói o significado do texto”, ou seja, a compreensão do leitor pode diferir da intenção do autor ao escrever. Essa preocupação com o leitor esteve presente no século XVIII, onde os autores interagiam com seus leitores, e se preocupavam com as reações. E o autor espera esse comportamento do leitor, essa interação, os questionamentos reflexivos sobre a sua escrita, as dúvidas que surgem sobre a narrativa, ou os procedimentos adotados pelo autor dentro do contexto da história. Essa interação entre leitor e autor, carregada de sentidos e significados enriquece a apropriação do texto por meio da leitura.

Para Prado e Conдини (1999, p. 117)

desde o operário que precisa ler manuais até o advogado que precisa decifrar os textos legais [...] todos os membros de uma sociedade civilizada são obrigados a utilizar várias formas de leitura e interpretação de livros, jornais, revistas, relatórios. [...] uma gama de documentos, textos, resumos, tabelas, computadores, cartas, cálculos e uma multidão de outras formas de escrita (Prado; Conдини 1999, p. 117).

Diante da exposição nota-se que a leitura está presente na vida do indivíduo social, desde que este começa a interagir com o mundo em sua volta; inicia-se, então, a sua prática de leitura. Os autores relatam que desde o operário com pouca instrução formativa ao advogado, ambos necessitam de exercitar o uso da leitura no seu cotidiano, mesmo em ambientes profissionais diferentes esses dois profissionais se utilizam da leitura para desenvolver as suas atividades laborais. E aqui a leitura não se restringe a livros, e códigos legais da área do Direito, e sim aos vários formatos disponíveis, nos diversos ambientes frequentados durante a rotina diária desses indivíduos, seja a bula de remédio, a receita de um bolo, uma revista, um folhetim, documentos que precisam ser assinados, enfim, as inúmeras situações que exijam leitura, reflexão e significação a respeito do que se lê.

Por vezes a leitura perde a essência de algo romantizado e prazeroso, e provoca em alguns o sentimento de desprazer. Isso pode ocorrer devido às indicações de leituras obrigatórias, principalmente nos ambientes escolares, as quais vem na contramão do gosto do leitor, e o processo de formação deste leitor “ao invés de vincular a leitura ao prazer, passa a ideia de que ler é trabalhoso, [...], como carregar pedra, ou cortar grama [...]” (Assunção, 2000, p. 21). Mas não é somente o ambiente escolar que provoca essas reações no leitor, tal sensação pode ocorrer em circunstâncias diferentes, a exemplo disso, quando o leitor se vê diante da obrigatoriedade de ler um documento, o qual exige atenção, reflexão, significação e por vezes respostas às solicitações inseridas no conteúdo deste documento. Esse tipo de leitura também pode gerar desprazer no leitor.

Essa questão das leituras obrigatórias dentro de sala de aula vem de uma imposição gerada pela política de interesse entre governo e editores de livros, e a aquisição dos livros não se faz de forma democrática, ou seja, ouvir a(o) professor(a), as(os) educandas(os), e coletar dados sobre o que gostariam de ler, estruturas diferenciadas nas propostas de leituras, esse direcionamento pode contribuir na formação de leitores, já que a leitura é um bem simbólico.

Todavia, esse desprazer, ou o fato de se considerar não leitor pode advir da falta de tempo. A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 5, aponta que 48% da população considera não leitores - na pesquisa é considerado não leitor o indivíduo que “não leu nenhum livro, inteiro ou em parte, nos últimos 3 meses” - desses, 34% responderam que não leram nos últimos 3 meses por falta de tempo, e 28% declararam não gostar de ler, e 14% não tem paciência para ler, e 20% não sabem ler (Failla, 2021, p. 216-218).

Esses dados nos fazem refletir se realmente é a falta de tempo que impede essa pessoa de ler, ou será que não foi devidamente estimulada na infância pela família e a escola, ao hábito da leitura? Mesmo porque, 20% nem frequentaram a escola, como poderiam ser estimulados, se o seu direito está sendo violado, o direito à Educação. A discussão sobre essa questão social é de suma importância, mas não faz parte do eixo da pesquisa, sendo assim os dados expostos aqui são para nos incitar a pensar sobre as falhas ainda presentes na política educacional brasileira. Então, a falta de tempo e paciência juntas perfaz um total de 62% dos não leitores.

Esses resultados nos remetem à obra de Daniel Pennac (2012) “Como um romance”. O livro é baseado nas suas experiências como professor, e o autor recria a

ficção do ambiente de uma sala de aula, e o motivo dos jovens não gostarem de ler. Nesta citação, ele faz uma crítica sobre a questão da falta de tempo para ler.

Mas como se explica que aquela, que trabalha, vai às compras, educa os filhos, guia o carro, ama três homens, vai ao dentista, vai mudar de casa para a semana que vem, **arranje tempo para ler**, e este casto celibatário que vive de rendimentos, não o consiga?

O tempo para ler é sempre um tempo roubado. (Como aliás o tempo para escrever, ou para amar.)

Roubado a quê?

Digamos que ao dever de viver. (...)

Tanto o tempo para ler como o tempo para amar dilatam o tempo de viver.

Se encarássemos o amor pela perspectiva do emprego do tempo, o que sucederia? Quem tem tempo para estar apaixonado? No entanto, alguma vez se viu um apaixonado não ter tempo para amar? (...)

A leitura **não resulta da organização do tempo social**, ela é como o amor, uma maneira de ser.

A questão que se coloca não é saber se tenho ou não tempo para ler (tempo esse, aliás, que ninguém me dará), mas sim se **tenho ou não prazer em ser leitor** (Pennac, 2012, p. 133, grifo nosso).

O autor pontua comportamentos diferenciados sobre o mesmo objeto, a leitura. Enquanto uma mãe que possui inúmeros afazeres consegue encontrar tempo para realizar suas leituras, outro não se dispõe a tal “sacrifício”. E, como ele mesmo diz, não é questão de organizar o tempo social, o ponto chave está em ter prazer ou não em ser leitor. Entende-se, a partir dos pensamentos de Penac, que se tornar leitor é criar novos hábitos, uma nova forma de viver. E a leitura não precisa ser algo obrigatório, enfadonho, cheio de normas, regras e com ficha literária a ser respondida ao final da leitura. Essa pode ser vista como um ato de amor.

Mas apesar da leitura ter os seus desencantos, pode também ter os seus encantos, e a partir desses surge o prazer. Assim, a leitura deve ser vista “como construto subjetivo, desafiando preferências e evidenciando escolhas, direitos de pular páginas, de não ler, de ler primeiro o fim e depois o começo, de ler este e não aquele livro” (Ribeiro, 2013, p. 14). Essa liberdade ao ler gera no leitor o gosto, o prazer pela leitura, já que rompe com a leitura “utilitária, meramente instrucional” (Lajolo, 2004, p. 7) e esse novo caminho pode despertar no leitor o desejo de compartilhar, interagir com outros.

No século XX, os livros de literatura infantil tiveram papel importante na prática de leitura por indivíduos analfabetos quando editores publicaram livros com imagens, permitindo assim que o leitor tivesse a oportunidade de criar sua própria história a

partir do sentido visual. Assim, o livro poderia ser lido tanto pelos alfabetizados quanto pelos analfabetos; pelos leitores fluentes como pelos leitores iniciantes.

É a partir de diversas representações da leitura e de dicotomias construídas na Idade Moderna (entre leitura do texto e leitura da imagem, leitura erudita e leitura vacilante, leitura íntima e leitura comunitária) que é preciso compreender os arranjos e empregos de impressos mais humildes que o livro, porém mais presentes, cuja variedade abarca folhas volantes e cartazes (sempre acompanhados de textos) a gazetas e livretos azuis⁴ (quase sempre ilustrados com imagens) (Chartier, 1994, p. 26).

Há de se ter em mente, no entanto, que os estudos de Chartier se pautam no contexto Europeu, onde as práticas e incentivos para a leitura ocorrem de modos diferenciados do Brasil, principalmente no período da Idade Moderna, como dito na citação acima. Todavia, tal afirmação simboliza momentos atuais do livro e da leitura no contexto brasileiro e as diferenciações com relação ao tipo de material elaborado para a elite cultural, que possui produção editorial diferenciada daquela que tem por público as camadas mais simples da sociedade. O material com poucas imagens e mais textos, aos eruditos, e os impressos com pouco texto e muitas ilustrações aos desprovidos das práticas de leitura.

Essa diversidade de material é uma forma de promover a democracia cultural. Segundo Soares (2008, p. 31-32), a palavra democracia pode ser entendida de forma sucinta como “o sentido de distribuição equitativa de bens e materiais simbólicos”, sendo que a leitura é um “bem simbólico” e “é condição para a plena democracia cultural”. Assim, a democracia cultural tem por ponto de partida a diversidade de públicos, e esses, possuem desejos próprios com relação ao consumo e fruição, e é na gestão da cultura que se busca políticas e estratégias para desenvolver espaços e ações que atendam aos diversos públicos e os seus gostos particulares no consumo da cultura, mas para consumir, esse público necessita de condições socioeconômicas, e os estímulos nas suas capacidades mentais superiores, ou seja, o exercício da mente reflexiva para consumir a cultura e poder analisar criticamente.

⁴ Chartier diz que os livretos azuis, mais conhecido por Biblioteca Azul, é uma coleção de livros acessíveis vendidos por ambulantes, e continham diversos gêneros literários, tais como: romances de cavalaria, contos de fada, livros de devoção, e também documentos advindos da "religião popular", textos com temas genéricos direcionados a um público geral, a exemplo da cultura folclórica.

De acordo com Silva (2011, p. 41) a leitura é um “tipo de comunicação” e também “uma forma de encontro entre o homem e a realidade sociocultural”. Daí a necessidade de compreender os diversos públicos, entre eles as pessoas com deficiência, bem como as barreiras que as impedem de participar das práticas democráticas culturais que envolvem o livro, a leitura e a biblioteca. Para Logan (2012) a “cultura consiste na informação simbólica, atuando como dispositivo de adaptação mental, método pelo qual a aprendizagem é exercida por meio da comunicação e da interação social” (Faria, 2019, p. 56). A informação simbólica com seus múltiplos significados, permite a interação de diversos públicos por meio da leitura. Essas interações geram novos conhecimentos entre pessoas com e sem deficiência

5.1 AS PRÁTICAS DE LEITURA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Historicamente registrado, a leitura para pessoas com deficiência inicia-se no Brasil com a criação do Instituto dos Meninos Cegos em 1854, pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro, ele “tinha por atribuição ministrar a instrução primária e alguns ramos da secundária, educação moral e religiosa, ensino de música, bem como ofícios fabris” (Arquivo Nacional, 2021). José Álvares de Azevedo, professor de História e pessoa com deficiência visual, foi quem propôs o projeto de instalação do Instituto dos Meninos Cegos. Essa inspiração surgiu quando retornou ao Brasil, depois de ter estudado seis anos no Instituto Imperial para Jovens Cegos, em Paris. As suas vivências educacionais na instituição parisiense despertaram o desejo de proporcionar às pessoas cegas, residentes no solo brasileiro, as possibilidades de aprender o Braille, e assim desenvolverem o processo de leitura e escrita, o que de certa forma, ampliou as possibilidades de autonomia e atuação no mercado de trabalho. Por infeliz sorte o professor não viveu o suficiente para ver o seu projeto estabelecido.

O sistema de ensino da época organizou o curso com duração de oito anos e as disciplinas se dividem na seguinte estrutura:

- primeiro ao terceiro ano: **leitura**, escrita, cálculo até frações decimais, música, e artes mecânicas, adaptadas à idade e força dos meninos.
- quarto ano: gramática, francês, aritmética, princípios elementares de geografia, música e ofícios mecânicos.

- quinto ao sétimo ano: as matérias anteriores e a geometria plana e retilínea, história e geografia antiga, média e moderna, e **leitura** explicada dos Evangelhos.
- oitavo ano: história e geografia nacional, ao aperfeiçoamento da música e dos trabalhos mecânicos (Brasil, 2021a, n/p., grifo da autora).

O conteúdo programático do curso trabalha a leitura desde o primeiro ano e há reforço no quinto ano com a leitura específica dos Evangelhos, já que a educação estava vinculada às Ordens Religiosas da Igreja Católica. Nota-se que o conteúdo desenvolvia o ensino para as atividades fabris, por ser a necessidade produtiva da época, a mão de obra profissional-especializada e qualificada. Oficialmente, foi o primeiro relato histórico da pessoa com deficiência e a leitura, e também a formação educativa e profissional, no Brasil.

Dois anos depois foi inaugurado o Imperial Instituto de Surdos Mudos (Arquivo Nacional, 2020). Criado com a finalidade de oferecer educação intelectual, moral e religiosa aos surdos de ambos os sexos. Há uma diferença entre os Institutos, pois o Instituto dos Meninos Cegos, como o próprio nome diz, era somente para meninos, enquanto o dos surdos atendiam ambos os sexos, o que ampliou o atendimento e permitiu que as meninas, também, aprendessem a ler e escrever. A inserção da mulher com deficiência auditiva ou surdez na sociedade de forma efetiva, isto é, como leitora, e a possibilidade de atuar profissionalmente.

Os cegos e os surdos foram os primeiros a receberem essa atenção do Estado quanto à prática de ensino e leitura, porém na revisão de literatura inexistem dados sobre as outras deficiências, antes de 1930. A partir desta década é que começaram a ser instalados no Brasil as organizações em prol das pessoas com deficiência intelectual, como é o caso da Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais e a Pestalozzi.

A luta pelos direitos das pessoas com deficiência ganhou força na década de 1970, porém, o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi regulamentado somente em 2015, com a Lei nº 13.146/2015. Seu art. 42 diz que: “a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015, Art. 42). O contexto pós-moderno derruba as paredes e constrói pontes entre os saberes, permitindo assim ampliar os horizontes, bem como o acesso a esses bens culturais de forma acessível, tal como previsto na lei.

Para que uma sociedade seja acessível deve se considerar as abordagens aliadas ao Desenho Universal, a qual tende a proporcionar uma sociedade para todos. O Desenho Universal está garantido no Decreto nº 5.296/2004 art. 8, inciso IX, que é a

concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (Brasil, 2004, Art. 8, inciso IX).

Dentro dessa concepção do Desenho Universal, o livro digital acessível é uma garantia regulamentada pelo Decreto de Lei nº 10.753/03, a qual institui a Política Nacional do Livro, e por meio desta foi tecido um diálogo a partir de 2005 entre editores e os grupos de representantes das pessoas com deficiência para a plena efetivação da lei.

No seu Art. 1º inciso V diz sobre “promover e incentivar o hábito da leitura”, já no inciso XII fala em “assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura” (Brasil, 2003, Art. 1º, inciso V). A minuta de Decreto de regulamentação da Lei 10.753/2003, no seu Art. 4 diz:

Art. 4º. A fim de garantir plena acessibilidade às pessoas com deficiências que acarretem dificuldade ou impedimento de leitura do livro convencional, conforme definido nos incisos VII e VIII do artigo 2º da Lei nº. 10.753, de 31/10/2003, é obrigatório que toda obra publicada em Território Nacional seja disponibilizada pelas editoras para venda ao Consumidor interessado, por meio de versões em suporte digital, mediante solicitação prévia à editora responsável pela publicação ou às livrarias e aos representantes que comercializem ou distribuam aquela obra (Brasil, 2003, Art. 4).

Desta forma, as editoras devem disponibilizar a cada livro publicado em forma convencional, os formatos acessíveis para as pessoas com deficiência, conforme a sua necessidade, tais como: digital, Braille, áudio, ampliado, e assim por diante. Diante disso, há a necessidade de se familiarizar com as tecnologias da informação, pois ela torna as coisas possíveis para as pessoas com deficiência (Radabaugh, 1993). Essa é uma das características mais pontuais da lei do livro, torná-lo acessível às pessoas com deficiência, e a Tecnologia Inclusiva colabora nesse processo ao se utilizar da Tecnologia Assistiva e da Tecnologia Social.

Ao pensar nos impactos ou nas mudanças que o livro adaptado e/ou acessível, gera sobre os significados do livro e da leitura no Brasil, para as pessoas com deficiência, tendo por base teórica Roger Chartier (1994; 1999), verifica-se que em momento algum o autor faz uma distinção elucidativa entre leitor com deficiência e leitor sem deficiência; são simplesmente leitores.

Apesar de Chartier ser o marco referencial nos estudos sobre o livro e a leitura na perspectiva historiográfica, o autor não trata da leitura adaptada para pessoa com deficiência. O texto insere essa discussão e questiona sobre os impactos, as mudanças que o livro adaptado representa tanto para as pessoas com deficiência quanto para as pessoas sem deficiência.

Porém ele diz que:

A grande questão, quando nos interessamos pela história dos significados, é compreender como as **limitações** são sempre **transgredidas** pela **invenção** ou, pelo contrário, como as liberdades da interpretação são sempre limitadas [...] A partir de uma interrogação como essa será talvez menos inquietante pesar as **oportunidades** e os riscos da **revolução eletrônica** (Chartier, 1999 p. 19, grifo da autora).

Uma das definições de deficiência se pauta na questão da **limitação**; sendo assim, essa citação de Roger Chartier nos salienta às oportunidades que surgiram a partir da **invenção** do livro eletrônico e da internet que ampliou a leitura eletrônica nos infinitos canais interativos disponíveis. Essa transgressão ao livro impresso que origina a invenção do livro eletrônico abre janelas para as pessoas com deficiência e não se restringe à deficiência visual somente com o leitor de tela, mas também às pessoas que por algum motivo não foram alfabetizadas e podem ouvir a leitura em voz alta, seja pelo computador, *tablet*, *smartphone*, ou outros dispositivos quaisquer.

Nesse tipo de leitura: “Existe propriamente um objeto que é a tela sobre o qual o texto eletrônico é lido, mas este objeto não é mais manuseado diretamente, imediatamente, pelo leitor” (Chartier, 1999, p. 12). Mesmo porque a estrutura e a organização do livro se diferenciam do livro impresso e permite novos hábitos e usos deste objeto na forma de ler, nos gestos que se utiliza para manuseá-lo, nos espaços de leitura.

O leitor do livro eletrônico encontra outro tipo de fluxo sequencial, já que esse não se encerra na capa e permite o “leitor embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos

que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler” (Chartier, 1999, p. 12-13). Essas interferências no suporte e nas maneiras de ler trouxeram significados sociais nos modos de leitura para as pessoas com deficiência visual, deficiência intelectual, deficiência auditiva e deficiência múltipla. Os livros acessíveis nas plataformas digitais são formas de implementação de políticas públicas do livro e leitura, já que permitem acesso livre aos livros, os quais possuem recursos de Tecnologia Assistiva.

Os recursos tecnológicos por meio de *softwares* tais como os leitores de tela possibilitam a autonomia da pessoa com deficiência visual, além de promover mudanças nas formas de leitura; ou seja, o leitor de *Braille* começa agora a desfrutar de uma ferramenta que o auxilia e dinamiza a leitura de textos, sem contar o desenvolvimento de novas competências e habilidades para a prática educacional e profissional, permitindo assim a inclusão social. A tecnologia serve também para as crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual, já que podem usufruir da leitura oral dos textos. Muitas vezes esses recursos são utilizados por esse tipo de deficiência devido à alta taxa de analfabetismo.

Sendo assim, apesar das transformações o leitor preserva sua essência histórica, ele se modifica, traz novos significados às práticas de leitura, altera as concepções sociais e propicia a inserção de grupos historicamente excluídos na sociedade da informação. Todavia, o “texto eletrônico lhe permite maior distância com relação ao escrito. Nesse sentido, a tela aparece como o ponto de chegada do movimento que separou o texto do corpo” (Chartier, 1999, p. 13).

O livro e a leitura possuem significados próprios à comunidade na qual o indivíduo está inserido, uma vez que, nas práticas de leitura, o acesso ao livro depende das condições socioeconômicas e culturais. Chartier aponta a importância de estar atento às condições sociais e cognitivas dos leitores, já que esses fatores interferem no prazer da leitura e na construção de significados desta leitura pelo leitor.

Diante do exposto neste capítulo faz-se necessário citar relatos da inserção de profissionais com deficiência bem sucedidos na sua área de atuação, isso foi possível em parte pela determinação da própria pessoa, que possui um objetivo na vida, e também pelos recursos de acessibilidade que permitiu o acesso aos livros e as leituras realizadas ao longo da sua formação acadêmica.

Costa e Garcia (2020) desenvolveram uma pesquisa sobre a atuação dos docentes com deficiência no ensino superior e apanhou o relato de três docentes. Todos possuem pós-graduação e enfrentaram barreiras ao longo da sua trajetória. O primeiro docente tem 50 anos, é surdo congênito, professor concursado no ensino superior federal, possui graduação em Letras/Libras, mestrado em Educação. O segundo docente possui 36 anos, deficiente físico, professor de Direito, especialista em direitos humanos, concursado em uma fundação municipal de educação de direito privado. A terceira docente tem 30 anos, desde criança utiliza cadeira de roda, é concursada na docência do ensino superior, atua como psicóloga, especialista e teoria do comportamento cognitivo, e possui mestrado em educação (Costa; Garcia, 2020).

Um dos professores participantes diz: “Eu não tinha sonhos para o futuro, mas após trabalhar como instrutor pelo estado, e também, concluir a licenciatura em letras/libras, eu vislumbrei que o surdo pode ter o mesmo espaço na sociedade, assim como os ouvintes” (Costa; Gracia, 2020, p. 603). Apesar de todas as dificuldades encontradas ao longo da trajetória, os docentes conseguiram alcançar o seu espaço na sociedade.

Por isso que é preciso estar atento ao público, e as suas necessidades de informação e de acessibilidade são competências que a/o profissional que está responsável pela administração precisa desenvolver para promover ambientes inclusivos nos espaços das bibliotecas públicas. E nos casos citados a leitura ressignificou a história de atuação profissional das pessoas com deficiência.

6 BIBLIOTECAS

Ao pensar no termo “biblioteca” logo vem ao pensamento à imagem de um local cheio de prateleiras e com uma infinidade de livros, pessoas lendo, outras estudando, e se possível bastante silêncio. Ou às vezes surgem outras imagens, a depender das experiências que a pessoa teve ao longo da sua existência com esse ambiente. Porém, ao buscar na etimologia da palavra “biblioteca” verifica-se que esta possui origem na palavra grega, *Bibliothēkē*, e dessa palavra deriva outras duas “*Biblion*” que significa “Papel ou rolo com escrita” e “*theca*”, que traz o significado de “depósito, cofre, caixa grande” (Coelho, [20--], p. 234). Assim, compreende que biblioteca é o depósito de rolos com escrita, mesmo porque a origem das bibliotecas antecede aos livros, no formato que é acessado atualmente – impresso ou digital.

Durante milhares de anos a biblioteca era concebida no imaginário das pessoas como local onde havia uma pessoa, a guardiã do conhecimento, essa(e) personagem é a figura da(do) bibliotecária(o). Esse conceito tem se modificado com as transformações e as intervenções sociais ocorridas ao longo do tempo no âmbito desses espaços, e a idealização de “biblioteca sombria, poeirenta, silenciosa e quase lúgubre, fechada sobre si mesma, sobrepondo o papel de ‘depósito do saber’ a todas as outras funções, onde o ambiente hostil e frio afasta mais do que cativa, faz já parte do passado” (Baganha, 2004, p. 93). Apesar de modificar as percepções, suas funções permanecem, ou seja, a de reunir, organizar, disseminar e preservar os documentos e informações.

A expansão das Ciências e a produção de conhecimentos específicos, e públicos diversos fizeram com que as bibliotecas se dividissem em ambientes diferenciados a depender do tipo, da sua finalidade, do público e conseqüentemente do acervo. Lubisco (2020) diz que as bibliotecas se diferenciam a partir das suas tipologias, e isso vai depender das três variáveis interdependentes que as classificam por meio da

função (ou finalidade), **acervo** e **público** – que, combinadas, revelam as especificidades inconfundíveis de cada uma e suas modalidade de apresentação. Há uma quarta variável – **entidade mantenedora** – que não influencia a classificação, mas seu conhecimento é necessário, se pensarmos que todas essas variáveis são insumos para o planejamento e a gestão dessas unidades de informação (Lubisco, 2020, p. 1, grifo da autora).

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas diz que “o tipo de biblioteca é determinado pelas funções e serviços oferecidos, pela comunidade que atende, e pelo seu vínculo institucional” (Brasil, ©2021, n/p.), e as classifica em nove tipos de bibliotecas, a saber: a Biblioteca Pública, Biblioteca Pública Temática, Biblioteca Comunitária, Ponto de Leitura, Biblioteca Nacional, Biblioteca Escolar, Biblioteca Universitária, Biblioteca Especializada, e Biblioteca/Centro de Referência.

A Biblioteca Pública visa “atender por meio do acervo e de seus serviços diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro de forma gratuita” (Brasil, ©2021, n/p.). Isso compreende que há uma diversidade de público, bebês, crianças, jovens adultos, pessoas com deficiência, pessoas da melhor idade, e conseqüentemente o acervo é formado por assuntos diversos, sem se especializar em uma área. Além de seguir os “preceitos no Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. É criada e mantida pelo Estado, e pode ter vínculo – municipal, estadual ou federal” (Brasil, ©2021, n/p.). Tem-se como exemplo, na cidade de Goiânia-Goiás a Biblioteca Estadual Pio Vargas⁵; Biblioteca Municipal Cora Coralina⁶, entre outras.

Com relação à Biblioteca Pública Temática se difere da biblioteca pública devido às especificidades do seu acervo, uma vez que, “possuem acervos especializados em determinada área/assunto, em detrimento de um determinado público. As atividades desenvolvidas configuram-se de maneira a representar o foco do público” (Brasil, ©2021, n/p.). Para isso, os serviços, as coleções e a programação cultural ao serem elaboradas e/ou desenvolvidas observa-se as particularidades. Difere-se da biblioteca pública devido ao público e ao tipo de acervo. A capital goiana possui duas bibliotecas públicas temáticas, que são: Gibiteca Jorge Braga; e Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo⁷.

O outro tipo é a Biblioteca Comunitária, a qual se estrutura e se mantém com a colaboração da comunidade, sem vínculo direto com o Estado. Disponibiliza espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro para a comunidade local. Esse tipo de biblioteca

⁵ Biblioteca localizada no Centro Cultural Marietta Telles, na Praça Cívica, Setor Central, em Goiânia, Goiás, Brasil.

⁶ Biblioteca localizada no Setor Campinas, em Goiânia, Goiás, Brasil.

⁷ Ambas estão localizadas no Centro Cultural Marietta Telles, na Praça Cívica, Setor Central, em Goiânia, Goiás, Brasil. A primeira refere-se à sessão infantil e juvenil da Biblioteca Estadual Pio Vargas.

contribui para que a disseminação da informação e o acesso ao livro, leitura, literatura e biblioteca sejam descentralizados, isto é, as camadas invisibilizadas na sociedade têm a oportunidade de estar próximo do livro e desfrutar de momentos de leitura, e assim estimular a construção de um pensamento crítico reflexivo.

Aqui no Brasil as bibliotecas comunitárias contam com a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, já que ao instituírem as redes estas permitem às pessoas e grupos se conectarem em prol de “uma causa comum. As redes de bibliotecas comunitárias interligam espaços de um mesmo território ou local para garantir o direito humano à leitura, através da troca de saberes e experiências e de ações e atividades coletivas” (RNBC, ©2020, n/p.). No link disponibilizado na referência encontra-se a relação das bibliotecas que fazem parte da rede.

O Ponto de Leitura se caracteriza pelo “espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro, criados em comunidades, fábricas, hospitais, presídios e instituições em geral. Em sua maioria foram criados com o apoio do Programa Mais Cultura” (Brasil, ©2021, n/p.). Por estar inserido em comunidades, pode vir a ser uma Biblioteca Comunitária, já que nasce do sonho, de um ideal da comunidade para a comunidade, veja o exemplo do Ponto de leitura do Jardim Lapenna⁸.

A Biblioteca Nacional é responsável pela guarda e preservação da produção bibliográfica no Brasil, defendida pela Lei de Depósito Legal. Seu acervo inicial chegou com a família real portuguesa em 1808, e em 1810 foi instituída a Fundação Real da Biblioteca e sediada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1876 e recebeu o nome de Biblioteca Nacional, o qual permanece até os dias atuais. Considerada a maior Biblioteca da América Latina, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura, e uma das maiores bibliotecas nacionais do mundo (Fundação Biblioteca Nacional, 2022, n/p.).

A Biblioteca Escolar visa “atender aos interesses de leitura e informação da sua comunidade e trabalhar em consonância com o projeto pedagógico da escola na qual está inserida. Localiza-se dentro de uma unidade escolar da educação infantil ao ensino médio” (Brasil, ©2021, n/p.). Tem por público-alvo a comunidade escolar - estudantes, professores, colaboradores da escola, e familiares - além de oferecer acesso à comunidade no entorno da instituição. A universalização da Biblioteca

⁸ Localiza-se na Zona Leste de São Paulo. Disponível em: <https://fundacaotidesetubal.org.br/ponto-de-leitura-do-jardim-lapenna-comemora-10-anos/>. Acesso em: 8 nov. 2021.

Escolar está amparada na Lei 12.244/2010 (Brasil, 2010, n/p.). As instituições de ensino tiveram prazo de dez anos para implementação, ou seja, até 2020. Todavia o Projeto de Lei PL 4003/20 prorrogou o prazo para 2024, tendo por justificativa as questões da pandemia do COVID-19. Os preceitos estabelecidos na biblioteca escolar se apoiam no manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias e UNESCO.

A Biblioteca Universitária se respalda nas “atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio do seu acervo e dos serviços. Seu público é composto de professores, estudantes, pesquisadores, colaboradores da unidade acadêmica em geral” (Brasil, ©2021, n/p.), pode estar vinculada a uma instituição de ensino superior, pública ou privada. A Biblioteca Especializada “atende a um campo específico do conhecimento. Seu acervo e serviços atendem às necessidades de informação e pesquisa de usuários interessados em uma ou mais áreas específicas do conhecimento”. Seu vínculo institucional pode ser de cunho público ou privado, e alguns casos, se estiverem vinculados a instituição de ensino superior, pode-se caracterizar biblioteca universitária (Brasil, ©2021, n/p.).

E por último, a Biblioteca ou Centro de Referência que compreende em Bibliotecas especializadas que em muitos casos “não possuem acervo próprio e trabalham exclusivamente com a referência de documentos sobre determinado assunto (resumos e resenhas)” (Brasil, ©2021, n/p.), e sua finalidade acompanha os outros tipos de bibliotecas que é permitir o acesso, a disseminação, a produção e o uso da informação para um público em específico.

É possível observar as diferenças de atuação com relação ao acervo de cada unidade, já que atendem a uma diversidade de público que conseqüentemente buscam informações pertinentes às suas necessidades, ou seja, um engenheiro na biblioteca especializada, ou um estudante do ensino básico que busca a biblioteca escolar, semelhantemente o estudante universitário que usufrui da biblioteca universitária na sua instituição de ensino, e a biblioteca pública que recebe um público heterogêneo, a biblioteca comunitária que abre as portas para sua comunidade local com interesses diversificados.

Fica evidente na descrição que as diferenças entre as tipologias se pautam no público que faz uso do espaço, e que cada tipo de biblioteca exige práticas diferenciadas, conforme a comunidade atendida. Esta pesquisa se volta para a Biblioteca Pública brasileira como unidade informacional e comunicacional.

A seção 5.1 busca delinear os conceitos introdutórios presentes na literatura científica especializada sobre a Biblioteca Pública brasileira, bem como o processo histórico desta instituição, e seu valor social, cultural e educacional. Aborda também as iniciativas de implantação das bibliotecas públicas no Estado de Goiás.

6.1 BIBLIOTECA PÚBLICA BRASILEIRA

Inicia-se este capítulo com duas perguntas: Bibliotecas para quê e por quê? As respostas para tais perguntas podem nos levar à diversidade de pensamentos e opiniões. Têm aqueles que veem neste espaço democrático, a possibilidade de promover a disseminação da informação e conhecimento, as ações culturais e de lazer, o auxílio no processo de aprendizagem dos seus frequentadores. É possível que outras pessoas a tenham como um local para amontoar livros e ocupar espaços que seriam destinados a fins mais “úteis”.

O termo “útil” nos faz refletir sobre a história do poeta francês, contada por Rubem Borba de Moraes:

Dizem que um poeta francês foi uma vez apresentado a um riquíssimo banqueiro. O apatacado personagem perguntou ao poeta:
- Para que serve a poesia?
E o poeta responde-lhe:
- Para o senhor, não serve para nada.
(Moraes, 1998, p. 15).

Ao colocar a biblioteca no lugar da poesia é possível afirmar que a serventia dela advém de uma necessidade, que nem sempre está atrelada aos interesses políticos e/ou econômicos. Medeiros (2015, p. 111) afirma que a “biblioteca, no mundo político, não é vista como um item que deve entrar em pauta. [...] presidente da FBN, relata o espanto que os deputados, governadores e prefeitos tinham ao saber que era necessário prever orçamento para a biblioteca pública”. A biblioteca pública está invisível a esses olhares e muitos desconhecem o seu papel social, educacional e cultural. Tal comportamento se justifica, porque a classe política tem consciência que a biblioteca pode, por meio da leitura, gerar pessoas com mente reflexiva. Neste sentido, as primeiras bibliotecas em solo brasileiro tinham por missão instruir uns e dominar outros.

No processo histórico das bibliotecas brasileiras, as primeiras instalações advêm dos padres jesuítas da Companhia de Jesus, os quais chegaram ao solo brasileiro em 1549, com alguns exemplares de livros, e implantaram o sistema de ensino da época, mas não foram os únicos, já que havia outras ordens religiosas. “Os jesuítas são considerados os patronos da biblioteca escolar brasileira, mas é válido lembrar-se das outras ordens religiosas que também fizeram parte da educação religiosa no Brasil, tais como: Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas” (Faria, 2017, p. 38).

A autora afirma ainda que os colégios religiosos eram chefiados pelo Padre Manuel da Nóbrega,

tendo por objetivo principal ensinar os filhos de colonos e catequizar os índios. Sendo assim, a educação brasileira nasce a partir da igreja católica [...] para que o ensino se efetivasse com primazia, os jesuítas necessitavam de recursos materiais – livros - os quais vieram em quantidade reduzida, na bagagem dos próprios jesuítas (Faria, 2017, p. 37).

As bibliotecas e o sistema educacional brasileiro introduzido pela Igreja Católica foram destruídos com a reforma educacional pombalina. Apesar de serem as primeiras bibliotecas do país, elas não se caracterizam na tipologia de biblioteca pública, por estarem instaladas em conventos, ou nos colégios dirigidos pela Igreja Católica. A citação deste processo é para compreender que o acesso à informação pelo público no Brasil aconteceu somente com a chegada da Corte Portuguesa.

Posto isto, com a mudança da família Real portuguesa para o Brasil em 1808, a educação recebe novos ares. Todavia, não foi só a educação, mas a vida cultural teve benefícios com as medidas de D. João. O monarca estimulou as artes no Brasil ao trazer a Missão Francesa para o país. A partir disso, implantou o Museu Nacional, a Biblioteca Real, a Escola Real de Artes e o Observatório Astronômico. A Biblioteca Real foi inaugurada no ano de 1810, mas o acesso ao público se deu a partir de 1814, “antes era restrita apenas a estudiosos, mediante consentimento régio” (Biblioteca Nacional, [2000-], n/p.).

Suaiden (1980, p. 5) relata que “a primeira biblioteca pública fundada no Brasil foi a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada no dia 4 de agosto de 1811. As bibliotecas fundadas anteriormente, como as dos conventos, não eram públicas”. Afirma ainda que, a “Biblioteca Real do Rio de Janeiro já existia em Lisboa, havendo,

portanto, no caso, apenas a transferência de sede”, a implantação da Biblioteca Pública da Bahia ocorreu pela disposição de um cidadão, ou seja, não foi efetivada por parte do governo. Essa biblioteca foi fundada por Conde dos Arcos, Governador e Capitão Geral da Capitania, de 1810-1818, porém, a iniciativa nasceu de Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, senhor de engenho, e de alguns homens cultos, que se reuniam às escondidas para ler nos clubes maçônicos e liam livros franceses com temáticas filosóficas e políticas (Santos, 2010).

Durante o Segundo Reinado, sob a regência de D. Pedro II (1840-1889) o Brasil sofreu influência europeia das bibliotecas populares, essa ideia popularizada se efetivou com mais eficácia na Argentina do que no Brasil. Esse momento se caracterizou pelas “bibliotecas dos liceus literários, das sociedades beneficentes, dos gabinetes de leitura” (Moraes, 1943, p. 18) e a partir daquele momento surgiram algumas figuras ilustres que devido a sua posição na sociedade visavam modificar o local em que viviam em centros de cultura, com vista a trazer o progresso por meio da cultura literária, esses cidadãos distintos eram os barões ou os fazendeiros. Aqui é possível perceber o crescimento da biblioteca particular, e em alguns casos, anos mais tarde foi denominada biblioteca comunitária.

Porém, essas bibliotecas, com a crise, se degradam pouco a pouco. Ao contrário da biblioteca pública, que era mantida pelo governo, ganhou força e ocupou espaços.

A origem da biblioteca pública não pode ser entendida, simplificada, como oriunda dos reclamos das classes populares ou, inversamente, pelas benesses das classes detentoras do poder. Aquele momento histórico (meados do século XIX) leva-nos a reconhecer a influência, a mescla, a intersecção dessas e de outras causas. A biblioteca pública surge, não isoladamente, deslocada dos acontecimentos e da situação da sociedade daquela época. Ao contrário, ela está imersa nas transformações, nas mudanças e alterações daquela época e, assim, deveria continuar participando de cada cenário histórico, cenários não estanques, mas dinâmicos e em constante mutação. A biblioteca pública deve ser reflexo e causa das transformações da sociedade; deve receber influências, interferir, ser início, meio e fim das alterações sociais, numa sequência interminável. Sua origem esteve sustentada por esse quadro (Almeida Júnior, 1997, p. 22).

Na fala do autor é possível perceber que todas as mudanças ocorridas no processo histórico das bibliotecas públicas brasileiras foram decorrentes das dinâmicas sociais. A vinda da Corte Portuguesa influenciou significativamente, mas

os anos subsequentes e a troca da forma de governo alterou o fluxo de investimentos nesta área, e isso pode ser confirmado nos dias atuais, onde as bibliotecas públicas sofrem com a falta de recursos financeiros, humanos e estruturais. Almeida Júnior enfatiza que é da biblioteca pública que devem vir os reflexos de mudanças e transformações sociais. A principal mudança é propiciar meios para que os investimentos na formação de leitores cheguem às unidades de informação, e não apenas nos grandes centros, mas nos pequenos municípios, ou os mais afastados da capital.

Lessa (2020, p. 559, grifo da autora) afirma que “o processo de adaptação da biblioteca pública frente às mudanças sócio históricas têm sido **tímidas** em relação à dinâmica que ocorre nas transformações sociais”. As(os) gestoras(es) que estão na administração dessas unidades precisam ser mais enfáticos, se posicionar com relação a eficácia da biblioteca pública na sociedade. Porém, as e os bibliotecárias (os), ou mesmo profissionais de outras áreas que atuam nesse espaço e assumem a gestão dessas bibliotecas, são oprimidos.

As ideias expostas para inovações na prestação de serviços e/ou mudança do ambiente da biblioteca por diversas vezes são rechaçadas, e ignoradas, é como se gritassem em *Grand Canyon*, sozinhas(os), e sem apoio (Lessa, 2020). A dificuldade de ser enfática(o) como dito por Lessa está em se sentir sozinha(o), sem uma interlocução entre profissionais que enfrentam o mesmo problema e estejam dispostos (as) a unir forças e lutar por mudanças na biblioteca pública.

Para que a biblioteca pública venha influenciar a sociedade como posto por Almeida Júnior ela precisa ser prioridade no plano de Estado, somente assim esse ambiente receberá os recursos necessários para influenciar a sociedade com espaços inovadores e repaginados dentro das novas concepções para esses ambientes. De acordo com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, a biblioteca pública é a “porta de acesso local ao conhecimento fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais” (IFLA, 1994, p. 1). Sendo a biblioteca pública uma porta acesso ao conhecimento ela precisa ter visibilidade, porque como diz um dito popular “o que não é visto, não é lembrado”. Muitas das bibliotecas públicas se localizam em espaços inapropriados, sem fachada, sem identificação que naquele lugar há uma biblioteca para atender a comunidade.

São detalhes de marketing visual que contribui na divulgação e lembrança do público que circula nas proximidades desta unidade de informação.

A biblioteca pública é instituída por decreto de lei, a qual pode ser de ordem federal, estadual ou municipal, e por possuir vínculo governamental, sua manutenção, no que se refere aos recursos materiais, financeiros e humanos é de responsabilidade do Estado. Almeida Júnior (2013, p. 66) destaca três aspectos nas características da biblioteca pública: “mantida integralmente pelo Estado; com funções específicas e com a intenção de atender a toda sociedade”. A primeira característica é crucial para o bom funcionamento da biblioteca, pois o Estado é quem deve planejar os investimentos que serão direcionados ao livro, leitura, literatura e biblioteca.

O Manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias /UNESCO (1994) sobre bibliotecas públicas diz que estas são

[...] o centro local de informação [...]. Os serviços da biblioteca pública são prestados com base na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social e qualquer outra característica. Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para aqueles usuários que não podem, por qualquer motivo, usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, com baixa proficiência em habilidades digitais ou de informática, com baixa escolaridade, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade. As coleções e os serviços não devem estar sujeitos a nenhuma forma de censura ideológica, política ou religiosa, nem a pressões comerciais (IFLA, 1994, p. 1-2).

O atendimento a toda sociedade é um leque de oportunidades para elevar o nível de usabilidade das bibliotecas junto ao poder público, como forma de justificar a necessidade de investimentos, de recursos para implementar ações dentro dos espaços da biblioteca. Para isso os serviços prestados não devem estar pautados somente nos empréstimos de livros, na leitura de livros, porque a leitura pode acontecer de outras maneiras, como contemplar a pintura em um quadro. Com relação às minorias, as(os) profissionais quando forem elaborar projetos precisam verificar a acessibilidade das pessoas com deficiência, ao tipo de linguagem, para que seja de fácil compreensão. Atender a todos, como expresso no Manifesto da IFLA exigirá posturas de inclusão social, educacional e cultural.

A missão da biblioteca pública é composta por doze itens, os quais se relacionam com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura, que são:

1. criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
2. apoiar a educação individual e a auto formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
3. assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
4. estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
5. promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
6. possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
7. fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural;
8. apoiar a tradição oral;
9. assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
10. proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
12. apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários (IFLA, 1994, p. 2).

Esse documento explicita de forma pontual o significado e a função deste equipamento cultural na promoção às práticas de leitura, a participação na formação educacional, promoção do crescimento individual, criatividade, acesso à arte e à cultura por meio das atividades desenvolvidas dentro do espaço da biblioteca. A função e os serviços disponibilizados na BP se efetivam a partir da interação com a comunidade atendida, todavia, “sem essa interação, é difícil cumprir com seu objetivo de ser um dispositivo de acesso à informação para todas as pessoas, e, mais ainda, faz com que haja perda de investimento público, devido à sua subutilização por parte da população” (Alves, 2020, p. 3).

A subutilização pode ocorrer pela invisibilidade dos espaços, a ausência de divulgação sobre a biblioteca pública, e isso faz com que a comunidade fique sem informação de onde se localiza, e quais os tipos de serviços disponibilizados. Outro fator se pauta na organização interna dos espaços, que ocorre em alguns casos sem planejamento, e por vezes estruturam as salas apenas para ser um amontoado de livros que recebe o nome de “biblioteca” para referenciar que aquela cidade possui uma biblioteca pública e o gestor cumpriu o seu papel social investindo na promoção do hábito de leitura.

Por meio da biblioteca é possível promover a mediação cultural com a leitura, a exemplo disso, tem-se a tradição oral, pela qual se fomenta o diálogo intercultural.

Essa diversidade inserida no contexto da biblioteca pode propiciar proximidade com a realidade das pessoas que convivem na comunidade. Ao se sentirem acolhidos e representados nas falas expositivas da atividade cultural, o público poderá iniciar um processo contínuo de participação nas propostas oferecidas pela biblioteca.

Mas para isso é preciso realizar uma divulgação eficiente e diálogo permanente com a comunidade local, onde a biblioteca está instalada. Qualquer produto ofertado no mercado só é desejado a partir dos estímulos externos e internos, ou seja, a publicidade e propaganda anunciadas na TV, nas redes sociais despertam o interesse, o desejo do público-alvo para o produto ofertado. Com os produtos e serviços da biblioteca ocorre o mesmo, para que a comunidade comece a se interessar pelas atividades desenvolvidas dentro da biblioteca é preciso estímulos, divulgação, com foco no público-alvo de cada atividade.

Para Rasteli e Caldas (2015, n/p.) a “dimensão da cultura nos espaços das bibliotecas exalta o papel e o poder que esses equipamentos culturais possuem para transformar as comunidades por elas atendidas”. Esses movimentos transformadores que podem emergir da biblioteca atingem níveis diversificados, seja na comunicação, no comportamento e no afeto. Apesar de agirem isoladamente, a biblioteca pública pode-se valer das práticas do cinema, do teatro, da feira de livros, para promover ações dentro da biblioteca. A elaboração de projetos culturais envolvendo toda a comunidade local, é uma ferramenta que torna possível esses movimentos.

De acordo com Machado (2008, p. 58) as bibliotecas públicas “atendem as demandas da população que reside ou frequenta a região que está localizada. São criadas para atender as necessidades informacionais de uma ou mais comunidades”. Evidencia assim, seu importante papel social, o qual possibilita à comunidade o acesso à informação. Todavia, esse “papel social” é comprometido pelas questões burocráticas, já que esse tipo de biblioteca é mantido pelo Estado, e a falta de investimentos, as normas e regulamentos travam e/ou impede o pleno funcionamento para a organização de eventos culturais, educacionais e de lazer para a comunidade.

No que concerne à biblioteca pública, a/o responsável por esta interação com a comunidade é a/o profissional gestor(a), porém na prática, por vezes, deixa a desejar no que tange a oferecer serviços diferenciados com o intuito de chamar público para o ambiente da biblioteca, para além do acervo. Ainda no início da década de 1940, Rubem Borba disse: “julgo indispensável para resolver nosso problema é, antes de mais nada, bibliotecários verdadeiros, com preparo técnico e cultura à altura do cargo

[...] uma organização menos burocrática” (Moraes, 1943, n/p.). Não é difícil constatar que os problemas da BP perduram até os dias atuais, com bibliotecárias(os) desmotivadas(os), uma máquina burocrática, sem recursos financeiros, instalados em prédios históricos, e por vezes tombado como patrimônio histórico, o que inviabiliza as reformas e a ampliação das atividades dentro da biblioteca, no intuito de melhor atender às demandas dos usuários e da sociedade.

É notório o avanço no Brasil de algumas centenas de biblioteca pública, porém a fala de Moraes ainda é atual, com relação às características de parte das bibliotecas públicas brasileiras.

Para falar com franqueza, as nossas bibliotecas não são nem bibliotecas. São ainda, em geral, depósitos de livros, mais ou menos organizados, bem ou mal conservados. Não têm a função ativa que deviam ter. Os livros estão trancados; pouquíssimas bibliotecas brasileiras permitem o livre acesso às estantes. Os catálogos, quando existem, são todos feitos por métodos empíricos e antiquados. As poucas exceções só servem para confirmar a regra geral. A prova está no espanto e na alegria que sente o leitor quando utiliza uma dessas bibliotecas modernas (Moraes, 1943, n/p.).

Esse retrato desenhado por Rubem Borba reflete o quanto é importante a biblioteca manter um relacionamento estreito com a comunidade, assim, ela consegue identificar a real necessidade do público, e a partir desses dados redefinirem os espaços e serviços disponibilizados. Dentre as diversas demandas, há aquela que advoga que a biblioteca pública precisa “estender e interiorizar os seus serviços para atender aos habitantes da zona rural e das periferias e interagir melhor com esse público. Quando isso não ocorre, a biblioteca corre o risco de perder sua função social e sua razão de existência” (Alves, 2020, p. 3). O diálogo com os usuários é essencial no construto de uma biblioteca que tem por foco democratizar o acesso ao livro, a leitura, a literatura e a informação.

E de certa forma, “numa palavra, o que precisamos é criar e organizar bibliotecas modernas, equipadas para atender não somente ao povo ou às elites, mas a todo cidadão” (Moraes 1943, n/p.). Por não atender essa população, que se encontra distanciada dos grandes centros urbanos, surge a biblioteca comunitária e os pontos de leitura, como forma de suprir a falta de acesso ao livro, a leitura, a literatura e a biblioteca, por parte da comunidade desfavorecida, em sua maioria localizada nas periferias.

Porém, este trabalho tem por objetivo principal pesquisar as bibliotecas públicas no Estado de Goiás, sendo assim, não tem interesse em aprofundar na temática sobre biblioteca comunitária, e sim, tencionar a discussão a respeito da centralização das bibliotecas públicas. Todavia, é de suma importância mencionar as transformações que aconteceram no processo histórico das bibliotecas no Brasil, e o surgimento de novos tipos, como forma de suprir a ausência da biblioteca pública nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Uma das estratégias de governo, no âmbito federal, para estimular o hábito da leitura na população foi a fundação do Instituto Nacional do Livro, por meio do decreto nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que teve “entre outras atribuições, incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional” [...]. Outra instância na sua atuação foi “firmar convênios com prefeituras municipais que mantêm bibliotecas e salas de leitura públicas, nas sedes e nos distritos municipais” (Brasil, 1937, n/p.). Atendia também as bibliotecas infantil e juvenil e universitária, no que se refere a doações de livros e suporte para a organização. Era preciso preencher um cadastro, assim, participavam do plano de distribuição do livro didático, e com relação à educação superior eram selecionados os principais livros das áreas de Saúde, Tecnologia, Administração e Economia. Esse movimento contribuiu para a formação de bibliotecas nos municípios brasileiros, que tinham por principal meta formar leitores.

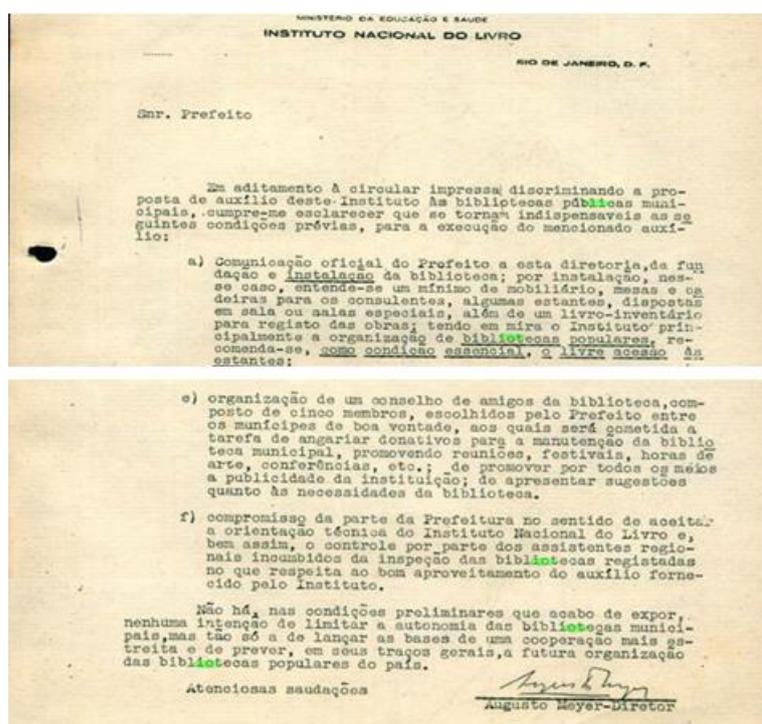
Isso pode ser observado a partir da fala de Mário de Andrade, em 1939, sobre o assunto, publicado em 1957.

A criação de bibliotecas populares me parece uma das atividades mais atualmente necessárias para o desenvolvimento da cultura brasileira. Não que essas bibliotecas venham resolver qualquer dos dolorosos problemas da nossa cultura, o da alfabetização, o da criação de professores de ensino secundário, por exemplo..., mas a disseminação, no povo, do hábito de ler, se bem orientada criará fatalmente uma população urbana mais esclarecida, mais capaz de vontade própria, menos indiferente à vida nacional (Andrade, 1957, p. 7).

As bibliotecas recebem esta denominação de “populares”, como forma de mostrar a sua abrangência e a formação do seu acervo, tendo por alvo popularizar o acesso aos serviços e aos livros disponibilizados. “Conforme pudemos observar, popular era sinônimo de destinada a toda a população, com um acervo igualmente

amplo quanto à abrangência das áreas do conhecimento” (Silva, 1995, p. 84). Augusto Meyer, em 1934, responde à solicitação do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, sobre auxílio do Instituto Nacional do Livro para manutenção da biblioteca pública, na alínea “a” ele faz recomendação sobre a organização de bibliotecas populares, tendo como “condição essencial, o livre acesso às estantes”, assim é possível perceber que a diferença entre a classificação pública e popular era o acesso livre aos livros nas estantes. Veja o documento redigido pelo diretor do INL na Figura 4.

Figura 4 - Circular do Instituto Nacional do Livro sobre auxílio às bibliotecas municipais do Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo Gustavo Capanema (Brasil, 1934a, n/p.).

Nota: Contém texto alternativo com a descrição da imagem.

Meyer incentiva a organização de conselhos, com objetivo de arrecadar quantias para colaborar na manutenção do espaço. Pontuou a importância de promover reuniões, festivais e investir em publicidade, de forma que a biblioteca seja ocupada pela população, além de estimular a autonomia. Paulo Freire diz da relevância desses espaços e afirma ainda a necessidade de elaborar política cultural, com vistas a fortalecer essas instituições, sem descartar os procedimentos técnicos inerentes das atividades bibliotecômicas.

A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior, e a partir dela, tudo isso, indiscutivelmente, tem que ver com técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, pessoal auxiliar, mas, sobretudo, tudo isso tem que ver com uma certa política cultural. Não há neutralidade aqui também. Como aqui também vamos encontrar a ingenuidade não astuta de que falei, a mesma ingenuidade puramente tática e a mesma criticidade (Freire, 1998, p. 21).

A questão de elaborar política cultural “não é tanto de fundar novas bibliotecas, mas de reorganizar e remodelar as já existentes. Precisamos recolocar muito parafuso fora do lugar, azeitar as engrenagens, tocar a máquina para a frente” (Moraes, 1943). Essa fala de Rubem Borba expressa a urgência de se organizar os processos administrativos para que as bibliotecas funcionem de forma eficaz, fiquem sempre atentas àquilo que necessita de intervenções para aprimorar os serviços e atendimento ao usuário. Para falar das tensões devidas para o bom funcionamento da biblioteca, o autor faz uma analogia com a manutenção de um carro que está com um parafuso sujo, enferrujado, ou frouxo e a situação da peça compromete o bom funcionamento do motor e o bom desempenho de toda máquina.

O carro pode apresentar barulhos que incomodam, e impedir que o carro ande de forma fluída, ou aquele óleo que fica vazando por causa de um parafuso frouxo e mancha o chão da garagem, enfim são muitos os problemas que podem surgir a partir de uma peça fora do lugar e sem condições de uso. Sendo assim, ao descobrir o problema, ajusta-se o parafuso, realiza o azeitamento, que significa lubrificar as engrenagens para que realizem as suas funções em sincronia, em harmonia, sem apresentar atritos, sem colocar a vida das pessoas em riscos, e por fim melhorar o desempenho e conseqüentemente reduzindo custos, já que o mal funcionamento do motor faz com que o mesmo venha a fundir. Assim, são as bibliotecas na visão de Rubem Borba: as bibliotecas, necessitam de ajustes, revisões, manutenções contínuas para se adequarem às novas demandas< às novas tecnologias e às novas realidades.

Ao pensar nas formas de reorganizar, para que o acesso à cultura seja popularizado, Augusto Meyer, primeiro diretor do INL, elaborou um projeto para bibliotecas, o qual tinha previsão de ser implementado em 1940. O diretor buscou nas experiências internacionais, na Suíça, a visão inovadora de criar uma rede de bibliotecas públicas regionais, com base nos novos conceitos de biblioteca popular, como dito acima, popularizar o acervo da biblioteca no intuito de cativar os leitores.

Meyer diz: “Eduard Reyer, professor da Universidade de Viena, opina que é precisamente a possibilidade de satisfazer o gosto dos leitores pelas leituras leves, que permite atraí-los para obras mais substanciais”, relata ainda a opinião de “Ladewig que afirma ser uma imposição de leituras instrutivas mais perigosas que as leituras leves” (Brasil, 1934b, n/p.). Meyer concordou com as opiniões expressas pelos intelectuais como fator importante para se criar o hábito de ler.

De acordo com Silva (1995) o insucesso na elaboração e implementação desta política cultural se deu pela falta de escuta à população local. As experiências internacionais foram de suma importância para comparativo, porém, “dadas as dimensões do país e a precariedade dos meios de comunicação existentes, não se pode esquecer que para a elaboração do Plano Nacional de Educação, o Ministério da Educação conseguiu ouvir os mais diversos segmentos da sociedade civil”. Daí a valia de se ter diálogo instituído com as representações estaduais e municipais, mesmo com todas as dificuldades de comunicação da época, se a política cultural visava voar alto era preciso estabelecer meios de dialogar com as instituições intermediárias e o público final.

Rubem Borba, no seu texto sobre “O problema das bibliotecas brasileiras”, publicado no ano de 1943, relata as dificuldades na atuação do profissional bibliotecária(o), além das questões burocráticas da biblioteca pública:

Não quero dizer que o bibliotecário deva ser um técnico somente. A preocupação técnica exclusiva é tão prejudicial quanto a sua inexistência. O bibliotecário moderno deve ser um misto de técnico e de intelectual. A sua preocupação principal não deve ser datilografar fichas perfeitas, segundo um código de catalogação, mas conhecer o conteúdo dos livros que possui, ser um guia intelectual do leitor. Muitos bibliotecários esquecem que a principal coisa, na biblioteca, para o leitor, é o livro e não a técnica que se empregou para catalogá-lo e classificá-lo [...].

A falta de preparo técnico não é, porém, o nosso único entrave. Bem sei que as dificuldades administrativas têm sido, em quase todos os países, se não o maior, um dos mais sérios empecilhos para a solução do problema. As nossas bibliotecas, como as da Europa, ainda são consideradas repartições públicas, sem a mínima autonomia indispensável a institutos que não podem funcionar nos padrões estabelecidos para os departamentos burocráticos.

Essa organização, no mesmo plano das repartições públicas, consegue, muitas vezes, anular o esforço de um ou outro bibliotecário mais esclarecido, de chefes e serviços, responsáveis diretamente por esses problemas (Moraes, 1943, n/p.).

As questões apontadas por Moraes permanecem atuais em grande parte das bibliotecas públicas brasileiras. A atuação da(o) profissional bibliotecária(o) é de uma magnitude inexplicável, mesmo porque, o posicionamento e a busca de diálogo com a comunidade fazem toda a diferença para o fortalecimento desses espaços. Outro ponto crucial sobre a atuação profissional é o conhecimento do material que está disponível no acervo da biblioteca. Saber na íntegra o conteúdo de todos os livros que fazem parte do acervo é praticamente impossível diante do volume de publicações, mas um entendimento mínimo das grandes áreas e seus principais produtos se faz necessário para criar vínculo de confiabilidade entre leitor e bibliotecária(o).

Silva (1995), ao falar das bibliotecas, crítica que, “apesar de serem consideradas por Capanema centros de formação de personalidade, de compreensão do mundo e de auto educação, continuam sendo até os nossos dias apenas locais onde as pessoas encontram livros” (Silva, 1995, p. 57). A biblioteca precisa ser vista e lida para além dos livros, já que nesse espaço as trocas de informações, as discussões a respeito de um tema fazem com que o ambiente expresse a vida que há dentro dela, isso sim, pode auxiliar na aquisição de conhecimento e no crescimento pessoal, mas, ainda serão necessárias algumas mudanças para que tal procedimento se efetive em nossa sociedade (Silva, 1995). Para que se consolide a estrutura de um local de interação e troca de informações precisa modificar os conceitos a respeito das bibliotecas públicas e aperfeiçoar a atuação dos servidores que trabalham nesses espaços.

Esses conceitos discutidos na literatura científica da área biblioteconômica expressam a forma com que é tratada pelo poder público a questão do livro, da leitura, da literatura e da biblioteca nos estados e municípios brasileiros. Nesta pesquisa o foco principal é conhecer a realidade das bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia, Goiás, para isso, o próximo tópico busca descrever o processo histórico de criação e implantação desses espaços culturais no Estado de Goiás.

6.1.1 Bibliotecas públicas no Estado de Goiás-Brasil

O povoamento em Goiás se deu por meio da vinda dos Bandeirantes, no século XVIII, em busca de ouro nas terras distantes dos centros coloniais. Ao chegarem na região, encontram um amplo território habitado por indígenas e rico em minério. Ao retornarem para São Paulo descreveram todos os recursos que encontraram isso

facilitou a rápida migração e as instalações dos povoados e colônias às margens dos rios, onde se funda o Arraial de Sant'ana. Esse povoamento ocorreu de forma rápida e eram compostos por indígenas, escravizados e uma minoria de brancos vindos da região Sul e Sudeste do Brasil. E na mesma velocidade em que a extração de minério trouxe boas novas ao centro do País, ele foi responsável pela decadência, uma vez que esgotou os recursos auríferos na região.

Histórica e culturalmente foi nos impingido uma herança e uma memória, como se tivéssemos nascido de fato em 1722, e ficamos sem pai nem mãe. Esse buraco negro de nosso passado pré-aurífero é apenas lembrado, tangenciado pela produção acadêmica, relegado ao rol do desinteresse. Tudo começa com o ouro. Pior: tudo acaba também com o ouro (Chaul, 2011, p. 42).

Historicamente, depois da queda na extração do ouro, Goiás busca retomar espaço na economia brasileira por meio da pecuária. E isso fez ter o “estigma de terra do ‘atraso’, da ‘decadência’, do marasmo e do ócio, serviu para se identificar o goiano – e criar o que chamaríamos de goianice – por vários séculos” (Chaul, 2011, p. 42). Todavia, é preciso valorizar a influência cultural que os povos que transitaram pelo estado, e contribuíram no estabelecimento do goiano, e da goianice, o qual advém dos frutos da mestiçagem dos indígenas nativos, do negro africano, e dos europeus.

No que se refere a cultura, em específico o livro, a leitura, a literatura e a biblioteca, pouco se discute. As publicações sobre o processo histórico de implantação de bibliotecas no Estado de Goiás são escassas, raras as fontes que tratam da temática. As fontes de informações tratam de temáticas sobre a História de Goiás nos aspectos políticos, econômicos e sociais. O Professor Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado faz uma descrição detalhada da vida cultural em Goiás e traz relatos dos primeiros livros que chegaram ao território goiano.

datado de 1771, escrito em forma de diário pelo Barão de Mossâmedes, José de Almeida de Vasconcelos Soveral e Carvalho. Indicado para o governo de Goiás, por Carta Patente de 11 de outubro de 1770 [...]. Nas anotações do governador aparecem indícios de ‘homens doutos’ que liam em latim e possuíam alguma instrução, daí alguns livros particulares (Curado, 2009, p. 11).

No final do séc. XVIII percebe-se o movimento com relação à constituição de espaços privados de leitura, como foi documentado em Notícia da Capitania de Goiás em 1783, a cidade de Vila Boa e a biblioteca oficial do então governador Luís da

Cunha Menezes. Nesta biblioteca eram armazenados documentos oficiais da Capitania de Goiás. Doze anos após a chegada da família real de Portugal, e a instalação da Imprensa Imperial, em 1808, a Província de Goiás por meio do Comendador Joaquim Alves de Oliveira estabeleceu o jornal A Matutina Meyapontense, sendo o pioneiro neste segmento.

Em seguida, instituiu também a primeira biblioteca pública, no dia 3 de maio de 1830, em Meia Ponte - atualmente cidade de Pirenópolis. Todavia, a sociedade não se encantou pelos movimentos culturais estabelecidos na época, tal comportamento havia sido percebido por Dr. João Emanuel Pohl e Auguste de Saint-Hilaire, viajantes europeus, que descreveram as características do povo goiano - hábitos, costumes e modismo - como “preguiçosos e indolentes” (Curado, 2009, p. 12).

Essas constatações nos auxiliam a refletir nas influências que permeiam a construção cultural no Estado desde o princípio, e que ainda hoje se estabelece na cultura goiana, apesar de tais adjetivos serem agressivos. Chaul de forma poética descreve a identidade cultural do povo goiano.

Somos o arquétipo do desejo da realização, a vida comunitária dos índios que os hippies tentaram um dia adotar, somos a secular batucada e ritos africanos, onde os Kalunga nos guardam desde tempos imemoriais. Somos a modinha lusitana nos saraus de Vila Boa, o traço europeu nas óperas dos barracões de Meia Ponte, hoje Pirenópolis, somos ainda a herança espanhola ou portuguesa das cavalhadas, a viga mestra do cristianismo na procissão do fogaréu na Cidade de Goiás e somos mais ainda nós, os goianos, os homens pardos de que nos falou Luiz Palacin, na catira, nas folias de reis e do divino ou na dança do congado de Catalão (Chaul, 2011, p. 42).

A descrição do povo goiano na fala do Professor Chaul demonstra a diversidade cultural desse Estado que está localizado no centro do país. A junção dos hábitos e costumes dos indígenas, kalungas, e europeus fez surgir novas formas de manifestações culturais, tais como: as Cavalhadas de Pirenópolis, o Fogaréu na cidade de Goiás, a Festa do Divino Pai Eterno em Trindade, a dança do Congado em Catalão, as Folias de Reis em vários municípios. Esses movimentos expressam a formação da identidade cultural dos goianos.

A formação histórica de um povo é marcada por processos que se transformam ao longo do tempo. As bibliotecas públicas no Brasil começaram a florescer após 1808, e conseqüentemente, um Estado como o de Goiás que emergiu no final do século XVIII encontrou inúmeros desafios para se estabelecer como centro cultural,

seja na dança, na música, nas artes plásticas, na literatura, e principalmente na estruturação de bibliotecas públicas.

No livro “Goiânia documentada”, organizado por Oscar Sabino Júnior, escritor e crítico literário, o autor fez uma síntese cronológica dos principais acontecimentos desde a inauguração a transferência da capital, e em 1936, no dia “8 de agosto: Inauguração da primeira Biblioteca Pública” de Goiânia (Sabino Júnior, 1960, p. 177), não há detalhes sobre nome da biblioteca, sua localização, ou outro dado relevante, apenas cita as ações realizadas pelo governo. Foi realizado levantamento, com base em Curado (2009), sobre as possíveis bibliotecas institucionalizadas em Goiás, de 1830 até década de 1980. Nesta relação o autor não cita a biblioteca inaugurada em Goiânia no ano de 1936.

Quadro 10 - Histórico da implantação de Bibliotecas no Estado de Goiás

Item	Biblioteca	Cidade	Fundador	Data
01	Biblioteca da Província de Goiás	Meia Ponte	Comendador Joaquim Alves de Oliviera	1830
02	Biblioteca do Colégio Lyceu de Goiânia	Província de Goiás	Emydyo Joaquim Marques	1850
03	Gabinete Literário Goiano	Vila Boa	Raimundo Sardinha da Costa	1864
04	Biblioteca Sacra	Trindade	Padres Redentoristas	1896
05	Biblioteca Pública	Corumbá	Monsenhor Chiquinho	1897
06	Clube Patriótico de Intrução e Grêmio Literário Emílio Póvoa	Formosa	*****	1905
07	Biblioteca do Colégio Olavo Bilac	Ipameri	Prof. José Lomabrdi e Prof. ^a Júlia Guimarães	1921
08	Biblioteca do Grupo Escolar Rui Barbosa	Jaraguá	Escritora Graciema Machado de Freitas	1927
09	Biblioteca do Grupo Escolar João Pessoa	Trindade	Professoras: Nila Chaves Roriz de Almeida; Davina Nascimento Vasconcelos; Ana Maria de Oliveira	1936
10	Biblioteca Veritati	Trindade	Clube dos Estudantes Trindadense	1950
11	Biblioteca Pública	Piracanjuba	Taufic e Jamil Sáfade	1940
12	Biblioteca do Ginásio Arquidiocesano	Jaraguá	Pe. Silvestre Álvares da Silva	1947
13	Biblioteca do Grupo Escolar São João Batista	Cumari	Prof. ^a Maria Emídio Evangelista	1950
14	Bibliotecas Volantes	Morrinhos	Prof. ^a Maria Barbosa Reis	1950
15	Biblioteca Pública Joaquim Rodrigues Alves	Santa Cruz de Goiás	Prefeito Américo Carneiro de Mendonça	1954
16	Biblioteca Pública Prof. José Cândido	Morrinhos	Ver. Eurico Barbosa	1959
17	Biblioteca Irmã Maria de Lourdes	Mineiros	Escritor Martiniano José da Silva	1969
18	Biblioteca Pública Municipal Pe. João Cardoso de Souza	Trindade	Professor Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado	1974
19	Biblioteca Pública Josino Ferreira Bretas	Caldas Novas	Bento de Godoy	1976

20	Biblioteca Catarina Rosa de Faria	Caçu	Escritor José de Faria	1978
21	Biblioteca Pública Ursulino Leão	Aparecida de Goiânia	*****	1980
22	Biblioteca Dom Fernando Gomes de Oliveira	São Miguel do Passa Quatro	Historiador Élson Gonçalves de Oliveira	[198-?]
23	Volante Clube Literário Orizonense	Orizona	Escritora Sônia Maria Ferreira	[198-?]

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de Curado (2009, p. 12-20).

De acordo com o Quadro 10, a última biblioteca foi instalada na década de 1980, neste período, o Estado de Goiás possuía 211 municípios, com apenas vinte e três bibliotecas, isso revela a fragilidade na implantação de biblioteca pública. A escassez de dados históricos nesta área nos impossibilita de afirmar que eram somente essas unidades instaladas neste período, uma vez que o documento acessado para a elaboração deste quadro revela ausência de algumas bibliotecas de âmbito municipal e estadual, principalmente as localizadas na capital do Estado.

Diante do exposto, esta pesquisa se propôs a buscar elementos atualizados com relação a esses equipamentos localizados na Região Metropolitana de Goiânia e sua atuação diante das inovações nas bibliotecas do século XXI, com relação à formação de leitores, e em específico leitores com deficiência.

6.2 BIBLIOTECA PÚBLICA E FORMAÇÃO DE LEITORES

É por meio da família que a criança tem o seu primeiro contato com a vida em sociedade. E deveria ser no seio familiar o contato inicial com a leitura, porém, diante do cenário socioeconômico do Brasil muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade e o livro, nesses casos, pode ser considerado artigo de luxo. As crianças que vivem nas periferias têm o seu primeiro contato na escola. Essa afirmação pode ser comprovada na 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, onde “Vale destacar, a partir das análises, que os principais desafios apontam para a formação do leitor na escola” (Xavier; Tavares; Pereira, 2021, p. 16).

Outro fator que contribui para que a família não esteja como incentivadora primária no acesso ao livro e a leitura é a ausência de bibliotecas públicas próximas às comunidades de baixa renda. Se os pais não tiveram convívio com o livro e a leitura na infância, não foi construído o hábito de ir à biblioteca, como serão motivadores em algo que nem ao menos experimentaram? A inexistência de bibliotecas nos bairros

afastados dos grandes centros deixa as famílias desassistidas das políticas públicas do livro, leitura, literatura e biblioteca.

Em contraste a essa realidade tem-se as classes sociais A e B, onde a família é a porta de entrada para a formação de leitores. Os pais podem constituir exemplos ao se envolver com a leitura cotidianamente, já que a renda familiar e o nível acadêmico dos pais contribuem para o acesso à leitura. A ida às livrarias nessa classe social é algo comum, assim como, a compra de livros periodicamente. Ao perceber o comportamento dos pais com os livros e a leitura, a criança tem por instinto imitar. Esse despertar desenvolve o aprender fazendo e estimula a criança a buscar um livro, gibi ou revistas para iniciar a leitura. A partir dessa ação, os pais formam adultos leitores.

Na relação pais-filhos, não há fórmulas mágicas, mas há algo de imenso valor: a possibilidade de aprender fazendo, de ajustar-se continuamente. Pais que têm abertura para este aprendizado atingem mais facilmente a realização pessoal e estimulam com maior intensidade o desenvolvimento apropriado dos filhos, constituindo, eles próprios, modelos para os filhos (Lohr, 2003, p. 81).

Essa relação é algo a ser construído no dia a dia, e como disse Lorh, não é efeito de uma varinha mágica, e sim, momentos que os pais dedicam aos filhos, para que juntos desenvolvam a interação com o livro e a leitura, e desse movimento ser gerado um futuro leitor.

Entretanto, para Silva e Lendengue (2010, p. 95) a “família não é a única responsável pela formação de leitores, todas as pessoas envolvidas no desenvolvimento educacional de uma criança também têm o compromisso educacional com a leitura”. Pertinente a afirmação dos autores, porém é na base familiar que se inicia o processo, e conforme a criança cresce ela interage com grupos e ambientes diversificados de pessoas e lugares que podem ampliar esses estímulos. Quando falam todas as pessoas, essas podem ser representadas pelas(os) professoras(es) alfabetizadoras(es), pela(o) bibliotecária(o), ou outras(os) profissionais que atende essa criança clinicamente, tais como: psicopedagoga(o), psicóloga(o), fonoaudióloga(o) e a/o terapeuta ocupacional. Nos atendimentos clínicos e educacionais é comum trabalhar a mediação de leitura, e se a criança tiver algum tipo de deficiência intelectual a leitura auxilia na construção do vocabulário, na formulação dos conceitos, no estímulo à oralidade por meio da contação de história.

Para Souza e Pinho (2019, p. 145) a “formação do leitor inicia-se na escola e perdura por toda a vida, pois esse é um processo contínuo de aprendizado”. Essa afirmação pode ser considerada em parte, porque em muitos lares a formação de leitores se inicia na família e dá continuidade na escola. E, como discutido no início do tópico, por questões socioeconômicas muitas crianças tiveram seu primeiro contato com o livro somente na escola, mas outras por pertencerem às classes sociais mais altas, usufruíram do livro e leitura desde bebezinhos, a exemplo disso tem-se o livro de banho.

O livro-brinquedo possibilita o desenvolvimento psicomotor nos primeiros anos de vida da criança, e quando um adulto interage e media esse momento, ele consegue fortalecer vínculos e trabalhar na formação do eu. Realmente, a formação de leitores é um processo contínuo, pode iniciar na família, dar continuidade na escola, e na fase adulta nos grupos de leitura, na biblioteca, no trabalho e em tantos outros ambientes que irá conviver.

Por isso que as(os) bibliotecárias(os) “reconhecem a formação de leitores como prática importante na escola. É considerada uma ação complexa e que precisa ter continuidade. [...] não se formam leitores, mas [é assim] que se inicia o aluno no processo de leitura” (Araújo; Sales, 2011, p. 568). A biblioteca escolar tem seu papel social, educacional e cultural de extrema relevância dentro da formação de leitores nas séries iniciais e finais.

É preciso pensar para além da escola, porque fora da escola existem comunidades que não estão inseridas no contexto escolar, e “promover ações de almejam formar leitores na escola, e fora dela, pode ser uma alternativa de resistência, e é nesse movimento de resistência que as bibliotecas e o bibliotecário passam a assumir uma função relevante no processo de formar leitores” (Souza; Pinho, 2019, p. 145). A Biblioteca Pública pode contribuir com a resistência de se pensar a formação de leitores para além dos muros da escola, já que esse tipo de biblioteca desenvolve os seus serviços para um público diversificado, e permite acesso de todas as pessoas à informação, sem distinção de raça, cor, credo religioso ou deficiência.

As bibliotecas públicas são ambientes de socialização do conhecimento, e precisam estar próximas às comunidades, a fim de oportunizar atividades que envolvam o público, para que as pessoas que não a frequentam, venham ser atraídas pelas ações desenvolvidas na biblioteca (Souza; Pinho, 2019). A/O profissional bibliotecária(o) para atuar como um(a) formador(a) de leitura precisa ser leitor(a),

conhecer minimamente o acervo da biblioteca para indicação e orientação de leituras, realizar mediações de leituras, enfim, a/o profissional necessita desenvolver competências de leitura, para aprimorar suas habilidades para com a formação de leitores.

O espaço da biblioteca pública deve estar preparado para receber o público com e sem deficiência. Para que se efetive a “formação de leitores é necessário uma biblioteca pública viva, atuante, onde esse equipamento informacional seja um recurso educativo, social e cultural, com espaço amplo, acervo diversificado, atualizado e dinâmico” (Rasteli, 2013, p. 16), percebe-se que o formato da biblioteca pública descrita se difere das características difundidas na literatura científica da área da Ciência da Informação, onde os relatos são de bibliotecas sucateadas que sofrem com a falta de investimentos, instalações precárias, ausência de mão de obra especializada em muitos casos, entre outros fatores administrativos que emperram o bom andamento das bibliotecas públicas no país. Esse conceito de biblioteca viva é mais apropriado às bibliotecas parques.

O autor diz que é preciso “profissionais da informação competentes e que acompanhem a evolução das bibliotecas, questionando constantemente as práticas desenvolvidas no cotidiano” (Rasteli, 2013, p. 16). Geralmente, pela experiência com esses ambientes, os profissionais que assumem cargos nas BP's brasileiras nem sempre possuem competências para se trabalhar com a formação de leitores. Às vezes um simples atendimento no serviço de referência é realizado de forma ineficaz, como se o pedido de auxílio do usuário fosse um peso que precisam carregar diariamente.

O foco está no Tratamento Técnico da Informação. Compreende-se a relevância desse processo para a organização da informação, mas a/o bibliotecária(o) a/o gestor(a) precisa desenvolver atividades que promovam a interação do público, e trazer vida para o ambiente da biblioteca. As ações podem ser: a roda de leitura, a troca de livros, a caixa surpresa com sugestões de leituras diversificadas, saraus, hora do conto, entre outros tipos de eventos que promovam o exercício do pensamento reflexivo. Ao organizar essas ações deve-se estruturar o espaço e as atividades dentro das regras de acessibilidade.

Para Castrillón (2011)

Um país requer bibliotecas que possam ir mais além desse plano mínimo de trabalho. Bibliotecas que, em primeiro lugar, se convertam em meios contra a exclusão social, isto é, que se constituam em espaços para o encontro, para o debate sobre os temas que dizem respeito a maiorias e minorias; bibliotecas onde crianças, jovens e adultos de todas as condições, leitores e não leitores, escolares e não escolares, encontrem respostas a seus problemas e interesses e lhes sejam abertas novas perspectivas (Castrillón, 2011, p. 36).

Essa é a função social da biblioteca, trabalhar para que todos se sintam parte desse espaço. Independentemente de ser leitor ou não, as atividades da biblioteca devem procurar conhecer o seu público, e a partir desses dados desenvolver as atividades em prol da formação de leitores.

Para Rasteli (2013, p. 43) a biblioteca precisa “constituir-se como espaço cultural, de formação de leitores, tornando-se um equipamento dinâmico e efetivo dessa formação”, e superar a visão da biblioteca pública com objetivos pautados somente na guarda e preservação do acervo. Assim, quando os (as) profissionais que atuam na biblioteca procuram dialogar com os usuários conseguem aproximar do público e mostrar os serviços disponibilizados, tendo o livro e a leitura como protagonistas, mas sem deixar de inovar com atividades que atraiam pessoas.

6.3 O USO DE TECNOLOGIAS INCLUSIVAS EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES

No contexto brasileiro, apesar das políticas públicas do livro, da leitura, da literatura e da biblioteca, ainda há desafios no que se refere à formação de leitores. Os benefícios que a leitura traz para o exercício da cidadania são inquestionáveis, porém, sua eficácia depende dos estímulos iniciais que devem ocorrer primeiro no seio familiar, depois se estende para a escola, e se nesses ambientes houve o incentivo, pode-se esperar os frutos na construção de leitores fluentes no futuro.

De acordo com Instituto Pró-Livro

Embora o consenso de que nas sociedades contemporâneas a leitura seja imprescindível para a formação humana plena, para o desenvolvimento de competências intelectuais e profissionais, para o exercício da cidadania e, para o desenvolvimento social e humano de nossa sociedade, no Brasil as pesquisas e as avaliações educacionais apontam para a precária formação de um público leitor e revelam as imensas dificuldades para o sucesso das ações envolvidas na solução do problema (IPL, [202-], n/p.).

A partir desta afirmação percebe-se a influência do livro e da leitura, na construção do Ser Social, além de que este pode produzir diversos sentidos e significados por meio das leituras que realizou ao longo da sua trajetória. Para Chartier (1999, p. 77) a leitura é “sempre apropriação, invenção, produção de significados”, uma vez que, “apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores”.

Então, o leitor possui liberdade para gerar sentidos a partir da sua leitura, ou seja, a liberdade permite o movimento e não se aceita imposição do autor, porém “esta liberdade leitora não é jamais absoluta” (Chartier, 1999, p. 77). Essa restrição da liberdade mencionada por Chartier se esbarra nas competências individuais de cada leitor, pois o indivíduo é produto da cultura na qual está inserido; desta forma, os hábitos e costumes influenciam nas diferentes práticas e habilidades de leitura.

O autor salienta ainda que “a leitura é sempre uma prática encarnada de gestos, em espaços, em hábitos [...] uma história das maneiras de ler deve identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura” (Chartier, 1994, p. 13). Compreende-se a partir desses conceitos que o livro e a leitura possuem significados próprios à comunidade na qual o indivíduo está inserido, mesmo porque as competências de leitura e de acesso ao livro são variáveis presentes na sociedade brasileira, comprometidos pelas diferenças sociais e culturais.

Alguns indivíduos conseguiram ser alfabetizados, enquanto outra parcela se encontra analfabeta - dentro desses aspectos do analfabetismo existem outras variáveis que colocam esses indivíduos nesta posição, seja pela falta de acesso à educação, ou por pessoas com deficiência que apesar de estarem dentro do ensino regular encontram dificuldades para codificar e decodificar o código linguístico; a exemplo disso são as pessoas com síndrome de Down.

Por isso que, “as determinações que governam as práticas dependem das maneiras pelas quais os textos podem ser lidos – e lidos diferentemente por leitores que não dispõem das mesmas ferramentas intelectuais”, além de que, “não mantêm uma relação com o escrito” (Chartier, 1994, p. 13). O autor aponta a importância de estarmos atentos às condições sociais e intelectuais dos leitores, pois tal fato influencia no prazer e desprazer da leitura, e na construção de significados desta leitura pelo leitor.

As vivências culturais e sociais revelam e possibilitam ao leitor inventar, criar ou mesmo imaginar o sentido que o texto lido pode ter, isso é algo intrínseco de cada

indivíduo que se apropria de uma leitura. O imaginário propicia ao leitor criar e recriar em cima da leitura; por outro lado, deve-se observar e mesmo considerar o “conjunto dos condicionamentos que derivam das formas particulares nas quais o texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, ou das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular” (Chartier, 1999, p.18-19). Independentemente de ser pessoa com deficiência, o leitor deve ser visto como indivíduo único, com características singulares e que carrega consigo experiências que o faz ter olhares diferenciados para o mesmo texto.

A diferença está na apropriação e significação que o leitor dá ao texto lido. Sendo assim, “esta encarnação do texto numa materialidade específica carrega as diferentes interpretações, compreensões e usos de seus diferentes públicos” (Chartier, 1999, p. 18). Aqui é possível perceber que a essência está no leitor. O autor evidencia que o foco não são as possíveis limitações físicas, sensoriais ou cognitivas, mas a capacidade que este indivíduo leitor possui para dar sentido ao texto. Agora é relevante pensar no acesso e formato do livro, já que a pessoa com deficiência possui especificidades a depender da sua deficiência.

Para que o acesso da pessoa com deficiência ocorra de forma acessível tem-se a Tecnologia Assistiva, uma vez que possibilita o uso dos equipamentos aos diversos tipos de deficiência. O leitor de tela é um desses recursos, e faz com que o leitor da atualidade se sinta livre. Chartier (1999) faz uma analogia entre as semelhanças dos leitores em diferentes épocas, leitor da antiguidade, da era medieval e o leitor contemporâneo.

De um lado, o leitor da tela assemelha-se ao leitor da Antiguidade: o texto que ele lê corre diante de seus olhos; é claro, ele não flui tal como o texto de um livro em rolo, que era preciso desdobrar horizontalmente, já que agora ele corre verticalmente. De um lado, ele é como o leitor medieval ou o leitor do livro impresso, que pode utilizar referências como a paginação, o índice, o recorte do texto. Ele é simultaneamente esses dois leitores. Ao mesmo tempo, é mais livre (Chartier, 1999, p. 13).

Quando Chartier (1999) diz que as limitações são transgredidas pela invenção, ele explicita as oportunidades a partir da revolução da leitura eletrônica. Desta forma, o livro eletrônico (*E-book*), áudio livro, os leitores de tela ampliaram as possibilidades de leitura por parte das pessoas com deficiência, e promoveram novos significados nas formas de leitura; ou seja, a pessoa com deficiência visual antes dispunha

somente do Braille como técnica para realizar sua leitura, e o indivíduo necessitava ser alfabetizado nesse sistema e decodificar os códigos.

Com o advento da tecnologia e da internet, esse leitor deu novo significado a sua leitura, a partir do momento que tem a opção de realizá-la nos formatos de eletrônicos. Para as outras deficiências, as tecnologias também proporcionaram a possibilidade de produzir significados, utilizando os mesmos recursos, conforme a especificidade e a necessidade de cada pessoa com deficiência.

A despeito dos meios tecnológicos para leitura, antes da Tecnologia Assistiva e dos softwares para leitura de texto, o mercado editorial na década de 1970 e 1980 já comercializava livros de literatura infantil com discos de vinil. A comercialização dos livros infantis no Brasil na década de 1980, com vinil, era algo elitizado; as crianças com deficiência ou em situação de desfavorecimento econômico não possuíam oportunidades de praticar a leitura oral ao ouvir os discos de vinil.

Atualmente, as famílias de criança com deficiência têm a oportunidade de acessar projetos como o Leia para uma Criança, da Fundação Itaú, e solicitar o livro acessível (em Braille), ou visitar o site do Projeto e escolher o livro, já que nos recursos audiovisuais há uma pessoa que realiza a leitura do livro, com imagens interativas, além de dispor da audiodescrição e dos intérpretes de Libras.

A questão crucial estava e está nas condições de acesso socioeconômico, onde a parcela do estrato social privilegiado consegue desfrutar das práticas e do hábito da leitura em família, enquanto a outra parcela ainda sofre pela sobrecarga de trabalho sem as condições necessárias para o estímulo à leitura. Visto que, para essa parcela que vive às margens, o livro constitui artigo de luxo. Os movimentos de democratização da leitura precisam ampliar a divulgação, para que alcance cada dia mais as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social.

O índice de leitores no Brasil é baixo. Em 2019, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos, divulgou os resultados da avaliação e o Brasil ficou na 57ª posição no quesito leitura (Brasil, 2018). No *Progress in International Reading Literacy Study*, no ano de 2021, o Brasil ficou à frente somente do Irã, Jordânia, Egito, Marrocos e África do Sul, dentre os 57 países. No *Progress in International Reading Literacy Study* foi avaliado a capacidade de leitura e interpretação de textos por estudantes do 4º ano do ensino fundamental.

Os estudantes brasileiros que participaram da avaliação conseguiram pontuar 419, e esse resultado insere o país no “Nível Baixo da escala pedagógica de

proficiência do PIRLS” (INEP, 2023, p. 8). Esses resultados demonstram que 64% dos estudantes brasileiros não dominam ou possuem somente habilidades básicas de leitura, de acordo com os critérios do *Progress in International Reading Literacy Study*.

Percebe-se que a prática de leitura está imbricada nas questões culturais, mas principalmente socioeconômicas. Os dados são relevantes para compreender a complexidade na aplicabilidade das políticas públicas do livro, leitura, literatura e biblioteca no Brasil. Todavia, faltam dados históricos sobre a leitura das pessoas com deficiência no território brasileiro.

Observa-se, portanto, que o leitor independente de ser pessoa com deficiência, deve ser visto como único, com características singulares, o qual carrega consigo experiências que o faz construir significados diferentes para o mesmo texto. As tecnologias são facilitadoras para o manuseio do produto livro; a diferença está na formação leitora e nos espaços públicos que estimulem a prática da leitura e a produção de significados sociais. Martins e Farias (2023, p. 4) dizem que a mediação nas bibliotecas se fundamenta primeiramente na “concepção do ato mediador como ponte de ligação entre as crianças e os livros, entre os usuários em geral e o espaço da biblioteca, especialmente da biblioteca pública”. (Martins; Farias, 2023, p. 4). O tema necessita de mais pesquisas e investimentos nessa área, mesmo porque é preciso pensar nas Bibliotecas Públicas como ferramentas para chegar aos leitores em situação de vulnerabilidade social e com deficiência.

Essas mediações podem ser efetuadas tanto pela Tecnologia Assistiva, como pela Tecnologia Social. A Tecnologia Assistiva envolve uma gama de produtos, recursos métodos, serviços, estratégias, e práticas com objetivo de “promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (Brasil, 2009b, n/p.).

Como consequência, compreende-se que a Tecnologia Assistiva auxilia na prática de leitura da pessoa com deficiência física, visual, auditiva e cognitiva, além de promover a inclusão e interação por meio da leitura, da escrita e o acesso aos diversos meios de comunicação físico ou virtual. A exemplo de algumas Tecnologia Assistiva, têm-se o *Hand Talk* - um aplicativo que usa inteligência artificial para traduzir automaticamente textos e áudios para Libras e para a Língua Americana de Sinais. Leitores de tela - um aplicativo de *software* que converte o texto em leitura de voz sintetizada, os mais conhecidos são: *VoiceOver*, *DOSVOX* e *NVDA*, e também o

aplicativo *Sullivan+* (*blind, low vision*), que auxilia a pessoa com deficiência visual e com baixa visão obter informações sobre as imagens capturadas pela câmera do *smartphone*.

Ainda sobre o Desenho Universal, no que tange o livro acessível, a Fundação Itaú, por meio do Projeto Leia para uma Criança, disponibiliza no site livros “audiovisuais com múltiplos recursos de acessibilidade, como textos e ilustrações originais da publicação, narração em áudio, descrição e animação das imagens, interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)” (Fundação Itaú, 2020). Esses exemplares estão disponíveis para pessoas com deficiência.

O Itaú Social divulgou dados de alcance do Projeto Leia para uma Criança de 2019:

Principais números de 2019

- 750 municípios alcançados em 26 estados;
- Mais de 4 mil escolas e creches atendidas;
- **Mais de 1.700 livros acessíveis e em braille distribuídos;**
- Mais de 580 mil crianças atendidas no total;
- 73% das coleções enviadas para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste;
- 78% das coleções foram distribuídas para os municípios de média, alta e muita alta vulnerabilidade social (Itaú Social, 2020, p. 56, grifo da autora).

Esses dados demonstram a relevância do Decreto de Lei nº 10.753/03, no que tange ao acesso e à implementação de projetos que disponibilizam livros para crianças com deficiência. Aqui foi citado apenas um exemplo do que é possível realizar por meio das instituições privadas no Brasil. Os dados ainda não apresentam os acessos ao livro digital, os quais possuem audiodescrição, intérpretes de libras, linguagem fácil, ou seja, acessíveis às crianças com deficiência visual, auditiva, cognitiva e também para aquelas que não foram alfabetizadas.

Outro recurso que tem auxiliado na redução das desigualdades e injustiças sociais com relação às pessoas com deficiência é a Tecnologia Social, já que esta se utiliza como um dos métodos a oralidade, o diálogo junto às comunidades na busca de resoluções de problemas sociais. E a biblioteca constituiu ambiente propício para o uso da Tecnologia Social, uma vez que é preciso inovar os serviços disponibilizados aos usuários no acesso à informação e a partir disso possibilitar a aquisição de novos conhecimentos. Visto que

Frente a esse cenário, compreende-se que as bibliotecas, por intermédio de seus profissionais, tornam-se equipamentos

mediadores entre os usuários – a informação e o conhecimento – e a educação. Por sua vez, as bibliotecas, na maioria das comunidades, são os únicos meios das pessoas acessarem informações, melhorar sua educação, adquirir novas habilidades, tomar decisões com base na informação e obter a compreensão de questões que são pertinentes à vida. Ao longo dos anos, com o surgimento das inovações das tecnologias de informação e comunicação, as bibliotecas vêm procurando inovar seus produtos e serviços com a inserção de tecnologias para o atendimento das demandas pedagógicas e a aproximação dos usuários com a biblioteca (Moreno; Nunes, 2022, p. 1-2).

As Tecnologia da Informação e Comunicação têm sim sua relevância nesse contexto, mas as Tecnologia Social surgem como recursos de baixo custo para solucionar problemas que perduram ao longo dos anos no Brasil. A Tecnologia Social se utiliza do senso comum e do saber científico na promoção do desenvolvimento social e local. Quando a biblioteca promove atividades que visam promover diálogos, debates e discussões em torno de uma temática, ela está permitindo ao usuário “pesquisar, refletir, estudar, tudo isso implica a coragem e a liberdade de espírito para questionar as verdades dominantes” (Maffesoli, 2004, p. 28).

Esse despertar do senso crítico e reflexivo auxilia a pessoa com deficiência se posicionar diante da sociedade com coragem e liberdade para enfrentar as barreiras (exclusão social), que lhes são impostas cotidianamente, daí a relevância da biblioteca pública em contato estreito com a comunidade em que está inserida, pois essas redes de interlocuções permitem a real compreensão do seu papel na sociedade. A implantação das Tecnologia Social oportuniza transformações sociais e ajudam a resolver problemas e/ou necessidades relacionadas às situações de exclusão e injustiças.

Entre as missões da biblioteca pública está a garantia de acesso para todas as pessoas ao “conhecimento comunitário e oportunidades para a organização comunitária, em reconhecimento ao papel central da biblioteca no tecido social”. (IFLA, 2022, p. 3). Verifica-se que há uma conexão entre a missão da biblioteca pública e as Tecnologia Social, uma vez que essa tecnologia busca construir “[...] soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas [...]” (Rodrigues; Barbieri, 2008, p. 1075).

O relacionamento com a comunidade e o diálogo são a base para se construir soluções com e para as pessoas com deficiência, ou seja, não é a presença de

equipes especializadas que faz a diferença e sim ouvir as pessoas que utilizam dos serviços da biblioteca. E a partir dessa escuta implementar as Tecnologia Social, desenvolver as atividades e/ou as ferramentas desse método que possui baixo custo. A Tecnologia Assistiva e a Tecnologia Social se constituem em recursos que podem auxiliar na prática de leitura da pessoa com deficiência e promover a inclusão e interação por meio da leitura, da escrita e do acesso aos diversos meios de comunicação oral, impresso ou virtual.

Diante disso, considera-se que o movimento para inclusão da leitura na fase infantil da criança com deficiência, com base em Vigotsky (1993) é de suma relevância para desenvolver a atenção, a concentração, a memória e o raciocínio, além de estimular a imaginação e criatividade; amplia a capacidade de se expressar; auxilia a compreender o mundo ao redor; sinaliza a importância de respeitar as outras pessoas; demonstra valores de solidariedade.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As primeiras informações obtidas sobre as Bibliotecas Públicas no Estado de Goiás foram acessadas no site do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas⁹. A instituição disponibiliza uma planilha com nome, vínculo institucional, endereço, e contato - endereço físico e eletrônico - das bibliotecas que estão cadastradas no SNBP. Com esses dados em mãos realizaram-se os filtros, o primeiro foi separar por Estado, ou seja, decompôs todas as bibliotecas públicas localizadas no Estado de Goiás, em seguida, de acordo com a Lei Complementar nº 78/1999, delimitou os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Goiânia, que atualmente perfaz um total de 20 (vinte) municípios.

Esse trabalho auxiliou a delimitar o quantitativo de bibliotecas nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia. De acordo com os dados expressos na planilha do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, os 20 (vinte) municípios possuem ao todo 26 (vinte e seis) bibliotecas. Mas ao entrar em contato por meio dos números de telefones informados na planilha foi possível verificar que algumas informações não procedem, tais como: município não possui biblioteca, mas o nome da biblioteca consta na relação, número de telefone informado não pertence a biblioteca, e sim, a prefeitura, secretaria de educação ou cultura, e escolas municipais. Depois dessa primeira análise ficaram somente 11 (onze) municípios com total de 17 (dezessete) bibliotecas.

Ao realizar o contato foi explicado o motivo do telefonema, e os questionamentos. Após explicação e de posse da afirmação em participar da pesquisa encaminhou por e-mail e via celular pelo *WhatsApp*, quando solicitado, o formulário da pesquisa. O questionário foi estruturado no *Google* Formulários e possui vinte e uma questões que visam conhecer o perfil das bibliotecas, bem como, verificar o uso das Tecnologias Inclusivas nas ações desenvolvidas para promoção da leitura entre pessoas com deficiência. Antes de enviar o link de acesso ao formulário foi feito contato com as/os gestoras(es) das bibliotecas, no intuito de explicar sobre a pesquisa e convidá-las(os) a participarem da pesquisa.

O formulário foi encaminhado para dezessete bibliotecas públicas, sendo 14 municipais e 3 estaduais. Os municípios que possuem bibliotecas são: Goiânia (5),

⁹ As informações estão disponíveis neste link <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>.

Aparecida de Goiânia (1), Bela Vista (1), Bonfinópolis (1), Goianira (1), Hidrolândia (1), Inhumas (3), Nova Veneza (1), Santo Antônio de Goiás (1), Senador Canedo (1), Trindade (1). Apesar dos esforços em manter contato com as Secretarias e/ou as/os gestoras(es) das bibliotecas e estabelecer diálogo sobre a pesquisa e informar a relevância desta, e também solicitar o preenchimento do formulário, somente 11 (onze) bibliotecas enviaram a devolutiva, foi mantido contato com as outras 6 (seis) unidades informacionais, porém não houve retorno. Como forma de facilitar a identificação das bibliotecas e preservar a sua identidade foi estabelecido um código onde se abreviou o termo Biblioteca Pública nas letras iniciais de cada palavra, B e P, em maiúsculas, e um número sequencial de 1 a 14, sendo assim, as bibliotecas estão representadas da seguinte forma: BP1 a BP14.

Sendo assim, as respostas detalhadas a partir de agora dizem respeito às onze bibliotecas que responderam ao questionário em sua completude. Descrevem-se primeiro as características das bibliotecas. Em seguida as ações elaboradas por esses equipamentos, tendo por foco a inclusão das pessoas com deficiência. Ressalto que todas as participantes da pesquisa são mulheres, sendo assim, ao referir as unidades pesquisadas a terminologia utilizada é o feminino.

Foi questionada a data de abertura das bibliotecas. Acredita-se que o tempo de atuação de uma instituição pode apontar para sua relevância na comunidade que atua, por meio dos serviços ou produtos. Com relação ao tempo de institucionalização das bibliotecas, três possuem data de funcionamento acima de 50 anos, quatro de 30 a 49 anos, uma de 10 a 20 anos, e duas de 1 a 5 anos, e a outra não informou. Percebe-se que sete bibliotecas possuem tempo de atuação acima de 30 anos de fundação e a permanência dessas instituições revelam um certo compromisso, e porque não, de resistência em manter esses espaços abertos para servir a comunidade.

Com relação ao horário de funcionamento, nove bibliotecas ficam abertas ao público em horário comercial, das 8h às 17h, e duas estendem o atendimento até o período noturno, porém nenhuma das unidades abrem ao público aos finais de semana. A questão dos horários desses equipamentos é motivo de discussão desde 1957, quando Mário de Andrade disse:

Ora essas bibliotecas se abrem na hora que começam o trabalho cotidiano, e se fecham às vinte horas da noite. Aos domingos e

feriados continuam fechadas! De maneira que poucas, pouquíssimas horas nos dias da semana elas podem ser úteis justamente às pessoas que mais necessitam delas (Andrade, 1957, p. 8).

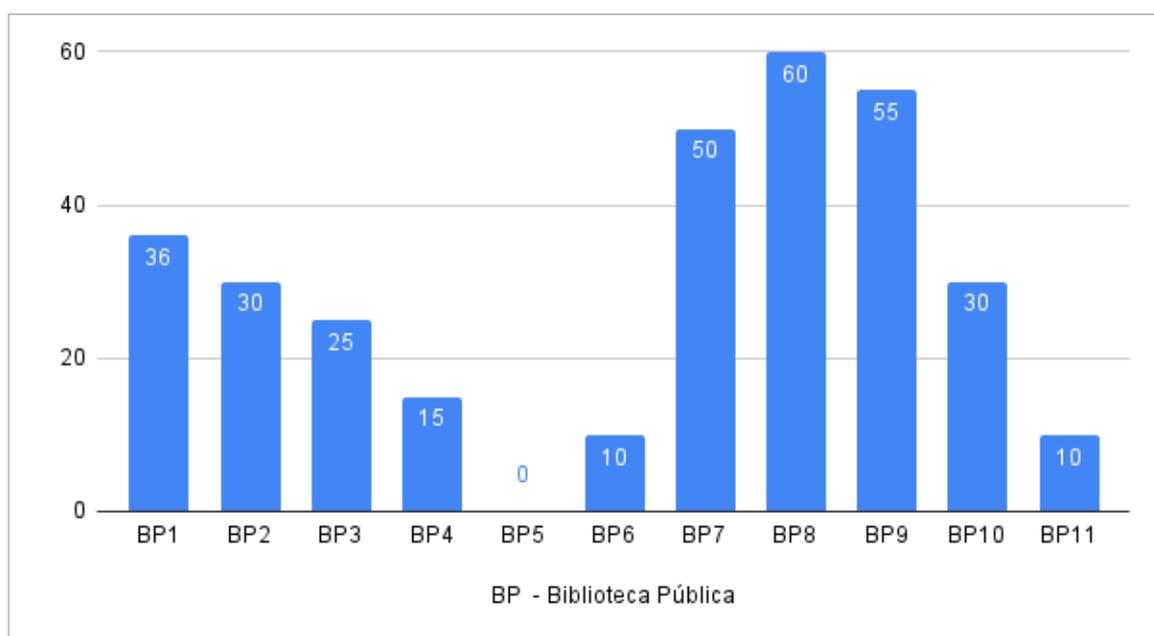
Sessenta e seis anos se passaram desde a fala de Mário de Andrade, porém a problemática permanece nas bibliotecas públicas brasileiras até os dias atuais, como pôde ser comprovado pelos dados coletados nesta pesquisa, ou seja, elas funcionam como repartição pública, ao invés de atuarem como espaços de lazer e cultura. Para Silva e Sabbag (2019, p. 89) o funcionamento dessas unidades informacionais, que priorizam o horário comercial, se estabelece como a “primeira barreira no acesso à cultura de boa parte da população”. Daí a importância de se investir no quadro funcional e ampliar o horário de atendimento das bibliotecas públicas, para que se tornem cada vez mais inclusivas.

A inclusão aqui se refere a todas as pessoas que necessitam usar a biblioteca em horários diferenciados, e o acesso é negado, já que no horário comercial não há tempo hábil para visitar e utilizar o espaço da biblioteca, pois a pessoa trabalha em período integral, e às pessoas com deficiência, em alguns casos fazem atendimentos clínicos e trabalham, tal fato compromete a sua ida no decorrer da semana. Outro agravante é o fechamento das bibliotecas públicas no período noturno e aos finais de semana. Esse procedimento na gestão administrativa das bibliotecas públicas restringe a realização de atividades culturais e educativas, às famílias, aos trabalhadores, e às pessoas com deficiência, que não dispuseram de tempo no decorrer da semana, e no final de semana tem a opção de frequentar locais que proporcionam atividades culturais e educativas como forma de entretenimento, ou na busca por conhecimento.

Todavia, para alterar os serviços de qualquer tipo de biblioteca a princípio precisa-se investigar as necessidades da comunidade atendida. A partir das informações obtidas planejar e estabelecer diretrizes que venham atender esse público, principalmente no que se refere às pessoas com deficiência. De acordo com Silva, Costa e Crivellari (2014, p. 2743) “Conhecer as particularidades dos usuários com deficiência e compreender as especificidades de acesso contribuem para uma ciência da informação inclusiva”. É preciso inteirar-se do público, das suas especificidades, para adquirir segurança na elaboração dos serviços a serem disponibilizados na biblioteca, de maneira que todos sejam incluídos, sem deixar ninguém para trás.

Diante disso, questionou o perfil dos usuários, o quantitativo de frequência diária, a classe econômica, a faixa etária e se há a presença de pessoas com deficiência entre os usuários. Os resultados evidenciam que três bibliotecas recebem entre 50 a 60 pessoas dia, três de 30 a 36 pessoas, quatro de 10 a 25 pessoas, e uma não informou o quantitativo. Observe no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantitativo de usuários na biblioteca diariamente



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa (2023).

Nota: Descrição da imagem inseridas no texto alternativo.

A comparação dos dados do Gráfico 1 e o Quadro 1 nos permite avaliar a quantidade de habitante por quilômetro quadrado, e o quantitativo diário de usuários nas bibliotecas, e essa reflexão tem por base a proporção entre esses dados. A dessa proporção pode se estabelecer índices sobre a baixa ou alta frequência dos habitantes por quilômetro quadrado. Sendo que os dados descritos no Quadro 9 tem como fonte informacional o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2022. A BP9 tem 19,27 habitantes por quilômetro quadrado e recebe diariamente 55 pessoas, um nível satisfatório de uso do espaço. A BP9 apresenta frequência de 36 usuários por dia, com 199 habitantes por quilômetro quadrado, ou seja, 18% da população por quilômetro quadrado acessam a biblioteca. A BP8 possui índice demográfico acima de 600 habitantes por quilômetro quadrado, ou seja, aproximadamente 10% da população deste município, por quilômetro quadrado utiliza o espaço da BP. Na BPs

2, 3, 7, 10 e 11 a densidade demográfica é de 1.970 habitantes por quilômetro quadrado, porém os usuários que se utilizam da biblioteca alcançam no máximo 50, e no mínimo 10 pessoas por dia, o que é relativamente baixo.

Esses resultados demonstram o pouco, ou quase nenhum investimento em divulgação dos serviços e da imagem da biblioteca, com o propósito de alcançar novos usuários. As bibliotecas públicas ao longo da história se empenharam em executar as suas “atividades sem a necessidade de preocupar-se com a captação de público ou com planejamento estratégico, afinal, independente dos recursos que disponibilize esta é uma instituição historicamente respeitada pela população” (Silva, 2015, p. 1).

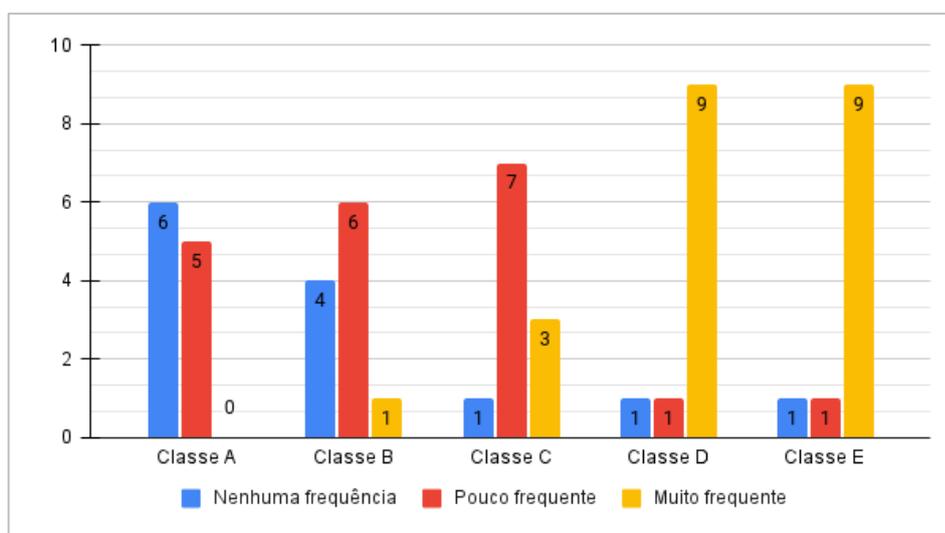
Essa afirmação nos fez lembrar as experiências durante a infância e juventude, onde as visitas à biblioteca pública eram frequentes. O colégio era próximo da biblioteca e na época não havia acesso à internet, e as pesquisas escolares eram realizadas nas enciclopédias. A biblioteca pública era referência de um local onde se conseguia as informações que almejava para a execução dos trabalhos e atividades escolares. Lembro-me de um lugar movimentado, localizado na região central do Setor Campinas, na capital goiana. Acredito ser um dos motivos da distorção no uso da biblioteca pública como biblioteca escolar (Milanesi, 1986), porque o maior índice de frequência era de crianças e jovens que adentravam na biblioteca ainda vestidos com o uniforme da escola.

A dinâmica social alterou os hábitos culturais, e a biblioteca pública sentiu com a inserção da tecnologia, e a facilidade de se pesquisar na internet fragilizou a imagem dessa instituição, mesmo porque, esta não conseguiu acompanhar os avanços inseridos na sociedade, isto é, as inovações e a qualidade nos serviços prestados à comunidade, com isso o público deixou de buscar acesso à informação na biblioteca. A partir disso criou o estereótipo de um lugar com acervo defasado, o qual limita “seus serviços apenas no livro e a língua escrita, sem considerar a existência de programações culturais e a infinidade de serviços que podem ser oferecidos ou requisitados” (Silva, 2015, p. 1). A essência na captação de novos públicos e a restaurar a imagem desta instituição está nos serviços diferenciados que podem ser disponibilizados à população, por meio de atividades culturais, cursos, oficinas, contação de histórias entre outras.

Para dar continuidade ao perfil do público da biblioteca pública na Região Metropolitana de Goiânia, buscou conhecer a classe econômica dos frequentadores desses ambientes, divididos nas classes: Classe A (acima de 20 salários mínimos),

Classe B (de 10 a 20 salários mínimos), Classe C (de 4 a 10 salários mínimos), Classe D (de 2 a 4 salários mínimos), Classe E (recebe até 2 salários mínimos). Os dados coletados estão representados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Classe econômica dos usuários das bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia



Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Nota: Descrição da imagem inseridas no texto alternativo.

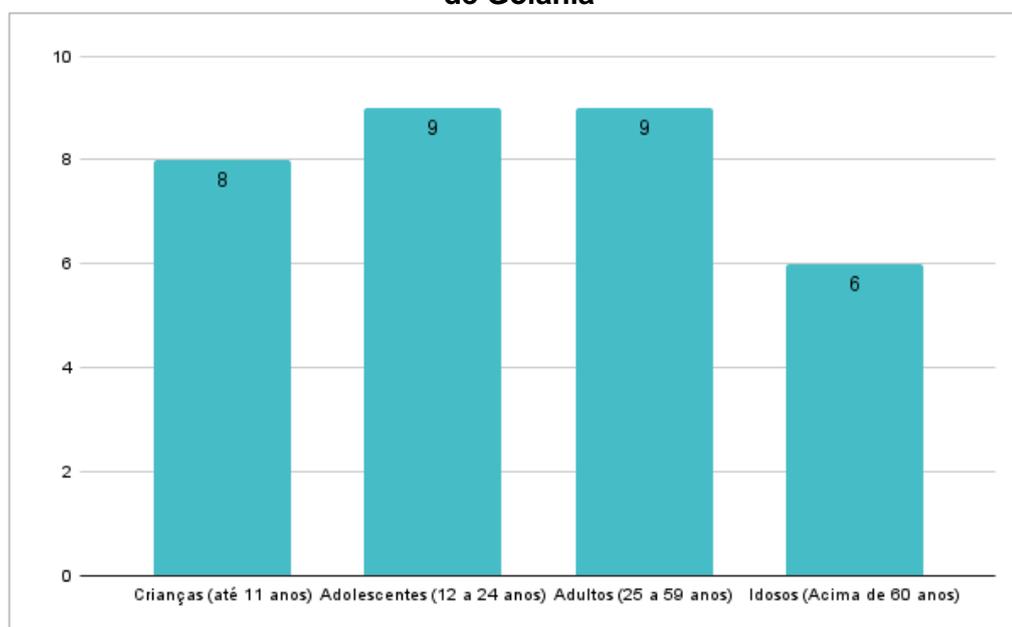
De acordo com os dados do Gráfico 2, a classe A praticamente não faz uso da BP, 6 bibliotecas afirmaram que não há nenhuma frequência desta classe, e 5 dizem que é pouco frequente. A classe B apresenta resultados semelhantes a classe A, ou seja, 6 bibliotecas dizem que a frequência é pouca, 4 não recebem nenhuma frequência deste público, e apenas 1 biblioteca diz que a classe B frequenta muito. A partir da classe C os dados começam a se modificar, onde 7 dizem receber com pouca frequência, 3 bibliotecas atendem com muita frequência, e apenas 1 revela que não há nenhuma frequência. As classes D e E demonstram o tipo de público que mais acessa a biblioteca pública, ou seja, 9 bibliotecas relataram que é muito frequente o uso por pessoas com renda de até 4 salários mínimos, somente duas bibliotecas afirmaram não ter frequência dessa classe, ou pouca frequência.

A biblioteca pública é um espaço democrático e, de acordo com o “Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas”, os serviços ofertados devem ter por pilar a igualdade de todos sem “distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” (IFLA, 1994). Apesar da usabilidade das bibliotecas que fazem parte da pesquisa em maior frequência ser das classes D e E, as gestoras devem ficar

atentos para criar meios de atrair o olhar da população aos ambientes das bibliotecas públicas, independentemente da classe social. Outro fator importante na construção do perfil do público que utiliza os espaços das bibliotecas públicas se relaciona a faixa etária.

No Gráfico 3 verifica-se os resultados dos dados coletados. Esta questão foi de múltipla escolha, ou seja, as participantes escolheram mais de um tipo de faixa etária. O público etário é diversificado com ênfase no público infantil, juvenil e adultos, porém o quantitativo dos idosos é considerável em relação às outras faixas etárias¹⁰.

Gráfico 3 - Faixa etária dos usuários das bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia



Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Nota: Descrição da imagem inseridas no texto alternativo.

Essa diversidade etária na biblioteca nos faz refletir o quanto é preciso pensar na elaboração de serviços e ações, para os diferentes públicos da biblioteca. Da criança ao idoso, todos precisam de estímulos para a mente, e a leitura é um recurso. A criança necessita de ser estimulada, pois tem uma vida de desafios pela frente, e o aprendizado é essencial, enquanto o idoso já vivenciou inúmeros desafios, e precisa manter o cognitivo ativo, isso pode auxiliar na longevidade. De acordo com Oliveira,

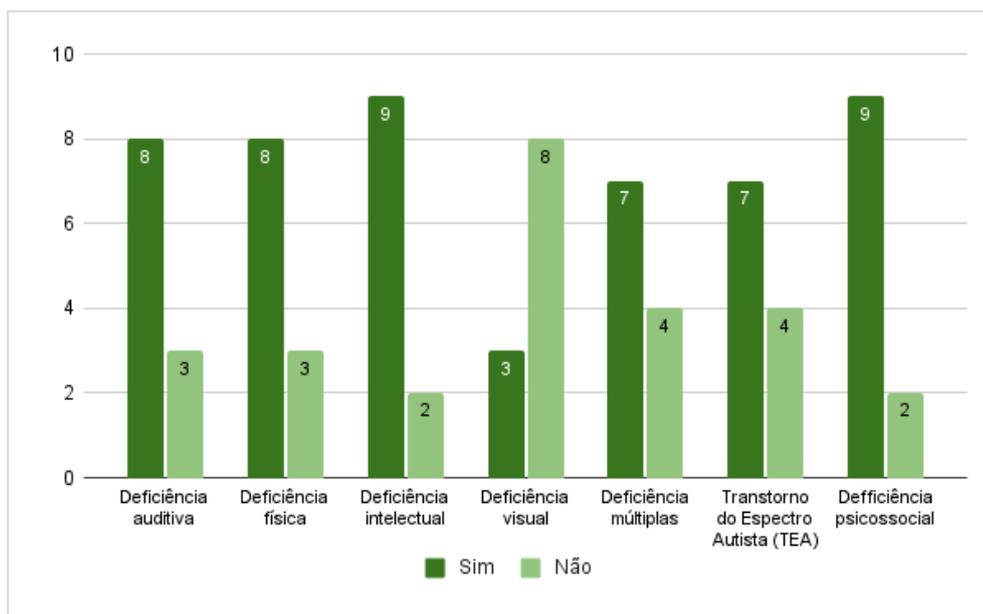
¹⁰ Tomaram-se como base os dados da ECA - ECA atende crianças e adolescentes - e IBGE - subdivide muito as faixas etárias. A partir dos dois dados, com algumas adaptações, definiram-se as faixas etárias da pesquisa. Segundo a ECA a infância vai até 11 anos e onze meses, e a adolescência dos 12 aos 18 anos. Há discussões sobre a adolescência terminar aos 24 anos, devido a dinâmica social. Diante disso foi elaborado o gráfico

Cruvinel e Santos (2007, p. 248), “[...] a leitura auxilia na atenção seletiva do idoso, o que possivelmente resultaria em um melhor desempenho na realização de tarefas que exijam essa habilidade”. Trazer a pessoa idosa para dentro da biblioteca e criar laços pode ser a oportunidade de manter as tradições culturais, e a sabedoria popular, uma vez que essa pessoa pode desenvolver as suas habilidades interacionais ao compartilhar com as crianças e adolescentes as vivências culturais por meio da tradição oral.

Em complemento aos dados anteriores, esta questão buscou informações mais específicas sobre o público com deficiência. Foi questionado se pessoas com deficiência frequentam a biblioteca, e em caso afirmativo, quais os tipos de deficiência mais frequente. De acordo com as respostas 9 bibliotecas públicas afirmaram que as pessoas com deficiência usam os serviços oferecidos pelas unidades de informação.

No Gráfico 4 estão os dados com os tipos de pessoas com deficiência que utilizam os serviços disponibilizados nas bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia. É preciso considerar um fator, mesmo que o quantitativo seja inexpressivo, há algo de positivo que precisa ser pontuado; todas as bibliotecas atendem pessoas com deficiência. Outra questão relevante é a quantidade de bibliotecas que afirmam receber pessoas com deficiência intelectual, ou seja, 9 bibliotecas públicas. No pré-teste a deficiência intelectual, as deficiências múltiplas e psicossocial não apareceram nos dados. O mesmo quantitativo para pessoas com deficiência psicossocial.

Gráfico 4 - Tipos de Pessoas com Deficiência que usam a biblioteca pública na Região Metropolitana de Goiânia



Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Nota: Descrição da imagem inseridas no texto alternativo.

As pessoas com deficiência física e auditiva são atendidas em 8 bibliotecas públicas, e as deficiências múltiplas e transtorno do espectro autista, em 7 bibliotecas públicas. Ao contrário das pessoas com deficiência visual, onde 8 bibliotecas públicas dizem não receber esse público na biblioteca. A ausência dessas pessoas na biblioteca pode ser pela especificidade do formato do material acessado, ou seja, em Braille, mas tal fato é apenas possibilidades, porque apesar da deficiência visual ter o livro em Braille como processo iniciatório de alfabetização, atualmente, com as Tecnologias Assistivas, essas pessoas conseguem acessar as informações que necessitam com os leitores de tela, seja para estudo ou trabalho. Vale ressaltar que inexistente custo para baixar o *software* no computador, já que os leitores de tela utilizam *software* livre.

Esses resultados apontam para a inexistência de Tecnologia Social e Tecnologia Assistiva que pode ser um dos fatores para a baixa frequência das pessoas com deficiência no ambiente das bibliotecas públicas. Se não é possível adquirir a Tecnologia Assistiva, as gestoras têm a possibilidade produzir Tecnologia

Social, como, por exemplo, a disponibilização de leitores¹¹ para as pessoas com deficiência visual.

O Decreto nº 3.298/1999, o Decreto nº 5.296/2004, o Decreto nº 10.654/2021, a Lei nº 12.764/2012, a Lei nº 13.146/2015, a Lei nº 14.126/2021, e por último o Decreto nº 11.063/2022 tipificam a deficiência em cinco categorias:

i) deficiência física - - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarrete o comprometimento da função física, sob a forma de a) paraplegia; b) paraparesia; c) monoplegia; d) monoparesia; e) tetraplegia; f) tetraparesia; g) triplegia; h) triparesia; i) hemiplegia; j) hemiparesia; k) ostomia; l) amputação ou ausência de membro; m) paralisia cerebral; n) nanismo; ou o) membros com deformidade congênita ou adquirida;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz (quinhentos hertz), 1.000 Hz (mil hertz), 2.000 Hz (dois mil hertz) e 3.000 Hz (três mil hertz);

III - deficiência visual - a) cegueira, na qual a acuidade visual seja igual ou menor que cinco centésimos no melhor olho, com a melhor correção óptica;

b) baixa visão, na qual a acuidade visual esteja entre três décimos e cinco centésimos no melhor olho, com a melhor correção óptica;

c) casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos seja igual ou menor que sessenta graus;

d) ocorrência simultânea de quaisquer das condições previstas nas alíneas "a", "b" e "c"; e ,

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização dos recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho (Brasil, 1999, 2004, 2012, 2015, 2021a, 2021b, 2022, n/p.).

O termo deficiência psicossocial “não é o mesmo que ‘pessoa com transtorno mental’. Trata-se, isto sim, de ‘pessoa com sequela de transtorno mental’, uma pessoa

¹¹ O leitor é a pessoa que se dispõe a emprestar a sua voz para auxiliar outra pessoa que possui algum tipo de restrição ao realizar sua leitura de forma independente. Assim, o leitor lê para as pessoas com deficiência visual, com dislexia, transtorno do déficit de atenção, com hiperatividade, deficiência intelectual, entre outras deficiências, síndromes e transtornos. O Projeto de Lei nº 3513/2019 diz no § 1º, inciso I, o Leitor é o “profissional que atua na transposição de mensagens e contextos expostos em meio impresso a tinta, para uma modalidade de comunicação oral para pessoas com impedimento parcial ou total na realização da leitura, ou na decodificação de textos, em decorrência de deficiências, transtornos ou síndromes” (Brasil, 2019, § 1º, inciso I). Os leitores atuam com frequência nos ambientes das bibliotecas públicas especializadas, que atendem ao público com deficiência visual. Mas também se profissionalizam e participam das gravações de audiolivro, um recurso que amplia o acesso ao livro e à leitura para às pessoas com deficiência visual, com dislexia, transtorno do déficit de atenção, com hiperatividade, deficiência intelectual, entre outras deficiências, síndromes e transtornos.

cujo quadro psiquiátrico já se estabilizou” (Sasaki, 2011a). O autor diz ainda que os transtornos mentais mais conhecidos são: “mania, esquizofrenia, depressão, síndrome do pânico, transtorno obsessivo-compulsivo e paranóia”. (Sasaki, 2011a). Apesar do termo não aparecer no Estatuto da Pessoa com Deficiência, e nem no Decreto 11.063/2022, como detalhado nas outras deficiências, o termo foi incluído na lista de deficiências pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, no ano de 2006. (Sasaki, 2011a).

O detalhamento de cada deficiência proporciona melhor compreensão das especificidades. Assim, ao pensar na elaboração de serviços, ou na adequação do ambiente, essas informações auxiliam para tornar o espaço mais acessível. A falta de conhecimento sobre as deficiências é a causa mais comum no tratamento inadequado às pessoas com deficiência, isso com relação às questões de terminologia, ou a falta de capacitação para se comunicar - a Libras - ou mesmo habilidade no manuseio das Tecnologia Assistiva.

Ao pensar nesses fatores questionamos as participantes se consideram a sua unidade uma Biblioteca inclusiva. Do universo pesquisado, 5 declaram que sim, 5 assinalaram que talvez, e 1 disse que não considera a biblioteca inclusiva. Em seguida foi solicitado que justificasse a resposta anterior. Veja a justificativa das participantes quanto a sua percepção de biblioteca inclusiva.

Bibliotecas que responderam sim:

*BP1 – “Considero a Biblioteca inclusiva por atender usuários com deficiência e **desenvolver projetos** para estímulo do desenvolvimento da **leitura, interpretação e escrita desses leitores**”.*

BP4 - “Há locais de acesso a deficientes”.

*BP7 - “A Biblioteca não conta com equipamentos com tecnologias acessíveis e a equipe **não recebeu/recebe treinamento** para atender de forma satisfatória esses usuários.*

Dentro das possibilidades ofertadas em um prédio tombado pelo Patrimônio Histórico, nossas unidades, tentamos oferecer a maior acessibilidade possível”.

*BP8 - “Propomos sempre o **melhor atendimento** com objetivo de acolher e atingir um pouco a expectativa daqueles que buscam apoio conosco”.*

*BP10 - “Por ser uma biblioteca destinada às pessoas que demandam **mídias acessíveis** - pessoas com deficiência visual - a exemplo do **braille e audiolivro**”.*

Bibliotecas que responderam talvez:

*BP2 - “O atendimento é para todos. **Na medida do possível**”.*

*BP3 - “Para a **deficiente física** que frequenta a biblioteca, ela atende, pois a usuária **consegue se locomover e encontrar** os livros nas estantes **sozinha**”.*

*BP5 - “Nos últimos anos as bibliotecas têm sido cada vez **menos utilizadas**. A demanda **procura não tem acontecido**.*

Após a era digital, as bibliotecas deixaram de ser um recurso para pesquisas e leituras.

*Com tudo a motivação, participação e inclusão **não tem acontecido**”.*

*BP9 - “O espaço está aberto para atender a toda população. Há a **necessidade de investir na qualificação dos servidores**”.*

BP11 - “Estamos em fase de organização”.

Biblioteca que respondeu “não”:

*BP5- “A Biblioteca **não oferece nenhuma condição** para receber pessoas portadores com qualquer tipo de deficiência.*

Não temos materiais adequados.

Pois tem que ter algumas mudanças para melhorar atender o usuário.

Tem alguns livros para alunos com deficiência visual”.

Compreende por biblioteca inclusiva aquela que se estrutura para “atender, prestar serviços e realizar atividades para pessoas com diferentes perfis demográficos, etários, sociais educacionais e culturais” (Fortalecimento, 2016, p. 25). A partir desta perspectiva conceitual, a biblioteca inclusiva trabalha em prol de todos, sem deixar ninguém para trás.

Das cinco pessoas que responderam afirmativamente sobre a biblioteca ser inclusiva, três demonstram ter dúvidas sobre o que caracteriza um ambiente inclusivo. A construção desse ambiente se faz por meio de processos cotidianos, não é algo mágico, onde se decide que a biblioteca vai ser inclusiva e no outro dia está tudo pronto. As mudanças de comportamento da equipe, a formação continuada, os cursos de aperfeiçoamento, as alterações nas estruturas, tudo isso tem que ser planejado e implantado conforme as prioridades do público com deficiência em consonância com os recursos financeiros das bibliotecas públicas. Percebe-se na fala das gestoras empenho para realizar o melhor possível, dentro das condições limitadas que o governo fornece às bibliotecas.

BP4 – “Há locais de acesso à deficientes”.

BP7 – “A Biblioteca não conta com equipamentos com tecnologias acessíveis [...] Dentro das possibilidades ofertadas em um prédio tombado pelo Patrimônio Histórico, nossas unidades, tentamos oferecer a maior acessibilidade possível”.

BP8 – “Propomos sempre o melhor atendimento com objetivo de acolher”.

Relatar que há locais de acesso para pessoas com deficiência é algo generalista, porque a rampa é um tipo de acesso, contudo, não quer dizer que a pessoa consegue acessar a informação desejada ou mesmo chegar às estantes. A outra participante responde que não há equipamentos de Tecnologia Assistiva, mas por ser um prédio tombado tentam oferecer a “maior acessibilidade”, novamente nota-se pequenos esforços para tentar modificar os espaços, e as estruturas, sem grandes planejamentos e decisão gerencial para tal.

Esses apontamentos são para afirmar que, às vezes, as(os) gestoras(es) das bibliotecas públicas imaginam que ter uma biblioteca inclusiva é resolver todos os problemas arquitetônicos de rampas e corrimões, e comprar equipamentos com Tecnologia Assistiva. Tudo isso é importante e faz parte dos esforços para tornar as bibliotecas mais acessíveis. Mas o começo para se implantar a biblioteca inclusiva está na retirada das barreiras atitudinais, ou seja, no atendimento com qualidade às pessoas com deficiência que usam a biblioteca. As primeiras iniciativas nessa direção não requerem grandes recursos financeiros para tal e sim mudanças atitudinais.

Abrimos parênteses com relação a essa colocação. Os dados coletados não nos permitem afirmar que há barreiras atitudinais nas bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia. Ressaltamos aqui, de forma ampla e generalizada, sugestão de por onde a inclusão de pessoas com deficiência pode começar a ser implantada nas bibliotecas. Toda quebra de barreiras é importante e deve ser analisada e modificada, conforme os recursos financeiros. Todavia, se o processo se iniciar pela barreira atitudinal a/o usuária(o) com deficiência poderá considerar que aquele ambiente pertence a ele/ela também.

A inclusão de pessoa com deficiência se inicia por meio da escuta. Escutar é uma ferramenta essencial no processo de inclusão. O escutar aqui se pauta em uma forma das(os) gestoras(es) coletar dados dessas(es) usuárias(os) para a partir das

informações obtidas planejar melhorias em consonância com as necessidades deste público. Sendo assim, a escuta só será eficaz se houver ações efetivas a partir dos resultados.

As participantes que responderam “talvez” também demonstraram certa dúvida, mas o que nos chama atenção é o desânimo da participante da BP5.

*“BP2 - O atendimento é para todos. **Na medida do possível**”.*

*“BP5 - Nos últimos anos as bibliotecas têm sido cada vez **menos utilizadas**. A demanda **procura não tem acontecido**. Após a era digital, as **bibliotecas deixaram de ser um recurso** para pesquisas e leituras. Contudo, a motivação, participação e inclusão **não tem acontecido**”.*

*“BP9 - O espaço está aberto para atender a toda população. Há a **necessidade de investir na qualificação dos servidores**”.*

“BP10 - Estamos em fase de organização”.

Como já discutido anteriormente a internet não é rival da biblioteca, nem veio para fragilizar a imagem dessa instituição. Ela pode ser uma ferramenta potencializadora no processo de inclusão. A revolução eletrônica ampliou as perspectivas de inclusão das pessoas com deficiência, agora a administração pública das bibliotecas precisa ampliar o seu olhar e analisar, como cativar esse público que se afastou da biblioteca, porque transferir a culpa da ausência de usuários(as) na biblioteca, para a era digital é um caminho de comodidade. É preciso pensar em estratégias para lidar com os desafios postos por uma sociedade em constante transformação. Qualificar a equipe é algo primordial, e como conseguir a qualificação sem custos, já que os cursos específicos da área são escassos e os municípios não investem na qualificação do pessoal da biblioteca?

Daí a importância de se criar uma rede de relacionamentos, firmar parcerias, com as Universidades, com as Associações de classes, com o Conselhos de Biblioteconomia, enfim, essas instituições podem contribuir, ou ao menos auxiliar para um direcionamento. A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, desde 2021, está com um projeto financiado pelo Programa Ibero-americano de Bibliotecas Públicas e também participa da rede Ibero-americana de cooperação de bibliotecas públicas que objetiva “compartilhar experiências e aumentar os recursos em benefício comum de todos” (FEBAB, 2023). Estar nesta rede pode ser um meio de compreender outras realidades e a partir dos relatos de experiências construir novos conhecimentos e adequá-los à realidade

de cada biblioteca. O importante é estar em sintonia com essas instituições que são pontes no processo de inclusão.

Isso que a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições tem promovido à construção de pontes.

O projeto intitulado 'Bibliotecas sem barreiras: criando uma rede para atendimento integral às pessoas com deficiência' tem como objetivo principal formar uma rede de bibliotecas brasileiras que possuam projetos ou ações de melhoria de serviços e produtos acessíveis a toda comunidade, além de oferecer aos profissionais uma opção viável e de qualidade para formação e atualização profissional no tocante às questões da pessoa com deficiência (FEBAB, 2023).

No site da Rede de Bibliotecas Acessíveis¹² está disponível a relação das bibliotecas que participam do projeto. A Rede oferece cursos online gratuitos e disponibiliza o "Diretório Brasileiro de Bibliotecas Acessíveis", que é uma fonte de referência sobre as bibliotecas brasileiras de todas as tipologias, e pertencentes a qualquer tipo de instituição, seja pública ou privada, e que declaram ou desejam implantar, ou aprimorar os serviços, e/ou as instalações para atender às pessoas com deficiência. Dispõe de materiais e coleções em formatos acessíveis com *links*, e materiais com leituras recomendadas sobre a temática de inclusão e pessoa com deficiência.

Somente a BP6 declarou não considerar o ambiente da sua biblioteca inclusiva. A rede de bibliotecas acessíveis pode ser um caminho a se trilhar na busca por conhecimentos e interações construtivas. Ao analisar a fala da participante percebe-se certa dificuldade em estabelecer ambiente adequado, e até mesmo frustração por não conseguir atender ao público com deficiência. Dentro da fragilidade exposta evidencia a necessidade de mudanças.

*"BP6 - não oferece nenhuma condição para receber pessoas **portadores** com qualquer tipo de deficiência. Não temos **materiais adequados**. [...] tem que ter algumas **mudanças para melhorar**, atender o usuário. Tem **alguns livros** para alunos com deficiência visual".*

Observa-se que na fala da gestora BP6 o uso do termo "portador". A terminologia é um ponto que precisa ser trabalhado no intuito de promover a comunicação inclusiva. Prof. Sasaki, conhecido como "pai da inclusão", elaborou

¹² FEBAB. **Rede de bibliotecas acessíveis**. São Paulo: FEBAB, 2023. Disponível em: <https://redeacessivel.febab.org/historico/>

uma relação com 59 termos utilizados incorretamente no dia a dia em diversos ambientes. Preocupado com a linguagem e a construção de uma sociedade inclusiva essa relação auxilia na forma correta de empregar os termos sobre as pessoas com deficiência.

De acordo com Sasaki,

No Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo portador de deficiência (e suas flexões no feminino e no plural). **Pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos** (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva). O termo preferido passou a ser **pessoa com deficiência** (Sasaki, 2011b).

A linguagem é o meio estrutural pelo qual nos comunicamos e transmitimos significados, daí a relevância da pronúncia correta no construto de uma sociedade pautada no respeito ao próximo em prol da inclusão.

Neste momento não é a intenção aprofundar no acervo, mas apenas uma ressalva, devido a fala da participante da BP6. O acervo deve ser estabelecido a partir das necessidades dos seus leitores, pesquisadores, grupos escolares, estudantes, e ao conhecer este público estabelece formas de adquirir livros e materiais que venham suprir os desejos informacionais. Todavia, o acervo das bibliotecas públicas é construído por meio de doações, uma vez que os recursos financeiros destinados para esse fim são escassos, e não tem prioridade na agenda das Secretarias, as quais encontram vinculadas as bibliotecas. Então, é possível que o pequeno acervo de livros em Braille venha dessas doações, e não necessariamente de uma preocupação da biblioteca em ter esses materiais com a finalidade de atender o público com deficiência visual.

A desinformação é um problema sério na sociedade atual, e pode causar danos irreparáveis. De acordo com a Comissão Europeia a desinformação é a “Informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público, e que é suscetível de causar um prejuízo público” (Comissão Europeia, 2018, p. 4).

Diante do exposto, sabe-se do papel social da biblioteca na promoção do letramento informacional de leitores, pesquisadores, estudantes, e público em geral que desfrutam do ambiente e serviços. Por isso, elaborou três perguntas com vistas a pensar nesta questão de disseminação da informação e conscientização na

divulgação de informações errôneas. As questões foram: Na sua percepção que problemas sociais a biblioteca auxilia a combater? Quais ações a biblioteca possui para disseminar informações? A biblioteca promove interlocuções de divulgação dos saberes populares e especializados?

A partir dos dados coletados no primeiro questionamento sobre como a biblioteca pode auxiliar no combate aos problemas sociais, nota-se que 9 BP's têm entendimento da atuação social da biblioteca, quando relatam que podem atuar na redução à desinformação, ao analfabetismo, à discriminação, à exclusão e às desigualdades sociais. O ambiente democrático da biblioteca pública promove a inserção de todas as pessoas da comunidade sem distinção, uma vez que, as *“Bibliotecas podem inserir em seu meio uma simples dona de casa à grandes pesquisadores dos diversos ramos dos saberes (BP5)”*, e, ao promover essa interação, as bibliotecas cumprem com seu papel social em ampliar a *“disseminação da informação, é também, a inserção das comunidades em geral ao conhecimento e suas práticas” (BP5)*. Ao adquirir conhecimentos, esses nos permitem compartilhar novos saberes e praticá-los.

Todavia, duas bibliotecas contribuíram com respostas diferenciadas, onde uma acredita que a BP não possui condição alguma de auxiliar no combate aos problemas sociais. A outra acredita que a BP atua como ferramenta para apoiar as *“pessoas com timidez, com transtornos de ansiedade, depressão e autismo” (BP11)*. Ao ler esse último relato a percepção é do uso da biblioteca para fins terapêuticos no tratamento comportamentais, mentais, ou psicossociais, conhecida na literatura biblioteconômica como Biblioterapia. Sendo assim, a biblioterapia utiliza-se de *“livros e outros materiais de leitura em programas de leitura direcionada e planejada para auxiliar no tratamento de problemas mentais e emocionais, bem como desajustes sociais” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 55)*.

A leitura se caracteriza como fonte na disseminação de informações, e os locais indicados por algumas das participantes são as redes sociais, sejam para postar informações, ou para desenvolver práticas de leituras nos grupos de *WhatsApp* e/ou *Facebook*. Ao ler os relatos é possível perceber que as participantes conseguem diagnosticar o problema social que a biblioteca auxilia a combater, onde 9 BPs consideram a desinformação. Entretanto, nenhuma relatou a responsabilidade da biblioteca na formação de cidadãos letrados informacionalmente, apontaram a leitura como caminho, mas o *“como”* fazer para encontrar a informação certa, os alertas sobre

os prejuízos de compartilhar informações falsas, isso não foi mencionado em nenhum dos momentos de diálogo com algumas responsáveis pelas bibliotecas públicas.

Alves e Suaiden dizem que

Esta nova ordem social, a Sociedade da Informação, é comumente entendida como uma nova forma de organização social, política e econômica baseada na informação. Neste cenário, novas habilidades e competências são exigidas dos indivíduos – como lidar com as novas tecnologias, reconhecer suas necessidades de informação, saber onde e como buscá-la, fazer uso crítico e ético da informação a que se tem acesso, aprender a aprender e manter-se em constante aprendizagem ao longo da vida. Deste modo, pode-se afirmar que o letramento informacional e a aprendizagem ao longo da vida estão estritamente relacionados com o papel da biblioteca pública e com sua atuação na Sociedade da Informação (Alves; Suaiden, 2016, p. 215).

A biblioteca pública possui papel significativo na elucidação dos caminhos para o letramento informacional. Ela deve promover constantemente cursos, palestras e oficinas dentro desta temática em conjunto com a comunidade. Outro item relevante pesquisado na literatura biblioteconômica é a educação de usuários. Esse tipo de recurso pode vir a ser caracterizado como Tecnologia Social, uma vez que visa resolver problemas sociais da comunidade local em favor de um bem maior, já que a proliferação de notícias falsas causa prejuízos à população. O envolvimento da comunidade na solução do problema levantado, conforme discutido na pesquisa, a Tecnologia Social é de fundamental importância para a alterar a realidade apresentada.

A participação da comunidade nos espaços públicos da biblioteca constitui algo essencial, uma vez que, os produtos e serviços disponibilizados ali são para a comunidade de forma geral e seria ela (a comunidade) a pautar os parâmetros para a atuação da biblioteca. A partir dos dados levantados é possível afirmar que a biblioteca pública, por meio da leitura e das ações desenvolvidas, pode construir coletivamente caminhos para minimizar os problemas sociais, conforme os apontamentos das bibliotecas públicas participantes da presente pesquisa.

Em seguida foi questionado quais as ações que as bibliotecas possuem para disseminar informação. Das bibliotecas públicas participantes somente 4 informaram que não utilizam nenhum meio para disseminar informações. A BP5 diz “*Atualmente a biblioteca se encontra praticamente inativa, pois não temos demanda alguma nem tão pouco um bibliotecário formado*”. Dois pontos importantes nessa fala, para o bom

andamento de qualquer instituição, primeiro são preciso criar demanda, e depois mão de obra qualificada. Somente duas bibliotecas públicas usam as redes sociais na disseminação das informações, em conjunto com outras ferramentas. A doação de livros, os eventos, a visitação de escolas, os grupos de leitura e estudo, foi mencionada por 6 bibliotecas públicas.

*BP1 - Postagens em grupo de **WhatsApp** e **redes sociais**.*

*BP7 - Disseminação do conhecimento por meio do projeto **Estante Literária**, que beneficia pessoas em situação de vulnerabilidade social entre outras, **redes sociais** e participação em projetos do Governo como **Mutirões, Feira do artesanato**.*

*BP9 - **Eventos. Visitações de escolas** periodicamente e comunidade.*

*BP11 - Recebendo **visitas de Escolas/Faculdades**; Escolas de Inglês que dão **aulas no recinto da biblioteca**; **Grupos de Idosos** para atividades; Grupos de Turistas; **Menores Infratores**; Grupo de Arquitetos; **Associação de Mães de crianças especiais**.*

Sobre a demanda, essa surge da necessidade de algo. Almeida Júnior diz que “Os usuários apresentam demandas, explícitas ou não, e a biblioteca precisa satisfazê-las. No entanto, pode e deve criar demandas, criar interesses, criar desejos, criar curiosidades sobre temas” (Almeida Júnior, 2021, p. 64). As/Os profissionais que trabalham na biblioteca precisam refletir, planejar e elaborar materiais de divulgação, de maneira que a comunidade fique informada a respeito dos serviços disponibilizados, assim quando houver necessidade de alguma informação específica sabem onde procurar, com quem se informar sobre o assunto procurado.

Os eventos e as visitas guiadas são ferramentas com significados expressivos nas atividades desenvolvidas no ambiente das bibliotecas públicas, pois pode de alguma forma criar meios de aproximar a biblioteca da comunidade, permite criar vínculos. A doação de livros e a estruturação de projetos práticos para a sociedade faz com que a credibilidade dessa instituição floresça a cada dia. A comunicação fluida e rápida pelo *WhatsApp* minimiza a falta de outros recursos indisponíveis às bibliotecas públicas, ou às vezes estão presentes, mas são gerenciados por outros departamentos. Devido a burocracia e a falta de recursos financeiros na contratação de mão de obra especializada de Tecnologias Inclusivas, a biblioteca fica refém de um departamento de Comunicação sobrecarregado pelas infinitas demandas da Secretaria, na qual está vinculada.

Diante desses fatores as postagens nas redes sociais são descaracterizadas, sem cronograma fixo de postagens, e sem identidade visual de *marketing* eficaz, além da impossibilidade de interagir com as/os usuários que fazem comentários nas postagens. Sendo assim, as ferramentas digitais possuem agilidade e podem alcançar um quantitativo de público maior, mas dependendo do tamanho do município a divulgação boca a boca, os cartazes, os grupos de *WhatsApp* são capazes de ser efetivos na disseminação de informações.

De acordo com Almeida Júnior (2021, p. 66) a Biblioteca Pública

Não deve mais viver nas catacumbas, escondida, mantendo uma concepção de vida, um olhar e uma explicação de mundo individualizada, despreocupada com o outro, entendendo seu usuário apenas como um indivíduo, uma pessoa, mas atuando de maneira coletiva, envolvendo a comunidade, chegando até ela. Essa é a atuação na ambiência da biblioteca pública (Almeida Júnior, 2021, p. 66).

Esse pensamento de coletividade traz o real significado de atuação da BP. A biblioteca precisa ser vista, evidenciada, seus serviços divulgados com frequência e com fluxos programados. O seu foco deve estar na prestação de serviços com qualidade para todas as pessoas que nela buscam algum tipo de informação. Ao envolver a comunidade, a biblioteca possibilita a produção de Tecnologia Social voltada para a disseminação de informações populares e científicas, a formação de leitores e promoção de leitura para uma parcela de usuários que demandam estruturas e atendimentos diferenciados.

A partir deste ponto, os resultados apresentados referem-se às interlocuções que possivelmente são desenvolvidas dentro das bibliotecas entre os saberes populares e científicos/especializados. Ao buscar dados sobre essas possibilidades de ações, teve-se a intenção de compreender formas diferenciadas de divulgação dos saberes, tanto o científico, como o popular, em conformidade com as necessidades apresentadas pela comunidade que utiliza a BP, seja com e sem deficiência. A partir disso planejar a implantação de TS em prol de Bibliotecas Públicas e ações inclusivas.

Verifica-se que 6 bibliotecas públicas disseram que “não”, e 5 bibliotecas públicas afirmaram que desenvolvem oficinas, palestras, Café Literário, o boca a boca - diálogos. Todavia, não se utiliza nas bibliotecas a interlocução entre os saberes populares e científicos.

De acordo com Gondim e Mól (2000, p. 4) os saberes populares podem ser compreendidos pelo conhecimento dos “Chás medicinais, artesanato, mandingas, cantigas de ninar, culinária... Todos esses artefatos culturais constituem saberes populares”. Afirmam ainda que os conhecimentos “não exigem espaço e tempo formalizados, são transmitidos de geração em geração, por meio da linguagem falada, de gestos e atitudes”. Essa transmissão de saberes não fica imutável de mudanças e/ou alterações ao ser repassadas, porque cada pessoa compreende de forma diferenciada uma mesma informação, por isso que a linguagem, os gestos são “transformados à medida que, como parte integrante de culturas populares, sofrem influências externas e internas” (Gondim; Mól, 2000, p. 4).

Com o tema de medicina alternativa a biblioteca pode propor interlocução com a comunidade de pessoas com deficiência, em primeira instância, e por meio desse diálogo verificar qual a real necessidade de informação do público com deficiência sobre o tema. A partir disso, as bibliotecas públicas podem utilizar as técnicas e os métodos da Tecnologia Social promover palestras, oficinas, bate-papo, com especialistas científicos que pesquisam sobre o tema, bem como pessoas da comunidade que trazem na tradição cultural conhecimentos sobre o assunto.

Nessa interação se pratica a inclusão social, além de, valorizar os saberes e potencializar os conhecimentos científicos, que a partir das demandas sugeridas no diálogo tem a possibilidade de criar produtos e serviços com custo reduzido. O custo aqui se refere aos investimentos necessários para a implementação dos serviços disponibilizados.

Os diferentes saberes aqui se estabelecem na conscientização de que não existe saber mais, ou saber menos, esta afirmação reflete o pensamento de Paulo Freire, no livro *Pedagogia do oprimido*, ao tratar da concepção bancária na educação. Ele argumenta que “Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser ‘experiência de feito’, para ser experiência narrada ou transmitida” (Freire, 1985, p. 68). Porém, o que se espera não é apenas a transferência de saber, e sim proporcionar o compartilhamento entre saberes, e a partir disso desenvolver consciência crítica sobre o assunto/temática estabelecida na programação da atividade.

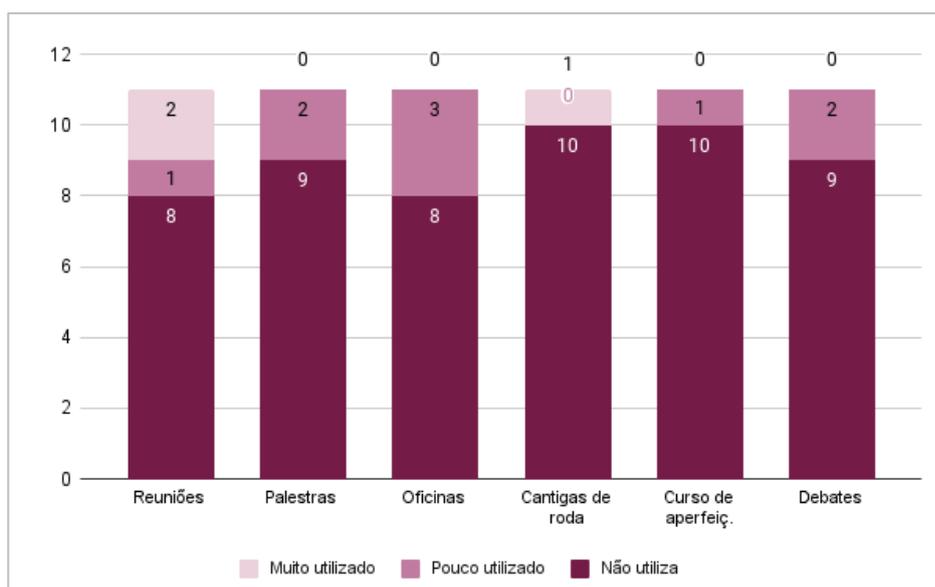
Tendo a biblioteca como espaço democrático, a promoção de atividades que envolvem os diferentes saberes tem que se tornar algo contínuo dentro da grade de

desenvolvimento da Tecnologia Social, uma vez que, esse tipo de discussão e informação desenvolve o pensamento crítico-reflexivo. Todo saber deve ser respeitado por fazer parte do construto sócio histórico do indivíduo.

Contudo, ter brinquedos no espaço da biblioteca não caracteriza o desenvolvimento de ações junto às pessoas que usam os serviços desta, porque os brinquedos são apenas objetos que necessitam de mediadores para ressignificar a aprendizagem para as crianças que utilizam o espaço infantil das bibliotecas públicas.

As oficinas são um formato didático no processo de aprendizagem, sendo assim, as oficinas de leitura contribuem na formação do leitor. Vieira e Volquind (2002, p. 11) concebem a oficina como “um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer”. As ações de acionamento de diferentes saberes e as atividades pedagógicas possuem conexão, a depender do tema trabalhado, porque elas promovem a criatividade, a aprendizagem, o pensamento crítico e reflexivo.

Em seguida, no intuito de compreender melhor o compartilhamento das ações organizadas, questionou às bibliotecas participantes quais os formatos utilizados para a realização dessa divulgação. De acordo com o Gráfico 5, é tímido o uso de reuniões, palestras, oficinas, cantigas de rodas, cursos de aperfeiçoamento e debates, para realização da divulgação. Somente 2 BPs usam as reuniões e 1 BP usa as cantigas de rodas frequentemente para divulgar.

Gráfico 5 - Formato de divulgação das ações

Fonte: Elaborado pela Autora com base nos dados da pesquisa (2023).

Nota: Descrição da imagem inseridas no texto alternativo.

Almeida Júnior (2021) define as bibliotecas públicas em três tipos denominadas: biblioteca pública ingênua, biblioteca pública astuta, e biblioteca pública crítica. A primeira se define com a prestação de serviço tradicional, ou seja, a biblioteca desenvolve todas as atividades somente a partir do acervo, no intuito de atender as/os usuárias(os). A segunda de forma semelhante a biblioteca ingênua, mas de forma consciente. A biblioteca pública crítica ela “amplia seus espaços de interferências” (Almeida Júnior, 2021, p. 62). Com base na biblioteca pública crítica tem-se a possibilidade de ampliar os serviços desses espaços e torná-los como centros de referências, e tais ações podem ser realizadas em diferentes formatos.

A discussão do autor se pauta nas formas diferenciadas de perceber a biblioteca pública, e como as/os profissionais que estão inseridos neste contexto da biblioteca pública podem implementar trabalhos, ações e atividades transformadoras, não apenas dos ambientes das bibliotecas, mas na forma como a/o usuária(o) usa e compartilha os novos saberes adquiridos. Para isso Almeida Júnior (2021) faz sugestões, e algumas vem de encontro com a atuação social da biblioteca, e o uso da Tecnologia Social como ferramenta, na resolução das demandas elencadas na biblioteca:

- Criação, no site da biblioteca, de chats ou setores que abordam temas de interesse dos usuários. É possível também **criar grupos**

- de discussão.** Os Temas devem variar de acordo com acessos, novidades e interesses dos usuários;
- Promoção de palestras virtuais (transmissão ao vivo ou gravada) sobre esses temas;
 - Conversas individuais via Skype ou outras plataformas, entre usuários interessados e especialistas que se propõem a contribuir;
 - **Aulas ao vivo, presenciais ou virtuais;**
 - **Indicação de sites em que há textos para download gratuito;**
 - Blogs com atualizações frequentes (de preferência em datas determinadas e divulgadas) e com possibilidade de participação dos usuários. Essa participação deve se dar nas reuniões chamadas de pauta ou de determinação dos objetivos do trabalho;
 - **Participação frequente dos usuários na construção de conteúdos;**
 - **Informações sobre um tema específico, enviado frequentemente para os usuários interessados, via celular.** Essa atuação é uma espécie de disseminação seletiva da informação, mas implantada de maneira coletiva. Podemos chamá-la de **disseminação coletiva da informação** ou disseminação da informação para grupos;
 - **Oferecer informações utilitárias** (informações sociais, informações para a cidadania), **via celular**, incluindo empregos, informações sobre obtenção de documentos, eventos de interesse do usuário (cada um em particular), chegada de materiais de interesse do usuário;
 - **Antecipar a procura e pesquisa do usuário;**
 - **Oferecer uma variedade de suportes diferentes do livro (mas, não o excluir);**
 - Organizar eventos que deixem claro que a biblioteca se interessa por qualquer tipo de **exteriorização cultural e artística;**
 - Trabalhar tendo em mente que o objeto da área é a **mediação da informação** e que os usos devem se apropriar da informação não apenas recuperando, mas participando de momentos em que ela é mediada; [...] (Almeida Júnior, 2021, p. 64-66, grifos da autora).

A proposta elaborada pelo autor, em sua maioria, não demanda grandes recursos financeiros para ser implementada ao sugerir a criação de grupos de discussão, aulas presenciais, eventos, disseminação coletiva da informação, informações utilitárias, a exteriorização cultural e, por fim, a compreensão do papel de mediação na aplicabilidade de cada uma dessas ações. Esses instrumentos, para se efetivar e permanecer na programação anual da biblioteca pública, exigem da/do gestor(a) articulações políticas. Novamente a eficácia se firma a partir do momento que busca parcerias com instituições, especialistas, professores que contribuam na ministração de aulas, cursos, especialistas que venham coordenar grupos de discussão com temáticas diversas, isso tudo construído juntamente com as/os usuários(as).

Pensando nisso, na proposta de interferência da biblioteca pública na sociedade, que surge esse questionamento, já que as dificuldades existem por uma série de fatores, mas é possível encontrar outras possibilidades de realizar um trabalho eficaz no ambiente da biblioteca entre equipe da biblioteca e comunidade. Valorizar o saber popular faz com que perpetue as tradições culturais daquela comunidade atendida na biblioteca pública.

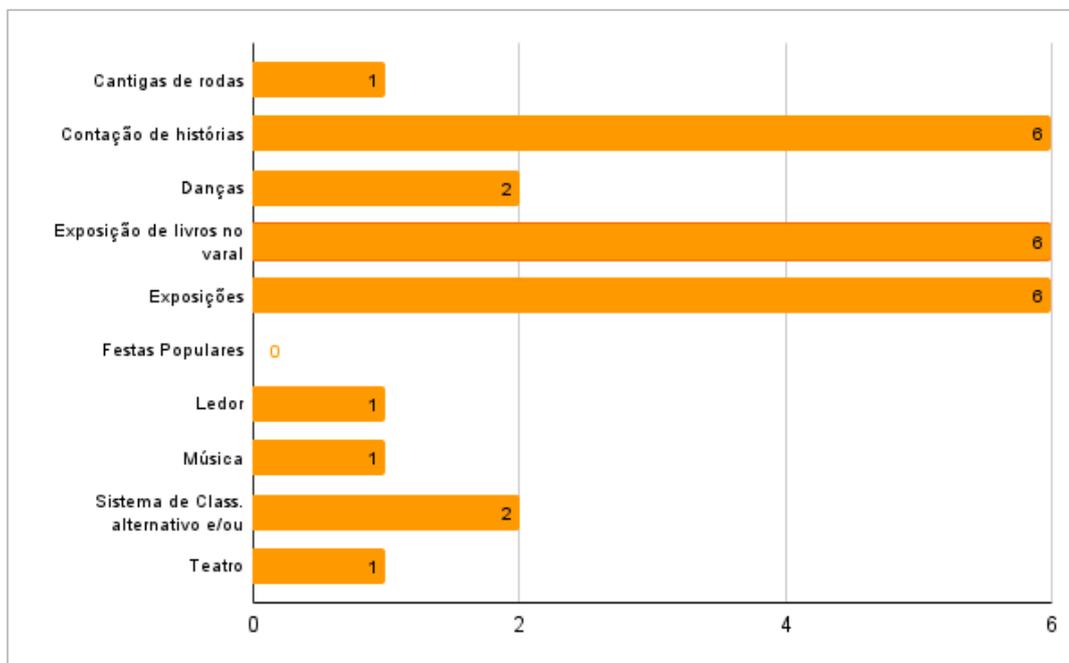
Oliveira, Vieira e Lopes (2015) dizem que

Mais do que atender ao propósito de fornecer informação à comunidade, porém, a biblioteca pública precisa assumir o papel de agente desenvolvedor e difusor da cultura. A realização de ações culturais junto a seu público deve ser uma constante, visando aproximar a população das diversas manifestações culturais, do lazer e do entretenimento, estes representados na poesia, nas contações de história, no teatro, nos jogos, e em tantas outras vertentes (Oliveira; Vieira; Lopes, 2015, p. 143).

Diante dessa exposição questionou quais os tipos de ações são promovidos na biblioteca, para atender ao público, uma vez que a BP possui a responsabilidade de elaborar ações para atrair e atender a diferentes públicos, seja idoso, criança, pessoa com deficiência, adultos, pessoa em situação de rua, enfim, assistir a todos que dela necessitar em seus diversos interesses.

No Gráfico 6 encontra-se os dados tabulados no tipo de ação e sua respectiva quantidade. As ações mais promovidas pelas bibliotecas públicas são a contação de histórias, exposição de livros no varal e as exposições, 6 bibliotecas públicas promovem esse tipo de atividade. Em seguida está a dança e o sistema de classificação alternativo, onde apresentam a escolha de 2 bibliotecas públicas. As cantigas de rodas, o ledor, a música, e o teatro são as opções com menor frequência. Esses resultados apontam para a promoção de ações que independem de parcerias, ou seja, são realizadas a partir do que se tem nas bibliotecas.

Gráfico 6 - Tipos de ações promovidas nas bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa (2023).

Nota: Descrição da imagem inseridas no texto alternativo.

Ir além das atividades rotineiras pode representar grandes desafios para as gestoras das bibliotecas uma vez que se torna um convite para sair da zona de conforto na busca de diálogos com profissionais da área de Artes ou Educação, e pensar junto com a equipe multiprofissional e a comunidade outros tipos de atividades culturais e artísticas voltadas para formar leitores e promover a leitura entre pessoas com deficiência.

Segundo as Diretrizes da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições (2010), as bibliotecas públicas, no que se refere aos serviços disponibilizados, esses possuem importante papel que é o de “se constituir como ponto central de desenvolvimento cultural e artístico da comunidade e de ajudar a moldar e apoiar a sua identidade cultural”. Nenhuma das bibliotecas públicas participantes da pesquisa realiza atividades que envolvam festas populares, tais como: Carnaval, Festa Junina, Bumba meu boi, Folia de Reis, Congada, Festa do Divino, Cavalhadas, Fogaréu.

Esse trabalho, ainda de acordo com as diretrizes da Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições (2010, p. 17) pode ser realizado em “parceria com as entidades locais e regionais adequadas, cedendo espaço para a

realização de atividades culturais, organizando programas culturais [...] deve refletir a variedade de culturas presentes na comunidade”. A Festa do Divino em Trindade, as Cavalhadas de Pirenópolis e o Fogaréu na cidade de Goiás são festas populares do Estado de Goiás, tais momentos podem se caracterizar motivadores para apresentar a história idealizadora dessas festas, ou a construção da identidade cultural do povo goiano aos usuários(as) da biblioteca pública.

Daí a relevância de se utilizar a Tecnologia Social para dialogar com a comunidade e discutir sobre a formação de leitores com deficiência a partir das Festas populares. São formas de aprender sobre a História do Estado e a influência da contação de histórias na preservação e construção da identidade cultural local.

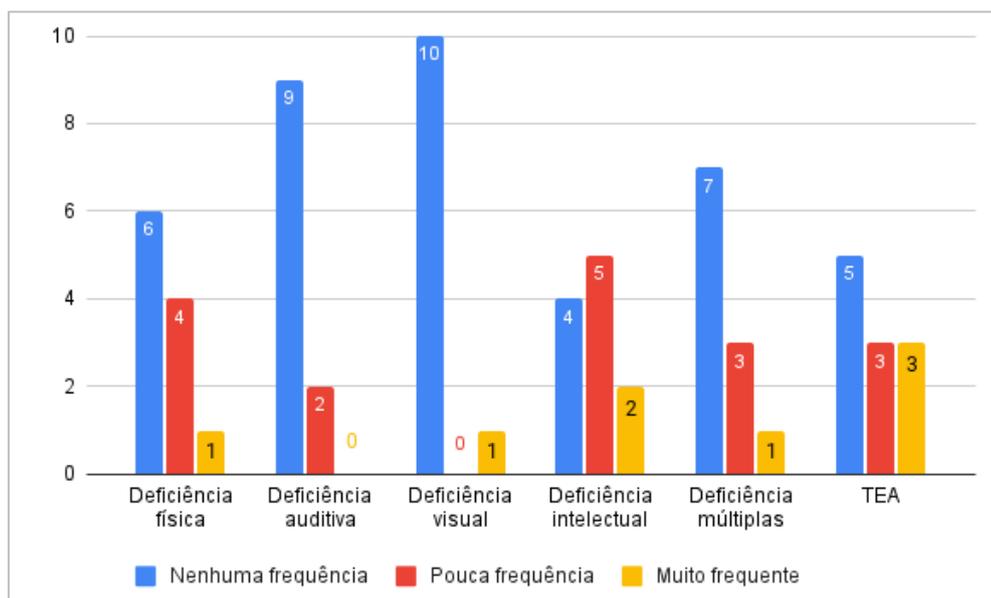
Silva e Santos (2014) consideram que

a biblioteca desempenha um papel de espaço cultural porque possibilita a realização de atividades relacionadas à cultura como exposições, ou encontro com escritores de sua localidade, com o intuito de poder disponibilizar aos seus usuários e a sua comunidade o acesso à tradição cultural, visando resgatar todo o contexto da memória local como a conscientização do resgate dessa cultura. (Silva; Santos, 2014, p. 8).

Apesar da importância do resgate às tradições culturais, as bibliotecas pesquisadas oferecem poucas atividades dentro dessa vertente. Provavelmente um dos motivos é o foco no atendimento ao balcão de empréstimos, devido a proximidade com as atividades cotidianas na biblioteca, esse tipo de serviço é mais recorrente e já está estabelecido, não havendo necessidade de organizar e promover eventos. As e Os profissionais vinculados administrativamente na biblioteca precisam refletir na relevância de alterar as suas prioridades, para que os serviços da BP ampliem, principalmente os vinculados às atividades artísticas e culturais, com cunho no fortalecimento das tradições dos saberes populares.

Nesta questão buscou dados específicos sobre a participação e a frequência de pessoas com deficiência nas atividades culturais promovidas na biblioteca. O Gráfico 7 abaixo demonstra essa frequência.

Gráfico 7 - Participação das pessoas com deficiência nas ações das bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados da pesquisa (2023).

Nota: Descrição da imagem inseridas no texto alternativo.

Em todas as unidades das bibliotecas públicas há a presença de pessoa com deficiência nas ações desenvolvidas, porém alguns tipos de deficiência possuem assiduidade baixa. A deficiência visual está ausente em 10 bibliotecas públicas, a deficiência auditiva em 9 bibliotecas, deficiências múltiplas em 7 bibliotecas, deficiência física em 6 bibliotecas, autismo em 5 bibliotecas, e a deficiência intelectual em 4 bibliotecas.

Com pouca frequência a bibliotecas públicas está a deficiência intelectual presente em 5 bibliotecas, deficiência física em 4 bibliotecas, deficiência intelectual em 5 bibliotecas, deficiências múltiplas e transtorno do espectro autista em 3 bibliotecas, deficiência auditiva em 2 bibliotecas. As que afirmam ter muita frequência são: 3 bibliotecas que recebem autistas, 2 bibliotecas com deficiência intelectual, em 1 biblioteca com deficiência auditiva, e 1 biblioteca com deficiência visual.

Essa ausência pode estar ligada pela sensação de não pertencimento, ou seja, essa parcela da população não acredita que os espaços sociais, culturais e de lazer são estabelecidos pensando neles, sendo assim, haverá inúmeras barreiras, e possivelmente a que predomina neste caso é a atitudinal, já que as atitudes afastam este público dos espaços das bibliotecas. “Por isso, as pessoas com diferentes tipos

de deficiência são um público que, em geral, não frequenta as bibliotecas públicas” (Fortalecimento, 2016, p. 26). Tal paradigma precisa ser desconstruído.

Apesar da Lei 13.146/2015 garantir direitos à cultura, ao lazer, e educação, as pessoas com deficiência ainda são excluídas dos ambientes culturais. A divulgação nos serviços prestados a essa comunidade são ineficazes, e a invisibilidade da BP faz com que elas não sejam opções de acesso à informação por esse público. As políticas públicas tem se efetivado, mas falta da parte administrativa das bibliotecas buscarem formação profissional.

Os editais dos fundos de arte e cultura possuem regras obrigatórias sobre a acessibilidade, e isso tem sido fator positivo para inclusão das pessoas com deficiência, porém, quando se verifica o resultado dos proponentes para captação de recursos são poucas as bibliotecas que fazem submissão de projetos. As bibliotecas que participaram da pesquisa, somente uma captou recursos nos últimos cinco anos, mas essa biblioteca já é uma biblioteca pública especializada no atendimento a pessoas com deficiência visual.

O Quadro 11 abaixo apresenta dados sobre como a biblioteca promove a leitura para as pessoas com deficiência. Vale ressaltar que ao promover qualquer tipo de atividade na biblioteca precisa-se pensar na divulgação, no marketing, pois sem o uso dessas ferramentas a biblioteca trabalha para si, ou seja, no evento pode não aparecer público, e em específico o público com deficiência, já que a divulgação foi ineficaz, e não alcançou o seu alvo.

Quadro 11 - Promoção de leitura para pessoa com deficiência

Como a biblioteca promove a leitura para as pessoas com deficiência?	
BP1	A atividade é desenvolvida de acordo com a deficiência do leitor, para deficientes visuais, por exemplo, são contadas histórias em voz alta, ou oferecidos livros em braille.
BP2	Como a Biblioteca tem dois andares, fizemos o remanejamento dos livros literários para o piso térreo, facilitando assim o acesso dos usuários aos livros mais procurados.
BP3	Não faz nenhuma divulgação e não promove nenhuma ação para a inclusão de usuários com deficiência.
BP4	Não
BP5	Não
BP6	Como relatei no início, a biblioteca não oferece nenhuma condição para trabalhar com pessoas portadores com qualquer tipo de deficiência. Não temos material e nem público alvo.

BP7	A biblioteca oferece em seu acervo livros infantis em Braille e Libras.
BP8	A equipe realiza pesquisa sobre a deficiência ou limitação para planejar os momentos de leituras com livros, textos, materiais lúdicos preparados pela própria equipe
BP9	Promovemos através da contação de histórias
BP10	Promove disponibilizando o acervo que é especificamente destinado ao público com deficiência visual.
BP11	Ainda não temos essa atividade.

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa (2023).

De acordo com os dados no Quadro 11, 5 bibliotecas públicas não desenvolvem nenhuma atividade de leitura para pessoa com deficiência. 3 bibliotecas promovem a contação de histórias, 2 BP oferece somente o acesso ao acervo, e 1 biblioteca possui serviços específicos para as pessoas com deficiência visual.

A contação de história é o princípio para que a leitura inclusiva aconteça dentro da biblioteca pública, além de manter a tradição oral. O uso da oralidade ao contar histórias gera vínculos com a memória. A história oral resgata a memória de tempos vividos e registrados no pensamento individual, cada qual, com sua percepção sobre o mesmo acontecimento. Auxilia na preservação das tradições, uma vez que, é passada de geração em geração. Outra opção é a biblioteca humana que pode auxiliar nessa preservação.

Outro fator fundamental no uso da história oral e da biblioteca humana é a capacidade de desenvolver a escuta. Thompson compreende a história oral como

uma abordagem ampla é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas. A habilidade fundamental na história oral é aprender a escutar (Thompson, 2006, p. 20).

Assim, a história oral, a biblioteca humana, as cantigas de rodas, a roda de leitura, a troca de experiências entre saberes podem ser considerados métodos e técnicas da Tecnologia Social, e é uma forma de se trabalhar a acessibilidade e a inclusão às pessoas que se situam em diferentes comunidades, e compartilham os seus registros históricos contidos na memória e verbalizados, por meio da qual se estabelece uma rede de narrativas. Mas para que esses métodos e técnicas se

caracterizem Tecnologia Social é preciso o envolvimento da comunidade em todo o processo, da ideia inicial a implantação, e análise dos resultados.

Santos (2018) relata as experiências com um grupo de estudantes, onde

A roda de leitura se mostra como uma prática de leituras dissonantes, já que não se apegam a textos ortodoxos ou canônicos. Muitos se **descobrem leitor** nessa atividade já que ali o leitor tem a liberdade de apresentar as leituras que realmente lhe fazem sentido. Ao compartilhar tais textos entre os colegas, percebe-se afinidades, interesses semelhantes aproximando os sujeitos para uma relação afetiva que vai além da realidade rígida e racional [...] (Santos, 2018, p. 874).

Os resultados dessa atividade dialogam com a proposta de Tecnologia Social, uma vez que se utiliza de uma técnica para que a comunidade tenha a possibilidade de interagir e a partir disso reaplicar as experiências em outros contextos, de forma que propicie a inclusão social. O indivíduo ao se descobrir no outro por meio dos relatos das leituras realizadas na sua trajetória de vida, aflora dentro do ser as percepções sensíveis que são desenvolvidas pela escuta.

A convivência em grupo amplia nossas possibilidades de interação. Certa feita, ao participar de uma confraternização de amigo secreto, com amigas e amigos que gostam de ler tive o privilégio de ganhar um livro da Clarice Lispector, no qual tem uma crônica intitulada “Em busca do outro”, que revela o valor do outro no caminho que trilhamos ao longo da vida. E ao ler as experiências da roda de leitura organizada por Santos (2018), trouxe à memória essa crônica.

O Caminho com letra maiúscula, hoje me agarro ferozmente à procura de um modo de andar, de um passo certo. Mas o atalho com sombras refrescantes e reflexo de luz entre árvores, o atalho onde eu seja finalmente eu, isso não encontrei. Mas sei de uma coisa: meu caminho não sou eu, é o outro, é os outros. Quando eu puder sentir plenamente o outro estarei salva e pensarei: eis o meu porto de chegada (Lispector, 2004, p. 66).

Se enxergar no outro, talvez seja o desafio para que a inclusão se efetive com todo esplendor e beleza, já que conviver com as diferenças é um princípio da inclusão social. E o outro pode ser o “meu porto de chegada”, no acolhimento, nas afinidades, nos elos que se formam a partir da prática da leitura. Essa sensibilidade deve ser inerente as gestoras, ao planejar a atividade de leitura inclusiva nas bibliotecas públicas, pois precisam estar preparadas para receber todos os tipos de pessoas,

independente das suas especificidades e/ou limitações. E assim, quebrar a barreira atitudinal, e com alteridade promover a leitura de histórias que falem de diferença e inclusão.

Os recursos para a contação de história ou para a roda de leitura inclusiva acontecem a partir do público que participa, isto é, se houver a necessidade de contar a histórias, ou relatar à leitura realizada em Libras a biblioteca deve providenciar um intérprete de Libras, ou ter alguém no seu quadro funcional para realizar a tradução. Caso não tenha esse profissional lotado na biblioteca, precisa buscar em outras unidades governamentais do seu município, ou estado. E se todas essas possibilidades falharem, a/o gestor(a) tem que buscar na TS uma solução para tal demanda junto com a comunidade, ou seja, verificar quem se comunica em Libras na comunidade, e que pode, de alguma forma, auxiliar na tradução durante as atividades.

No processo histórico de leitura no Brasil inexistem dados de incentivo a leitura para as pessoas com deficiência, a não ser, como já foi citado neste trabalho as instituições implantadas no Brasil Império - o Instituto dos Meninos Cegos, e o Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - no que se refere à deficiência intelectual, APAE e Pestalozzi. Contudo, a leitura nessas instituições pautava no processo de alfabetização do público que frequentava, sendo que em muitos casos não foram incentivadas na continuidade da leitura, dos estudos, ou mesmo frequentar espaços culturais, ou espaços de leitura. Às vezes a sua convivência ficou restrita em sua maioria à família, ou a outras pessoas com deficiência, e o contato com a diversidade cultural foi negada.

Atualmente os avanços tecnológicos e a garantia de direitos têm alterado essa situação, mas a exclusão ainda é latente em nossa sociedade, e as pessoas com deficiência sentem dificuldades em encontrar livros que promovam autonomia, como no caso do livro impresso em Libras, que em alguns casos é a língua materna do surdo. E também livros que atendam às necessidades de crianças e jovens com deficiência intelectual. Os livros de imagem são recursos preciosos para esse público, onde uma parcela não conseguiu ser alfabetizado, sendo assim o codificar e decodificar linguístico é uma barreira.

Segundo Santos (2018, p. 876) “Para aqueles que não têm o domínio da leitura do texto escrito, a imagem é ferramenta essencial para a compreensão leitora, pois se pode comparar a uma língua estrangeira, da qual não tenhamos nenhum conhecimento”, ou seja, a sensação de frustração e incapacidade de se comunicar,

por outro lado “se o texto possui gravuras em suas páginas, logo o leitor as interpretará, lerá”. (Santos, 2018, p. 876). Essa afirmação auxilia os profissionais inseridos na biblioteca, na qual possui público com deficiência intelectual, ou outra deficiência que compromete o cognitivo, e não conseguem ler com fluidez. Desta forma, ao elaborar as atividades de leitura a dica é utilizar livros de imagem para que possam ler, imaginar e criar histórias a partir das imagens inseridas no texto.

As/Os profissionais que atuam nas BPs como mediadoras(es) de leitura, e desenvolvem experiência com o livro e a leitura podem auxiliar as pessoas com deficiência

a se interessarem pelo acervo, a serem usuários frequentes. Também poderão ler para os usuários, perceber os leitores lendo mais, aproximar se para saber o que estão lendo, propor novos títulos, gêneros e formatos, propor contações de histórias, clubes de leitura, contar as novidades do acervo e dos livros que são antigos e que estão esquecidos na prateleira, apresentar livros que podem ser também escutados, ler com as pontas dos dedos, conhecer histórias mágicas que são lidas pelos gestos, expressões e movimentos das mãos, descobrir novas formas de contar e ler livros (Mauch, 2016, p.10).

Diante do exposto, percebe-se que as 3 BPs que contam histórias para incluir as pessoas com deficiência, tal procedimento as insere no rol de biblioteca inclusiva. Apesar de relatarem outras dificuldades enfrentadas na estrutura das bibliotecas tem realizado a inclusão dentro das suas possibilidades no uso da Tecnologia Social. Já que as práticas de leitura “são ações individuais ou coletivas as quais promovem a capacidade dos sujeitos em selecionar, interpretar e modificar o conhecimento adquirido por meio de leituras diversas em diferentes fases da vida” (Santos, 2018, p. 875).

Percebe-se a partir de Santos (2018) que proporcionar a prática de leitura ao público que frequenta biblioteca pública, e aqui busca-se olhar as pessoas com deficiência, desenvolve a autonomia cognitiva dessas pessoas, e conseqüentemente a sua autonomia social, uma vez que, os indivíduos começam a ser mais perspicazes às suas reais necessidades informacionais, e como usá-las em prol do desenvolvimento de novos saberes coletivos ou individuais.

Para finalizar o questionário foi perguntado às participantes se possuem conhecimento sobre a Agenda 2030 da ONU, onde 7 disseram que não e 4 afirmaram

ter conhecimento. Mas qual a relevância de se discutir essa agenda dentro das práticas diárias da biblioteca pública?

De acordo com a FEBAB

‘A informação correta no momento certo salva vidas’... Quem nunca se deparou com a situação ‘se eu soubesse disso antes eu tomaria outra decisão’... O acesso público à informação permite que as pessoas tomem decisões conscientes que podem melhorar suas vidas. As comunidades que têm acesso à informação relevante e no tempo certo estão melhores posicionadas para erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar a agricultura, proporcionar educação de qualidade e promover a saúde, a cultura, a pesquisa e a inovação. Nesta linha é que a FEBAB atendeu ao chamado da IFLA para o Programa Internacional de Advocacy (IAP) que conclamou os profissionais de todo o mundo para contribuírem efetivamente com a Agenda 2030. As bibliotecas são parceiras estratégicas para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a FEBAB buscou sensibilizar os profissionais (FEBAB, 2021).

Além de promover o acesso a informação é imprescindível que esta esteja correta, porque somente assim as pessoas têm a chance de tomar decisões assertivas, ou ao menos ter possibilidades de estudar as melhores opções para uma decisão final, para determinado fim. De acordo com a ONU os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 visam erradicar a “pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, ©2023, n/p.), para isso foram elencados 17 objetivos.

Dentre os 17 objetivos, nesta pesquisa o foco é o objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que tem por finalidade promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável (ONU, @2023, n/p.).

Esse objetivo vem ao encontro no que se acredita a respeito do papel da BP na sociedade, quando expõe o tópico 16.6, 16.7, 16.10 e 16.10b. A descrição para que a BP se torne inclusiva, participativa e representativa está em consonância com as discussões de Tecnologia Social e Tecnologia Assistiva, na aplicabilidade das Tecnologias Inclusivas, sendo que o Brasil trabalha em parceria com a ONU para atingir tais demandas sociais.

A área Biblioteconômica no Brasil é representada pela parceria com a FEBAB, que desde 2012 vem difundindo o *Advogacy* para os profissionais bibliotecários(as). Como resultado do desenvolvimento dessas ações surgiram as Comissões e os Grupos de Trabalhos, alinhados com os ODS. As comissões são: Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI); Comissão Brasileira de Bibliotecas Escolares (CBBE); Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP); Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU); Comissão Brasileira de Direitos Autorais e Acesso Aberto (CBDA); e os Grupos de Trabalhos: **Acessibilidade em Bibliotecas (GT-Acess)**; Bibliotecas Parlamentares (GT-BPA); Bibliotecas pela Diversidade e Enfoque em Gênero (GT-BDEG); **Bibliotecas Públicas (GT-BP)**; Catalogação (GT-CAT); Relações Étnico-Raciais e Decolonidades (GT-RERAD).

Nas bibliotecas participantes dessa pesquisa somente 6 BPs possuem profissionais bibliotecárias, ou seja, as outras unidades informacionais desconhecem esses esforços para se construir bibliotecas públicas cada vez mais eficazes e inclusivas, de modo a atingir o foco da Agenda 2030. A afirmação que as profissionais bibliotecárias têm conhecimento das atividades desenvolvidas pela FEBAB e as outras profissionais atuantes na biblioteca, mas de outras áreas do conhecimento desconhecem, se dá pela instrução e informação que as primeiras recebem na sua formação profissional. As entidades de classe são apoios, ou ao menos devem ser na conscientização da relevância das BPs dentro da sociedade da informação.

O Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas (GT-BP), como já mencionado tem discutido e elaborado ações que envolvem as/os profissionais atuantes nas BPs a nível nacional, e isso independe de ser bibliotecário ou não, porque no primeiro momento o grupo busca inserir essa pessoa que está atuando, porque ela é ponte, a mediação entre o usuário da biblioteca e os serviços de informação, cultura e lazer que as unidades podem ofertar a comunidade.

Sendo assim, a Agenda 2030, por meio das ODS desenvolvidas em parceria com a FEBAB, é um instrumento para que as BPs venham a se tornar visíveis. O Sistema Nacional de Biblioteca Pública e os 27 Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, tem por objetivo “proporcionar à população bibliotecas públicas estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País” (Brasil, @2023, n/p.). É um ponto delicado, mas precisa ser discutido, é a atuação do SNBP e principalmente dos SEBP, para que o objetivo de se ter bibliotecas estruturadas venham de fato cumprir, e conseqüentemente promover a formação de leitores seja com ou sem deficiência.

Neste momento fazemos uma pausa para explicar, porque parte da análise dos dados foi realizada separadamente. O primeiro movimento para levantar quais as bibliotecas que fazem parte da Região Metropolitana de Goiânia foi o filtro por município, sendo assim, na planilha do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas disponibiliza a informação de que na Região Metropolitana de Goiânia possui 26 bibliotecas cadastradas. O próximo passo foi ligar para essas 26 unidades cadastradas e informar sobre a pesquisa e questionar se a pessoa responsável pela biblioteca aceitava participar da pesquisa. Das 26 bibliotecas iniciais, que receberam o convite, somente 17 aceitaram participar da pesquisa. Em seguida enviou o questionário às 17 bibliotecas pelo *Google Forms*, porém, somente 11 responderam.

Esse resultado, as dificuldades de contato via telefone com as responsáveis pela unidade nos fizeram optar por visitar 4 dessas unidades.

Todo esse processo é detalhado novamente para explicar um fato recorrente nessas unidades que foram visitadas posteriormente. Preferiu-se realizar as análises separadamente das que responderam ao questionário principal, porque foi necessário diminuir o quantitativo de perguntas, pois as gestoras encontravam dificuldades em compreender e responder algumas questões.

Assim, ao conversar pessoalmente com a pessoa que se apresentou como diretora da Biblioteca, verificou-se que a sua atuação não é na biblioteca, e sim, como diretora da escola. A BP descrita por ela, não pertence a essa tipologia, e sim uma Biblioteca Escolar inserida dentro de uma escola pública no município, ou seja, o município não possui biblioteca pública. Essa confusão de tipologia ocorre pela falta de informação e profissional da área para conhecer os tipos, e saber diferenciá-los.

Desta forma, na Região Metropolitana de Goiânia o quantitativo correto de BPs somam 16 bibliotecas, e não 17 como informados inicialmente.

Nas outras 3 bibliotecas visitadas, onde houve diálogo com as profissionais responsáveis pelo cuidado do ambiente, as respostas foram similares, e as diferenças não alteram o resultado, porque caracteriza somente o uso de termos diferentes para referenciar o mesmo ato. Ao questionar sobre a atuação e frequência de pessoas na BP, a BP12 afirma que o *“município tem se esforçado para colocar bibliotecas em todas as escolas, com isso o uso da BP é muito baixo, quase não vem ninguém aqui, é muito pouco”*. A BP13 e 14 ressaltam que a frequência é de 5 no máximo dez pessoas por semana.

Todas as bibliotecas, BP12, BP13 e BP14 disseram ser inclusivas, mas ao questionar quais os tipos de deficiências que atendem afirmaram que o ambiente está aberto para todas as pessoas, mas no momento não há uso da biblioteca por parte de pessoas com deficiência. Sobre os problemas sociais que as bibliotecas podem auxiliar a combater, as respostas saíram com certa dúvida do que realmente poderia ser realizado em prol do bem comum na sociedade. A BP14 disse: *“Sim, resolve algumas coisas, outras não”*, no diálogo foi solicitado para detalhar o que seria essas “coisas”, mas disse que no momento não conseguia se lembrar.

Outro fato que chamou a atenção foi quando questionou sobre as ações que a biblioteca realiza para disseminar a informação. E a resposta veio em forma de pergunta *“o que é isso disseminar informação?”* (BP12), então prontamente lhe foi explicado sobre a disseminação da informação, o mesmo foi recorrente nas outras duas, as quais responderam que não havia nenhuma ação nas bibliotecas para informar o público que frequenta a biblioteca. Sobre a promoção de interlocução entre os saberes populares e científicos, também não é realizado nas BPs 12, 13 e 14, em nenhum formato, ou seja, reunião, palestra, oficina, cartazes.

Para finalizar foi questionado sobre as ações de leitura para o público com e sem deficiência. As respostas foram que no momento não há nenhuma ação sendo desenvolvida nas bibliotecas. Santos (2018, p. 875) diz que *“o processo ocasionado por meio da leitura nos induz ao reconhecimento da nossa própria diversidade social”*, e se esse processo está indisponível nas BPs, tal ato pode impedir os usuários de vivenciar a multiplicidade de pensamentos em benefício do crescimento humano. A diversidade social é também discutir sobre as desigualdades existentes.

Após apresentar os dados dessas bibliotecas que receberam a visita e as que responderam o questionário foi possível verificar a fragilidade das bibliotecas da RMG. Sendo assim, retoma a discussão sobre o SNBP e o SEBP de Goiás, principalmente a instituição que atende ao Estado, e a partir disso refletir sobre a complexidade em se efetivar o que é proposto por essas instituições da área biblioteconômica às BPs.

De acordo com o SNBP

Os sistemas Nacional, Estaduais e Municipais possuem metas e objetivos em comuns, tais como a oferta de assessoria técnica às bibliotecas e seus profissionais, promoção de ações voltadas para a **formação de bibliotecários, auxiliares de bibliotecas e demais profissionais que atuam em bibliotecas públicas** e comunitárias e a criação de ações, programas e projetos que atendam as necessidades de modernização e instalação de bibliotecas, além do **fomento as ações de incentivo à leitura** (Brasil, ©2023, n/p., grifos da autora).

A partir da descrição das metas e objetivos disponibilizados no site do SNBP fica uma dúvida sobre os relatos das BPs que participaram desta pesquisa. Se o sistema nacional e estadual visa à promoção de ações de incentivo à leitura, e também a formação dos profissionais que atuam na biblioteca, porque a realidade das BPs da RMG está tão fragilizada, e o fomento às práticas de leitura é praticamente inexistente? Neste momento a autora abre uns parênteses para compartilhar uma experiência.

Durante dois anos atuou dentro da Secretaria de Estado da Cultura de Goiás (SECULT-Go), no cargo de Bibliotecária e posteriormente Coordenadora da Biblioteca Pública Pio Vargas (BEPV). Logo no início observou-se uma desestrutura com relação ao SEBP, o qual não possuía equipe, nem local apropriado para desenvolver as suas atividades. O acervo enviado pelo SNBP ao SEBP-Go se misturava ao acervo da BEPV, ou seja, o primeiro funcionava dentro da biblioteca e não havia uma separação entre um e outro, tanto na questão da equipe, como na organização dos serviços, e por vezes os usuários queriam livros que pertenciam ao acervo do sistema.

O relato dessa realidade é para chamar atenção para o seguinte fato, se o SEBP-Go encontra dificuldade de se organizar, enquanto departamento, como terá condições de auxiliar outras bibliotecas com apoio à modernização dos ambientes, formação profissional, capacitar a desenvolver projetos e ações. Assim, ao assumir a coordenação da BEPV a primeira ação foi provar, literalmente isso, provar, por meio

de documentação legalizada, instituída por lei, a Superintendente de Patrimônio Histórico e Artístico, que o SEBP-Go não estava sob a competência da BEPV, e seu vínculo no organograma está diretamente ligado a SECULT-Go.

Desta forma, foi solicitado à superintendência outro local para a instalação do SEBP-Go, para que a Coordenadora conseguisse visualizar a real situação do seu departamento e se planejar, para posteriormente auxiliar as BPs do Estado de Goiás. A única ação realizada pelo SEBP-GO, ao menos durante o tempo de permanência da autora na BEPV, é a assessoria a duas bibliotecas localizadas no entorno de Brasília, na qual foi instalado o *software* Biblivre, e curso para as gestoras das bibliotecas para uso do novo sistema. Todavia, nenhuma ação que envolve formação de leitores é fornecida pelo SEBP-Go até o presente momento. Fecham-se os parênteses. Percebe-se, diante desse breve relato, que o objetivo do SNBP e do SEBP-GO, não tem alcançado às BPs localizadas no Estado de Goiás.

Depois de apresentar os dados coletados é preciso pensar no tempo, e o significado deste na memória, já que,

Quanto mais o pesquisador entra em contacto com o contexto histórico preciso onde viveram seus depoentes, cotejando e cruzando informações e lembranças de várias pessoas, mais vai-se configurando a seus olhos a imagem do campo de significações já pré-formada nos depoimentos. (Bosi, 2003, p. 283).

Ao relembrar cada lugar visitado, tanto fisicamente e as conversas por telefone com as gestoras das unidades de informação, isso nos propicia compreender os significados de cada relato, os significados das ausências nos serviços prestados à comunidade que se beneficia das BPs da RMG.

Ao pensar nas ações do tempo na sociedade atual, é notório as transformações e contribuições advindas dos avanços tecnológicos. Aquela parcela da população, “aquela excluída do processo econômico e social, deve receber também os benefícios gerados pela Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)” (Lunardi; Marcelino; Moreira, 2013, p. 736).

Diante disso, esta pesquisa buscou identificar se as BPs da RMG dispõem de TI na promoção de formação de leitores e de práticas de leitura, e a partir da exposição e análise dos dados pode-se afirmar que as BPs da RMG não utilizam das Tecnologias Inclusivas. As atividades acontecem de forma dispersa, sem planejamento, sem cronograma das atividades, a divulgação é precária, o que interfere diretamente na

visibilidade das bibliotecas, e conseqüentemente a informação não chega no público-alvo.

A pesquisa não teve por foco identificar ou discutir a formação acadêmica das gestoras, mas por meio dos diálogos estabelecidos durante todo processo da pesquisa notou-se a ausência da profissional bibliotecária nas bibliotecas. Acredita-se que tal fator interfere no uso restrito das Tecnologias Inclusivas para a promoção das práticas de leitura e a formação de leitores.

Em nenhum momento foi questionado às participantes se elas conheciam, ou já tinham ouvido falar de alguma dessas tecnologias, porque esse não era o objetivo da pesquisa, e por ser algo novo dentro da área da biblioteconomia, e tal questionamento poderia trazer confusão ou estranheza as participantes.

Por fim, presume que falta das/dos Gestoras(es) Estaduais e Municipais investimentos e credibilidade na BP, enquanto instituição que atua em prol do desenvolvimento humano, na formação de indivíduos críticos e reflexivos, que visam contribuir para uma sociedade equitativa e mais justa. Falta também do Sistema Estadual de Biblioteca Pública de Goiás conhecer a sua área de atuação, realizar estudos sobre as BPs, que estão sobre sua responsabilidade, e a partir disso dar subsídios para que possam desenvolver a sua missão diante da sociedade com excelência nos serviços prestados à comunidade.

A ausência de informação por parte dos municípios, ou seja, das BPs sobre como, onde, e com quem buscar apoio para ampliação e fortalecimento das unidades de informação, faz com que essas bibliotecas desanimem do seu legado e acreditem que atualmente não há necessidade de livros, já que tudo está no “*Google*”, tal afirmação é uma falácia, e ao expressar esse pensamento percebe-se que as BPs estão pedindo socorro, principalmente com relação a mão de obra qualificada. .

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social, cultural e educacional de pessoas com deficiência avançou no século XXI, no que se refere às normativas e leis. A aplicabilidade dessas ainda é desafio na sociedade atual, pois exige comportamentos de alteridade, o que nem sempre é possível nesta sociedade pós-moderna, com individualismo imperativo.

Contudo, o desenvolvimento de técnicas e tecnologias que visam a inclusão das pessoas com deficiência, permite a autonomia dessas nos ambientes sociais, culturais e educacionais. Dentro do escopo de ambientes culturais encontram-se as bibliotecas. Essa pesquisa se debruça sobre duas vertentes: as Tecnologias Inclusivas e a Biblioteca Pública - em prol da inclusão das pessoas com deficiência. As Tecnologias Inclusivas se dividem em cinco tipos, nesta pesquisa analisou somente dois tipos: a Tecnologia Social e a Tecnologia Assistiva.

Esta pesquisa buscou responder a seguinte problemática: As bibliotecas públicas localizadas na Região Metropolitana de Goiânia dispõem de algum tipo de Tecnologia Inclusiva para formação de leitores e promoção de práticas de leitura de pessoas com deficiência? Tendo por objetivo geral: identificar as Tecnologias Inclusivas em bibliotecas públicas localizadas na Região Metropolitana de Goiânia, capital do Estado de Goiás, para formar leitores e promover a leitura entre pessoas com deficiência. Elegem-se como objetivos específicos: 1) levantar os componentes técnicos existentes nas bibliotecas que auxiliam a comunicação, e a leitura das pessoas com deficiência; 2) verificar a estrutura de funcionamento para o atendimento dos usuários com deficiência; 3) apontar as atividades, ações, procedimentos e processos presentes nas bibliotecas públicas para pessoas com deficiência.

Ao analisar os dados coletados observou-se que as Bibliotecas Públicas da Região Metropolitana de Goiânia caminham sem estrutura e suporte. Acredita-se que o que paralisa essas bibliotecas no tempo é multifatorial e envolve a falta de motivação e de conhecimento das inovações que surgem dentro da área biblioteconômica, a não valorização desses equipamentos culturais.

As informações obtidas por meio do questionário, e das visitas nos permitiram verificar que as BPs são ineficazes com relação aos componentes técnicos que auxiliam a comunicação, e a leitura das pessoas com deficiência. Promovem ações e atividades de forma esparsa, a qual ocorre sem planejamento adequado e, conseqüentemente, cronograma definido. Tal comportamento das bibliotecas impede

a comunidade de criar vínculos devido a ausência de periodicidade na programação. Não possuem divulgação efetiva e eficaz, o que fortalece ainda mais a invisibilidade da BP. Por outro lado, a ineficácia na divulgação impede que o público de forma geral, e público específico (pessoas interessadas na temática) saibam das atividades e ações projetadas pelas bibliotecas.

Há uma frase de Patrick Munzfeld , que se tornou dito popular que diz: “Quem não é visto, não é lembrado (Munzfeld, ©2005-2023). Quem não é lembrado, acaba sendo esquecido”, por isso é importante as bibliotecas repensarem a sua estrutura organizacional, e promover a elaboração de calendário anual das atividades, no âmbito cultural, educacional e de lazer. Todos esses procedimentos devem ter a participação efetiva da comunidade, e por se tratar de biblioteca inclusiva, a presença de pessoas com deficiência, os diversos tipos de deficiência, é essencial.

É preciso também discutir com a equipe e a chefia imediata sobre formas de divulgação eficaz, que evidencie a atuação da biblioteca na comunidade onde está estabelecida. Esses procedimentos iniciais podem auxiliar na visibilidade, e o público quando pensar em local que possui eventos, atividades de lazer e cultura trazem à memória a biblioteca pública da sua cidade.

A Biblioteca Pública possui por missão doze princípios, de relevância para a igualdade de acesso, mas para a presente pesquisa destacam-se cinco, que são: criar e fortalecer os hábitos de leitura; promover a herança cultural; fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural; apoiar a tradição oral; apoiar as atividades e programas de alfabetização em todas as idades (IFLA, 2010). Os outros seis pontos também possuem relevância, porém, para esta pesquisa os cinco princípios selecionados indicam o caminho que já está traçado para as Bibliotecas Públicas rumo a prestação de serviços com qualidade e excelência a todas as pessoas que dela necessitem, incluindo as pessoas com deficiência.

Outro ponto que a pesquisa buscou averiguar nos objetivos específicos e a estrutura de funcionamento. A baixa frequência de pessoas com deficiência nos ambientes informacionais das BPs da Região Metropolitana de Goiânia reflete a falta de investimentos neste setor, no que diz respeito a divulgação, aos cursos de capacitação dentro da área de inclusão, e da Ciência, Tecnologia e Sociedade, que promovem o processo inclusivo por meio de técnicas e tecnologias. Envolver a comunidade é essencial para o êxito nesses empreendimentos inovadores. Outro

motivo pode ser com relação a sua estrutura de funcionamento, ou seja, somente em horário comercial.

A IFLA delimitou com maestria o uso das técnicas e métodos estabelecidos nas Tecnologias Sociais no ambiente da BP, ao elencar esses pontos como missão. Isso quer dizer que há uma incumbência, um propósito, ou melhor, é um compromisso, um dever que os profissionais da informação devem internalizar e trabalhar para implementar nos ambientes das Bibliotecas Públicas no Estado de Goiás, e por ser o foco da pesquisa, as localizadas na Região Metropolitana de Goiânia. Mesmo que não esteja explícito o conceito de Tecnologias Sociais na missão da IFLA, os termos expressos - herança cultural, diálogo intercultural, a diversidade cultural, e a tradição oral - em cada item revelam a força da técnica empregada na Tecnologia Social para a interação com a comunidade, em busca de melhorias, e solução de demandas sociais.

Ao utilizar a contação de história, a oralidade, os hábitos e costumes das tradições culturais, no fomento à leitura e na formação de leitores, as Bibliotecas Públicas possibilitam ambientes acessíveis e inclusivos, onde as pessoas com deficiência têm a oportunidade de participar sem se sentirem excluídos, pois o mais importante é a narrativa produzida por cada indivíduo a partir das suas vivências e memórias. Mesmo porque, “a história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhe dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas” (Thompson, 1998, p. 337). A TS permite construir esse futuro coletivamente, além de proporcionar estímulos para a formação de leitores, e as práticas de leitura.

As respostas advindas das participantes da pesquisa nos auxiliaram a compreender uma parcela da realidade das BPs da RMG. É notório que as bibliotecas participantes empregam em algumas atividades, de forma eventual, os métodos e as técnicas que poderiam ser consideradas Tecnologia Social - a contação de histórias, as cantigas de roda, a exposição de livros no varal, o teatro, o ledor, as danças, e a música, como a Tecnologia Assistiva - Braille, audiolivro e computadores com leitor de tela. No entanto, não ficou demonstrado que realidades essas ações procuraram modificar nem qual foi o envolvimento da comunidade para a produção de soluções para o problema vivenciado, qual o aprendizado daí decorrente.

Assim essas ações não podem ser consideradas Tecnologia Social, porque o princípio que norteia o conceito desta tecnologia está no envolvimento da comunidade

para que coletivamente analisem as demandas e/ou problemas que precisam ser resolvidos – no caso aqui apresentado, está pautado em como estruturar uma Biblioteca Pública para que ela seja um espaço mais inclusivo às pessoas com deficiência. As ações realizadas foram planejadas somente pela equipe da biblioteca, seguindo uma “tradição”, sem a participação de um coletivo de pessoas com deficiência e sem deficiência, para auxiliar e apontar formas de acolher e inserir essas pessoas no ambiente da biblioteca.

Como já mencionado na pesquisa o conceito de Tecnologia Social é mais aplicado em outras áreas, tais como: saúde, habitação, economia, agricultura, mas tem sido aplicada na educação e na cultura com resultados positivos, conforme apresentado no 4.2.1, onde expõe as atividades e experiências com o uso das tecnologias sociais. No entanto, isso não significa que as bibliotecas públicas da Região Metropolitana de Goiânia não possam se valer dos processos próprios da produção de Tecnologia Social para a formação de leitores e promoção de leitura entre pessoas com deficiência.

Acredita-se que a jornada está sendo construída e a presente pesquisa pode, de alguma forma, contribuir para o despertar das bibliotecas públicas da referida região para a adoção de Tecnologias Inclusivas - em específico a Tecnologias Sociais e as Tecnologias Assistivas – e fomentar a formação de leitores e às práticas de leitura entre pessoas com deficiência. Como apresentado, a Tecnologia Social e a Tecnologia Assistiva são duas ferramentas que podem tirar a biblioteca pública da invisibilidade com métodos e técnicas de baixo custo.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Milton. Padrões tecnológicos e produção social da tecnologia. **Revista Eletrônica de Sistemas de Informação**, v. 7, n. 2, p. 1-19, 2008. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reinfo/article/view/74/94>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: https://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/biblioteca%20publica_digital.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Biblioteca pública: ingênua, astuta e crítica. **Revista Eletrônica da ABDF**, v. 5, n. 1, p. 48-67, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revista.abdf.org.br/abdf/article/view/161/156>. Acesso em: 10 ago. 2023

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: UEL, 1997.

ALVES, M. F.; SUAIKEN, E. J. Bibliotecas públicas e letramento informacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 214–241, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/54761>. Acesso em: 4 ago. 2022.

ALVES, M. S. Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. **Rev. Bras. Biblio. Doc.**, São Paulo, v. 16, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1252>. Acesso em: 4 ago. 2021.

AMARAL, L. **Do Olimpo ao mundo dos mortais**. São Paulo, Edmetec, 1988.

AMARAL, L. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. (org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1998. p. 11-30. Disponível em: <http://www.rogerioa.com/resources/AMARAL.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

ANDRADE, M. Bibliotecas populares. **Revista do Livro da Biblioteca Nacional**, ano 2, n. 5, mar. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/393541/per393541_1957_00005.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

ARAÚJO, P. C.; SALES, F. O bibliotecário e a formação de leitores. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v.16, n. 2, p. 562-578, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87626>. Acesso em: 20 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL (*Brasil*). Memória da administração pública brasileira. **Imperial Instituto dos Meninos Cegos**. Brasília: Arquivo Nacional, 2021. Disponível

em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ARQUIVO NACIONAL (*Brasil*). Memória da administração pública brasileira. **Instituto dos Surdos-Mudos**. Brasília: Arquivo Nacional, 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/365-instituto-dos-surdos-mudos>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ASSUNÇÃO, J. **Máquina de destruir leitores**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

AZEVEDO, M. L. N. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 129-150, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/PsC3yc8bKMBBxzWL8XjSXYP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BAGANHA, F. Novas bibliotecas, novos conceitos. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**, n. 1, 2004. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/616>

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL (*Brasil*). **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Departamento de Processos Técnicos, [200-].

BIBLIOTECA NACIONAL (*Brasil*). **Sobre a BN**: histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [2000-]. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>. Acesso em: 5 nov. 2021.

BIZ, M. C. P. A CIF e sua importância nas políticas públicas. **Rev. CIF Brasil**, v. 3, n. 3, p. 40-48, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/445008/mod_folder/content/0/CIF%20nas%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 10 jan. 2022.

BONETI, R. V. F. O papel da escola na inclusão social do deficiente mental. *In*: MANTOAN, M. T. E. (org.). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 167-173.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei, nº 3513, de 2019**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional do Ledor e do Transcritor, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1774898&filename=Avulso%20-PL%203513/2019. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%20,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000 [...]. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.063, de 4 de maio de 2022**. Estabelece os critérios e os requisitos para a avaliação de pessoas com deficiência ou pessoas com transtorno do espectro autista [...]. Brasília: Presidência da República, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.063-de-4-de-maio-de-2022-397571363>. Acesso em: nov. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937**. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm#:~:text=DECRETO%20DLEI%20N%C2%BA%2093%2C%20DE%2021%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201937.&text=Cria%20o%20Instituto%20Nacional%20do,180%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 84.919, de 16 de julho de 1980**. Institui a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Brasília: Presidência da República, 1980. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84919-16-julho-1980-434246-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.654, de 22 de março de 2021**. Dispõe sobre a avaliação biopsicossocial da visão monocular para fins de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência. Brasília: Presidência da República, 2021a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10654.htm. Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021**. Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. Brasília: Presidência da República, 2021b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14126.htm. Acesso em: 16 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas** – SEBPS. Brasília: SNBP, ©2023. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/sebps/>. Acesso em: ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pisa avalia 13 mil estudantes e divulgará resultados em 2019**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/64821-pisa-avalia-13-mil-estudantes-e-divulgara-resultados-em-2019>. Acesso em: abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. **Proposta de auxílio às bibliotecas públicas municipais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1934a. Arquivo Gustavo Capanema - GC g 1934.09.07/1 (25). FGV/CPDOC. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&Pesq=bibliotecas%20populares&pagfis=6844. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. **Secção das bibliotecas - projeto**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1934b. Arquivo Gustavo Capanema - GC g 1934.09.07/1 (15). FGV/CPDOC. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_gc_g&Pesq=escola%20e%20aprendizes&pagfis=6257. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Sistema Nacional de Biblioteca Públicas. **Tipos de bibliotecas**. Brasília: Ministério do Turismo, ©2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacional-de-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1>. Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: SEDH, 2009b.

BRITO, D. S. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Revela**, Praia Grande, v.4, n.8, p.1-35, jun. 2010. Disponível em: https://fals.com.br/novofals/revela/REVELA%20XVII/Artigo4_ed08.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Trad. Mary Del Priore. Brasília, DF: UNB, 1994.

CHARTIER, R. **Aventura do livro: do leitor ao navegador**. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. 5. Ed. São Paulo: UNESP, 1999.

CHAUL, N. F. Identidade cultural do goiano. **Cienc. Cult.**, v. 63, n. 3, 2011. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000300016. Acesso em: 27 jul. 2022.

COELHO, F. A. **Dicionário manual etimológico**. Lisboa: Plantier, [20--]. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/0a41bcd5-370d-476b-9190-ef807afefa97>. Acesso em: 10 jna. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia. **EUR-Lex**, Bruxelas, 2018. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0236>. Acesso em: 4 ago. 2022.

COSTA, A. B.; DIAS, R. B. Políticas públicas e tecnologia social: algumas lições das experiências em desenvolvimento no Brasil. In: COSTA, A. B. (org.). **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Banco do Brasil ; Unicamp, 2013. p. 223-246. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/2061.pdf>.

COSTA, V. B.; GARCIA, A. Processos de produção de identidades profissionais: narrativas de trajetórias de docentes com deficiência no ensino superior. **RPGE**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 593-613, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13741>

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2008.

CURADO, B. A. A. F. Páginas soltas no inventário do tempo: história do livro e da biblioteca em Goiás. In: GOIÁS (*Estado*). Secretaria de Estado da Educação. **Biblioteca escolar: uma ponte para o conhecimento**. Goiânia: SEDUC, 2009. p. 9-20.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 19-34. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 26 jul. 2022.

DAGNINO, R. **Enfoques sobre a relação ciência, tecnologia e sociedade: neutralidade e determinismo**. 2002. p. 1-27. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5429>. Acessado em: 5 mar. 2021.

DAGNINO, R. Tecnologia Social: base conceitual. **Revist@ do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social da América Latina**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:BIHI9bQQ8QQJ:https://periodicos.unb.br/index.php/cts/article/download/7794/6415/13489&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>. Acesso em: 25 jul. 2022.

DAGNINO, R. **Um debate sobre a tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**. Campinas: Unicamp, 2007.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FBB, 2004. p. 15-64. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/tecnologia-social-uma-estrategia-para-o-desenvolvimento>. Acesso em: 5 mar. 2021.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. Deficiência, direitos humanos e justiça. **SUR**, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5544407/mod_resource/content/4/Diniz%20%20Barbosa%20e%20Santos%20-%20Deficie%CC%82ncia%20%20Direitos%20Humanos%20e%20Justic%CC%A7a.pdf

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

EUSTAT. Programa de Aplicações Telemáticas Sector Deficientes e Idosos. **Educação em tecnologias de apoio para utilizadores finais**: linhas de orientação para formadores. Milão, Itália: EUSTAT, 1999. Disponível em: http://www.siva.it/research/eustat/eustgupt.html#_Toc454593256. Acesso em: 17 abr. 2022.

FAILLA, Zoara (org.) **Retratos da leitura no Brasil 5**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2021.

FARIA, K. R. **Biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem da/o estudante com Síndrome de Down**. 2017. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/13265>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FARIAS, F. Ler para quê? **Revista Emília**, 28 set. 2014. Disponível em: <https://emilia.org.br/ler-para-que/>. Acesso em: 13 out. 2023.

FEBAB. Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições. Fala FEBAB! **Agenda 2030**: o que as bibliotecas têm a ver com isso? São Paulo: FEBAB, 2021. Disponível em: <https://febab.org/2021/03/11/agenda-2030-bibliotecas/>. Acesso em: jul. 2023.

FEBAB. Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições. **Rede de bibliotecas acessíveis**. São Paulo: FEBAB, 2023. Disponível em: <https://redeacessivel.febab.org/historico/>

FEENBERG, A. Teoria crítica da tecnologia: um panorama. **Taylor-MadeBioTechnologies**, v. 1, n.1, abr.-maio, 2005. Disponível em: http://www.sfu.ca/~andrewf/feenberg_luci.htm#_ftn1. Acesso em: 10 jul. 2022.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis inclusivas: manual do orientador. São Paulo: Mais Diferença, 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

FREITAS, C. C G.; SEGATTO, A. P. Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da Teoria Crítica da Tecnologia **Cad. EBAPE.BR**, v. 12, n. 2, 2014. <https://doi.org/10.1590/1679-3951742>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Tecnologia Assistiva de baixo custo para pessoas com deficiência**. Brasília: FBB, 2017. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/tecnologia-assistiva-de-baixo-custo-para-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 28 jul. 2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (*Brasil*). **Apresentação BN**. Rio de Janeiro, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/aceso-a-informacao-2/institucional/apresentacao-bn>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GADELHA, C.; CRESPO, A. M. M.; RIBEIRO, S. L. S. Memórias da luta: protagonistas do AIPD. In: SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **30 anos AIPD**. São Paulo: SEDPD, 2011.

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (org.). **Conexões**: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes, 2009. p. 207-235.

GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOIÁS (*Estado*). **Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999**. Cria a região metropolitana de Goiânia, autoriza o poder executivo a instituir o conselho de desenvolvimento da região metropolitana de Goiânia [...]. Goiânia: Cassa Civil, 1999. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/go/lei-complementar-n-27-1999-goias-cria-a-regiao-metropolitana-de-goiania-autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-o-conselho-de-desenvolvimento-da-regiao-metropolitana-de-goiania-a-secretaria-executiva-e-a-constituir-o-fundo-de-desenvolvimento-metropolitano-de-goiania-e-das-outras-providencias-correlatas>. Acesso em: ago. 2023.

GOIÁS (*Estado*). **Lei Complementar nº 78, de 25 de março de 2010**. Altera a). Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999 [...]. Goiânia: Cassa Civil, 2010. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/101065/pdf> . Acesso em: ago. 2023.

GONDIM, M. S. C.; MÓL, G. S. Interlocução entre os saberes: relações entre os saberes populares de artesãs do triângulo mineiro e o ensino de ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2000, FLORIANÓPOLIS. **Anais** [...]. Florianópolis: ENPEC, 2000. Disponível em: <http://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/viiienpec/VII%20ENPEC%20-%202009/www.foco.fae.ufmg.br/cd/pdfs/585.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

GUSHIKEN, L. Prefácio. *In*: FBB. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 13-14. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/tecnologia-social-uma-estrategia-para-o-desenvolvimento>. Acesso em: 12 fev. 2022.

HALLEWEL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Edusp, 2005.

HAZARD, D.; GALVÃO FILHO, T. A.; REZENDE, A. L. A. **Inclusão digital e social de pessoas com deficiência: textos de referência para monitores de telecentros**. Brasília: UNESCO, 2007. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Uww7oeuSISoJ:https://www.ufjf.br/nai/files/2009/07/160012POR.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 14 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>. Acesso em: ago. 2023.

IFLA. *Internacional Federation of Library Associations and Institutions*. **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. Editada por Christie Koontzand Barbara Gubbin. 2. ed. Berlim: IFLA, 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.

IFLA. *Internacional Federation of Library Associations and Institutions*. **Manifesto da biblioteca pública IFLA/UNESCO 2022**. [S. l.]: IFLA, 2022. Disponível em: https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2187/1/IFLA_PL%20Manifesto2022_P_ortuguese.pdf. Acesso em: jul.. 2023.

IFLA. *Internacional Federation of Library Associations and Institutions*. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. [s. l.]: IFLA, 1994. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/189>. Acesso em: 12 fev. 2022.

IFPB. Instituto Federal da Paraíba. **Desmistificando erros do capacitismo**. João Pessoa, 1º out. 2021. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/desmistificando-erros-do-capacitismo>. Acesso em: 30 jul. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Brasil no PIRLS 2021: sumário executivo**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pirls/resultados>. Acesso em 15 maio 2023.

IPL. Instituto Pró-Livro. Nossas crenças. **Sobre nossas crenças**. São Paulo: IPL, [202-]. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/2014/09/04/nossas-crencas/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ISO. **9999:16** - Assistive products for persons with disability — classification and terminology. Vernier, Geneva, Switzerland: ISSO, 2016. Disponível em: <http://www.ct.ufpb.br/lacesse/contents/documentos/legislacao-internacional/iso->

[9999-produtos-de-apoio-para-pessoas-com-deficiencia-classificacao-e-terminologia-2016.pdf/view](#). Acesso em: 10 fev. 2022.

ITAÚ SOCIAL. **Leia para uma criança: 10 anos de histórias**. São Paulo: Itaú Social, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Leiaparaumacrianca-10anosdehistorias.pdf>. Acesso em: mar. 2021.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. **Conhecimento e cidadania: Tecnologia Social e articulação comunidade-escola**. São Paulo: ITS, 2008. (Série Caderno de Debate, v. 6.2). Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/publicacoes/cadernos/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ITS. Instituto de Tecnologia Social. **Tecnologia Social no Brasil: direito à ciência e ciência para cidadania**. São Paulo: ITS, 2004. (Série Caderno de Debate). Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/85fd89_2f2b4f97fcb0441191e370e278303b7c.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

KLEIMAN, A. **Oficina de leitura: teoria e prática**. São Paulo: Pontes, 2012. 102 p.

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2004.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LESSA, B. Biblioteca pública como um espaço híbrido e multiterritorial. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 25, n. 3, p. 555-570, ago./dez., 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1679/pdf>. Acesso em: jul. 2023.

LISPECTOR, C. Em busca do outro. In: LISPECTOR, C. **Aprendendo a viver**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004. p. 66.

LOGAN, R. K. **Que é informação?** a propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

LÖHR, S. S. Brincando e aprendendo: transformando a relação pais-filhos em uma fonte recíproca de prazer. In: BRANDÃO, M. Z. S.; CONTE, F. C. S.; MEZZARROBA, S. M. B. (org.). **Comportamento humano II: tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor**. Santo André: ESETec, 2003. p. 81-88.

LUBISCO, N. M. L. **Tipologia de bibliotecas segundo as variáveis: função, acervo e público**. Salvador: UFBA, 2020. Slides. Disponível em: <https://repositoriohml.ufba.br/bitstream/ri/23819/5/Tipologia%20N%C3%ADdia.pdf>. Acesso em: jan. 2022.

LUNARDI, G. M. Tecnologias inclusivas e inovação social. *In*: SILVA, J. B.; BILESSIMO, S. M. S. LUNARDI, G. M. **Tecnologias da informação e comunicação**: pesquisa e inovação. Araranguá: UFSC, 2016. p. 103-113. Disponível em: <https://posticsenasp.paginas.ufsc.br/files/2016/06/Ebook-Tecnologias-da-Inforna%C3%A7%C3%A3o-e-Comunica%C3%A7%C3%A3o-Pesquisa-e-Inova%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 21 ago 2023.

LUNARDI, G. M.; MARCELINO, A. M.; BORGES, W. M. Observatório de tecnologias inclusivas. *In*: SIMPÓSIO DE INTEGRAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO SUL CATARINENSE, 2., 2013, Araranguá. **Anais [...]**. Araranguá: UFSC, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/viewFile/1087/743>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MACHADO, E. C. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim. *In*: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. A. Silva (ed.). **Genealogia do virtual**: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MAIO, I. G.; GUGEL, M. A. **Violência contra a pessoa com deficiência é o avesso dos direitos consagrados nas leis e na convenção da ONU**. Brasília: AMPID, 2009. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/MGugel_ladya_Violencia_Deficiente.php. Acesso em: 30 jul. 2022.

MAIOR, I. L. **Avaliação biopsicossocial da deficiência**: Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado - IFBr M. *In*: GUGEL, M. A (org.). **Diálogos aprofundados sobre os direitos das pessoas com deficiência**. São Carlos: UFscar, 2020. Disponível em: https://www.idea.ufscar.br/arquivos/ifbr-m/avaliacao-biopsicossocial-ifbr-m-_nov2020_izabel-maior.pdf

MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensaio pedagógico**: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, 2005. p. 82-86. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ensaiospedagogicos.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

MARTÍN-BARBERO, J. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINS, A. A. L.; FARIAS, F. R. Mediação dialética da leitura: formação de leitores e a construção do conhecimento mediato. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, e6311, maio 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v19i1.6311>. Acesso em: abr. 2023.

MAUCH, Carla Simone da Silveira (coord.). **Guia de mediação de leitura acessível e inclusiva**. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: <https://maisdiferencas.org.br/wp-content/uploads/2016/11/GuiaMediacaoLeituraFundacaoVW.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MEDEIROS, A. L. S. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades**: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/802>. Acesso em: 12 set. 2021.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centro de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: 2021.

MORAES, R. B. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Casa da Palavra, 2006.

MORAES, R. B. **O bibliófilo aprendiz**. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos/Casa da Palavra, 1998.

MORAES, R. B. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1943.

MORENO, E. A.; NUNES, N. A. Tecnologias sociais nas bibliotecas: o entendimento dos bibliotecários do Sul do Brasil quanto ao tema. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, 11, 1-20, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/download/84684/48471>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MUNZFELD, Patrick. **Quem não é visto, não é lembrado**. “Pensador, [S. l.], ©2005-2023. Disponível em: <https://www.pensador.com/colecao/patrickmunzfeld/>. Acesso em: ago. 2023.

NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia. **Org & Demo**, v. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2004.v5n2.411>. Acesso em: ago. 2023.

NUNES, P. Cerca de 90% das pessoas presas com uso de reconhecimento facial são negras. entrevista. **Brasil de Fato**, 27 nov. 2019. Entrevista concedida a Caroline Oliveira. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/27/cerca-de-90-das-pessoas-presas-com-uso-de-reconhecimento-facial-sao-negras>. Acesso em: ago. 2023.

O MITO da neutralidade tecnológica. **Sabiá**, 1 jul. 2021. Disponível em: <https://osabia.news.blog/2021/07/01/o-mito-da-neutralidade-tecnologica/>. Acesso em: jun. 2023.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf?sequence=111. Acesso em: 10 jul. 2022.

OLIVEIRA, E. A. A técnica, a techné e a tecnologia. **ItinerariusReflectiones**, v. 2, n. 5, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/36369536/A_T%C3%89CNICA_A_TECHN%C3%89_E_A_TECNOLOGIA. Acesso em: 15 jul. 2022.

OLIVEIRA, K. L.; CRUVINEL, M.; SANTOS, A. A. A. Atitudes de leitura e desesperança em idosos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 37, p. 245-254, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n37/a08v17n37.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.

OLIVEIRA, L. P.; VIEIRA, J. S.; LOPES, G. A. Ações culturais em bibliotecas públicas municipais: estudo comparado das práticas de Goiânia (GO) e São Paulo (SP). **RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf.**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 142 - 164, jul./ dez. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87727>. Acesso em: 13 ago. 2023.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil**. Brasília: ONU Brasil, ©2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: ago. 2023.

PASSONI, R. Prefácio. In: ITS. Instituto de Tecnologia Social. **Conhecimento e cidadania: Tecnologia Social e articulação comunidade-escola**. São Paulo: ITS, 2008. (Série Caderno de Debate, v. 6.2). Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/publicacoes/cadernos/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PENNAC, Daniel. **Como um romance**. Porto: Asa, 2012.

PRADO, J.; CONDINI, P. **A formação do leitor: pontos de vista**, Rio de Janeiro : Argus, 1999. 320 p.

RADABAUGH, M. P. Study on the financing of assistive technology devices of services for individuals with disabilities - a report to the president and the congress of the United State. **National Council on Disability**, março 1993. Disponível: <http://www.ccclivecaption.com>. Acesso em: 28 abr. 2022.

RASTELI, A. **Mediação da leitura em bibliotecas públicas**. 2013. Dissertação (Mestrado Ciência da Informação)- Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2013. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/rasteli_a_me_mar.pdf

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Cultura, ação e mediação em bibliotecas. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (EPIM), 2., 2015, Marília. **Tópico Temático** [...]. Marília: UNESP, 2015. Disponível em: <http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIEPIM/IIEPIM/paper/viewFile/3/49>. Acesso em: 3 jan. 2022.

RIBEIRO, J. **O mito do prazer da leitura: intervenções psicopedagógicas com professoras alfabetizadoras do Distrito Federal.** Monografia (Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional)-Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6060/1/2013_JaciraChavesRibeiro.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

RNBC. Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. **Redes e bibliotecas.** Recife: RNBC, ©2020. Disponível em: <https://rnbc.org.br/redes-e-bibliotecas/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1069–1094, nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000600003>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ROSA, M. A. B. F.; FREITAS, C. C. G.; ROSA, V. F. Tecnologia assistiva e tecnologia social: análise dos limites da relação entre ambas. **R. Technol. Soc.**, Curitiba, v. 16, n. 40, p. 1-17, abr/jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/8010>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SABINO JÚNIOR. **Goiânia documentada.** São Paulo: EDIGRAF, 1960. 187 p.

SALES, H. Prefácio. *In*: SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectiva.** São Paulo: Livros Irradiantes; Brasília: MEC, 1980. p. VII-IX. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12779>. Acesso em: 2 nov. 2021.

SANTOS, A. P. Roda de leitura: experiências com práticas de leituras compartilhadas. **Linha Mestra**, n. 36, p. 874-880, set./dez. 2018. Disponível em: [*Artigo - Andréa Pereira dos Santos - 2018.pdf \(ufg.br\)](#). Acesso em: 17 ago. 2023.

SANTOS, J. M. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **RBBB**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>. Acesso em: 10 fev. 2022.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319. Acesso em: 10 ago. 2023.

SASSAKI, K. R. Deficiência psicossocial. **JusBrasil**, 2011a. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/artigo-deficiencia-psicossocial-romeu-kazumi-sasaki/2748813>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SASSAKI, K. R. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2011b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a->

[camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao](#). Acesso em: 10 ago, 2023.

SÍECOLA, M.; SCHNEIDER, C. **Deficiência intelectual, física e psicomotora**. Curitiba: IESDE, 2017.

SIGARDO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, ano 21, nº 71, jul. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gHy6pH3qxxynJLHgFyn4hdH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, E. A. Biblioteca pública Hans Christian Andersen: diagnóstico e propostas para encantar o público. **CBBB**, v. 26, 2015. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/collections/show/19>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, E. T. **Leitura & realidade brasileira**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SILVA, E. T. **O ato de ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, S. B. A institucionalização de organismos culturais no estado novo: pontos para reflexão. **Informare**, v. 1, n. 2, 1995. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/40941>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SILVA, B. D. O.; SABBAG, D. M. A. O tangível e o corpóreo das bibliotecas públicas brasileiras: do ideal ao real. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 29, n.4, p. 75-102, out./dez. 2019

SILVA, H.; JAMBEIRO, O.; LIMA, J.; BRANDÃO, M. A. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652005000100004>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, K. M. G.; LENDENGUE, M. L. C. Bibliotecário na formação de leitores em potencial. **Biblionline**, n. esp., 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/100267> . Acesso em: 15 jul. 2023.

SILVA, M. M.; SANTOS, I. L. Ação cultural em bibliotecas: conceitos e considerações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2014, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/38622>. Acesso em: 19 maio 2023.

SILVA, R. A.; COSTA, M. A.; CRIVELLARI, H. M. T. A formação do bibliotecário para atuar na sociedade inclusiva. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ENANCIB, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/188938>. Acesso em: 2 ago. 2022.

SOARES, M. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, A. et al. (org.). **Democratizando a leitura**: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008. p. 17-32.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Penso, 2008.

SOUSA, D. L.; PINHO, M. J. A função social da biblioteca: contribuições para a formação de leitores. **Revista ENTRELETRAS**, v. 10, n. 2, jul/dez 2019.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectiva. São Paulo: Livros Irradiantes; Brasília: MEC, 1980. 82 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12779>. Acesso em: 2 nov. 2021.

TADA, I. N. C.; SOUZA, M. P. R. Síndrome de down, sentidos e significados: contribuições da teoria histórico-cultural. **Boletim de Psicologia**, v. LIX, n. 130, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v59n130/v59n130a02.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

TÉCNICA e tecnologia: uma abordagem histórico-conceitual. **R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol**, Medianeira, v. 8, n. 15, 2017. e-4363. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>. Acesso em: 2 fev. 2023.

TERMO griô: conceito, história, tradição e reinvenção. Grão de Luz Griô, Lençóis, BA, [21?]. Disponível em: <http://graosdeluzegrio.org.br/acao-grio-nacional/o-que-e-grio/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2014. 359 p.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, P. História oral: patrimônio passado e espírito do futuro. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (coord.). **História falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: Sesc-SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado, 2006, p. 30. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1074497/mod_resource/content/1/LEITURA%20COMPLEMENTAR%20-%20Livro%20-%20Hist%C3%B3ria%20Falada.pdf. Acesso em: 4 ago. 2022.

UNIMED-BH. **Benefícios da leitura**: por que ler faz bem para a saúde? Belo Horizonte: Unimed-BH, 2021. Disponível em: <https://viverbem.unimedbh.com.br/qualidade-de-vida/beneficios-da-leitura/>. Acesso em: 13 out. 2023.

USA. **Public Law 108–364, de october, 25, 2004**. Whashington: GPO, 2004. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/STATUTE-118/pdf/STATUTE-118-Pg1707.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

VERASZTO, E. V.; SILVA, D.; MIRANDA, N. A.; SIMON, F. O. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Prisma.com**, Portugal, n. 8, p. 19-46, 2009.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/66904>. Acesso em: 19 jul. 2022.

VYGOTSKY, L.S. Problemas de Psicología general. *In*: VYGOTSKY, L.S. **Obras escogidas**: Tomo II. Madrid: Visor, 1993.

VITAL, F. M. P. Preâmbulo. *In*: BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**: versão comentada. Brasília: CORDE, 2008. p. 21-23.

VIEIRA, E; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino**: O quê? Por quê? Como? 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

XAVIER, J. Â.; TAVARES, V.; PEREIRA, M. V. Um livro não existe em uma estante. Sua existência depende do leitor. *In*: FAILLA, Zoara (org.) **Retratos da leitura no Brasil 5**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2021. p. 15-16.

WESCHENFELDER, N.V. **O universo sociocultural da criança da periferia de Ijuí e o processo de alfabetização**. Ijuí: Unijuí, 1996.

APÊNDICE A – Questionário aplicado pós pré-teste

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de leitura entre pessoas com deficiência

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada **Tecnologias inclusivas em bibliotecas públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de leitura entre pessoas com deficiência**. Meu nome é Keyla Rosa de Faria, sou a pesquisadora responsável (doutoranda) e minha área de atuação é Comunicação Social. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail keyladerosafaria@gmail.com e, através do seguinte contato telefônico: 62 99133-8828, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1215, que é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral verificar o uso de Tecnologias Sociais e inclusivas por bibliotecas públicas para a promoção de práticas de leitura de pessoas com deficiência. Você será solicitado(a) a responder ao questionário enviado pelo Google Formulários, além de ser submetido há um período de entrevista estruturada, que serão gravadas. Para sua segurança e da pesquisadora a entrevista se realizará remotamente por meio da ferramenta Google Meet. A observação se realizará nas bibliotecas situadas na Região Metropolitana de Goiânia. Essas visitas serão realizadas de acordo com as recomendações dos protocolos de saúde da COVID-19. Entretanto, a entrevista e os registros não serão realizados caso não concorde com a exposição de sua voz, imagem ou opinião emitida durante a entrevista, e para isso deverá reservar um período de duas horas para participar da pesquisa. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome e o da biblioteca seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Embora a pesquisa não tenha o objetivo de causar desconforto em seus participantes, podem ocorrer, durante a entrevista, sensações de angústia, irritação, mal-estar,

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

constrangimento e outros desconfortos. Caso isso aconteça, vale ressaltar que a/o participante tem a garantia expressa de liberdade para se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. De igual maneira, a/o participante tem a garantia expressa de liberdade em se recusar a responder questões que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento durante a entrevista concedida para essa pesquisa; Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. Aceita participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

2. Qual e-mail para contato? *

Caracterização das bibliotecas

3. Nome da Biblioteca em que trabalha? *

4. Data de fundação da Biblioteca? *

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

5. Qual a cidade onde se localiza a Biblioteca? *

6. Qual horário de funcionamento da Biblioteca? *

Se for o caso, pode escolher mais de uma opção.

Marque todas que se aplicam.

- Segunda à sexta-feira - Matutino
- Segunda à sexta-feira - Vespertino
- Segunda à sexta-feira - Noturno
- Sábado matutino
- Sábado matutino e vespertino
- Domingo matutino
- Domingo matutino e vespertino

7. Qual a quantidade de usuários que utilizam o espaço da Biblioteca? *

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

8. A partir de sua avaliação, qual a classe econômica que mais frequenta o espaço da Biblioteca? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma frequência	Pouco frequente	Muito frequente
Classe A (acima de 20 salários mínimos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Classe B (de 10 a 20 salários mínimos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Classe C (de 4 a 10 salários mínimos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Classe D (de 2 a 4 salários mínimos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Classe E (recebe até 2 salários mínimos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Qual perfil das e dos leitores que frequentam a biblioteca? *

Se for o caso, pode escolher mais de uma opção.

Marque todas que se aplicam.

- Crianças (até 11 anos)
- Adolescentes (12 a 24 anos)
- Adultos (25 a 59 anos)
- Idosos (acima de 60 anos)

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

10. Dentro deste perfil de usuários alguém possui deficiência? *

Caso positivo nos diga quais os tipos de deficiência que frequenta a biblioteca.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não	Sim
Há usuários com deficiência na biblioteca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiência auditiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiência física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiência intelectual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiência visual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiência psicossocial (mania, esquizofrenia, depressão, síndrome do pânico, transtorno obsessivo-compulsivo e paranoia)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiência múltiplas (associação de duas ou mais deficiências)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Transtorno do Espectro Autista (TEA)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

11. Você considera sua unidade uma Biblioteca inclusiva? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

12. Justifique a resposta anterior. *

Ações na Biblioteca

13. Na sua percepção que problemas sociais a biblioteca auxilia a combater? *

14. Quais ações a biblioteca possui para disseminar informações? *

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

15. A biblioteca promove ações de divulgação dos saberes populares e especializados ? *

Se a resposta foi sim, explique como são organizados essa divulgação.

16. Quais os formatos utilizados para a realização dessa divulgação? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Não utiliza	Pouco utilizado	Muito utilizado
Reuniões	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Palestras	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Oficinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cantigas de roda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cursos de aperfeiçoamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Debates	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

17. Quais os tipos de ações que são promovidas na biblioteca? *

Se for o caso, pode escolher mais de uma opção.

Marque todas que se aplicam.

- Música
- Teatro
- Danças
- Exposições
- Festas Populares (ex.: Carnaval, Festa Junina, Folia de Reis, Congada, Festa do Divino)
- Cantiga de rodas
- Contação de histórias
- Exposição de livros no varal (cordel, livros de poesias)
- Ledor - para pessoas com deficiência visual
- Sistema de Classificação Bibliográfico alternativo e/ou adaptado

18. De todas as ações que você citou acima, promovidas pela biblioteca, as pessoas com deficiência participam com que frequência? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nenhuma frequência	Pouca frequência	Muito frequente
Deficiência física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiência auditiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiência visual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiência intelectual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Deficiências múltiplas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

19. Tem conhecimento da Agenda 2030 da ONU? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

20. Caso positivo, como a biblioteca tem se preparado para atender a Agenda 2030? *

21. Como a biblioteca promove a leitura para as pessoas com deficiência? *

10/10/2023, 00:54

Tecnologias Inclusivas em Bibliotecas Públicas da região metropolitana de Goiânia na formação de leitores e promoção de l...

22.

Obrigada, por participar desta pesquisa!



A sua participação é de suma importância na elaboração de ambientes informacionais acessíveis às pessoas com deficiência.

Keyla de Faria

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – Questionário aplicado no pré-teste

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada **Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas e comunitárias das capitais brasileiras e sua influência na interação social e cultural**. Meu nome é Keyla Rosa de Faria, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Comunicação Social. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail keyladedefaria@gmail.com e, através do seguinte contato telefônico: 62 99133-8828, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1215, que é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral verificar o uso dos tipos de Tecnologia Social utilizados nas bibliotecas públicas para a promoção de práticas de leitura de pessoas com deficiência. Você será solicitado(a) a responder ao questionário enviado pelo Google Formulários, além de ser submetido há um período de entrevista estruturada, que serão gravadas. Para sua segurança e da pesquisadora a entrevista se realizará remotamente por meio da ferramenta Google Meet. A observação se realizará nas bibliotecas situadas em Goiânia e nas cidades da região metropolitana. Essas visitas serão realizadas de acordo com as recomendações dos protocolos de saúde da COVID-19. Entretanto, a entrevista e os registros não serão realizados caso não concorde com a exposição de sua voz, imagem ou opinião emitida durante a entrevista, e para isso deverá reservar um período de duas horas para participar da pesquisa. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Embora a pesquisa não tenha o objetivo de causar desconforto em seus participantes, podem ocorrer, durante a entrevista, sensações de angústia, irritação, mal-estar, constrangimento e outros desconfortos. Caso isso aconteça, vale ressaltar que a/o participante tem a garantia expressa de liberdade para se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. De igual maneira, a/o participante tem a garantia expressa de liberdade em se recusar a responder questões que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento durante a entrevista concedida para essa pesquisa;

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos.

*Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Aceita participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Gestor(a) ou Bibliotecário(a)

Esta pesquisa deve ser respondida pelo(a) servidor(a) responsável da Biblioteca Pública.

3. Nome completo *

4. Qual gênero? *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

Homem Trans

Mulher Trans

Prefiro não dizer

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

5. Qual a sua faixa etária? *

Marcar apenas uma oval.

- 16 a 19 anos
- 20 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- mais de 51 anos
- Outro: _____

6. Qual a sua formação acadêmica? *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino fundamental
- Ensino Médio
- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

7. Se na resposta anterior você afirmou ter graduação, nos informe qual o curso, *
o ano e a instituição em que cursou?

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

8. Possui curso de pós-graduação? Se sim, qual o curso e o ano de término? *

9. Qual o tempo de atuação na atual biblioteca e a sua carga horária semanal de trabalho? *

10. Você já fez algum curso de formação continuada (capacitação) na área de Educação Inclusiva ou Educação Especial? Nos informe qual, onde cursou e o ano de término? *

Da Biblioteca

Nesta parte queremos conhecer um pouco da biblioteca onde atua.

11. Nome da instituição em que trabalha? *

12. Data de fundação da biblioteca? *

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

13. Qual endereço da biblioteca? (coloque nesta ordem - rua, número (quadra e lote se for o caso), bairro, cidade). *

14. A estrutura predial da biblioteca é governamental, alugada, ou da comunidade? *

15. A estrutura predial está em boas condições de uso, ou necessita de reformas? Explique detalhadamente a estrutura da biblioteca. *

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

16. Qual o espaço físico da biblioteca em metros quadrados? *

Marcar apenas uma oval.

- 6 à 19
- De 20 a 49
- De 50 a 100
- De 101 a 299
- 300 Acima

17. Descreva com suas palavras como é a sua biblioteca? Detalhe o ambiente o máximo possível - tipo de móveis, cor das paredes, cor das estantes, tipo de estantes, etc. *

18. Qual horário de funcionamento da biblioteca? *

Marque todas que se aplicam.

- Matutino
- Vespertino
- Noturno

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

19. A biblioteca abre aos finais de semana, quais os dias e horários de funcionamento? *

20. Qual a quantidade de leitores que faz uso da biblioteca? *

21. A partir da sua avaliação, qual a prevalência da classe econômica na sua região? *

Marque todas que se aplicam.

- Classe A (acima de 20 salários mínimos)
- Classe B (de 10 a 20 salários mínimos)
- Classe C (de 4 a 10 salários mínimos)
- Classe D (de 2 a 4 salários mínimos)
- Classe E (recebe até 2 salários mínimos)

22. Qual perfil das e dos leitores que frequentam a biblioteca? *

Marque todas que se aplicam.

- Crianças (até 11 anos)
- Adolescentes (12 a 24 anos)
- Adultos (25 a 59 anos)
- Idosos (acima de 60 anos)

23. Dentro deste quantitativo de leitores alguém possui deficiência? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

24. Se a resposta anterior foi sim, quais os tipos de deficiência? *

Marque todas que se aplicam.

- Deficiência física
- Deficiência auditiva
- Deficiência intelectual
- Deficiência visual
- Deficiência múltipla
- Autismo

25. Qual a quantidade de livros no acervo? *

26. Possui algum livro em Braille? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

27. A partir das suas experiências, o que é Biblioteca inclusiva? *

28. Você considera sua unidade uma Biblioteca inclusiva? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

29. Justifique a resposta anterior. *

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

30. A biblioteca possui acessibilidade? Tendo por base as oito categorias de acessibilidade a seguir - (arquitetônica, mobiliário e equipamentos, comunicacional, informacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal). *

31. Com relação a pergunta anterior, qual dessas categorias a biblioteca precisa investir para se tornar mais acessível? *

32. Na sua biblioteca possui algum tipo de Tecnologia Assistiva? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

33. Se respondeu "sim" na pergunta anterior cita quais as Tecnologia Assistiva da sua biblioteca? *

Ações

34. A biblioteca promove diálogos entre saberes populares e científicos? Se a resposta foi sim, explique como são organizados esses diálogos, e quais as temáticas mais recorrentes? *

35. A biblioteca promove diálogo entre diferentes os saberes? Quais os formatos utilizados para a efetivação? *

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

36. A biblioteca possui atividades pedagógicas? Se sim, quais os tipos de atividades são desenvolvidas? *

37. Quais os tipos de ações culturais que são promovidas na biblioteca? *

38. Na sua percepção quais os problemas sociais que a biblioteca auxilia a combater? *

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

39. A biblioteca gera inovações na comunidade em que está inserida? Explique de que forma isso ocorre. *

40. A comunidade local participa nas decisões e nos processos de trabalho da biblioteca? Justifique a resposta com exemplos desta participação. *

41. Você acredita que a biblioteca promove transformações sociais na comunidade em que está inserida? Justifique sua resposta. *

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

42. Quais ações a biblioteca possui para disseminar as informações? *

43. Como a biblioteca promove a leitura para as pessoas com deficiência? *

44. Na biblioteca é desenvolvido atividades por meio da história oral? Como isso é realizado? *

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

45. De que forma a biblioteca trabalha as cantigas de rodas e/ou atividades tradicionais? Exemplifique *

46. Quais os componentes técnicos a biblioteca possui para promover a inclusão das pessoas com deficiência? *

Marque todas que se aplicam.

- Computador com leitor de tela
- Atendentes que conversam em LIBRAS com os usuários
- Comunicação alternativa e aumentativa
- Máquina de Braille
- Scanner para digitalização de textos
- Biblioteca humana - vivências relatadas por pessoas para pessoas
- Acervo de audiolivros
- Palestras informativas
- Oficinas de leitura
- Acervo em Braille
- Oficinas de Braille
- Oficinas de Libras

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

47. De todas as atividades que você citou acima, promovidas pela biblioteca, as pessoas com deficiência participam com que frequência? Quais os tipos de deficiência mais recorrente que participam dessas atividades? *

48. Na sua opinião, o que as bibliotecas públicas têm a ver com a Agenda 2030 da ONU? *

49. O que você tem realizado na sua biblioteca para contribuir com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)? *

Obrigada por participar desta pesquisa.

A sua participação é de suma importância na elaboração de ambientes informacionais acessíveis às pessoas com deficiência.

10/10/2023, 00:54

Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A – Parecer consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Leitura Inclusiva no Brasil: o uso das técnicas e tecnologias nas bibliotecas públicas e comunitárias das capitais brasileiras e sua influência na interação social e cultural

Pesquisador: KEYLA ROSA DE FARIA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 58027621.0.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.758.413

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas no campo "Apresentação do Projeto", "Objetivo da pesquisa" e Avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas do documento "Informações Básicas da pesquisa" datado em 21 de outubro de 2022.

A pesquisa tem por finalidade analisar a leitura inclusiva e o uso da Tecnologia Social nas bibliotecas comunitárias do Estado de Goiás. Este estudo se justifica a partir da crescente inserção das pessoas com deficiência na sociedade. Diante disso, levanta-se a seguinte questão problema: De que forma as bibliotecas comunitárias no Estado de Goiás contribuem para as práticas de leitura inclusiva por meio da Tecnologia Social?

A hipótese da pesquisa consiste em:

- a) compreensão conceitual de bibliotecas comunitárias por vezes se confunde com o de biblioteca pública;
- b) índice de bibliotecas comunitárias é maior nas Regiões Sudeste e Nordeste.

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
 Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 E-mail: cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.758.413

- c) as bibliotecas analisadas carecem de conhecimento sobre o uso da Tecnologia Social.
- d) os profissionais da informação, ou os gestores da unidade de informação sentem-se despreparados ao elaborar técnicas para a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente das bibliotecas.
- e) nas bibliotecas comunitárias que surgem da comunidade inexistente a atuação do profissional bibliotecário.

A metodologia proposta consiste em pesquisa de campo exploratória, com abordagem qualitativa, aplicando as técnicas de entrevista e observação simples na coleta de dados.

Os participantes da pesquisa serão bibliotecários ou gestores comunitários (3 pessoas), membros da comunidade externa a biblioteca (7 pessoas), pessoas com deficiência (15 pessoas), pessoas sem deficiência (5 pessoas), totalizando 30 participantes. Os participantes serão recrutados por e-mail identificados no site do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. A pesquisadora ressalta haver contato profissional com os participantes da pesquisa e que o convite será realizado com cada participante individualmente, via e-mail.

A coleta de dados se dará por meio da entrevista semiestruturada e observação local das bibliotecas situadas em Goiânia e nas regiões metropolitanas. A entrevista foi estruturada com 42 questões, a qual está prevista para ocorrer em duas horas, de forma remota, via Google Meet. As visitas para a realização da observação das bibliotecas serão munidas de medidas de proteção sanitária para a proliferação do Covid-19.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo geral desta pesquisa é verificar o uso dos tipos de Tecnologia Social utilizados nas bibliotecas públicas para a promoção da prática de leitura de pessoas com deficiência.

Objetivos Secundários:

Endereço:	Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro:	Campus Samambaia, UFG CEP: 74.890-970
UF:	GO Município: GOIANIA
Telefone:	(62)3521-1215 E-mail: cep.ppi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.758.413

- Mapear as Bibliotecas Comunitária no Estado de Goiás;
- Levantar os componentes técnicos existentes nas bibliotecas que auxiliam a comunicação, e leitura das pessoas com deficiência;
- Verificar o nível de qualificação dos profissionais que atendem os usuários com deficiência;
- Identificar as ações culturais que promovem o acesso à leitura pela pessoa com deficiência;
- Identificar ações, procedimentos, processos voltados para a promoção da leitura de pessoas com deficiência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisadora informa que podem ocorrer, durante a entrevista, sensações de angústia, irritação, mal-estar, constrangimento e outros desconfortos. Caso isso aconteça, o participante tem a garantia expressa de liberdade para se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, bem como recusar a responder questões que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento durante a entrevista concedida para essa pesquisa.

Benefícios:

A pesquisa poderá proporcionar a compreensão delimitada das diferenças entre o conceito de biblioteca pública e biblioteca comunitária. A possibilidade de ter o mapeamento das unidades de informação que dispõe de atendimento inclusivo e habilidades no manuseio da Tecnologia Social. Além de averiguar o nível de qualificação dos profissionais para a recepção de pessoas com deficiência nos equipamentos culturais pesquisados. Espera-se que esta pesquisa contribua de forma significativa para o discurso inclusivo nos equipamentos culturais, utilizando a Tecnologia Social, como meio para promover um ambiente favorável para a comunicação educativa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta de pesquisa é relevante e contribuirá para a área social e cultural da região ao propor a

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 E-mail: cep.pipi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.758.413

análise da atuação das Bibliotecas Comunitárias do Estado de Goiás na prática de leitura inclusiva com o uso das tecnologias social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos analisados:

- 1 – Informações básicas do projeto;
- 2 – Cronograma da pesquisa;
- 3 – Relação de alterações;
- 5 – Projeto alterado;
- 6 – Termo de consentimento livre e esclarecido;
- 7 – Instrumento de coleta de dados;
- 8 – Declaração de coleta de dados não iniciada;
- 9 – Termo de compromisso.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após as adequações recomendadas não foram observados óbices éticos nos documentos do estudo. No entanto, os termos de anuências assinados deverão ser obtidos e enviados ao CEP sob forma de notificação antes do início da coleta de dados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para julho de 2023.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1808731.pdf	21/10/2022 21:14:36		Aceito
Cronograma	Cronograma.png	21/10/2022	KEYLA ROSA DE	Aceito

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
 Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.890-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 E-mail: cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.758.413

Cronograma	Cronograma.png	21:07:13	FARIA	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia.pdf	21/10/2022 21:06:24	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito
Outros	Relacao_alteracoes.pdf	21/10/2022 21:02:19	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_alterado.pdf	21/10/2022 20:59:46	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido.pdf	18/07/2022 12:24:25	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito
Outros	instrumento_coleta_dados.pdf	18/07/2022 12:22:45	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito
Outros	Declaracao_coleta_nao_iniciada.pdf	08/07/2022 22:55:09	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_de_Consentimento_Livre_Esclarecido.docx	08/07/2022 17:44:40	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito
Outros	Termo_Compromisso_Keyla.pdf	14/04/2022 21:34:45	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito
Outros	instrumento_de_pesquisa.pdf	27/11/2021 23:51:42	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	14/09/2021 10:33:55	KEYLA ROSA DE FARIA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 16 de Novembro de 2022

Assinado por:
Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.890-970
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 E-mail: cep.prpi@ufg.br

ANEXO B - Tecnologia assistiva de baixo custo para pessoas com deficiência

Material elaborado pela Associação Cultural Educacional Social e Assistencial Capuava – ACESA Capuava (Fundação Banco do Brasil, 2017).

FOLHEAR LIVROS - PRENDEDORES

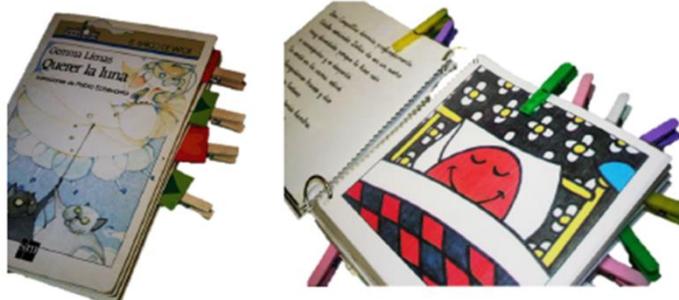
Descrição: Folhear livros usando prendedores de roupas trata-se de uma adaptação simples, barata e útil, que permite ao indivíduo virar as páginas sem grandes esforços. Direcionada para pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina e que conseqüentemente têm dificuldades de virar página de revista ou livros, desta forma facilitando a ação.

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina.

Material: Prendedores de roupas.

Elaboração:

1. Colocar os prendedores ao longo da revista/livro. Podem ser colocados na lateral ou nas extremidades – em cima ou embaixo, a sua posição deverá ser a mais prática ao indivíduo



FOLHEAR LIVROS - VELCRO

Descrição: Outra forma de facilitar o folhear de livros/revistas, consiste em usar velcro. Esta adaptação consiste em colar pequenos pedaços de velcro em cada página, que devem ser colocados nas extremidades superior ou inferior do lado direito, de modo a proporcionar ao indivíduo um uso mais intuitivo e confortável. Para contato com o velcro colado nas páginas, é confeccionado uma pulseira ou dedo que contenha velcro oposto. A ligação entre ambas as partes do velcro, facilitará a ação de virar a página. Indicado para pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina.

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina.

Materiais: velcro; tesoura; feltro.

Elaboração:

1. Cortar o velcro e colar nas páginas, optar pela extremidade inferior ou superior, podendo ficar colocado apenas no interior ou como forma de separadores;

2. Se o indivíduo tem graves comprometimentos de motricidade fina, optar pela pulseira, que deve ser confeccionada por feltro. De forma que se ajuste ao pulso e colocar na parte externa pedaço de velcro contrário ao colado nas páginas. Para virar a página o indivíduo tem que tocar no velcro da página com a pulseira e virar a página da direita para a esquerda.



FOLHEAR LIVROS – PALITOS DE SORVETE

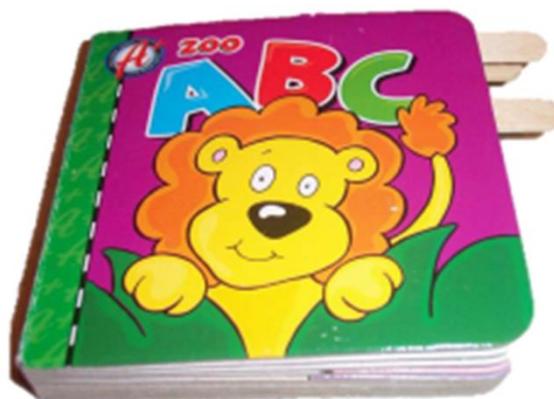
Descrição: Adaptar um livro ou revista com palitos de sorvete é outra forma econômica e útil, que irá permitir ao indivíduo folhear. Os palitos deverão ser colados nas margens das páginas. Permitem fácil manuseio ao indivíduo, que necessita fazer o movimento da direita para a esquerda para mudar de página.

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina.

Material: palitos de sorvete; cola.

Elaboração:

1. Colar os palitos de sorvete nas margens das páginas.



SUPORTE DE LEITURA/ESCRITA

Descrição: O suporte para leitura de livros ou revista, construído com material resistente, que permite ser usado tanto em mesa como sobre a cama, confere um plano inclinado que torna mais fácil ao indivíduo ler. Esta adaptação além de facilitar a leitura a nível do plano inclinado, também tira a necessidade do indivíduo em segurar o livro. Para que o livro se mantenha fixo ao suporte, pode-se usar elástico forte, que envolva o livro e a parte onde este se encosta, ou utilizar prendedor para papel nas laterais. Este tipo de suporte é indicado para qualquer indivíduo, no entanto é um grande auxílio em pessoas com dificuldades motoras e que possuam pouca motricidade fina.

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina.

Materiais: 2 Tábuas de madeira ou cortiça, com 2 mm de espessura e 30 x 30 cm; 1 barra de madeira com 30 cm x 1cm x 1cm; 3 pregos, martelo, fita métrica; serrote ou similar.

Elaboração:

1. Fazer um corte de cerca de 9 cm. Paralelamente ao bordo da tábua, e comprimento de 15cm. Repetir na outra tábua;
2. Numa tábua, colar a barra de madeira paralela e abaixo do corte feito anteriormente;
3. A união das tábuas dá-se através dos cortes feitos.



SUPOORTE DE LEITURA/ESCRITA

Descrição: O suporte para leitura ou escrita de livros/revistas, procura proporcionar ao indivíduo um plano inclinado, com objetivo principal de auxiliar nestas atividades. Estas adaptações utilizam materiais baratos e acessíveis, desde papelão, caixa de pizza ou caixa de cartão, capa de arquivo, entre outros. Para uma finalidade mais completa aliado aos planos inclinados, utiliza-se prendedor de roupa, que permite imobilizar os livros, páginas ou revistas, sem que o indivíduo necessite segurar. Este tipo de suporte é indicado para qualquer indivíduo, no entanto é grande auxílio em pessoas com dificuldades motoras e que possuam pouca motricidade fina.



Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina.

Materiais: Papelão duro/ caixa de cartão/ caixa de pizza; capa de argolas (arquivo A4); cola quente, tesoura; prendedores para papel.

Elaboração:

1. Cortar o papelão/caixa e colar de forma a obter um plano inclinado.
2. Colar prendedor para papel ou apenas utilizar quando necessário, quer seja no tipo ou laterais (deve ser colocado de forma estabilizar melhor o papel ou livros). No caso da capa, apenas é necessário o 2º passo, eventualmente pode-se empilhar uma capa sobre outra, para obter um plano mais elevado.
3. A escolha da inclinação e colocação do prendedor de roupa deve ser o mais cômodo e confortável ao indivíduo.

GUIA PARA LEITURA/ESCRITA

Descrição: As guias de leitura/escrita são pranchas que podem ter uma maior ou menor dimensão e vão auxiliar o indivíduo nas tarefas. Permite ler ou escrever linha a linha, e esta limitação permite focalizar a leitura para delimitar o espaço disponível para escrever, aumentando o desempenho nestas atividades.

As guias são feitas em cartolina plastificada ou papelão, podem tomar cores diversas, que melhor oriente o indivíduo, e tomar várias dimensões.

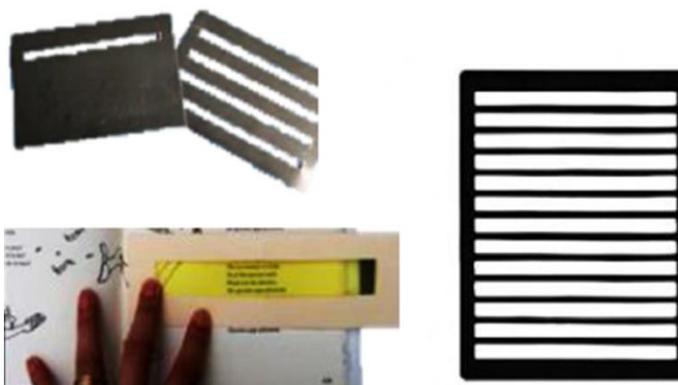
Destinatários: Pessoas com baixa visão/ Pessoas com dislexia ou problemas de leitura/escrita.

Material: cartolina plastificada ou papelão, tesoura.

Elaboração:

1. Dependendo do indivíduo, escolher a dimensão da guia e cores a utilizar;
2. Fazer os recortes necessários para se tornar funcional;

Ter atenção quanto às dimensões do espaçamento entre linhas, fato este que dependerá da autonomia do indivíduo nas atividades de leitura e escrita. Devem ser adaptadas a cada indivíduo e situação, para que estas tarefas sejam executadas com maior autonomia e conforto.



ADAPTAÇÃO ESCRITA/PINTURA I - BOLA

Descrição: A adaptação de escrita/pintura através de bola, quer seja para lápis, caneta, pincel ou marcador, corresponde solução econômica, prática, funcional ao indivíduo que possui dificuldades em agarrar. É de confecção simples, tornando-se um recurso que permite auxiliar a escrita ou a pintura.

Esta adaptação resume-se a uma bola com diâmetro aproximado de 5 cm (depende da bola escolhida), onde é feito uma abertura com dimensões suficientes para o objeto que se pretende usar.

Este tipo de adaptação é indicado para pessoas que têm pressão limitada ou ausente, mas que apresentam certa autonomia quanto a aperto com mão cheia (a dimensão da bola irá facilitar esta indicação).

Destinatários: Pessoas com pressão limitada ou ausente.

Material: Bola de espuma / bola de borracha

Elaboração:

1. Analisar o objeto que irá utilizar;
2. Fazer uma abertura na bola com as dimensões do objeto, necessário apenas para introduzi-lo.



ADAPTAÇÃO ESCRITA/PINTURA II- TUBO

Descrição: A adaptação para escrita ou pintura, quer seja para pincel, lápis, marcador, pincel, rolo, cola ou outro objeto (que o indivíduo necessite usar nas atividades de escrita ou pintura) pode ser obtida de forma prática, simples e econômica, recorrendo ao uso de um tubo.

Esta adaptação pode ser totalmente viável utilizando um tubo do tipo bicicleta ou utilizando tubos de espuma/esponja. Utilizar estes tipos de materiais irão proporcionar maior controle na movimentação e boa estabilidade à pressão. Este tipo de dispositivo aplica-se quando as pessoas apresentam dificuldades em pegar os objetos, verificando-se apenas movimentos globais e com fraca dissociação ao nível da mão e/ou dedos.

Destinatários: Pessoas com controle manual limitado/ Pessoas com pressão limitada ou ausente.

Material: Tubo (do tipo bicicleta) ou tubos de espuma/esponja.

Elaboração:

1. Analisar o objeto que irá utilizar e escolher o material que melhor se adéqua (notar que os tubos em espuma/esponja apresentam várias dimensões e espessuras);
2. Após a escolha do tubo que irá adaptar, quer do objeto, proceder ao encaixe entre ambos.



ADAPTAÇÃO ESCRITA/PINTURA III- TIRA

Descrição: A adaptação através de tira para escrita e pintura (tanto para lápis, marcador, pincel, caneta), é uma solução prática, funcional e ajustável à medida do indivíduo. É de confecção simples, o seu uso é intuitivo e fácil tanto de tirar como colocar. A tira é indicada para ser colocada ao longo da palma e dorso da mão. Para introduzir a ferramenta a utilizar, possui um bolso na palma da mão, com dimensões suficientes para o objeto em questão. Tanto a tira como o bolso podem ser feitos de couro, velcro ou faixa elástica, de modo que não comprometam a sua utilidade e garantam maior funcionalidade possível.



Destinatários: Pessoas com pressão limitada ou ausente/ Pessoas com mobilidade reduzida.

Material: Velcro/ Faixa elástica/ tecido/ couro

Elaboração:

1. Medir o contorno das costas e da palma da mão. A esta medida adicionar 6 cm para o bolso.
2. Cortar uma tira de material escolhido, garantir que tenha pelo menos 3 cm de largura para o bolso.
3. Dobrar o pedaço de tecido (com as dimensões evidenciadas anteriormente) e costurar as pontas, de modo a deixar um bolso com cerca de 6 cm por 3 cm. As dimensões do bolso dependem do objeto a que se destina, podem ser ajustáveis se necessário.
4. Ajustar a tira à mão, se necessário recorrer a velcro para melhor acomodação.

ADAPTAÇÃO ESCRITA/PINTURA IV - MOUSE

Descrição: A adaptação de escrita e pintura, recorrendo ao uso de mouse, é ideal para pessoas com déficit em coordenação, destreza ou força de preensão, essencialmente aquelas que possuem funções da mão e braços limitados. Esta é uma adaptação prática através da colocação de um dispositivo (pinça de mola) na parte superior do mouse do computador, que pode ser ligada a qualquer tipo de caneta, marcador, pincel, lápis, tornando-se útil para a escrita, desenho e pintura. O uso do mouse permite acomodar de maneira confortável qualquer uma das mãos, desliza facilmente e pode ser utilizada com a mão direita ou esquerda.



Destinatários: Pessoas com déficit em coordenação, destreza ou força de preensão (mão e movimento do braço limitados) / pessoas com artrite ou problemas neurológicos.

Material: Mouse de computador; pinça de mola de aço galvanizado, 6-8 mm de pressão; parafuso e porca; broca.

Elaboração:

1. Utilizar a broca para colocar a pinça de aço no mouse, fixando-a com o parafuso e a porca. A pinça deve ser colocada na zona da frente do mouse e em cima.

Dica: Em alternativa ao uso da broca, a pinça pode ser colada com cola quente. No entanto, é necessário que fique fixa, para não impedir o seu uso.

ADAPTAÇÃO ESCRITA/PINTURA V- CABEÇA

Descrição: A adaptação para escrita/pintura - cabeça trata-se de uma extensão que permite ao indivíduo usar o boné adaptado, como alternativa para pintar ou escrever. Além disso, dada a sua versatilidade permite servir como apontador para teclado, passar páginas de livro/revista, entre outros. A confecção desta adaptação é simples e acessível, uma vara de guarda-chuva ou antena de carro é colado no boné, posteriormente é aplicado as ferramentas que o indivíduo precisa, por exemplo um pincel, lápis, marcador, caneta...serão fixos à vara usando velcro ou faixa elástica.



Destinatários: indivíduos com comprometimento motor grave/ Pessoas sem possibilidade de usar as mão ou braços

Material: vara de guarda-chuva ou antena de carro; velcro ou faixa elástica ou fita-cola; terminais de borracha.

Elaboração:

1. Usar a vara de um guarda-chuva ou antena de carro;
2. Colar a vara/antena no boné, usar cola quente;
3. Nas extremidades, colocar borracha como proteção;
4. Usar velcro ou faixa elástica ou fita-adesiva resistente para fixar à vara/antena as ferramentas que se pretende utilizar.

TESOURA ADAPTADA

Descrição: A tesoura adaptada por meios de argolas, trata-se de um facilitador para o uso da ação do movimento co-ativo. No movimento co-ativo, também denominado mão sobre mão, o estimulador irá realizar ações com a pessoa, através do contato lado a lado, aos poucos a distância física entre eles deverá ser ampliada. Visa-se com este trabalho ampliar a ação motora da pessoa através do espaço, em uma área determinada. A etapa da imitação é uma continuação do movimento co-ativo. Ou seja, a pessoa é auxiliada numa fase inicial para perceber o uso, aos poucos essa ajuda extingue-se e espera-se que seja capaz de imitar os gestos aprendidos.



As adaptações são bastante simples, apenas usam argolas do tipo porta-chaves ou dos rolos da fita adesiva, que serão fixadas às tesouras usando fita adesiva.

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras/ Pouca motricidade fina (dificuldade em pressão).

Material: tesoura convencional; argolas porta-chaves ou argola de plásticos; fita adesiva.

Elaboração:

1. Escolher as argolas que irá utilizar. Colocar as argolas na posição desejada, quer seja na lateral ou na retaguarda;
2. Fixar as argolas na tesoura, recorrendo ao uso de fita adesiva. Devem ficar fixas, para garantir um melhor uso.

TESOURA ADAPTADA

Descrição: A tesoura adaptada consiste em colocar arame revestido por cabo plástico, facilitando o seu uso por parte de pessoas com dificuldade de pressão. Com esta adaptação o seu uso apenas exige o movimento de fechar a mão. Quando existe maior dificuldade a nível dos movimentos da mão, recorre-se ao uso de um suporte fixo (exemplo da imagem, feito em madeira), onde a tesoura adaptada é colocada, exigindo apenas o movimento de pressão (bater).

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras/ Pouca motricidade fina (dificuldade em pressão).

Material: tesoura convencional; arame resistente; cabo plástico.

Elaboração:

1. Curvar o arame de acordo com o ângulo desejado, se o arame for fino colocar vários arames.
2. Passar o arame dentro do cabo de plástico e deixar só um arame depois das extremidades.
3. Aquecer no fogo outro arame e furar a tesoura no ângulo desejado.
4. Para fixar o arame colocar cola forte entre a ponta do arame e a tesoura (caso se encontrarem próximos) ou dobrar o arame no plástico da tesoura revestido com fita-cola para proteção do indivíduo.



SUPORTE PARA CARTAS- TUBO

Descrição: O suporte em tubo trata-se de uma adaptação simples que através de um tubo de espuma facilita o apoio de cartas. Indicado para pessoas com mobilidade reduzida, ou com dificuldades motoras que lhe confira pouca motricidade fina, assim como para pessoas que apenas usam uma das mãos, recorrer a este suporte vai possibilitá-los de jogarem de forma mais autónoma. A sua funcionalidade não se limita apenas ao uso para jogos de cartas, também pode ser usado como suporte para cartões de imagens com simbologia para comunicação não verbal.

Desta forma o indivíduo pode ser mais autónomo e se comunicar por outro meio. Dadas as características do material, com toque macio e de uso fácil, torna estas tarefas mais prazerosas.

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina/ pessoas com dificuldades em agarrar/ Pessoas que apenas usam uma das mãos.

Materiais: tubo de espuma (macarrão de piscinas) com 20 cm a 30 cm de comprimento; faca.

Elaboração:

1. Cortar o tubo de esponja com as medidas pretendidas, pode ser 20, 30 cm ou outra medida que seja pertinente;
2. Fazer uma abertura ao longo do comprimento do tubo, mas só até o meio em profundidade;
3. Colocar as cartas nas aberturas feitas anteriormente (devem ficar idênticas às imagens).



SUPORTE PARA CARTAS - CARTÃO

Descrição: O suporte em cartão trata-se de uma adaptação simples que através de um plano inclinado vai facilitar o apoio de cartas. Indicado para pessoas com mobilidade reduzida, assim como é indicado para pessoas que apenas usam uma das mãos, recorrer a este suporte vai possibilitá-los de jogarem de forma mais autônoma.

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina/Pessoas que apenas usam uma das mãos.

Materiais: Cartão duro ou cartolina de 20 cm x 25 cm; elástico; lápis; régua.

Elaboração:

1. Marcar no cartão as medidas 10 cm- 10 cm- 5cm, seguindo esta ordem, ficando dividido em 3 partes;
2. Dobrar a primeira medida correspondendo a 10 cm, e a medida 5 cm dobrada para a frente;
3. Usar o elástico para segurar as cartas se necessário.



DAMAS ADAPTADAS I

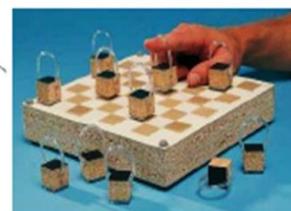
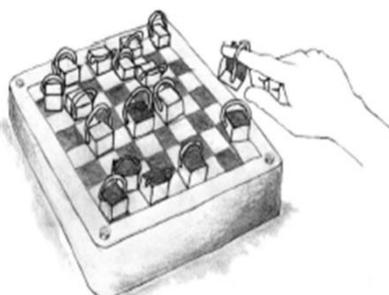
Descrição: As damas adaptadas I, consiste em ajustar o tradicional jogo de damas, de modo que seja possível a pessoas com dificuldades em agarrar, jogar de forma autônoma e independente. A adaptação consiste essencialmente em trocar as convencionais peças redondas por peças em formato quadrado complementadas por uma argola. Estas características vão permitir ao indivíduo com dificuldades em nível da motricidade fina, poder manipular as peças, conseqüentemente jogar de forma independente. Além de possibilitar jogar, este jogo também permite exercitar a coordenação, concentração, memória, percepção visual e extensão de dedos.

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina/ pessoas com dificuldades em agarrar.

Material: Base de madeira ou isopor com 40 cm x 40 cm, e de espessura cerca de 5 cm a 10 cm; 24 cubos de madeira ou isopor, com 3 x 3 cm e espessura 3 cm; 24 pedaços de mangueira fina ou arame revestido com plástico forte, com 10 a 12 cm de comprimento; tintas - cor branca e preta, (devem aderir bem a madeira ou isopor); régua, tesoura e serra.

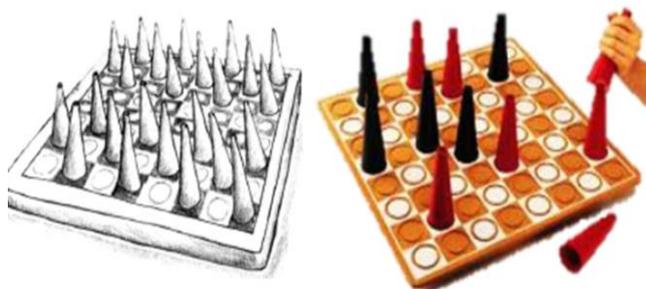
Elaboração:

1. Para a base é necessário madeira ou isopor 40 cm x 40 cm, e de espessura cerca de 5 cm a 10 cm. No caso da madeira, as arestas devem ficar bem polidas, para evitar corte;
2. Marcar na base, usando uma régua, quadrados de 5 x 5 cm;
3. Pintar 32 quadrados de branco e 32 quadrados de preto;
4. Usar 24 cubos de madeira ou isopor com 3 x 3 x 3 cm, que serão as peças do jogo;
5. Pintar 12 desses cubos numa cor e 12 noutra cor, pode ser utilizado o preto e branco, ou outras cores preferíveis;
6. Colocar em cada cubo, em formato de argola, a mangueira fina ou o arame revestido por plástico. Garantir que o material fique fixo aos cubos, para não comprometer quando em uso.



DAMAS ADAPTADAS II

Descrição: As damas adaptadas III, trata-se de outra alternativa que procura ajustar o tradicional jogo de damas, com o objetivo de tornar o jogo possível a pessoas com dificuldades em agarrar. A adaptação consiste, fundamentalmente, em substituir as convencionais peças redondas por peças em formato de cone. Esta substituição irá oferecer ao indivíduo uma área de aperto de mão cheia (ao apertar os cones), permitindo à pessoa com dificuldades a nível de motricidade fina, possa manipular as peças, consequentemente jogar de forma autônoma e independente.



Criando momentos de lazer, esta adaptação completa-se por permitir trabalhar a coordenação do exercício, concentração, memória, percepção visual e os movimentos por aperto de mão cheia.

Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina/ Pessoas com dificuldades em agarrar.

Materiais: base de madeira/cortiça/isopor com 40 cm x 40 cm, e de espessura cerca de 5 cm; 24 cones de plástico (exemplo: os cones das linhas); tintas - cor branca e preta, (devem aderir bem a madeira ou isopor); régua, tesoura, serra e lixa.

Elaboração:

1. Para a base é necessário madeira/cortiça/isopor 40 cm x 40 cm, e de espessura cerca de 5 cm. No caso da madeira, as arestas devem ficar bem polidas, para evitar corte;
2. Marcar na base, usando uma régua, uma grelha com quadrados de 5 x 5 cm cada;
3. Pintar 32 quadrados de branco e 32 quadrados de preto. Podem apenas 32 quadrados serem pintados, e os restantes 32 permanecerem com a cor do material da base;
4. Usar 24 cones de plástico. Em que 12 devem ter a mesma cor, e os restantes 12 outra cor diferencial. Ou em alternativa, pintar 12 com cor branca e 12 com cor preta.

Nota:

1. Pode ser utilizado um tabuleiro tradicional, substituindo a necessidade de construir um de raiz, usando os cones como peças;
2. Para uma melhor fixação dos cones, nos 64 quadrados fazer círculos com, aproximadamente, 5 mm de profundidade. Tendo em atenção que estes círculos não possuem diâmetro maior que 5 cm, e que tenham diâmetro compatível com o dos cones, para garantir que estes fiquem imóveis.

DOMINÓ DE TEXTURAS

Descrição: O dominó de texturas é um jogo adaptado que permite o desenvolvimento da discriminação visual de padrões e discriminação tátil, requisitos importantes para pessoas com alterações sensoriais e dificuldades para discriminar, perceptualmente, estímulos visuais. As peças são confeccionadas com diferentes tecidos, desde, lã, veludo, malha, seda, feltro, espuma, lixa... o importante é garantir uma diversidade de texturas, para explorar o reconhecimento e sensação tátil. Para melhor manuseio as peças são ampliadas para os indivíduos com dificuldades em agarrar. Explorar o reconhecimento de texturas, desenvolver e estimular a curiosidade do indivíduo, assim como os conceitos de alcançar, pegar, sentir, buscar e direcionar.



Destinatários: Pessoas com dificuldades motoras que possuem pouca motricidade fina/ Pessoas com baixa-visão.

Materiais: Madeira com 9 cm x 4 cm x 0,5 cm (ou utilizar isopor ou plástico ou cartão resistente); tecidos com diferentes texturas: lã, veludo, malha, seda, feltro, espuma, lixa; tesoura e cola quente.

Elaboração:

1. Escolher o material a usar para a base, desde que permita dimensões de 9 cm x 4 cm x 0,5 cm. Total de 12 peças;
2. Cortar os tecidos com diferentes texturas em formato quadrado com 4 cm x 4 cm ou optar por outro formato.
3. Colar os tecidos na base, formando as diferentes combinações.